



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

IRANI SANTOS SOARES

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM ASSENTAMENTOS
DE REFORMA AGRÁRIA NA BAHIA: INTENÇÕES E
AÇÕES**

Salvador
2014

IRANI SANTOS SOARES

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA NA BAHIA: INTENÇÕES E AÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Dra. Noeli Pertile

Salvador
2014

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFBA

S676 Soares, Irani Santos
Organização do Espaço em Assentamentos de Reforma Agrária na Bahia: intenções e ações / Irani Santos Soares.- Salvador, 2014.
Folhas f.240 : il. Color.

Orientador: Profa. Dra. Noeli Pertile
Co-orientador: Prof. Nome do Co-orientador
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2014.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra . 2. Movimentos sociais - Brasil - Bahia. 3. Trabalhadores rurais. I. Pertile, Noeli. II. Título.

CDU: 331:631

IRANI SANTOS SOARES

**ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA NA BAHIA: INTENÇÕES E AÇÕES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em _____.

Banca Examinadora

Profª Dra. Noeli Pertile – Orientadora
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. João Edmilson Fabrini
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Profª Dra. Guiomar Inêz Germani
Doutora em Geografia pela Universidad de Barcelona - UB
Universidade Federal da Bahia - UFBA

*Dedico este trabalho aos movimentos sociais e
ao povo do campo pela persistência e crença no amanhã.
À essa gente que também é minha gente.*

AGRADECIMENTOS

Em parte cumprindo um rito acadêmico, em parte expondo sentimentos reais, agradeço primeiro à Universidade Federal da Bahia (UFBA) pela realização desse percurso, que representa um importante passo na minha formação.

Assim para além do cumprindo dos ritos, agradeço a minha mãe, grande incentivadora dos estudos e promotora da minha escolarização possibilitando o acesso à graduação e pós-graduação, sempre acreditando ser possível ir mais longe, contrariando as perspectivas sociais com referência aos caminhos de uma filha de pessoas simples do campo. Ao meu pai, pelo exemplo de homem que é, e pela tentativa de continuamente prová-lo que poderíamos chegar mais longe. À minha irmã Roseli Soares pela confiança e incentivo.

Aos grandes mestres que passaram em minha vida, ainda que não possa citar todos, em especial agradeço a professora Leliana de Souza pelo incentivo dado desde a graduação, pelo acompanhamento e carinho, apesar da distância. Ao professor Dr. Antonio Ângelo da Fonseca que de forma simples e cativante me trouxe à pesquisa geográfica.

Meu muito obrigado à professora orientadora Dra. Noeli Pertile, pela dedicação e apoio nas orientações. À professora Guiomar Germani e ao professor João Edmilson Fabrini por aceitarem o convite de participar da banca de defesa e pelas correções e indicações feitas.

Aos companheiros do INCRA: Sergio Resende, que gentilmente me cedeu entrevista, qualificando as análises dessa pesquisa. À Tacao Toyosumi, Jussara Brito, Cinthia, Paulo Mello, Valério Dornelles, Victor Fernandes, Gilson, agradeço a todos pelas informações cedidas, pelo apoio ao trabalho de pesquisa e paciência em dar-me tantas explicações, em especial ao grande amigo Dermeval Pereira por dividir suas experiências de trabalho comigo e por toda a ajuda no processo de pesquisa no INCRA. Sua ajuda e amizade foram de extrema importância.

Agradecimento especial a Paula Adelaide por sua ajuda na realização dessa pesquisa com a confecção dos mapas e plantas usados neste trabalho e pelos diálogos acerca da organização do espaço nos assentamentos baianos.

Agradecimento especial aos companheiros do movimento Luta Camponesa: Zé Raimundo, Toinho, César, dona Cris, meu muito obrigado pelas informações

cedidas e pela paciência de atenderem a cada ida ao assentamento ou telefonema realizado.

Agradeço aos companheiros do MST, em especial ao companheiro Luciano Fernandes (coordenador da Brigada Zacarias), a companheira Domingas (Articuladora Política do MST da regional Chapada Diamantina), ao companheiro Cinair (coordenador da Brigada Luiz Alexandre) e ao companheiro Júlio Cesar (coordenador do setor de produção) por todo o tempo e informações a mim cedidos.

Meu muito obrigado aos assentados que me acolheram em suas casas durante o período de pesquisa de campo. No assentamento Fazenda Esperança: Mario, Nelma, dona Alice e seu Zé. No assentamento Reunidas Cambuí: seu Roque e dona Lenilda. No Dom Mathias: Cris, Jucileide, Lurdes e Luiz. E agradeço de forma especial a cada assentado e assentada que abriu a porta de sua casa e dividiu um pouco de sua vida, de seus desejos e seus anseios comigo possibilitando a realização dessa pesquisa.

Aos amigos que me ajudaram no debate da pesquisa e aos que, por vezes, me fizeram relaxar e deixá-la um pouco de lado (exercício de extrema importância): Lidiane Rodrigues, Ana Luiza Alves, Manuela Pereira, Paula Celestino, Michele Félix, Cleonice Moreira, Daiane Queiroz, Nara Luanda, Wallace Aguiar, Carla Renata, Tiago Bizuka, obrigado a todos vocês.

E enfim agradeço a gente do campo, verdadeiros protagonistas dessa história, essa gente brava que também é minha gente.

Que diremos aos nossos filhos?
Quando acabar a comida,
Quando acabar o trabalho,
E a esperança de vida?
Que os governantes são bons?
Que os policiais são amigos do povo?
Que caixões de companheiros assassinados
São a vontade do Criador?

Se assim fizermos
Um dia faltará
Comida.
Já não terá esperança.
Nem nossos filhos com vida.
que diremos então?
Que tudo é dos senhores?
Que somos todos irmãos?
E só morrem sonhadores?
Não!

Já não podemos calar.
Chega o tempo de vencer,
Chega o dia de lutar,
Sem morrer.
A única forma de vencer a morte
É enfrentá-la.
único jeito de vencer é lutar,
único modo de fazer justiça,
É continuar lutando.
Assim viveremos eternamente

Ademar Bogo

RESUMO

Esta dissertação buscou analisar a organização do espaço dos assentamentos rurais na Bahia, com destaque para a produção do espaço de habitação. Partiu-se, por um lado, do discurso do MST em que o espaço de habitação é visto como ponto estratégico no processo de organização social e político dos trabalhadores rurais sem-terra. E, por outro lado, a ação do Estado, responsável pela concretização do planejamento espacial. Fundamenta-se, para análise da organização espacial dos assentamentos, no conceito de espaço e na categoria forma-conteúdo, conforme de Milton Santos (2012). A pesquisa foi realizada a partir do estudo de caso em três projetos de assentamentos: PA Reunidas Cambuí, localizado entre Ibiquera e Boa Vista do Tupim; PA Dom Mathias, Ipirá; e PA Fazenda Esperança localizado, em Mucuri. Foi realizado levantamento de dados junto ao MST e ao INCRA. O trabalho está fundamentado ainda, em entrevistas realizadas com assentados e lideranças dos movimentos sociais de luta pela terra, o MST e o Luta Camponesa. A partir desse arcabouço de dados foi possível apresentar as intencionalidades presentes na organização do espaço proposta pelo MST, em que a centralidade na organização das habitações está intrinsecamente ligado a organicidade do próprio movimento. A pesquisa identificou, na ação do Estado, analisada a partir da liberação de créditos para estruturação dos assentamentos (Crédito Instalação) e dos recursos para parcelamento, dentre outros, que há uma negação do Estado no processo de planejamento espacial desses assentamentos. No caso baiano, o Estado incentiva a partir dessa negação e do discurso dos técnicos do INCRA, a organização do espaço das habitações em espaço comum, com a projeção de agrovilas. Esse modelo é rejeitado pelos assentados. A pesquisa relevou, ainda, que os assentados não participam de forma efetiva do planejamento espacial dos assentamentos. São os movimentos sociais que se destacam, enquanto agentes do planejamento espacial dos assentamentos. Para isso, esses movimentos traçam diversas estratégias e, quando é de interesse, buscam burlar a negação da ação do Estado.

Palavras-chave: Organização do espaço. Projetos de Assentamentos. MST. Estado.

RÉSUMÉ

Cette dissertation cherche à analyser l'organisation de l'espace dans les colonies rurales de l'état de Bahia, avec l'accent sur la production de l'espace habitational. Nous nous sommes basés, d'un côté sur le discours du MST (Mouvements des Sans-Terre - NDT) qui voit l'espace habitational comme un point stratégique dans le processus d'organisation sociale et politique des travailleurs ruraux sans-terre. Et d'un autre côté, sur l'action de l'État, responsable de la concrétisation de la planification spatiale. Pour l'analyse de l'organisation spatiale des colonies, nous nous sommes appuyés sur le concept d'espace et sur la catégorie forme-contenu, selon Milton Santos (2012). L'étude a été réalisée à partir de trois cas de projet de colonies : Projet Reunidas Cambuí, situé entre Ibiquera et Boa Vista do Tupim; Projet Dom Matias, dans la municipalité de Ipirá; et le Projet Fazenda Esperança situé à Mucuri. Nous avons recueilli des données avec le MST et l'INCRA (Institut National de Colonisation et de Réforme Agraire - NDT). Le travail s'appuie aussi sur des entrevues de colons et de représentants de mouvements sociaux de lutte pour la terre, le MST et Luta Camponesa (lutte paysanne - NDT). Avec ces données, nous avons pu présenter les intentions présentes dans l'organisation de l'espace proposée par le MST, pour qui la centralisation de l'organisation des habitations est intrinsèquement liée au modèle organisationnel du mouvement lui même. L'étude a identifié, dans l'action de l'État, analysée par les budgets alloués aux colonies (les Crédits d'Installation) et les possibilités de paiements de l'emprunt, entre autres, qu'il existe une négation de l'État dans le processus de planification spatiale de ces colonies. Dans le cas bahianais, l'État favorise, par cette négation et le discours des fonctionnaires de l'INCRA, l'organisation de l'espace commun selon le modèle des "agrovilas". Ce modèle n'est cependant pas accepté par les colons. L'étude a aussi montré que les colons ne participent pas de manière effective à cette planification spatiale de leurs colonies. Ce sont les mouvements sociaux qui prédominent en tant qu'agents de la planification spatiale. Pour ce faire, les mouvements suivent diverses stratégies, et en fonction de leurs intérêts, s'efforcent de détourner la négation de l'État.

Mots clés: Organisation de l'espace. Projets de colonies. MST. État.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Agrovila combinada com espaço de produção individualizado.....	23
Figura 2 – Agrovila combinado com espaço comum para produção.....	23
Figura 3 – Casas construídas nos lotes individuais.....	24
Figura 4 – Modelo Híbrido: núcleo habitacional.....	24
Figura 5 – Localização dos PAs Reunidas Cambuí – Ibiquera; Dom Mathias – Ipirá e Fazenda Esperança – Mucuri.....	26
Figura 6 – Fases de criação do PA – segundo o INCRA.....	75
Figura 7 – Fases de criação do PA – segundo o MST.....	76
Figura 8 – Elementos usados pelo MST para justificar a construção das casas em espaço comum.....	82
Figura 9 – Planta do PA Eldorado, Santo Amaro, Bahia.....	86
Figura 10 – Planta do PA Limoeiro, Camamu, Bahia.....	87
Figura 11 – Planta do PA Lucas Dantas, Ituberá, Bahia.....	88
Figura 12 – Planta do PA Maju, São Sebastião do Passé, Bahia.....	89
Figura 13 – Núcleo Habitacional: modelo híbrido de organização do espaço.....	94
Figura 14 – Localização dos PAs sob influência do município de Boa Vista do Tupim, Bahia.....	129
Figura 15 – Influências da organização do espaço na organização social e produtiva do PA.....	135
Figura 16 – Planta do PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia.....	140
Figura 17 – Crédito Instalação modalidades acessadas no PA Reunidas Cambuí.....	151
Figura 18 – Localização dos PAs no município de Ipirá, Bahia.....	158
Figura 19 – Estratégias para viabilizar projetos econômicos e sociais.....	170
Figura 20 – Planta do PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia.....	176
Figura 21 – Organização das Habitações no PA Dom Mathias.....	179
Figura 22 – Crédito Instalação acessados no PA Dom Mathias.....	185
Figura 23 – Localização dos PAs no município de Mucuri, Bahia.....	192

Figura 24 – Elementos que possibilitaram a conformação espacial PA Dom Mathias.....	199
Figura 25 – Planta do PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia.....	203
Figura 26 – Detalhe da organização do espaço PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia.....	204
Figura 27 – Os núcleos habitacionais para o MST.....	207
Figura 28 – Aplicação do Crédito Instalação PA Fazenda Esperança.....	216

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – MST: palavras de ordem nos Congressos Nacionais (1985-2014).....	62
Quadro 2 – INCRA: Modalidades da linha de Crédito Instalação.....	113
Quadro 3 – Concentração de PAs sobre influência do município de Boa Vista do Tupim, Bahia.....	130
Quadro 4 – Fases do PA Reunidas Cambuí segundo visão dos movimentos sociais.....	133
Quadro 5 – PAs no município de Ipirá, Bahia.....	159
Quadro 6 – Fases do PA Dom Mathias segundo a visão dos movimentos Sociais.....	159
Quadro 7 – PAs no município de Mucuri, Bahia.....	193
Quadro 8 – Fases do PA Fazenda Esperança segundo visão dos movimentos sociais.....	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bahia: famílias assentadas até o período de governo FHC (1994 – 1997; 1998 – 2001) Bahia, Brasil.....	65
Tabela 2: Bahia: famílias assentadas no período de governo Lula (2002 – 2006; 2007 – 2009) Bahia, Brasil.....	66
Tabela 3: Bahia: famílias assentadas no período de governo Dilma Rouseff (2010 – 2013) Bahia, Brasil.....	67
Tabela 4 – População do município de Boa Vista do Tupim, Bahia, 2010.....	128
Tabela 5 – Estrutura Fundiária, Boa Vista do Tupim, Bahia, 2006.....	131
Tabela 6 – Delimitação da área do PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia.....	141
Tabela 7 – População do município de Ipirá, Bahia,, 2010.....	156
Tabela 8 – Estrutura Fundiária, Ipirá, Bahia, 2006.....	156
Tabela 9 – Delimitação da área do PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia.....	178
Tabela 10 – População do município de Mucuri, Bahia.....	188
Tabela 11 – Número de estabelecimento e área (ha) rurais, Mucuri, Bahia, 1960, 1970, 1980, 1985, 1996 e 2006.....	189
Tabela 12 – Evolução do Índice de Gini, Mucuri, Bahia, 2006.....	190
Tabela 13 – Estrutura Fundiária, Mucuri, Bahia, 2006.....	190

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Encerramento do VI Congresso Nacional do MST.....	70
Foto 2 – Inauguração do Monumento dos 26 anos do MST na Bahia, PA 1º de abril, Ipirá, Bahia.....	98
Foto 3 – Cartaz em escola – PA 1º de abril, Ipirá, Bahia.....	98
Foto 4 – Casa adaptada para funcionar uma casa de farinha, PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia.....	142
Foto 5, 6, 7, 8, 9, 10 – Infraestrutura abandonada, PA Fazenda Cambuí, Ibiquera Bahia.....	143
Foto 11 – Entrada da agrovila, PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia.....	144
Foto 12 – Ave solta na agrovila, PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia.....	149
Fotos 13, 14 – Material comprado com a modalidade Apoio Inicial, PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia.....	151
Foto 15, 16 – Banheiros de duas casas, PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia.....	152
Foto 17, 18 – Restos dos barracos construídos após a criação do PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia.....	165
Foto 19: Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, (COOADM), PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia.....	168
Foto 20, 21– Infraestrutura Social, Escola e Creche, PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia.....	174
Foto 22 – Micro-ônibus adquirido pela cooperativa para transporte escolar.....	178
Foto 23 - Localização da casa em relação à estrada vicinal, PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia.....	182
Foto 24 – Batedeira de sementes, uso coletivo, PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia.....	186
Foto 25 – Casa construída com cisterna, PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia.....	187
Foto 26 – Detalhe da frente da agroindústria da fécula de mandioca, PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia.....	197
Foto 27 – Aves se alimentando próximas à casa, PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia.....	209
Foto 28, 29, 30, 31 – Agroindústria de fécula de mandioca, PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia.....	212

Foto 32 – Assentada produzindo biscoitos para levar às feiras, PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia.....	214
Foto 33 – Família de assentados plantando maniva, ao fundo plantação de eucalipto, PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia.....	215
Foto 34 – Casa construída com o crédito do INCRA, PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia.....	218

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Proteção Permanente

ASA – Articulação do Semiárido

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental

CAR – Companhia de Desenvolvimento Regional

CCU – Contrato de Concessão de Uso

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CETA – Movimento dos/as Trabalhadores/as Acampados/as e Assentados/as e Quilombolas da Bahia

CF – Constituição Federal

CGU – Corregedoria Geral da União

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CONCRAB – Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária

COOADMÍ – Cooperativa Agroindustrial de Agricultura Familiar e Reforma Agrária

CPA – Cooperativa de Produção Agrícola

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTA – Câmara Técnica de Agronomia

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrária

Eletrobás – Centrais Elétricas Brasileiras S/A

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMP – Fração Mínima da Propriedade

IN – Instrução Normativa

INCRA – Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MLT – Movimento Luta pela Terra

MP – Medida Provisória

MPL – Movimento Passe Livre

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NE – Norma de Execução

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDSA – Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento

PEA – Plano de Exploração Anual

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF – Programa Nacional Crédito Fundiário

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PROCERA – Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RB – Relação de Beneficiários

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UTABS – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 COMPREENDENDO O ESPAÇO GEOGRÁFICO	30
2.1 A TOTALIDADE E A PRODUÇÃO DE FORMA-CONTEÚDOS.....	37
2.2 A QUESTÃO DA ESCALA GEOGRÁFICA.....	42
2.3 OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA ENQUANTO OBJETO DE ANÁLISE GEOGRÁFICA.....	45
3 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: APENAS UMA QUESTÃO DE FORMA?	55
3.1 UM MODELO IDEAL É POSSÍVEL? O DISCURSO DA COLETIVIDADE.....	71
3.1.1 As agrovilas: primeira tentativa de organização das habitações.....	79
3.1.2 Os núcleos habitacionais.....	92
3.2 ESPAÇO DE HABITAÇÃO X ESPAÇO DE PRODUÇÃO.....	100
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: A AÇÃO DO ESTADO	104
4.1 POLÍTICAS CREDITÍCIAS DO INCRA: CRÉDITO INSTALAÇÃO	112
4.2 A CENTRALIDADE NA HABITAÇÃO: O DISCURSO POR TRÁS DA AÇÃO..	121
5 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA BAHIA: ESTUDO DE CASOS	127
5.1 PA REUNIDAS CAMBUÍ – IBIQUERA/BOA VISTA DO TUPIM/BA.....	128
5.1.1 O (peculiar) processo de criação do PA Reunidas Cambuí.....	133
5.1.2 A Organização do espaço do PA Reunidas Cambuí: o velho modelo.....	138
5.1.3 A aplicação do Crédito Instalação.....	150
5.1.4 A percepção dos assentados com relação ao Crédito Instalação.....	154
5.2 PA DOM MATHIAS – IPIRÁ/BA.....	156
5.2.1 O processo de criação do PA Dom Mathias.....	159
5.2.2 A organização do espaço no PA Dom Mathias: a resistência ao modelo imposto.....	169
5.2.3 A aplicação do Crédito Instalação.....	184
5.3 PA FAZENDA ESPERANÇA – MUCURI/BA.....	188

5.3.1 O processo de criação do PA Fazenda Esperança (ou PA Zumbi dos Palmares).....	193
5.3.2 A organização do espaço no PA Fazenda Esperança: um novo modelo?.....	202
5.3.3 Aplicação do Crédito Instalação.....	215
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
REFERÊNCIAS.....	230
Apêndice A.....	235
Apêndice B.....	237
Apêndice C.....	239

1 INTRODUÇÃO

O tema de pesquisa que nos propomos refere-se à análise da organização do espaço em Projetos de Assentamento (PA) de Reforma Agrária. O *locus* de pesquisa é bem conhecido, porém o ponto que nos debruçamos apresenta novidades à questão.

O debate acerca da reforma agrária no Brasil apresenta marcos históricos bem precisos. Ainda que não seja nosso objetivo fazer uma revisão, indicaremos alguns pontos no intuito de apresentar uma breve contextualização acerca da política de reforma agrária no Brasil na qual se insere o objeto de pesquisa.

Atenta-se para o fato de que o acesso à terra no Brasil tem sido, historicamente, marcado por grandes conflitos e, em resposta, o Estado brasileiro montou diversas estratégias para impedir que a propriedade da terra fosse dada aos que nela trabalhavam. Esse processo se inicia bem antes do Brasil se tornar um Estado e, nesse sentido, já nasce pondo fim ao livre acesso à terra. Segundo Germani (2006), a primeira política de acesso à terra praticada pela Corte Portuguesa é o regime das sesmarias, através do sistema de Capitania Hereditárias, o que levou no decorrer do tempo ao impedimento do seu livre acesso e, como consequência a concentração da propriedade da terra em mãos de poucos e um número bastante expressivo de trabalhadores rurais sem acesso ou com acesso precário, esse impedimento vai sendo intensificando no processo de construção do Estado brasileiro.

Segundo Stédile (2012), é somente durante o século XX que se apresentam as primeiras propostas de política de reforma agrária no Brasil. Essas tentativas foram delineadas por vários setores da população, portanto também com diversos interesses. Para o autor, a bancada do Partido Comunista Brasileiro (PCB) realizou, na Constituinte de 1946, no Congresso Nacional, a primeira manifestação pública de que o Brasil tinha um problema agrário representado pela concentração da propriedade da terra e que, portanto, precisava ser combatido. A partir dessa constatação foi apresentada pelo PCB uma proposta de reforma agrária com o intuito de haver uma distribuição de terras e a modernização das técnicas agrícolas.

Outros setores da sociedade também apresentaram propostas para a pretensa reforma agrária, a exemplo de setores mais conservadores da Igreja Católica que tinha como principal interesse afastar da população o “perigo”

comunista; entre outros a preocupação centrava-se principalmente em promover a modernização do campo brasileiro, a exemplo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O interesse maior desses grupos era fazer a reforma sem modificar a estrutura agrária, preservando a propriedade e os proprietários, fazendo-a de cima para baixo (STEDILE, 2012).

As ações das Ligas Camponesas e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultabs) tiveram papel de destaque no período entre a década de 1950 e 1960, promovendo a organização de agricultores e trabalhadores rurais, inclusive com a realização, em 1961, em Belo Horizonte, do I Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Após o evento foi publicada uma declaração versando sobre a reforma agrária, onde se apresenta a proposta de reforma em nome dos movimentos organizados pela terra (STÉDILE, 2012; PRESTES, 2012).

Porém, a tentativa mais contundente de uma reforma agrária foi feita em 1964, pelo então presidente da República João Goulart. Este propunha a reforma de base, em que uma grande reforma política deveria ocorrer, dentre elas a radical Reforma Agrária alterando de forma profunda a estrutura agrária brasileira, isso dias antes do golpe que levou o Brasil à ditadura militar. Segundo Germani (2006) o fato de retirar da legislação o pagamento prévio e em dinheiro da propriedade a ser desapropriada, fator que possibilitava a distribuição de terras, foi uma das questões considerada como causa do golpe militar que estabeleceu a ditadura no país.

É, portanto, contraditoriamente, no período da ditadura militar que se inicia uma política de reforma agrária. É desse período a promulgação da primeira lei que trata da reforma agrária, a Lei 4.504 de 1964, conhecida como Estatuto da Terra, e que vigora até os dias atuais. O Estatuto da Terra teve como objetivos acalmar a população camponesa que lutava pela reforma agrária e promover o desenvolvimento capitalista no campo, através do incentivo à modernização das técnicas agrárias (GERMANI, 2006). Porém, com esta lei, segundo Germani (2006), a concentração de terras agravou-se nesse período, bem como o êxodo rural, aumentando também o conflito armado pela posse da terra.

Entretanto, somente a partir de meados da década de 1980 e início da década de 1990 é que a reforma agrária volta a ganhar visibilidade como consequência do fim da ditadura militar e da descriminalização da ação dos movimentos e organizações sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que surge no final da década de 1970. E

ainda, com a constituinte de 1988 que abre novas possibilidades para as lutas sociais, principalmente no campo jurídico. A partir da sua criação o MST vem implementando diversas ações como estratégia de pressão e luta para a execução da reforma agrária, sendo a marca principal dessas ações a ocupação e o acampamento nas terras passíveis de desapropriação. A política de reforma agrária vem sendo implementada pelo Estado brasileiro a partir da criação de Projetos de Assentamentos rurais. Portanto, neste trabalho é feita menção à política de criação de assentamentos ao invés de política de reforma agrária, tendo em vista que não ocorreu uma política que alterasse a estrutura fundiária no Brasil que pudesse qualificar de fato uma política de reforma agrária.

Este é o contexto no qual se insere esta pesquisa que teve como objetivo central compreender como as diferentes formas de organização do espaço implantadas nos assentamentos do INCRA podem contribuir para a organização social e econômica dos projetos de assentamento de reforma agrária. Desse objetivo principal, decorrem outros que permitirão analisar a organização social em diferentes modelos de organização do espaço, bem como a aplicação dos recursos referentes a habitação e produção. Compreender como ocorre a aplicação dos créditos referentes à habitação e produção nos possibilita uma análise mais profícua desses assentamentos, já que interessa nesse trabalho o desenvolvimento a partir do ponto de vista da organização do espaço, especificamente os aspectos sociais e econômicos.

A criação de PAs, como já constatada por Germani (2001), continua sendo realizada a partir da pressão dos movimentos sociais organizados. Para a organização do espaço desses PAs existem algumas possibilidades, que serão definidas em consequência dos objetivos e das estratégias empregadas para atingi-los. Constatou-se, a partir da experiência profissional e pessoal da pesquisadora, que há a prevalência de um modelo sobre as demais possibilidades. Nesse sentido, é preciso compreender a partir da criação de assentamentos na Bahia: quais são os atores hegemônicos na organização do espaço dos assentamentos de reforma agrária? Quais as intencionalidades presentes nas principais propostas de organização do espaço, de um lado pelo MST e, por outro lado pela ação do Estado? Quais as implicações sociais e econômicas que tais modelos têm trazido para população assentada?

A construção das questões da pesquisa partiu de algumas experiências pessoais e profissionais em projetos de assentamentos que possibilitaram maior aproximação com os assentados. Na experiência pessoal soma a condição de filha de assentados da reforma agrária, o que possibilitou os primeiros contatos com a questão agrária¹. Na experiência profissional conta-se a participação na equipe de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), programa de assessoria técnica em assentamentos de reforma agrária, realizado através do convênio entre INCRA e Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI) e executada através da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA). Ainda dentro das experiências de trabalho acrescenta-se o período em que trabalhei no INCRA, o qual contribuiu para o processo de construção das questões de pesquisa.

Outro ponto que converge para a construção das questões de pesquisa está ligado à experiência com assentamentos vinculados ao MST. O movimento parte do discurso de que a organização do espaço dos assentamentos, ligados ao movimento, deve ter como centralidade a habitação, portanto a localização das habitações toma um sentido diferenciado a partir da experiência do MST. Nesse sentido, partimos do discurso do MST (escala nacional), e buscamos analisar a organização do espaço como foi planejada/implantada no campo (escala local), a partir da ação do Estado e dos movimentos sociais. Portanto, adotamos uma análise interescalar do processo de organização do espaço nos assentamentos. A análise privilegiou três modelos diferentes de organização do espaço, sendo dois ligados ao MST e outro ligado inicialmente ao Movimento dos/as Trabalhadores/as Acampados/as, Assentados/as e Quilombolas da Bahia (CETA), hoje área do movimento Luta Camponesa, que é uma dissidência do CETA.

Para o MST os PAs devem ser organizados de modo que se mescle a organização das habitações em sistemas coletivos com o espaço de produção em sistema individual. Um desses modelos são as agrovilas, amplamente implantadas na Bahia e os núcleos habitacionais, modelo adotado pelo MST. As habitações, do ponto de vista do MST, devem ser localizadas em espaço comum, permitindo uma maior interação entre as famílias. O MST busca evitar que as habitações sejam construídas nos lotes de produção. Neste sentido, infere-se a partir da análise desse

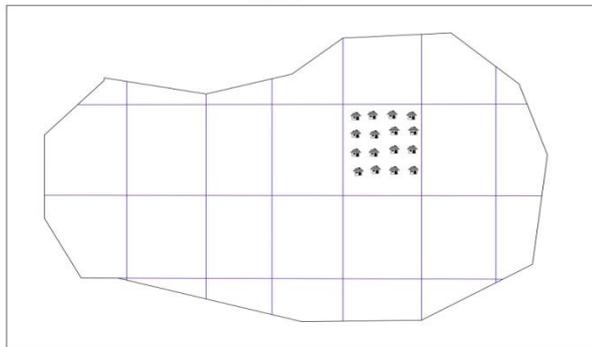
¹ O PA em questão é o PA Andaraí, situado no município de Andaraí, criado em 1986 com capacidade para 413 famílias, assentamento hoje vinculado ao Movimento de Luta pela Terra (MLT).

discurso que há uma centralidade na localização de moradia como ponto principal na organização do espaço dos PAs.

No sentido de atribuir ao leitor uma melhor compreensão apresentamos uns croquis de alguns modelos de organização do espaço de assentamentos de reforma agrária. Na apresentação aparece a localização das habitações e do espaço de produção.

Modelo 01: Neste recorte espacial as casas são localizadas em espaço comum, em sistema de agrovila e a área de produção é dividida em lotes individuais, conforme Figura 1;

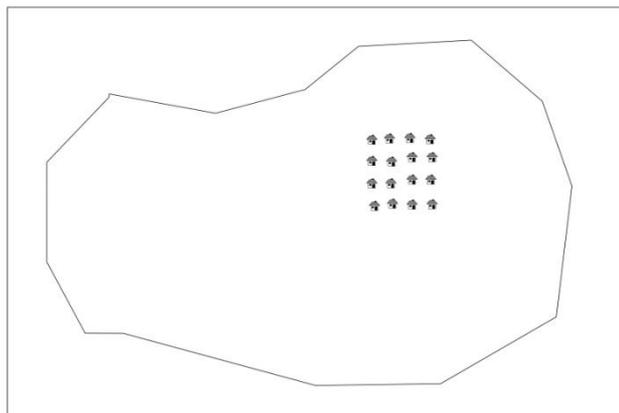
Figura 1 – Agrovila combinada com espaço de produção individualizado



Fonte: Organizado por Alexandre Dormundo com base em Bertolini; Carneiro, 2007.

Modelo 2: As casas são organizadas em espaço comum, do tipo agrovila, e a área de produção é coletivizada, sem divisão de lotes, ver Figura 2.

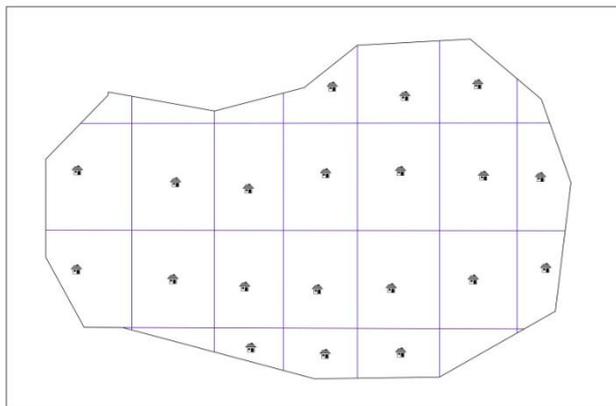
Figura 2 – Agrovila combinado com espaço comum para produção



Fonte: Organizado por Alexandre Dormundo com base em Bertolini; Carneiro, 2007

Modelo 3: neste recorte espacial as casas são construídas de forma dispersa. A construção das casas é nos lotes de produção. Esse modelo representa um número reduzido dos PAs na Bahia, conforme Figura 3;

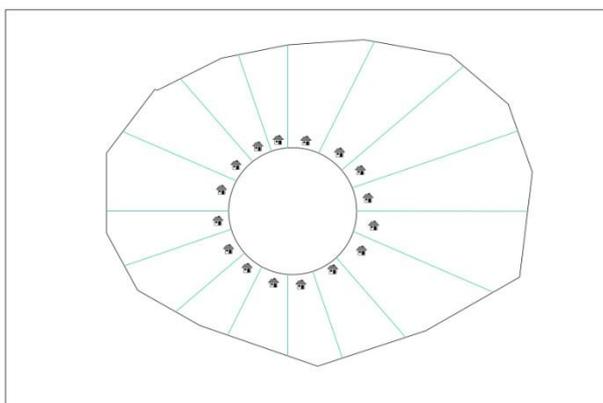
Figura 3 – Casas construídas nos lotes individuais;



Fonte: Organizado por Alexandre Dormundo com base em Bertolini; Carneiro, 2007.

Modelo 4: Na Figura 4, as casas são localizadas em espaço comum, ao mesmo tempo em que estão no lote de produção. Chamados de núcleos habitacionais esse é um modelo híbrido, devido a junção das formas que buscam aproximar as casas, e ao mesmo tempo, manter a divisão de lotes individuais.

Figura 4 – Modelo Híbrido – núcleo habitacional



Fonte: Organizado por Alexandre Dormundo com base em Bertolini; Carneiro, 2007

Ao associar a localização da habitação e produção diversas combinações podem ser adotadas. Com base na experiência de campo pode-se inferir que o modelo mais comum é o que apresenta as casas localizadas em agrovilas com separação do local de produção. Com relação ao modelo 2 hoje mesmo em PAs do MST não se tem optado por este tipo de parcelamento.

A pesquisa se justifica por apresentar um novo ponto de perspectiva de análise dos assentamentos de reforma agrária. Pretendeu-se estender um novo olhar sobre os resultados concretos da política de criação de assentamentos a partir do estudo da organização do espaço e seus desdobramentos para os assentados,

visto que foram identificados poucos trabalhos nessa perspectiva. Nesse sentido, o debate sobre recorte espacial é apresentado como possível contribuição para a execução da política de criação de assentamentos, já que se entende que o planejamento do espaço está diretamente ligado ao tipo de desenvolvimento que se pretende alcançar. O resultado poderá interessar ao INCRA, aos movimentos sociais, aos assentados, a pesquisadores, entre outros.

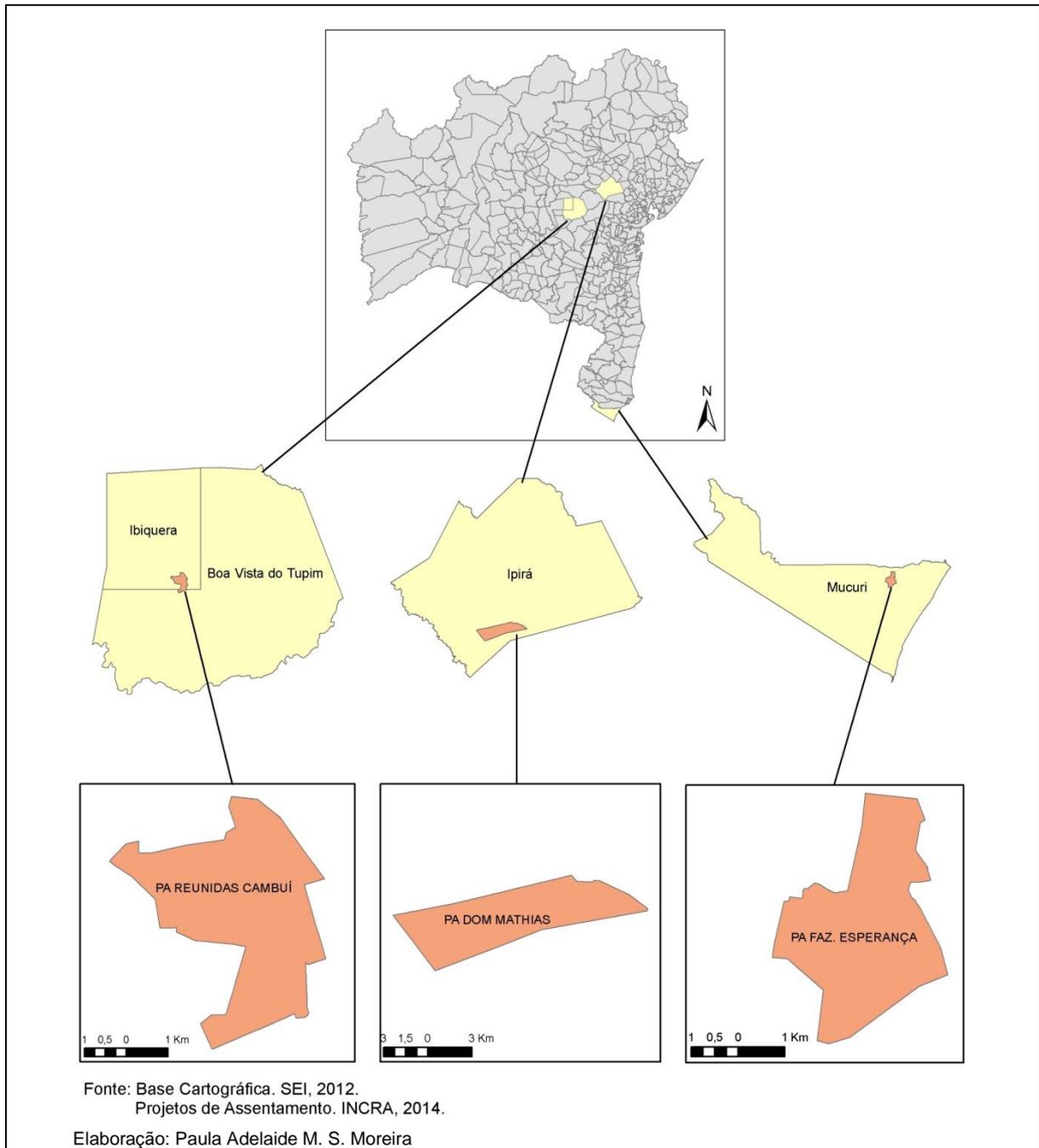
Corroborando ainda para a justificativa o fato de que, segundo Moreira (2012)², as agrovilas podem apresentar diversos padrões, porém não existem ainda trabalhos que representem essas variações: em relação ao arruamento, tamanho das agrovilas, tamanho das áreas onde as habitações são construídas, número de agrovilas por PA, dentre outras. Dependendo da extensão das áreas onde as habitações são construídas, pode-se afirmar que constituem lotes com características urbanas ou rurais. O mesmo ocorre com a arquitetura das casas que podem também ser identificados a partir de padrões com perfis mais urbanos ou rurais (MOREIRA, 2012). Esses perfis podem ter influência sobre as atividades a serem desenvolvidas, como tamanho da área onde são construídas as casas na agrovila, com espaço ou não para pequena produção agrícola e criação de animais de pequeno porte. Esse trabalho não busca dar conta dessas questões, mas compreendendo a forma de organização dos PAs poderá apontar alguns caminhos que possam auxiliar pesquisas posteriores.

Buscando atingir aos objetivos desta pesquisa foi delimitado enquanto *locus* de análise três PAs (conforme Figura 5), cada um representando um modelo diferente de organização do espaço. O PA Reunidas Cambuí localizado entre os municípios de Ibiquera e Boa Vista do Tupim, neste se adota a agrovila como modo de localização das habitações. Separa, portanto espaço de habitação do espaço de produção. Este é um PA ligado ao MST. O segundo o PA Dom Mathias, localizado no município de Ipirá. Neste o modelo de organização do espaço privilegia a localização das habitações nos lotes de produção, sendo, considerado neste trabalho como o contra-senso ao modelo amplamente adotado na Bahia. O PA é vinculado ao movimento Luta Camponesa. O terceiro é o PA Fazenda Esperança situado em Mucuri. Este foi escolhido por ser um dos poucos assentamentos na

² Paula Adelaide S. Moreira é arquiteta do setor de engenharia do INCRA/SR05 BA, depoimento sobre os modos de organização dos espaços de moradia nos PAs baianos, data da entrevista: 29/11/12.

Bahia que representa o modelo de organização espacial em que se adota o Núcleo Habitacional, um dos modelos adotado pelo MST, ao qual o PA está ligado.

Figura 5 – Localização do PA Reunidas Cambuí – Ibiquera; PA Dom Mathias – Ipirá e PA Fazenda Esperança – Mucuri



O PA Reunidas Cambuí foi criado em 17/09/2002, a área total é de 1.440,0644 hectares. O PA é composto por 40 famílias. O PA Dom Mathias possui área total de 4.919,0326 ha. O PA foi criado em 31/08/2005 com capacidade 100 famílias. O PA Fazenda Esperança é composto por 83 famílias, que ocupam uma área de 1.014,9663 ha. Este PA foi criado em 07/10/2004.

Para responder aos objetivos propostos optou-se por uma abordagem qualitativa, visto que esse tipo de abordagem aparece como a opção mais indicada já que se apresenta como um importante aporte na avaliação de programas podendo influenciar nas políticas sociais.

Para a construção da pesquisa foram utilizados dados primários e secundários. Os dados primários foram construídos a partir de questionários, entrevistas semiestruturadas e observação direta. Os dados secundários foram obtidos a partir da seleção de livros, artigos, dissertações e teses que tratam da temática analisada, documentos do INCRA, publicações oficiais do MST e legislação agrária.

Foram consultados os processos de pagamento de crédito e demais processos referentes aos PAs. Com esses documentos foi possível analisar parte do histórico desses assentamentos, como data de criação, extensão da área total da propriedade, da área dos lotes, área comunitária. Foram consultadas as modalidades de crédito acessadas, o período de acesso e de aplicação destes, bem como os valores e destino das aplicações. A análise da aplicação do Crédito Instalação, o uso do recurso e período entre recebimento e aplicação, foi feita com base nos dados constantes nos processos. Sendo que o período de aplicação foi descrito com base nas datas das notas fiscais.

Os dados primários foram coletados a partir de trabalho de campo com uso de questionários com assentados e entrevistas com assentados, militantes do MST, coordenador do setor de produção do MST e coordenador Geral de Infraestrutura e Desenvolvimento do INCRA/sede.

As entrevistas tiveram como objetivo entender o processo de produção do espaço em cada situação analisada, a participação de cada um dos grupos interessados, assentados, movimento e Estado. Outro ponto analisado foi acerca da participação e gestão da aplicação do crédito instalação, buscou-se perceber quais mudanças ocorridas no PA e, conseqüentemente na vida dos assentados a partir da aplicação do crédito.

A entrevista aplicada ao coordenador do setor de produção do MST teve como objetivo compreender quais as intencionalidades subjacentes às formas espaciais, o porquê da centralidade na localização do espaço de moradia e sua correlação com a produção. Os dados da entrevista serviram para complementar

qualitativamente as questões da pesquisa, aprofundando o entendimento com relação ao caso baiano para o planejamento espacial.

Utilizou-se ainda, enquanto recurso metodológico, o uso da fotografia como meio de registro da paisagem, incluindo as infraestruturas identificadas nos assentamentos.

No intuito de compreender a realidade analisada em seu processo de transformação do espaço, adotou-se uma periodização que permite entender esse processo com suas diferenças e similitudes nos três modelos de organização do espaço. Essa periodização foi construída considerando as etapas identificadas no processo de organicidade do MST desde a seleção da área a ser ocupada até o momento de desenvolvimento do assentamento.

Sabendo da importância das relações interescares para a compreensão da organização do espaço geográfico considerou-se para o trabalho de pesquisa as relações entre três escalas geográficas: nacional, estadual e local. Na nacional temos o Estado como produtor de políticas que influem diretamente nos lugares e, o MST com a construção de uma agenda política e formas de organização que devem ser implementadas nas demais escalas; a estadual por onde perpassam as políticas e onde ocorrem os embates políticos, com relação às políticas do INCRA e posições do MST; e a escala local onde se concretizam as ações e os sujeitos assentados constroem seu espaço de vida e trabalho.

Para operacionalização dessa investigação, considerando-se os objetivos propostos e o *locus* de pesquisa, optou-se pela categoria de análise forma-conteúdo. Essa escolha foi feita por entender que através dessa categoria, juntamente com o conceito de espaço proposto por Milton Santos (2012), seria possível compreender as transformações no espaço tendo em vista o movimento da totalidade social e sua relação com o lugar. Dessa forma, a obra de Milton Santos “A natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção” torna-se principal referencial teórico-metodológico para análise.

Este trabalho está dividido em seis capítulos considerando a introdução e considerações finais. Na Introdução, esta parte, apresenta-se o estudo proposto e a metodologia, bem como um panorama da questão agrária nacional. São apresentadas ainda os projetos de assentamentos analisados, bem como os mapas de localização desses PAs.

O segundo capítulo traz a discussão acerca do conceito de espaço e da categoria de análise forma-conteúdo, tendo como principal marco teórico a obra “A natureza do Espaço” de Milton Santos (2012). A partir do conceito de espaço e da categoria forma-conteúdo que o trabalho se estrutura. Apresenta-se ainda, neste capítulo uma breve discussão sobre a adoção das agrovilas pelo Estado nas áreas de colonização e, posteriormente de reforma agrária, onde o Estado aparece como principal planejador da organização espacial dessas áreas.

O terceiro capítulo apresenta a organização do espaço sob a ótica do MST, o discurso por trás das formas. É exposto um breve histórico do movimento e partir daí a organização do espaço de assentamentos de reforma agrária é apresentada enquanto uma proposta ideal e idealizada pelo MST. Nesse capítulo, com base em pesquisa bibliográfica e entrevista com militantes e assentados é descrito como os modelos de organização espacial adotados pelo MST está interligado com a organicidade do movimento e, como as relações advindas da divisão do espaço de produção – espaço de habitação surgem nesse novo espaço criado.

No quarto capítulo a organização do espaço é apresentada sob a ótica do Estado. Como o Estado a partir das modalidades do Crédito Instalação, do parcelamento dos assentamentos e dos instrumentos de planejamento, por ele criados, estrutura esse espaço e, ao mesmo tempo, nega algumas possibilidades para os assentados e para a ação dos movimentos sociais. Neste capítulo são apresentadas algumas políticas públicas para os assentados, com destaque para o Crédito Instalação, que tem papel preponderante para o desenvolvimento das atividades produtivas do PA.

O quinto capítulo traz a análise dos três modelos de organização do espaço escolhidos. São apresentadas as plantas desses PAs e a partir delas toda a organização espacial, social e política, bem como a periodização de cada um deles no intuito de facilitar a compreensão do processo de criação e desenvolvimento dos assentamentos. Nesse capítulo, portanto, centra-se a ação concretizada pelo Estado e as relações de mediação do Estado e movimentos sociais.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, onde faz-se um balanço desse espaço construído a partir de relações de conflitos e disputas e as intencionalidades nele presentes.

2 COMPREENDENDO O ESPAÇO GEOGRÁFICO

No capítulo anterior deu-se um panorama geral acerca da política de criação de assentamentos no Brasil. Apresentou-se o objeto de pesquisa, metodologia, justificativa e apresentação dos PAs analisados nos três estudos de caso. Neste capítulo apresentaremos o conceito de espaço e a categoria analítica forma-conteúdo adotados para análise do trabalho de pesquisa.

O conceito de espaço neste trabalho é crucial para entendermos o problema de pesquisa a que nos propomos, tanto no que concerne sua produção no cotidiano, quanto em relação à ação planejada pelo Estado, já que nos interessa entender as intencionalidades presentes na organização do espaço de assentamentos de reforma agrária, o qual não está dissociado da organização do espaço mundial.

Nossas análises partem da concepção de Milton Santos de que o espaço é um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, que fazem parte do que o mesmo autor denomina de meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2012). Portanto, o espaço é produto social em constante processo de mudança (SANTOS, 1985) do qual participam diversos atores.

Essa concepção de espaço tenta dar conta da complexidade que permeia a relação sociedade/natureza e nesse ponto o espaço abriga uma multiplicidade de sentidos. Busca-se o âmago do processo de produção da técnica, da criação de objetos, da ação do homem sob eles e vice-versa, numa análise dialética do processo de produção e organização do espaço. O objetivo é trazer à tona as intencionalidades presentes nesse conjunto de objetos e ações, considerados de modo indissociável.

Dentro da concepção de meio técnico-científico-informacional a organização do espaço está estritamente ligada ao modo de produção capitalista que, graças ao processo de globalização, interconecta todos os lugares que interessam ao capital.

Assim a relação homem/natureza é cada vez mais mediada a partir do uso de tecnologias, ou seja, a produção é cada vez mais tecnificada. A técnica, por sua vez é fruto da ciência, cuja produção atende a intencionalidades. O aprofundamento da interação entre técnica e ciência se dá sob a égide do mercado que, graças a essa interação, torna-se cada vez mais global (SANTOS, 2012). Neste contexto a

informação ganha importância suprema, tanto para a produção da técnica, como para o seu funcionamento. Segundo Santos (2012),

[...] os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação (SANTOS, 2012, p. 238).

Ciência, técnica e informação estão na base do sistema de produção, utilização e funcionamento do espaço, tendendo a constituir sua base. Quem detém determinado conhecimento e possibilidade de uso das técnicas mais desenvolvidas terão melhores resultados, tendo em vista uma maior produtividade.

Neste sentido, os que detêm o uso de técnicas mais avançadas se distinguirão dos que não possuem acesso a essas tecnologias, em termos de produção, distribuição, comercialização. No caso por nós analisado, observamos que o resultado do trabalho de quem produz por conta própria sem conhecimento técnico-científico e sem uso de técnicas mais avançadas é apropriado por intermediários. Isso se dá porque o uso de determinadas técnicas (principalmente as mais avançadas) e o próprio uso que se faz dos avanços científicos, são marcadamente dominados por poucos grupos sociais com poder econômico e/ou poder político. Importante salientar que técnica, esse fenômeno histórico, está relacionada não apenas à objetos técnicos, mas às técnicas da produção, de transporte, do dinheiro, do controle, da política, comunicação, da subjetividade e da sociabilidade (SANTOS, 2012)

Santos (2012) propõe ainda, que as técnicas podem ser um meio eficaz de medir a idade de um lugar, não a idade jurídica, mas idade geográfica do lugar através da paisagem. Para o autor, uma técnica pode ter uma idade universal que se refere a sua origem. Assim uma técnica possui uma idade científica que é referente ao momento que são concebidas em um laboratório, interessando mais à história da ciência (valor abstrato). E uma idade histórica, quando determinada técnica se incorpora a vida de uma sociedade (valor relativo). E é essa a idade que segundo o autor, interessaria ao geógrafo. Na concepção de Santos (2012) é exatamente o momento do uso que transforma a ciência em técnica, daí a importância em seu valor relativo. O valor da técnica é sempre avaliado de acordo com o local, com relação a outras técnicas presentes no local, como é recebida e também com relação a outros lugares. Assim a idade das técnicas é medida tendo por referência

valores internos e externos. Destarte, o surgimento das técnicas no tempo e no espaço serve a interesses do capital, bem como o não surgimento em determinados lugares.

Em acordo com Santos (2012) pode-se afirmar que a mediação homem/meio é dada pela técnica (que também representa capital na medida em que é transformada em mercadoria). Essa, por sua vez, torna-se universalizada enquanto produto da ciência e da informação. Incorporadas ao lugar ela ganha novos significados, porém, não dissociado do restante dos lugares.

Considerando que o modo de produção hegemônico é o capitalismo e que o fenômeno da globalização é algo real, pode-se afirmar que a difusão da técnica tem papel de suma importância nesse período histórico da humanidade, servindo à hierarquia dos lugares. A inclusão e a exclusão de determinados lugares ao mundo das técnicas é algo pré-concebido e planejado. Porém, é preciso atentar para o fato de que as técnicas produzidas dentro deste contexto servirão principalmente aos atores hegemônicos que conduzem o processo de produção e organização do espaço (SANTOS, 2012).

Nesse sentido, ao analisar a produção agrícola, considerando, de um lado o modelo de agronegócio e, de outro o modelo de agricultura familiar, nem todas as técnicas produzidas para otimizar a produtividade no meio rural servem ao segundo modelo. Essa inadequação é facilmente percebida quando se avalia: 1) os custos. O agronegócio necessita de um grande volume de capital, tendo em vista todos os insumos necessários à produção em larga escala (dessa forma se concretiza a dominação do capital financeiro na agricultura); 2) o tipo de produção. O primeiro é baseado no monocultivo e segundo na diversidade e auto-sustento; 3) topografia e tamanho das áreas. O agronegócio dispõe de uma grande extensão de terras, geralmente apropriadas para uso de máquinas, como tratores, plantadeiras, sistemas de irrigação, colhedoras e outras máquinas, já as áreas pertencentes à agricultura familiar o uso de máquinas é, muitas vezes, limitado pelo relevo acentuado e/ou pouca extensão de terras, sem que haja, no Brasil, a produção e/ou comercialização de máquinas apropriadas para esses terrenos; 4) relação com o mercado, no caso do agronegócio a produção é totalmente voltada ao mercado mundial e a agricultura familiar mais centrada no mercado interno e auto-sustento; 5) produção de alimentos. O que necessita de outras técnicas que deveria diferir das usadas no agronegócio centrado na produção de *commodities*, do uso intensivo de

agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, defensivos, dentre outros, que possui grande dependência de capital. A produção dentro da agricultura familiar necessita de técnicas apropriadas à sua realidade, que considere os tipos de solo, relevo, clima, tipos de produção. E que sirva às pequenas e médias propriedades. Que não haja uma necessidade de grande volume de capital ofertado através de agências financeiras e, que sirva a produção de alimentos saudáveis como um direito social, reduzindo o uso de agrotóxicos na sua produção.

Entretanto, os objetos geográficos implantados em determinados lugares estão, também, conectados com interesses econômicos de parte da população. Por exemplo temos a construção de pontes, estradas, barragens, executadas como meio de viabilizar a reprodução do grande capital e, mesmo a apropriação de determinadas áreas, em detrimento de outras está interconectada com essa realidade. O espaço assim concebido tende a ser organizado para atender as demandas das grandes empresas, tanto no campo, quanto na cidade. Criando possibilidades para mobilidade de produtos, ideias, pessoas, mas não qualquer pessoa, sempre voltadas com o objetivo final da mobilidade do próprio capital.

Com relação aos objetos geográficos Santos (2012) propõe que estes são tudo o que existe na superfície terrestre, herança da história natural e todo resultado da ação humana. As coisas naturais, segundo o autor, passam a ser consideradas objetos pelo uso social que se faz deles a partir de um conjunto de intenções. Nesse sentido, é a ação humana que transforma as coisas naturais em objetos geográficos. Isso a partir de suas diversas intenções, sociais, econômicas, culturais, que dá novo sentido às coisas da natureza. Assim os objetos geográficos são tanto móveis como imóveis, naturais ou artificiais.

Ao usar o termo sistema de objetos e sistema de ações o autor tenta dar conta da realidade que o rodeia. Tudo está em relação e há sempre intencionalidades nessas relações, ainda que não sejam determinísticas.

Cada vez mais os sistemas de objetos se tornam artificiais, povoados por sistema de ações, também cada vez mais artificiais e com intenções cada vez mais estranhas ao lugar. Esse distanciamento do lugar está estritamente ligado ao modo de produção hegemônico, que permite o funcionamento cada vez mais integrado à nível mundial, o que reforça falarmos de sistemas de objetos e sistemas de ações e que traz em seu bojo uma interdependência cada vez mais complexa.

Logo, os objetos geográficos, segundo Santos (2012) só podem ser analisados em conjunto com as ações a eles inerentes. Ou seja, só se pode compreender um sistema de objetos entendendo os sistemas de ações, e vice-versa, já que são indissociáveis. Para tanto, a intencionalidade se coloca entre o objeto e a ação, já que não se produz objeto sem antes ter uma intenção sob este:

A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, a intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território (SANTOS, 2012, p.94)

As ações são assim subordinadas à normas, leis, costumes, portanto, podem ser institucionalizadas ou não. Contudo, ainda que formais e estabelecidos os meios de controle não é possível ter controle total sobre os resultados das ações, isso devido ao caráter humano da ação, o que dificulta a previsibilidade.

Como as ações são cada vez mais estranhas aos fins do próprio homem e do lugar há a necessidade de distinguir a escala de realização da ação e a escala de comando dessa ação. É preciso ainda distinguir entre atores que decidem e os outros. Os que têm poder para decidir pode tanto escolher o que vai ser difundido e onde, bem como, escolher a própria ação a se realizar (SANTOS, 2012). Para Santos (2012) destacam-se como os maiores decididores os governos, empresas multinacionais, organizações internacionais, chefes religiosos, grandes agências de notícias, dentre outros. Assim, o autor afirma que ao homem comum o poder de escolha nas ações empreendidas é limitado, estes funcionam mais como veículo e não motor da ação, o que não é necessariamente consciente.

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas (SANTOS, 2012, p.82)

As ações dos homens vão sendo amplamente conduzidas por comandos distantes, provocadas através de necessidades criadas, com grande influência da mídia. Com relação ao campo de estudo, com base no trabalho de campo e experiência de trabalho, observa-se que começa a ocorrer uma tendência à monocultura dentro da pequena agricultura de base familiar. Isso devido à exigência, com incentivo do Estado, de adequarem-se ao mercado como meio de obter renda. Para tanto, o Estado age através de órgãos públicos ligados à agricultura, através de

contratos com grandes empresas para quem os agricultores devem passar a produzir. Um exemplo são os programas ligados a produção de biodiesel em que, através da interferência do Estado, os agricultores passam a produzir mamona, ou outra cultura, com contratos entre produtores e empresas. A tendência é que, caso ele consiga melhorar a renda familiar, abandone a produção diversificada e se dedique apenas ao que lhe garanta uma renda melhor.

A partir dos contratos o agricultor passa a necessitar cada vez mais do mercado seja para o sustento da família, seja para a manutenção da produção, que necessita cada vez mais de tratamento específicos, devido ao monocultivo e às exigências do mercado. As agências de assistência técnica, estatais ou privadas têm papel preponderante nessa mudança de mentalidade. Essas mudanças no campo vêm ocorrendo de longa data, porém com a implementação de determinadas políticas públicas consegue-se inserir com mais facilidade esse público no mercado consumidor.

Nota-se que os sistemas de objetos e os sistemas de ações são meio de conexão entre os lugares, que vão sendo cada vez mais produzidos obedecendo a uma lógica externa aos lugares onde se instalam. Não é mais o lugar o local de emergência de novas técnicas, antes produzidas para atender as necessidades da população local, mas criações exógenas com fins também exógenos. Porém, a difusão desses objetos não se dá uniformemente, antes é difundido de forma desigual na história e no território, no tempo e no espaço (SANTOS, 2012).

Assim o meio técnico-científico-informacional se refere ao momento em que a sociedade se cerca de objetos elaborados de acordo com os mandamentos da ciência e se servem de técnicas mais elaboradas que contém alto grau de informação, de onde vem a intencionalidade com que servem às diversas modalidades e diversas etapas da produção (produção, circulação, distribuição e consumo). Porém, o espaço é também contraditório, por ele perpassam técnicas e objetos de diversas idades sendo, portanto, também ligado às ações e intencionalidades diferentes. Neste sentido, segundo Silva (1991) o espaço geográfico é constituído de totalidades capitalistas e não-capitalistas, é produzido e reproduzido através do trabalho do homem que é dialeticamente coisificados pelo sistema e humanizados para si mesmos.

O modo como o espaço é organizado representa um misto de interesses, associado ao sistema capitalista que prevê o acúmulo de capital sob a exploração

do trabalho de outros homens. Traz, ainda, a substituição de homens por máquinas, ao menos, em alguns setores onde interessa ao capital, mas mantendo em outros o trabalho feito por mãos humanas, caso esse seja um fator de lucratividade. Essa exploração do trabalho do homem não é necessariamente realizada de forma direta. Nesse sentido, entender como os diversos espaços estão organizados e como essa organização permite a conexão entre eles é importante, bem como os resultados que isso tem trazido para os diversos grupos sociais, em termos sociais, políticos, culturais e econômicos.

A organização do espaço é conduzida por diversos agentes, sendo o Estado um desses agentes o seu papel é tanto necessário, quanto importante para o processo de reprodução do modo de produção capitalista. Segundo Corrêa (2002), o Estado é visto como importante produtor de espaço e sua atuação não é neutra, ao contrário, sua atuação é realizada de modo a amenizar a luta de classes, privilegiando a classe detentora de poder. Nesse sentido, a ação do Estado é vista como meio de viabilizar o modelo de sociedade capitalista, dando condições para reprodução do modo de produção capitalista. O Estado não atua sozinho na organização do espaço, outros agentes podem ter papel preponderante, ainda que não sem o consentimento do mesmo. Destarte, a organização do espaço não se dá de forma neutra, mas com objetivos específicos ainda que implícitos.

Tendo por base o trabalho de Corrêa (2002) e a realidade analisada nesta dissertação, pode-se inferir que os agentes produtores do espaço no campo, responsáveis pela organização desse espaço, podem ser compreendidos como sendo: 1) Estado; 2) Proprietários de Terra (com diversos interesses); 3) Agentes Imobiliários; 4) Agentes do Setor Turístico; 5) Movimentos Sociais e 6) População em geral. Esses interferem na organização do espaço influenciando no valor de terra, acesso a propriedade da terra, tipos de uso, com a expropriação do resultado do trabalho de outros, influenciando no tipo de produção e alargando mercados. Sendo o principal deles o Estado como agente regulador dos usos através de leis e normas.

Santos (2012) ao definir o espaço como objeto da geografia e defini-lo como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, propôs, também, as suas categorias analíticas internas, sendo elencadas pelo autor: a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo e as formas-conteúdos. Dessa forma, tendo em vista os objetivos propostos nesse trabalho e, sua operacionalidade, definiu-se o espaço

enquanto conceito-chave e as formas-conteúdo como categoria analítica para análise da realidade que se propõe.

Sendo o espaço social resultado da produção humana, a sua organização pode ser pensada de forma sistematizada. Nesse sentido pode haver estratégias com o propósito de atender determinado fim social, político e/ou econômico. Ou pode acontecer de modo não sistematizado, sem que haja estratégias bem definidas para atingir objetivos de cunho político ou econômico, porém há sempre intencionalidades. A organização do espaço é vista como resultado da ação de diferentes agentes sociais que provém da luta de forças sociais antagônicas. No caso específico dessa pesquisa, nossa análise teve como objeto a atuação do Estado, dos movimentos sociais de luta pela terra e dos assentados da reforma agrária, tendo como referência de um lado, a proposta de organização do espaço do MST e, de outro lado, a ação de planejamento (ou não) do Estado na organização do espaço de assentamento de reforma agrária. Definiu-se a categoria forma-conteúdo tendo em vista que a produção das formas no meio social e sua readequação aos interesses da sociedade atual são feitos a partir de interesses nem sempre claros, ou, esclarecidos. Nesse sentido, forma-conteúdo diz respeito a todas as construções sociais e usos dos meios naturais para viabilizar a vida em sociedade. A categoria forma-conteúdo é proposta como meio de compreender a totalidade social que, neste caso, abrange o espaço de assentamentos de reforma agrária. A produção e organização do espaço, bem como, quais intenções estão ligadas a essa produção e organização são pontos importantes de análise que se buscou compreender a partir do arcabouço aqui exposto.

2.1 A TOTALIDADE E A PRODUÇÃO DE FORMA-CONTEÚDOS

Com o fim da guerra fria em 1989, tendo como marco a queda do muro de Berlim na Alemanha, o capitalismo se configura definitivamente como modelo econômico hegemônico. O processo de globalização, iniciado no século XV e os avanços tecnológicos conseguidos a partir, principalmente, das duas grandes guerras mundiais, permitiram criar mecanismos que intensificaram o modelo do capital. O resultado é um mundo estruturado em contradições e disputas, tendo em vista o domínio do capital. As contradições podem ser percebidas pela própria

natureza do capitalismo, baseado no antagonismo de duas classes sociais, conforme a teoria marxista são essas a classe trabalhadora e a classe burguesa. Além disso, existem as disputas, porque este não é o único modelo de sistema econômico ou de sociedade; convive em constante disputa ideológica e de poder com outros modelos não-capitalistas, a exemplo de organizações (como o MST) que buscam construir um projeto de sociedade socialista, para tanto, tentam mudar a correlação de forças na sociedade. O que não exclui as disputas dentro do próprio sistema que se pauta na concorrência e competição.

Conseqüentemente, o estudo do espaço supõe apreender sua relação com a sociedade que está em constante transformação, o que permite afirmar que o espaço também está sempre sendo transformado. Para compreender a organização espacial devem-se considerar as variáveis tempo e lugar. Já que integram a composição do espaço não apenas formas do presente, mas também do passado e das adaptações realizadas com as formas do passado. Formas que são abandonadas ou adaptadas às novas funções e que vão sendo modificadas, utilizadas de maneiras diferentes em cada lugar e com isso transformando as paisagens.

A partir de Santos (2012) podemos definir a paisagem como um conjunto de formas, que podem ser tanto produto do presente, quanto do passado. As formas são, por sua vez, obras fixadas pelos homens, o visível, materialização de determinada função. A cada mudança na realidade social impõem-se novas formas, ressignifica as existentes ou, estas perdem sua função devido ao processo histórico sendo, portanto, incorporadas à paisagem quando não desaparecem. Porém, as formas são mais que formas, elas são formas-conteúdo, pois elas revelam estruturas sociais. Nelas estão inscritas as ações dos homens e, a partir de um olhar mais atento, pode-se através do dado (forma) revelar o não-dado (conteúdo). Ou seja, as intenções presentes na organização do espaço. Esse não-dado quando revelado pode nos exemplificar fatos do presente e do passado, o que auxilia na compreensão da totalidade enquanto processo (SANTOS, 2012).

Logo, o espaço é um ponto essencial para entendermos o homem em suas diversas relações sociais, econômica e produtiva. Todavia não é a paisagem simples e pura que nos interessa, mas a sociedade vista a partir da produção do espaço, dentro de uma realidade concreta – dentro da totalidade. Para entender a organização do espaço é preciso compreender a totalidade social. No entanto, para

Santos (2012) essa totalidade não se concretiza de fato, graças à dinâmica social ela está sempre em processo de totalização. Essa totalidade social, que está em constante mudança, só pode ser entendida na relação global/local. Na busca pela compreensão da totalidade é preciso dividi-la em partes e, para entender as partes é preciso considerar a totalidade, sempre em movimento. Destarte, sua compreensão só se dará a partir de uma análise dialética que a considere como processo.

Moreira (1982) ao discorrer sobre a totalidade tenta entendê-la a partir da relação homem-meio, cada vez mais mediada pelo capital, entendida a partir das contradições daí decorrentes. Ou seja, a transformação do meio enquanto mercadoria e da relação de expropriação do trabalho do homem. Nesse sentido, entendida a partir do modo capitalista de produção a totalidade é expressa sob formas, porém essas formas não podem ser tomadas como expressão da realidade, antes elas revelam estruturas sociais. A totalidade é assim, para Moreira (1982), movimento e contradição, o movimento ele próprio como contradição.

Ora, a totalidade é movimento e contradição, movimento como contradição. Movimento que se cristaliza em formas, isto é, em contradições definidas. Formas que revertem sobre o movimento, mediante sua continuidade e nele se incorporando para daí saírem renovadas (MOREIRA, 1982, p.198).

Não distante da ideia de Moreira (1982), para Santos (2012) a totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens em suas relações e em seu movimento. Importante na análise do espaço, a noção de totalidade busca compreender o movimento da sociedade enquanto possibilidade (latência, no sentido do que pode ser, mas ainda não o é) e realidade, sendo esta a possibilidade concretizada. Nesse sentido, o conceito de lugar adquire papel de destaque para a análise, pois a concretude da ação depende das condições dadas por cada lugar, por isso as diferenças entre lugares, a mudança existe como possibilidade, mas a sua concretude depende sempre das condições dadas pelos lugares. Segundo Santos (2012) para entender a totalidade, que é sempre fugaz, é preciso levar em conta, primeiro que o conhecimento pressupõe análise e segundo, que a análise pressupõe divisão.

A totalidade (que é una) se realiza por impactos seletivos, nos quais algumas de suas possibilidades se tornam realidade. Pessoas, coletividades, classes, empresas, instituições se caracterizam, assim, por tais efeitos de especialização. O mesmo se dá com os lugares, definidos em virtude dos impactos que acolhem. Essa seletividade tanto se dá no nível das formas, como no nível dos conteúdos. O

movimento da totalidade para existir objetivamente é um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização (SANTOS, 2012, p.124-125).

Nesse caso, o lugar é local precipuamente de disputa, pois para que haja a especialização o capital necessita se espacializar e isso é feito a partir de uma seleção de lugares, de acordo com interesses e conveniências do capital. Abordando a realidade da criação de assentamentos percebe-se que essas disputas se dão também através da violência, como o exemplo do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, no estado do Pará, onde foram mortos vinte e um sem-terras. Outro caso, em que essa disputa chegou à violência extrema pode ser exemplificado com a morte do militante do MST Fabio Santos morto em 2 de abril de 2013 em Iguai, Bahia. Estes são apenas dois casos dos mil e noventa casos de assassinatos no campo decorrentes da luta pela terra (STEDILE, 2014)³.

Essas disputas que ocorrem no campo tem como causa principal o fato de os movimentos sociais colocarem em questão a propriedade da terra, que não é, segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/1988), um direito absoluto já que deve atender a uma função social. Com isso busca-se modificar o regime de posse e uso da terra. Para Fernandes (1999) a ocupação põe em questão a propriedade enquanto propriedade capitalista. A depender do lugar vai gerar disputas e, talvez, casos de violência extrema. Isso porque em determinados municípios onde a propriedade da terra não tem trazido grandes lucros, distantes dos interesses do agronegócio, podem ser negociadas com o INCRA para criação de assentamentos, através de acordo para desapropriação. Ou, a depender do tamanho, para o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Analisada a partir de uma visão dialética percebe-se que a sociedade constrói, destrói e reconstrói ações e formas. Ou seja, torna a forma em forma-conteúdo, dando a esta seu caráter de dinamicidade. Nesse ponto é preciso, junto com Santos (2012), reafirmar que o lugar não é apenas receptáculo inerte das ações externas. Combinações específicas se dão em cada lugar, o que contribui para o movimento de totalidade como processo, o lugar não é receptáculo da história, mas condição qualificada para sua realização (SANTOS, 2012).

Diante do exposto, tem-se que a sociedade se geografiza através das formas geográficas de modo que estas contêm frações da sociedade na medida em que

³ Dados divulgados durante o VI Congresso Nacional do MST, fevereiro de 2014.

respondem a interesses sociais, culturais e econômicos que variam de lugar a lugar. Sendo assim, as formas-conteúdo estão sempre mudando de significação, num movimento dialético tal qual o todo social, a ação muda a forma que muda a ação, num movimento constante no espaço-tempo (SANTOS, 2012). Seguindo essa linha de raciocínio temos que, ainda que as formas sejam resultado dos modos de produção anteriores sua significação é dada pelo modo de produção atual. Caso não lhe seja atribuída nenhuma função essa forma torna-se parte da paisagem sem função determinada (SANTOS, 2012). A forma ela pode representar o passado, mas a função a ela determinada é sempre presente, a função tem assim certa mobilidade. Ao contrário da forma que, por sua materialidade, tende a ser mais duradoura (SANTOS, 2012). Este é um movimento constante na produção/organização do espaço. Contudo, estando essas formas ligadas a determinadas funções, estas atendem a determinado grupo social, situação que leva à conflitos e tensões sociais. Segundo Santos (2012) o papel das formas no processo social, esse meio ambiente construído, ao revelar estrutura do passado contribui para a compreensão das transformações no espaço.

Portanto, forma-conteúdo une processo e resultado, função e forma, passado e futuro, objeto e sujeito, o natural e o social, permitindo assim um tratamento analítico do espaço considerando-o como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2012).

Com relação ao objeto de estudo, considera-se aqui que o modo como se define as formas espaciais dos projetos de assentamentos, bem como sua localização impõem de antemão uma sociabilidade. Isso se atentarmos para o fato de que essas formas trazem em seu bojo, não só um recorte espacial definido, representado de um lado pela organização do espaço de moradia e projetos de cunho coletivistas. Mas trazem também a forma de organização social, com a exigência da formalidade de organização que represente legalmente o grupo. Contudo, sem uma ação anterior que possibilite o entendimento acerca do seu próprio funcionamento e do que representa de fato uma produção coletiva. De modo que, isso pode implicar num contraponto com referência aos desejos e anseios daqueles que irão compor o projeto. O que, por sua vez, cria tensões e conflitos entre assentados, movimentos sociais e Estado. Nesse sentido, perceber quais são os atores hegemônicos nas escolhas implementadas nos PAs auxilia a

compreensão da organização espacial dos assentamentos de reforma agrária de forma específica e do espaço rural de modo geral.

2.2 A QUESTÃO DA ESCALA GEOGRÁFICA

Partindo dos objetivos deste trabalho, tendo em vista que a problemática de pesquisa perpassa por diversas escalas, torna-se necessária uma breve discussão acerca do conceito de escala geográfica.

Os assentamentos de reforma agrária escolhidos para análise estão localizados em três municípios diferentes. Nestes lugares as normas e ordens principais são do INCRA, que é um órgão nacional que, por sua vez, está presente nos diversos estados da federação e que diversas de suas ações são realizadas em convênios com tais estados, a exemplo do programa de ATES. Algumas ações realizadas dentro desses PAs dependem, todavia, das políticas municipais, a exemplo das políticas educacionais, de saúde e lazer.

O mesmo ocorre com o movimento social considerado para análise, o MST, que tem uma estrutura organizativa que perpassa a escala nacional, estadual e local, onde as deliberações seguem a ordem organizativa hierárquica. Portanto, convém considerar uma abordagem multiescalar, já que há uma interconexão entre essas diversas escalas, onde pode-se distinguir melhor as escalas onde são pensadas as ações e as escalas onde ocorre a execução dessas ações organizando de modos diferentes cada lugar.

A escala geográfica é vista aqui a partir da concepção que busca dar conta dos fenômenos espaciais, enquanto estratégia de apreensão da realidade social e recurso metodológico que possibilita a aproximação do real. Portanto, distinta da noção de escala cartográfica entendida como ferramenta de representação geométrica da realidade. A escala é assim cada vez mais para além de um problema dimensional, ela é também fenomenal, modo de representação de diferentes modos de percepção e de concepção do real. A escala é vista como estratégia de aproximação do real, incluso a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno, definindo-o como problema dimensional e como a complexidade dos fenômenos e a impossibilidade de apreendê-los de forma direta, ou seja, como problema fenomenal (CASTRO, 1995).

Como já posto, os lugares são requalificados para atender às necessidades de atores, quase sempre, externas a eles, logo, estranhas aos fins dos próprios homens do lugar. Portanto, é necessário distinguir entre a escala de realização da ação e a escala de comando dessa ação e, considerar as diferentes escalas geográficas como a espacialidade do processo decisório em diferentes escalas. Nesse sentido, o conceito da escala geográfica busca ser mais compatível com as complexidades socioespaciais (CASTRO, 1995). Para Castro (1995), a escala é também medida, não no sentido do fenômeno necessariamente, mas daquela escolha para melhor observar, dimensionar e mensurar o fenômeno, é nesse sentido que a escala é considerada cada vez mais para além do problema dimensional, mas também fenomenal.

Nesses termos, os lugares são *locus* de realização de ações e implantação de novos objetos de uso cada vez mais racionais, tanto pela escolha de sua localização, quanto pelo seu uso. Santos (2012) nos adverte que essa racionalidade é cada vez mais técnica. Essa transposição de novos objetos e novas ações visa modificar relações locais, promover novos modos de produção e consumo. Assim os lugares vão sendo interconectados com objetivos claros, mas nem sempre a intencionalidade é explícita aos sujeitos do lugar.

Com base em Santos (2012), as escalas de comando se dão sempre com a permissão do Estado, que é responsável pela regulação dos diversos usos do território. Com isso, o autor define que enquanto escala de comando o Estado é o único capaz de legitimar ou não determinadas ações.

Partimos da ideia que a ação do Estado deve ser sempre provocada, seja por iniciativa da sociedade civil ou sociedade privada. Segundo Santos (2012) mesmo numa ação de escala multinacional para sua operacionalização o Estado deve ser acionado, nenhuma empresa multinacional, ou qualquer tipo de instituição, age no território nacional sem a permissão do Estado. O papel do Estado, segundo Santos (2012), em qualquer processo é tanto importante, como necessário, já que para a atuação de agentes externos deve-se ter a legitimação pelo mesmo. O Estado é o único possuidor legítimo da força, exercida através de vários mecanismos, lei, normas, instituições.

Assim uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do Estado sobre outras macroorganizações. Nem as instituições supranacionais, nem as empresas multinacionais têm

esse poder. Se estas podem colher indiretamente resultados globais, seus efeitos diretos são sobretudo pontuais ou lineares (SANTOS, 2012, p.152).

Destarte que a abrangência de legitimação vai sendo delimitada pelas escalas, a abrangência do Estado Nação é maior que do estado federado que, é maior que o município, respeitando-se a jurisprudência de ação de cada ente.

A execução da reforma agrária é realizada através da implantação de projetos de assentamentos que é, por sua vez, resultado principalmente da ação dos movimentos sociais de luta pela terra, a exemplo do MST, que consegue manter na pauta política a reforma agrária através das suas estratégias de luta. Na implantação desses projetos na Bahia domina uma determinada forma espacial em detrimento de outras. Isso em consonância entre os discursos do Estado e do MST. Porém, não com as mesmas intenções.

Logo, como pode-se interpretar as relações Campo – Cidade, Rural – Urbano, Estado – Capital, Estado – Movimentos Sociais, Movimentos Sociais – Capital, tendo como ponto a organização do espaço nos assentamentos de reforma agrária? Quais as reais intenções nas modificações no espaço observadas nesses locais? Ainda que não sejam questões diretas dessa pesquisa pode-se refletir e apontar alguns indicativos para essas questões.

Há um campo de disputa de ideias bem claras quando se analisa essas relações, de um lado o discurso dos movimentos sociais (aqui representado pelo discurso do MST) tendo o socialismo como base para o desenvolvimento, por outro lado, a ação do Estado, que tem como fundamento o desenvolvimento sob a lógica de acumulação de capital.

O MST é um movimento que atua em 23 estados mais o Distrito Federal, presente assim, em quase todo o território nacional. Sua organicidade hierárquica pode ser analisada a partir das escalas nacional, estadual, regional e local, tendo em vista a distinção das escalas de comando e de realização das ações, sempre em análise com as ações implementadas pelo Estado.

2.3 OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA ENQUANTO OBJETO DE ANÁLISE GEOGRÁFICA

O espaço de análise apresenta algumas peculiaridades, uma delas é o fato de que se pressupõe a ação do Estado para sua concretização. Ocorre a partir da modificação da estrutura que sustentava o espaço anterior representado pela grande propriedade. Essa modificação surge tanto a partir do regime de posse e uso, quanto por aspectos culturais e políticos. Porém, a construção desse novo espaço é dada a partir de conflitos e tensões, principalmente pelo que representa a modificação do seu regime de posse e uso.

Nesse sentido, concordamos com Germani (1993) quando afirma que um assentamento de reforma agrária se configura como uma ocupação diferenciada do espaço geográfico e que precisa do apoio do Estado para se realizar, sendo este o principal agente produtor de espaço. Neste sentido, o Estado seria responsável pela organização dos assentamentos, ainda que em conjunto com outros agentes sociais. Porém, não podemos desvencilhar da questão de que a atuação do Estado, segundo Corrêa (2002), visa criar condições para a realização e reprodução da sociedade capitalista. A organização do espaço de assentamento pode representar diferentes formas geográficas e, ao mesmo tempo, responder a diversos interesses sociais.

A análise da pesquisa de campo corrobora com Leite *et al* (2004), no sentido de que a criação de um projeto de assentamento representa por si só uma transformação do espaço. O ponto mais visível é o da transformação de uma propriedade considerada latifúndio em espaço de vida e produção de dezenas ou centenas de trabalhadores. Para atender às novas demandas que surgem a partir do assentamento de diversas famílias, outras transformações do espaço são necessárias. Como exemplos, melhorias da infraestrutura social e produtiva, abertura de novas estradas, escola, local para atendimento médico, construção de habitações (às vezes número bastante expressivo onde antes habitava um número reduzido de famílias ou nenhuma).

Além disso, são demandadas ações realizadas através de políticas públicas. Exemplos disso são as políticas para acesso a educação para fora do âmbito do espaço do PA, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), importante caminho de acesso ao ensino técnico e superior para a

população assentada e seus filhos. Políticas para viabilidade da produção, através dos créditos rurais específicos, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e políticas de comercialização como Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim uma nova dinâmica é imposta ao local, tanto do ponto de vista espacial, quanto econômico e social.

Na visão de Leite *et al* (2004), a constituição de um PA acarreta a introdução de elementos e agentes que modificam as relações de poder de modo mais expressivo em âmbito local, tais modificações também podem ocorrer em outras escalas. Segundo o autor as mediações e as formas de representação que tem emergido com o processo de constituição dos PAs, implicam em formas mais ou menos sutis de controle sobre os trabalhadores. O controle pode estar implícito na concessão de uso ao invés da propriedade plena da terra, imposição da vinculação associativa para acessar créditos, priorização das formas de organização coletivas que provocam discriminação contra os assentados que optam pela individualização, organização da produção entre outras. E que essas imposições produzem tensões e disputas internas (LEITE *et al* 2000).

O espaço de assentamento tende a sofrer um duplo controle, tanto por parte do Estado, quanto pelos movimentos sociais. Esse controle se efetiva tanto na organização produtiva, quanto na vida pessoal. O controle na vida pessoal pode ser facilitado quando ocorre a concentração de todos os indivíduos em um determinado local. Isso se dá, por um lado, com a imposição de regras que devem reger a vida em comunidade e que são impostas através do INCRA. Por outro, sob os aspectos produtivos, na imposição de formas coletivas de organização, como a fundação de uma associação, necessária para acesso aos créditos do INCRA e políticas públicas. Em aspectos econômicos, com a utilização dos recursos advindos dos créditos individuais, porém pagos coletivamente, em projetos coletivos, às vezes contra à vontade da maioria, que chegam a não participar da escolha de tais projetos.

Além da participação do Estado, temos, ainda, o poder político dos movimentos sociais, com grande prevalência do MST, que propõe uma nova forma de sociabilidade em acordo com sua organicidade, que procura estabelecer uma organização coletivista da produção e da organização social e política. Destarte, outras regras são colocadas para os assentados a partir da organicidade interna do

movimento. Entrando em conflito com a deliberação do Estado, como a exemplo da exigência da criação de a associação que difere da organicidade do movimento. Nos assentamentos ligados ao MST a associação tem o papel meramente de representação legal para acessar créditos e políticas públicas, sendo o processo de decisão e debate realizado nos grupos de famílias ou de base, melhor exemplificado no capítulo três.

Em escala nacional o movimento tem um importante papel na proposição de políticas públicas para reforma agrária, conseguido por meio da luta política realizada a partir da organização dos trabalhadores rurais sem-terra. Essa influência varia nas demais escalas de acordo com a capacidade de mobilização social e dos grupos políticos no poder, dentre outras variáveis. A importância do MST é observada desde a manutenção da reforma agrária na pauta política, até a análise do resultado prático das ocupações de terras, pois são a partir delas que se têm permitido a existência dos projetos de assentamentos de reforma agrária (FERNANDES, 1999; LEITE *et al*, 2004). Isso devido à pressão política que exerce sob o Estado. Dessa forma, ela deixa explícita a real condição da propriedade ocupada, considerando que são ocupadas as áreas passíveis de desapropriação, em acordo com o que pressupõe a CF/88 (explicitado melhor no capítulo três).

Dentro do discurso político-ideológico do MST o socialismo aparece como projeto político de longo prazo. Logo, o “campo” aparece como a base para sua realização, associada politicamente à cidade, através dos movimentos sociais urbanos. Dessa forma os sem-terra, no discurso e na ação do movimento, são incorporados à identidade de classe trabalhadora, somados ao ideário classista da teoria marxista que opõe a classe trabalhadora à classe burguesa que vivem em contradição, tendo em vista a exploração da primeira pela segunda.

Essa discussão envolve outras questões como a possibilidade ou não de uma reforma agrária na atualidade (NAVARRO, 2008 *apud* MELLO, 2010) bem como, a possibilidade ou não de uma política que agregue o agronegócio e agricultura familiar de forma que as opiniões sobre os mesmos são as mais diversas possíveis. Porém, não podemos nos desvencilhar do cerne da questão que está em jogo nessas discussões: a disputa entre os que defendem um desenvolvimento baseado no modelo capitalista de produção e os que não veem possibilidade de desenvolvimento com base nesse modelo econômico. Nesse sentido, compreendemos, a partir do discurso do MST que a preocupação central neste

momento são os aspectos sociais do assentamento e não meramente os aspectos economicistas, busca-se dar novo sentido à produção, distribuição, comercialização e consumo na tentativa de estruturar um novo modelo econômico. Daí decorre que a organização do espaço possibilitaria esse desenvolvimento voltado para a organização social, com base na coletividade, em conformidade com os preceitos do socialismo.

A política de criação de assentamentos foi sendo implementada na Bahia, principalmente, a partir da adoção de sistema de organização do espaço em que a agrovila é a principal forma de organização das habitações. Esse modelo tornou-se o mais comum na Bahia, em assentamentos do MST e de outros movimentos sociais de luta pela terra. Essa prevalência tem-se dado com incentivo tanto desses movimentos sociais, quanto do Estado, com poucas exceções.

O projeto de Agrovilas no Brasil, enquanto um sistema habitacional adotado pelo Estado, aparece a partir de uma visão progressista de planejamento urbano-rural. A perspectiva dessa urbanização rural tinha em vista um novo modelo de produção que integrasse espaço de habitação e produção. Há dados que apontam que a partir da década de 1950 se inicia um direcionamento para um planejamento racional das áreas de colonização e reforma agrária focado na integração dos núcleos urbanos e área de produção, tendo o Estado como ator principal desse planejamento espacial (CAMARGO, 1973). O arquiteto e urbanista José da Cunha Camargo publicou, em 1973, um manual para a organização do espaço para as áreas de colonização e reforma agrária. O planejamento surgiu a partir da colonização da Amazônia, onde o autor pode colocar em prática suas ideias. Estava sendo colocado em prática os projetos de urbanização rural propostos pelo autor no momento em que escreveu a sua obra.

Nesse planejamento as áreas deveriam seguir uma hierarquia do ponto de vista do uso do espaço, da produção e da seleção dos beneficiários. Era preciso selecionar o colono e separar por categorias; outra questão seria a dimensão do lote que deveria ser do tamanho da capacidade de trabalho do colono e considerar que alguns colonos não possuem condições para tornarem-se proprietários, apenas “simples operários rurais” (CAMARGO, 1973, p.8). O projeto de urbanização rural se deu a partir das análises do autor sobre a realidade do homem do campo. Segundo o autor, que à época era funcionário do INCRA, os homens que saíam das áreas colonizadas eram os mais bem sucedidos e eles iam para a cidade em busca de

melhores condições de vida. Os que ficavam eram os mais atrasados. Portanto, era preciso pensar um planejamento urbano-rural que levasse ao campo os benefícios da cidade e que com isso mantivesse um grupo de pessoas mais eficientes produzindo no campo. Essa visão de planejamento visava uma melhoria na produção e para isso era preciso organizar o espaço rural com vista a contribuir para o crescimento econômico e mais que isso, contribuir para a mudança de mentalidade do homem do campo.

Para o autor o principal motivo do êxodo rural estava ligado à ausência dos núcleos urbanos adaptados aos problemas rurais. Esse êxodo refere-se ao homem do campo capacitado e útil, que segundo Camargo (1973), provocou com o passar dos anos uma seleção negativa de valores para o meio rural e o surgimento da figura do “jeca”, que seria o sujeito incapaz e analfabeto que mora isolado (CAMARGO, 1973). Logo, havia uma preocupação do autor em evitar o isolacionismo que na sua visão, impedia que o progresso chegasse ao campo provocando o atraso das populações rurais. Contudo, seu manual prevê a integração mesmo dos menos favorecidos, tirando-os do isolacionismo e os integrando na faixa produtiva, caso não tenham condições de serem proprietários esses seriam integrados como empregados sendo a eles garantido um lote na área urbana.

O autor ressalta que o urbanismo rural resulta da adaptação da técnica e da filosofia do urbanismo moderno aplicado ao planejamento das cidades ao meio rural. Dessa forma, o plano urbano-rural buscava integrar o planejamento físico-espacial, sociocultural e o econômico para o meio rural. Para tanto, usou-se como estratégia a hierarquização de núcleos urbanos no meio rural, segundo a infraestrutura social, cultural e econômica, que buscava uma integração social, cultural e produtiva. Essa hierarquização pressupõe a construção de três organizações diferentes do espaço: 1 - Agrovila; 2 - Agrópolis e; 3 - Rurópolis.

Do ponto de vista do planejamento urbano-rural a hierarquização proposta seria constituída da seguinte forma:

- a) Agrovila – um tipo de bairro rural, destinada à moradia dos que se dedicam às atividades rurais, proprietários e empregados. Sua finalidade seria a integração social dos moradores das áreas rurais, que pudesse oferecer condições de vida em modos civilizados. Na agrovila deveria funcionar uma escola primária e, se possível, uma creche ou jardim de

infância, uma pequena sede administrativa, um centro social e posto de saúde, *play-grounds*, praça de esportes, etc, deveria haver também um pequeno armazém para abastecimento local, preferencialmente ligado a uma cooperativa da Agrópolis. Essas agrovilas deviam funcionar como satélites de uma Agrópolis, de uma Rurópolis ou de uma cidade, com escola secundária (hoje referente ao nível médio) com distância máxima de 30 minutos, ou 7 – 10 km. Distância era baseada na necessidade dos estudantes de se locomoverem à escola, o que poderia ser feito de bicicleta. As agrovilas deviam ainda ser complementadas nas suas necessidades sociais, econômicas, etc. A população estimada de uma agrovila no momento inicial seria de 100 – 300 famílias, com área para expansão.

- b) Agrópolis – seria um pequeno centro urbano agroindustrial, seu objetivo seria o de dar apoio à integração social no meio rural, em aspectos cultural e administrativo. Deveria exercer influência socioeconômica, cultural e administrativa em uma área de aproximadamente 10 km de raio, onde poderiam estar localizadas de oito a doze agrovilas. Deveria oferecer ensino primário e creche para sua população, e para esta e os que estavam a sobre sua influência oferecer ensino secundário, comércio diversificado, cooperativa, agroindústria de pequeno porte, oficinas, etc. A população deveria ser composta por trabalhadores rurais, pecuaristas e por trabalhadores das atividades próprias do meio urbano, a exemplo do comércio, assistência médico-social, escolas primária e de nível médio, etc. Situada num raio de 70 a 140 km de distância de uma Rurópolis ou cidade com escola técnica de nível médio, de modo que sofram influência sociocultural e econômica dessas. A distância da Agrópolis para Rurópolis ou cidade deveria ser de 2 horas de carro, numa distância de aproximadamente 20 km. População inicial entre 300 – 600 famílias, com área para expansão.
- c) Rurópolis – este núcleo seria um pequeno polo de desenvolvimento, centro principal de uma comunidade rural constituída por Agrópolis e Agrovilas. Funcionaria como um centro polarizador. Seu raio de influência deveria ser de 70 – 140 km, podendo ser maior. Esse centro deveria ser diversificado nas atividades públicas e privadas para atendimento da

população local e da população de seu raio de influência. População de mais ou menos 20.000 habitantes. Situada de modo a estarem sobre influência sociocultural e econômica de uma cidade com escola de nível superior. Raio máximo de distância de 400 a 500 km da cidade e a distância entre duas Rurópolis seria de 140 à 280 km (CAMARGO, 1973).

No planejamento do autor, as agrovilas não deviam ser construídas isoladas, mas integradas em sistemas de Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis. A organização dos núcleos urbanos deveria ser projetada a partir do número de crianças em idade escolar. De modo que uma Agrovila deveria ser composta por uma comunidade que pudesse ter ao menos uma escola primária. A Agrópolis uma escola secundária e a Rurópolis com a escola técnica de ensino médio, de modo que os níveis de complexidade fossem diferenciados de uma para outra. Outro ponto importante é com relação a distribuição da população na área, que deveria ser realizada com objetivo de atender às distâncias casa-trabalho e casa-escola, sendo que esta última deveria ser prioritária. O autor faz o cálculo da distância que deverá percorrer em diversos casos, sendo calculada em tempo de locomoção e não a distância em quilômetros, dando destaque para o tempo de locomoção dos estudantes, considerando idade e meio de transporte utilizado.

O autor escreve que projetou a agrovila a partir da análise da realidade nos núcleos de colonização. Sua idealização teve como referência a produção de agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte. Observou o autor que essa pequena produção era, geralmente, deixada aos cuidados da mulher e crianças e localizada ao redor da casa, numa espécie de chácara. Porém, a projeção dos lotes urbanos não era preciso área muito extensa, como uma chácara, pois a ideia era que os colonos e assentados ao longo do tempo progredissem, o que levaria a diminuição da agricultura de subsistência (CAMARGO, 1973). Logo, essa seria uma prática para os primeiros anos que estivessem no projeto. O tamanho do lote residencial dependeria do nível tecnológico de exploração dos lotes de produção, do desenvolvimento sociocultural e filosofia de vida dos habitantes. No caso dos “lotes rurais econômicos” o tamanho e a forma dependeriam da topografia local, capacidade de utilização do solo, grau de tecnologia adotado, clima, etc., seu dimensionamento deveria ser determinado em função da capacidade de trabalho de colonos e parceiros a serem assentados (CAMARGO, 1973).

Planejados de modo hierarquizado, porém integrados, os núcleos urbanos deveriam seguir determinadas etapas para sua construção e funcionamento. Os projetos dos núcleos urbanos deveriam prever desde a etapa de seleção e distribuição da população. A distribuição de famílias na Agrovila e Agrópolis deveria ser realizada de modo que habitantes de diversas regiões ficassem misturados, se possível essa mistura deveria contemplar diferenças étnico-raciais. A intenção era combater vícios e tabus advindos de comunidades já constituídas, que segundo o autor, dificultaria a mudança de comportamento. Para o autor, na sociedade o comportamento resulta da influência de uns sobre os outros, é preciso, antes de afirmarem as características do grupo, intervir de forma racional na formação para se ter uma comunidade coesa, feliz e progressista (CAMARGO, 1973). O autor escreve que:

A colonização dentro dos princípios do Planejamento Urbano Rural é a formação de uma comunidade, de uma sociedade, portanto os objetivos a serem atingidos são muito mais importantes que a simples distribuição de terras a “homens sem terras” (CAMARGO, 1973, p. 07).

Nesse sentido, o autor descreve como deve ser planejadas desde as ruas, que deveriam permitir o encontro entre os transeuntes com o intuito de provocar integração social entre os moradores. Esse entrosamento seria, também, um modo de controle do comportamento dos indivíduos. Seu planejamento contemplou até mesmo questões religiosas, para ele os cultos e ritos religiosos deveriam ser realizados em um centro ecumênico comum a todas as religiões.

Outro ponto importante na idealização dos núcleos era que o Plano Piloto das áreas deveriam prever etapas de crescimento, assim o planejamento urbano-rural devia ser dinâmico e flexível. Deveria ser feito por módulos, de modo que em caso de crescimento além do previsto, uma agrovila pudesse se transformar em uma Agrópolis e essa, numa Rurópolis, e uma Rurópolis em município. Era preciso evitar a “favelização” com a entrada de novos habitantes para a comunidade, assim o autor projetou para a Agrópolis e a Rurópolis um “núcleo de emergência”, a fim de se obter controle da entrada de novos habitantes e fazer uma triagem com a devida seleção.

Com relação à moradia nos lotes urbanos essa era obrigatória, podendo abrir-se exceção apenas para o empregado rural sem família, que poderia permanecer no lote econômico.

Ressalta o autor que a seleção dos profissionais para trabalhar no projeto é um elemento importante para o sucesso. Deve haver uma seleção de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, com largo conhecimento técnico e experiência profissional. Estes deviam estar conscientes dos benefícios dos núcleos urbanos para que pudessem motivar e conscientizar os colonos dos benefícios de viver em comunidade.

Percebe-se uma mudança na ação do Estado entre o período descrito pelo autor e atualmente. A partir do trabalho de Camargo (1973) pode-se perceber que o Estado agia como principal agente planejador desse espaço. Contudo, atualmente o Estado perde ou mesmo nega esse papel. Outros agentes foram surgindo e ganhando destaque nessa função, a exemplo do MST. A ação do Estado vai sendo concretizada sem que seja apresentado um planejamento bem definido em que se apresentem meios e fins.

Permanece a idealização da agrovila sem um planejamento bem definido como o apresentado por Camargo (1973), sem que estejam definidas as ações e intenções. Persiste a habitação em espaço comum como meio de evitar o isolacionismo que, na visão do MST deve ser combatida e, facilitar a construção de infraestrutura social (a exemplo da escola), discurso do Estado e do MST. O modelo apresentado é o mesmo, porém com novos arranjos e novas intenções. Ou seja, a forma ganha novo conteúdo.

A visão do autor apresenta uma perspectiva de controle da população que se inicia a partir de um autocontrole social, que seria facilitada pela conformação espacial. Um dos objetivos seria o nivelamento social na tentativa de formar uma sociedade coesa, progressista e feliz (CAMARGO, 1973). A perspectiva do controle continua presente na implantação das agrovilas, bem como, no núcleo habitacional. Todavia, com outras intenções. A organização das habitações em espaço comum facilita para o MST organizar a comunidade segundo a organicidade interna do mesmo. Facilita ainda o processo de formação de lideranças e sua formação política.

Para o Estado a continuidade da implantação das agrovilas apresenta uma economia na concretização da política de criação de assentamentos, pois ao congregar diversas pessoas no mesmo local o custo para a implantação de infraestrutura social é reduzido. Outro ponto é que facilita o atendimento do Estado a essa população, diminuindo o custo para esse atendimento, a exemplo do INCRA.

Outra diferença na atuação do Estado é que não se contempla uma política agrária e em seu lugar ganha destaque a política habitacional, antes sobre a responsabilidade do INCRA através do Crédito Instalação e, hoje dos bancos Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) integrado ao Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal.

3 ORGANIZAÇÃO ESPAÇO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: APENAS UMA QUESTÃO DE FORMA?

No capítulo anterior fez-se uma abordagem acerca do conceito de espaço e da categoria analítica forma-conteúdo tendo como principal aporte teórico-metodológico a obra “A natureza do Espaço” de Milton Santos. Portanto, a partir de uma visão que se assenta no materialismo histórico dialético, que considera o espaço produção social, marcado por conflitos e tensões sociais, em que a organização do espaço é dada sobre disputas de diferentes grupos com diversas intenções. Apresentou-se ainda um panorama acerca do espaço de estudo e da idealização da organização do espaço no planejamento estatal para as áreas de colonização e reforma agrária, modelo até hoje adotado, porém com outras intencionalidades.

O objetivo deste capítulo é buscar compreender como a organização do espaço dos projetos de assentamentos de reforma agrária é entendida pelo MST. Para tanto, parte-se da idealização acerca da coletividade e cooperação e suas relações com a localização das áreas de moradia e produção. A partir daí busca-se analisar as mediações promovidas pelo MST nesses espaços. Entende-se que o MST, enquanto movimento social atuante, seja um importante mediador entre assentados e políticas públicas. Por fim, busca-se entender qual o papel desse movimento na implementação ou prevalência de determinada forma espacial e a partir de quais meios ela é implementada. Para tanto, será apresentado o discurso político-ideológico do MST, correspondente a idealização de uma organização espacial na escala estadual (Bahia). Para melhor compreensão do objeto de estudo apresenta-se um panorama acerca da história e da organização do MST.

Segundo as Normas Gerais do MST aprovadas no 10º Encontro Nacional, em 2002, o MST é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a reforma agrária e um Projeto Popular para o Brasil (MST, 2013a). Portanto, o MST não restringe sua atuação à conquista da terra, mas busca dar conta de um novo modelo para a sociedade, incluindo em seu discurso um novo modelo de agricultura baseado na agroecologia. Dessa forma o programa de reforma agrária popular visa, dentre outras coisas, “Priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo povo brasileiro, garantindo o princípio da Soberania Alimentar” (MST, 2013a, p.39).

A formação do MST começa a ser gestada, em 1979, durante o período da ditadura militar, tendo como marco as ocupações da Gleba Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. A partir dessa ocupação outras áreas foram sendo ocupadas e foi se delineando as formas de ação e organização dos trabalhadores sem terra que Fernandes (1991) denomina de “forma em movimento” devido ao seu caráter não estático. O autor, tendo por base a experiência dos sem-terra, afirma que prevalece a ideia de processo participativo nas ações pela transformação da realidade. Stédile (2012) afirma que a posição dada a Ronda Alta como início do movimento não foi pelo caráter de localização geográfica, mas pela repercussão que ganhou e por seu caráter de luta vitoriosa, mas que a luta estava acontecendo também em outros lugares⁴ (STEDILE; FERNANDES, 2012).

Porém, somente em 1984 após a abertura política do país o MST se constitui oficialmente, não legalmente já que se constitui como movimento social e, portanto, não se baseia em registro formal dentro da legalidade positivada. Sua constituição ocorre durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984, em Cascavel (PR), que teve a participação de treze estados da federação, incluindo a Bahia. Sua ação até aquele momento estava então restrita às regiões Sul e Sudeste do país. A partir daí foi se constituindo nos demais estados da nação, principalmente após 1985 quando realizou o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Curitiba, PR), dando continuidade ao processo de territorialização do MST por todo o país (FERNANDES, 1999). As ocupações de terras que foram realizadas em números cada vez mais crescentes tornam-se a estratégia principal e ponto de referência da resistência camponesa (MOURISSAWA, 2001; FERNANDES, 1999).

As ocupações são entendidas como estratégias para pressionar o Estado na tentativa de dar celeridade à criação de assentamentos. Quando uma área é ocupada pelo MST, a primeira atividade a ser realizada é a construção de um acampamento, considerado como outra estratégia de suma importância para o movimento. O acampamento tem dupla função, uma voltada para o interno, no sentido da formação, e outra externa, na comunicação com a sociedade.

⁴ Entrevista cedida por João Pedro Stedile, membro da direção nacional do MST, ao geógrafo Bernardo Mançano Fernandes em fevereiro de 1998 para sua pesquisa de doutorado acerca da territorialização do MST no Brasil de 1979-1997 e que posteriormente é publicada na forma de livro. Sua primeira edição foi em 1999.

Podemos compreender a partir do trabalho de campo e tendo por base autores como Gomes (2009), que o processo de acampamento assume um papel importante para a ação do MST, no sentido da formação da unidade e da organicidade. Gomes (2009) destaca que esse momento é quando o MST inicia todo o processo de organicidade que deverá ser continuado após a criação do assentamento. O acampamento é, portanto, o período propício para o debate acerca da organização social, política e espacial, momento de debate e amadurecimento das propostas do MST. Isso ficou evidenciado no trabalho de campo; o trabalho de base, que precede a ocupação, é responsável por reunir o maior número possível de pessoas para a ação. Não há uma pré-seleção, o que há é uma tentativa de organizar trabalhadores sem-terra para pressionar o Estado para execução da reforma agrária. É por isso que o acampamento é o momento, também da construção da identidade enquanto sem-terras que dará unidade ao grupamento. O acampamento representa, ainda, a resistência camponesa para acesso à terra. Para o MST, segundo Gomes (2009), a criação e a estruturação do assentamento pressupõe um bom trabalho desde a fase de acampamento, visto como espaço educativo de grande importância para a organização das famílias, esse é o momento também de formação de novos líderes.

A ocupação e o acampamento são meios utilizados para chamar a atenção da sociedade para a questão agrária, entendida pelo movimento dos sem-terra até a década de 1990 a partir da concentração de terras e pela centralidade de investimento de recursos públicos no agronegócio. A percepção em 1998 era que “[...] o MST deve lutar contra três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância” (STEDILE; FERNANDES, 2012). A ação de ocupação é uma das primeiras estratégias empregadas pelo MST, inicialmente empregadas nas áreas passíveis de desapropriação e, posteriormente, em órgãos públicos para chamar a atenção dos governantes para as reivindicações e dar visibilidade ao movimento perante a sociedade. De acordo com a CF/1988 as propriedades produtivas, assim como as pequenas e médias propriedades (desde que o proprietário não possua outra propriedade rural) não são passíveis de desapropriação⁵.

⁵ De acordo com a Lei 8.629/93, que regula os dispositivos constitucionais referentes à Reforma Agrária, compreende a pequena propriedade: a área entre um e quatro módulos fiscais; média propriedade: área superior a quatro e até quinze módulos fiscais; grande propriedade: acima de quinze módulos fiscais.

Uma área é passível a desapropriação, segundo a CF/1988, quando deixa de cumprir sua função social. A função social da terra é medida a partir de seu aproveitamento racional e adequado, o que requer cuidados em relação à preservação ambiental, observância aos dispositivos legais de direitos trabalhistas e bem estar de proprietários e trabalhadores. Contudo, há também a exigência de que se observem os graus de utilização da terra e eficiência de exploração, segundo índices fixados pela Lei 8.629/1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais sobre a reforma agrária. Para Sauer (2010) essa é uma medida de proteção das propriedades para que não sejam definidas como desapropriáveis, abrindo brecha para que a questão econômica prevaleça sob as demais. Dessa forma, o estabelecimento da produtividade pela CF/1988 se coloca mais um elemento impeditivo da desapropriação.

Na Bahia, o MST começou suas ações em 1986 e teve como um dos objetivos a inserção do movimento no Nordeste brasileiro. Para Fernandes (1999) os anos de 1986 e 1987 foi o período de gestação do MST na Bahia. No processo inicial de organização do movimento no estado, os militantes tiveram o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que já vinha desenvolvendo ações para a organização dos trabalhadores rurais na região (LERRER, 2009). O local de inserção do movimento no estado foi no extremo Sul da Bahia, no município de Prado (hoje Alcobaça), onde em 1987 ocorreu a primeira ocupação de terras organizada pelo MST em terras da Companhia Vale do Rio Doce. Essa foi uma área estratégica para o movimento, pois a propriedade em questão já havia sido desapropriada e, segundo Cirlene J. S. Santos (2004), o decreto de desapropriação foi resultado de solicitação do prefeito à época, que tinha interesses eleitoreiros. Dessa forma, o acesso a essa informação foi de suma importância para o MST, pois essa era uma vitória certa para o movimento⁶. Ainda no mesmo ano foi criado o PA 4045.

Apesar de a Bahia aparecer como marco da inserção do MST no Nordeste, já havia registro de um assentamento em Sergipe e um acampamento em Alagoas. Essa projeção da Bahia se deu, segundo Lerrer (2009), devido aos militantes da primeira geração do MST considerarem a Bahia como um laboratório para a

⁶ Para saber mais sobre a inserção do MST na Bahia consultar: SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. **O Processo de Territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir de sua espacialização no Estado da Bahia**. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2004.

organização do movimento no Nordeste e, mesmo no Brasil. E, talvez, essa projeção também esteja vinculada a vitória obtida com a conquista da terra, assim como ocorreu em Ronda Alta (RS).

A organização do movimento na Bahia ocorreu a partir da migração de militantes de Santa Catarina. Estes, juntamente com a CPT, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) e Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) iam promovendo a organização do movimento e planejando as ocupações. Segundo Lerrer (2009), com base em entrevista com José de Souza Martins que, à época assessorava o MST, havia um interesse na expansão do movimento pelo país. E o Nordeste apareceu como ponto estratégico em decorrência do número de acampamentos, era o mais numeroso do país, representando 60% do total dos acampamentos em território nacional.

A partir das leituras e das atividades promovidas pelo movimento na busca de organizar os trabalhadores rurais através dos preceitos ideológicos e políticos do MST, pode-se afirmar que a ação do MST tem como um dos seus princípios a conscientização de classe por parte dos trabalhadores rurais e, a partir daí, a concretização de estratégias de luta como meio de pressionar o Estado a realizar a reforma agrária. Algumas dessas estratégias fogem, portanto, a legalidade, sem ferir obrigatoriamente uma moralidade, já que supõe modificar a ideia Moderna baseada na propriedade privada e da exploração capitalista. Alguns exemplos dessas estratégias são: a ocupação de propriedades; a ocupação de órgãos públicos; o incentivo a não pagamento de créditos (essa ação não é assumida como estratégia pelo movimento, porém alguns assentados relatam tal incentivo); e, em áreas griladas⁷ se tem relatos de queima de plantação e quebra de máquinas (exemplo da Fazenda Santo Henrique, da Cutrale, nos municípios de Iaras, Borebi e Lençóis Paulista no estado de São Paulo, onde o MST reivindica 2,6 mil hectares de área pública para destinação à reforma agrária), dentre outras.

O MST ganhou destaque no cenário nacional a partir do seu discurso e, principalmente por sua prática empreendida nas últimas três décadas, incluindo a conquista de milhares de assentamentos, núcleos de formação de militantes, construção de escolas nos PAs e acampamentos com pedagogias voltadas para a

⁷ Terras griladas são as áreas usurpadas ilegalmente na tentativa de torná-las “legais” a partir da falsificação de documentos. O termo grilagem surgiu da técnica utilizada em colocar o documento com data passada em uma caixa com grilos para dar a impressão de documento antigo.

realidade do campo e dos sem-terras, diversos convênios com universidades públicas para ensino de graduação e extensão, dentre outros. Mas o seu destaque ocorreu, principalmente, pelas ações de ocupação e acampamento em áreas de latifúndios e outras propriedades passíveis de desapropriação, o que gerou diversos conflitos, inclusive armados, resultando também na morte de um número significativo de militantes, fatos que foram amplamente divulgados pela mídia.

O MST é um movimento que está em quase todo o território nacional, compreendendo vinte e três estados mais o Distrito Federal, excetos os estados do Acre, Amazonas e Amapá. Dessa forma, buscando dar unidade à luta e para que não haja divisões no movimento, o MST estabelece sua organicidade. Por organicidade se entende o processo pelo qual se organiza e se estrutura o MST desde a base, famílias assentadas e acampadas, até a direção nacional.

Essa expressão organicidade indica nos Movimentos o processo através do qual uma determinada ideia ou tomada de decisão consegue percorrer de forma ágil e sincronizada o conjunto das instâncias que constituem a organização, desde o núcleo de base de cada acampamento ou assentamento até a direção nacional do MST, em uma combinação permanente de movimentos ascendentes e condução da luta em suas diversas dimensões (CALDART, p. 162, 2000, *apud* GOMES, p. 16, 2009).

Desse modo, são criadas as seguintes instâncias organizativas: 1) Congresso Nacional; 2) Encontro Nacional; 3) Coordenação Nacional; 4) Direção Nacional; 5) Coordenações Regionais (compreende cinco regionais em nível nacional). O congresso ocorre de cinco em cinco anos, podendo haver alteração de acordo com a Direção Nacional. O Encontro Nacional ocorre de dois em dois anos, são definidas as plataformas de lutas mais imediatas, para tanto, os estados devem realizar encontros estaduais para levarem suas propostas e sugestões.

Dentro dessa linha organizativa as instâncias se reproduzem nos estados: 1) Encontro Estadual; 2) Coordenação Estadual; 3) Direção Estadual 4) Coordenações Regionais (Na Bahia são nove regionais); 05) Brigadas (corresponde à uma subdivisão dentro das regionais). Os Encontros Estaduais ocorrem anualmente. Tem-se ainda a criação de núcleos, considerados instâncias de base do MST. As brigadas são compostas pelos núcleos de base. Os núcleos compreendem o grupamento de dez a quinze famílias e está organizado a nível local, em cada acampamento e assentamento deverá se organizar os núcleos de famílias.

Buscando contribuir para a unidade e para a organicidade o MST institui alguns princípios organizativos: 1) Direção Coletiva; 2) Divisão de tarefas; 3) Profissionalismo; 4) Disciplina; 5) Planejamento; 6) Estudo; 7) Vinculação com as massas; 8) A crítica e Autocrítica (MST, 2013a).

Em nível Nacional e Estadual é organizado ainda os Setores e Coletivos de atividades, que tem como intuito ajudar no planejamento e na implementação das linhas políticas definidas nos congressos nacionais e encontros nacionais e estaduais. Assim os setores são: 1) Setor de Formação; 2) Setor de Comunicação; 3) Setor de Finanças; 4) Setor de Educação; 5) Setor de Frente de Massas; 6) Setor de Gênero; 7) Setor de Direitos Humanos; 8) Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente; 9) Setor de Saúde. Já os Coletivos estão distribuídos da seguinte forma: 1) Coletivo de Projetos; 2) Coletivo de Relações Internacionais; 3) Coletivo de Cultura; 4) Coletivo de Juventude (MST, 2013b).

O que se busca com essa organicidade é manter a unidade através dos princípios do MST e por em prática as linhas políticas do movimento. Mais que isso, através dessa organicidade, o acampamento ou assentamento tem que expressar a identidade de sem-terra vinculada ideologicamente ao MST. Para tanto, são adotadas algumas práticas, entre elas está a utilização dos símbolos do movimento, são eles o hino do MST, a bandeira e seu timbre. Outras formas são adotadas a fim de representar essa identidade, para isso deve-se incentivar o uso de bonés, camisetas, que expressem o movimento. O nome dos PAs, cooperativas, associações e das escolas também devem remeter a fatos ligados ao processo de luta pela terra, sejam datas ou nome de mártires ou grandes personalidades e revolucionários.

O que se busca apresentar nesse trabalho é a vinculação da organização espacial a esses preceitos organizativos e, conseqüentemente, de identidade do próprio movimento.

Em relação aos eventos nacionais, segundo Stedile (STEDILE; FERNANDES, 2012), são para confraternização da militância, para se conhecer as diferenças regionais e fortalecer a identidade do MST. Outro objetivo desses encontros é o de uniformizar o debate e proporcionar momentos de estudo para toda a militância. São proporcionados debates com grandes estudiosos da questão agrária acerca da conjuntura política nacional e internacional. Nesses eventos são apresentadas, ainda, as grandes linhas políticas do MST que, posteriormente, formam os

desdobramentos de como serão implementadas em cada estado (STEDILE; FERNANDES, 2012). Nos estados são promovidos os encontros após o congresso para debate de como implementar as ações e encontros para avaliação das ações.

Dessa forma, o MST tem uma estrutura organizativa que possibilita ter certo controle sobre suas ações. Com isso busca-se ter uma articulação entre os direcionamentos dados nos Congressos e Encontros Nacionais e as ações em cada estado e, conseqüentemente, em cada lugar, ou seja, nos acampamentos e assentamentos ligados ao movimento. Os congressos nacionais ocorrem de cinco em cinco anos. Nos congressos são apresentadas as linhas políticas do movimento. De acordo com as Normas Gerais do MST, aprovadas em 2002, as linhas políticas são pensadas, discutidas e propostas pela Direção Nacional. Porém, antes da definição são promovidos encontros regionais e estaduais para estudo e debate acerca do que está ocorrendo em cada regional, que representa os problemas dos assentamentos por elas coordenados. A partir dos documentos formulados nesses encontros, que discorrem em relação aos desafios e sugestões, é que a Direção Nacional define as linhas políticas, considerando ainda a conjuntura política nacional e internacional. Desde a fundação do MST, em 1984, ocorreram seis Congressos Nacionais.

Quadro 1 – MST: palavras de ordem nos Congressos Nacionais (1985 – 2014)

Ano	Temas
I Congresso 1985	Terra para quem nela trabalha
II Congresso 1990	Lutar, Resistir, Produzir
III Congresso 1995	Reforma Agrária é uma luta de todos
IV Congresso 2000	Por um Brasil sem latifúndio
V Congresso 2007	Por Justiça Social e Soberania Popular
VI Congresso 2014	Lutar, Construir Reforma Agrária Popular

Fonte: Elaborado por Irani Soares com base em pesquisa documental do MST (2013).

A cada congresso é definido um lema, ou palavras de ordem, como é designado pela militância do MST, que expressa as linhas políticas que direcionam as ações do movimento pelos cinco anos até a realização do próximo congresso. Os congressos ocorrem de cinco em cinco anos, com exceção do V Congresso realizado em 2007 e do VI Congresso, realizado em 2014, com sete anos entre um e outro, que aconteceu em fevereiro de 2014. Os lemas e as linhas políticas são

definidos tendo em vista a conjuntura política e econômica dentro do panorama brasileiro e mundial.

O primeiro Congresso Nacional do MST foi realizado em Curitiba - Paraná, logo após o início da democratização do país. Um dos lemas levantados nesse primeiro encontro era o de: “Terra para quem nela trabalha”. A partir desse congresso houve um aumento das ocupações em todo o país (STEDILE; FERNANDES, 2012). Houveram outros lemas levantados nesse congresso como: “Sem reforma agrária não há democracia” e “A ocupação é a única solução”. Durante esse congresso o MST definiu a ocupação como sua principal forma de luta, para os militantes sem essa ação política a reforma agrária não sairia do papel (STEDILE; FERNANDES, 2012).

O segundo Congresso Nacional do MST ocorreu em Brasília em 1990, durante o governo Fernando Collor de Melo (1990-1992), tinha como lema: “Lutar, Resistir, Produzir”. Nesse lema estava incluída a ideia de resistência pelo momento histórico da eleição de Collor que estava, segundo Stedile (STEDILE; FERNANDES, 2012), disposto a acabar com o movimento e com isso o aumento das intensivas contra o MST e outras organizações sociais. A partir desse lema estava também sendo incluídas nas linhas políticas do movimento as discussões acerca da organização da produção com base no cooperativismo. Nesse debate se estudou a possibilidade de construção do Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA) que depois deu surgimento a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab). É salutar assinalar que o próprio modelo dos Núcleos Habitacionais surge em 1994 (BERTOLINI; CARNEIRO, 2007), logo, numa relação com o tipo de organização da produção que estava sendo projetado. Ou seja, o modelo coletivista através do SCA.

O terceiro Congresso “A reforma agrária é uma luta de todos” foi realizado no Distrito Federal, à época o presidente da República era Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-1997) que não só deu continuidade a política neoliberal como a intensificou. Nesse período foi institucionalizada a chamada “reforma agrária de mercado” através da Lei Complementar nº 93 de 1998, que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – também conhecido como Banco de Terras. O termo “reforma agrária de mercado” foi dado pelos movimentos sociais que viam no programa um travamento para a realização da reforma agrária via desapropriação (VASCONCELOS; SILVA, 2009). Com esse programa os agricultores poderiam, com

a intervenção de órgão público, comprar a terra a partir de financiamento. A intenção era acelerar a reforma agrária através desse programa e fragilizar os movimentos sociais, bem como diminuir as desapropriações via INCRA. Com isso o lema da reforma agrária mudou, era preciso lutar contra a política neoliberal, o MST entendia que a realização da reforma agrária dependia de mudanças no modelo econômico que estava sendo intensificado no Brasil (STEDILE; FERNANDES, 2012).

Do período de 1993 - 1995 Stedile (2012) afirma que houve um debate ideológico acerca do programa agrário, aprovado no III Congresso Nacional do MST, que previa um novo modo de produção, que superasse o modo camponês sem aderir ao capital (STEDILE; FERNANDES, 2012). Assim, o movimento ia instituindo as cooperativas como modo superior de produção.

O quarto Congresso Nacional do MST ocorreu em Brasília, em 2000. A palavra de ordem foi “Por um Brasil sem latifúndio”. As linhas políticas tinham como um dos objetivos a continuidade da massificação das ocupações de terras. Naquele ano o presidente da República ainda era Fernando Henrique Cardoso que estava em seu segundo mandato.

Na leitura de Stedile (STEDILE; FERNANDES, 2012) em 1999, os inimigos da reforma agrária eram o latifundiário e o Estado, que na luta de classes se configura como um Estado burguês. Atualmente, a leitura é outra. Durante o Encontro Estadual do MST na Bahia, em dezembro de 2013, Stedile afirma que o inimigo é visto de forma mais abrangente, já não é representado pelo latifundiário, mas pelo capital financeiro que impõe uma nova lógica à agricultura e ao uso da terra. E essa mudança representa a mudança no próprio movimento que é dada pela conjuntura política e econômica não só na escala nacional, mas também internacional.

O lema para o V Congresso Nacional do MST foi “Reforma Agrária: Por Justiça Social e Soberania Popular”, ocorrido em 2007. Quando o presidente do Brasil era Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2005, 2006-2009) e estava em seu segundo mandato. Com a ascensão de um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República renovaram-se as esperanças, já que, representava um partido de esquerda que compartilha dos mesmos ideais dos MST. Havia, portanto, uma esperança que fosse realizada de fato uma reforma agrária para além da política de criação de assentamentos. Esperava-se uma política de reforma agrária mesmo do tipo econômica que prevê uma ampla redistribuição de terras com

vista ao desenvolvimento do mercado interno. Stedile (2013)⁸ afirma que Lula nas suas idas aos assentamentos e acampamentos dizia que iria realizar a reforma agrária no Brasil com uma “canetada”, o que não ocorreu.

O MST sempre manteve ligação com o PT, compartilhando dos mesmos ideais de esquerda com base no socialismo, ainda que, prezando por sua autonomia com relação a qualquer outra organização. O MST chegou a ajudar a fundar PT em diversos municípios (STÉDILE; FERNANDES, 2012). Imbuídos pelo novo momento de ascensão do PT ao governo federal o MST diminui seu ímpeto combativo, representado principalmente pelas ocupações de terras. Nesse período houve uma diminuição das ações do movimento, a cooptação de militantes neste período foi bem representativa. Essa cooptação refere-se ao fato de que muitos militantes, geralmente, os mais capacitados, passaram a ocupar cargos na estrutura do Estado o que trouxe como consequência um enfraquecimento da ação do movimento.

Porém, no período não ocorreram os avanços esperados para a reforma agrária o que se intensificou no período do governo Dilma Rouseff (2010-2014) período que teve os menores índices de desapropriação de terras (conforme tabelas abaixo). A revista Isto É chegou a colocar como matéria de capa o fim do MST (Isto É, 2011), fato que foi bastante contestado pelo próprio movimento que desmentiu os dados divulgados na matéria, como o reduzido número de famílias acampadas divulgado na matéria.

Nas tabelas 1, 2 e 3 pode-se observar os números da reforma agrária na Bahia desde o período de FHC como presidente da República, até 2013, na gestão de Dilma Rouseff. Contudo é importante frisar que os dados demonstrados no ano de 1994 refletem os assentamentos criados até este ano. Incluindo, portanto, anos anteriores ao governo FHC, portanto os criados no período de José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco.

Tabela 1 – Bahia: famílias assentadas até o período de governo FHC (1994 – 1997; 1998 – 2001) Bahia, Brasil.

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total
Projeto	52	16	24	41	61	14	39	20	267
Nº Famílias	4.466	3.049	1.906	5.419	6.850	6.157	4.006	3.018	34.871
Área (ha)	334.673	135.489	85.742	133.376	144.994	20.207	99.482	31.134	985.097

Fonte: Organizado por Irani Soares com base em INCRA, 2014.

⁸ Palestra de abertura do 26º Encontro Estadual do MST na Bahia, dezembro de 2013.

Na Tabela 1 estão incluídos os assentamentos criados no período de José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco. Portanto, não pode-se levar o total como o número real do período.

O período de gestão de FHC frente à Presidência da República foi marcado por grandes embates entre o MST e o governo. Com diversos casos de violência extrema, como o caso do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996. Nesse período o movimento ganhou destaque na mídia nacional e internacional devido a ação de ocupações de terras dividindo as opiniões acerca da sua atuação.

Contabilizando os números dos anos anteriores mais os do primeiro mandato de FHC foram 14.840 famílias assentadas na Bahia. Em seu segundo mandato foram contempladas mais 20.031 famílias com a inclusão nos projetos de assentamentos de reforma agrária no estado. Sendo que foram 133 PAs até o primeiro mandato e 134 PAs durante o período seguinte.

Tabela 2 – Bahia: famílias assentadas no período de governo Lula (2002 – 2006; 2007 – 2009) Bahia, Brasil

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Projeto	30	28	68	100	76	15	17	25	359
Nº Famílias	1.069	2.584	5.185	5.120	4.689	1.649	1.768	2.444	24.508
Área (hac)	43.484	72.854	148.347	138.992	124.532	32.143	25.057	134.718	720.127

Fonte: Organizado por Irani Soares com base em INCRA, 2014.

Durante o período de gestão do Presidente Lula houve uma esperança na concretização da reforma agrária, que não foi realizada. Nota-se que durante a primeira gestão, os números são mais significativos. Na Bahia foram contempladas 13.958 famílias no primeiro mandato do governo Lula e 10.550 famílias assentadas no segundo mandato. Para atender essas famílias foram criados 226 PAs na primeira gestão e apenas 133 na segunda. Nota-se que os números de assentamentos criados durante esse governo superam os dados dos governos anteriores. Contudo, com menor número de famílias contempladas.

Segundo Sauer (2010) com a ascensão de um presidente que tem relações históricas com os movimentos sociais agrários ocorreu um deslocamento para o entrave da reforma agrária. O papel de criminalização dos movimentos sociais,

antes centrado no Poder Executivo, passou a ser assumido pelo Congresso Nacional. A tentativa de criminalizar a ação dos movimentos sociais tornou-se mais complexo no momento em que isso é feito através de projetos de leis, nem sempre aprovadas. Essa criminalização das reivindicações sociais é protagonizada principalmente pela chamada bancada ruralista.

Tabela 3 – Bahia: famílias assentadas no período de governo Dilma Rousseff (2010 – 2013) Bahia, Brasil

	2010	2011	2012	2013	Total
Projeto	11	05	03	14	44
Nº Famílias	1.022	1.524	273	2.504	5.324
Área (ha)	32.077	202.688	2.802	41.939	279,506

Fonte: Organizado por Irani Soares com base em INCRA, 2014.

Observa-se que os números da reforma agrária durante os quatro primeiros anos de mandato da Presidenta Dilma foram menores desde o período de FHC. Essa diminuição na criação de assentamentos é um dos pontos que convergem para a tomada de luta massiva pelo MST. Contudo, houve um aumento nos valores dos créditos pagos pelo INCRA e em políticas públicas para os assentados (explicitado melhor no capítulo quatro).

A diminuição das desapropriações tem sido um empecilho enfrentado pelos movimentos sociais, porém não o único. Segundo Sauer (2010) o papel do Congresso Nacional na criminalização das ações dos movimentos sociais, juntamente com o Poder Jurídico, iniciado no governo Lula, continua durante o período de gestão da Presidenta Dilma Rousseff. Sauer (2010) destaca que há uma sofisticação na ação da criminalização. A ação de violência direta (mais utilizada nos governos de FHC e anteriores) teve como consequência o apoio popular a esses movimentos sociais. Desse modo, surgem novas formas de contraposição à ação popular organizada. Com a intenção de colocar a população em geral contra as ações dos movimentos sociais, principalmente MST, os poderes Legislativo e Judiciário buscaram formas de transformar as ações desses movimentos em atos “ilegais” (SAUER, 2010). Nesse sentido a mídia exerce um papel importante.

Devido às diversas mudanças provocadas no cenário nacional e global que interferiram na ação do movimento e do próprio Estado, no período atual pode-se perceber que o MST passa por modificações e busca analisar as alianças e parcerias, assumindo erros em algumas estratégias e buscando repensar e

reconstruir outras estratégias de luta. Esse momento de mudanças leva a uma ampliação da visão acerca da questão agrária pelo movimento. O entendimento sobre a questão agrária aparece de forma mais abrangente para além da questão da concentração de terras (MST, 2012). O MST entende, portanto, que a questão agrária atual envolve a questão do uso da água, dos ventos, da mineração, limite da propriedade da terra, o não uso de sementes transgênicas, o não uso de agrotóxicos, o aumento de áreas de produção para o agronegócio e os investimentos de capital estrangeiro no país, dentre outros (MST, 2013a; 2013b).

O espaço agrário dominado pelo agronegócio é organizado a partir da concepção de meio técnico-científico-informacional, onde os sistemas de objetos e sistema de ações estão voltados para o acúmulo de capital a partir de grandes extensões de monocultura para exportação. Nesse sentido, o MST buscou considerar para o debate esse momento atual em que a agricultura brasileira está cada vez mais ligada à economia globalizada. O debate se refere, ainda, ao avanço dessa economia através do capital financeiro internacional e suas implicações sobre o uso das terras, água, vento e mineração e o que isso representa para a população e, em especial, para os pequenos agricultores. Daí incluir no debate a discussão acerca do uso dos ventos e da mineração, que vem aumentando o grau de exploração por capital estrangeiro nas terras brasileiras. A questão da água, a dimensão da propriedade rural e o não uso de sementes transgênicas já apareciam como preocupação no Programa Agrário do MST desde o V Congresso Nacional (MST, 2006).

Desse modo, para os próximos anos, o MST busca o retorno da massificação das ocupações. Buscando alterar a correlação de forças através da exposição das contradições provocadas pela atual sociedade, com forte participação dos poderes Legislativo e Judiciário. Assim o MST propõe: “Retornar imediatamente o processo de trabalho de base (massificação da luta pela terra). Temos que nos desafiar a buscar a saída para a nossa principal forma de luta. As ocupações e a massificação da luta” (MST, 2013b, p. 50).

Durante o 26º Encontro Estadual do MST na Bahia, realizado de 18 a 21 de dezembro de 2013, em Salvador, e do VI Congresso Nacional do MST, cujo lema foi “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular” pode-se perceber que, em conjunto com essa nova proposta do que deve ser a reforma agrária popular e a questão agrária no Brasil, o movimento busca o estreitamento das relações com outros movimentos

sociais rurais e urbanos. Essa estratégia já acontecia, mas tornou-se mais acentuada a partir das movimentações populares por mobilidade urbana e melhoria nos transportes públicos urbanos e o movimento contra Copa, dentre outras reivindicações.

O período entre os meses de junho e julho de 2013 foi marcado por diversas reivindicações populares. Inicialmente, convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL), diversos grupos com diferentes reivindicações tomaram as ruas de várias capitais e municípios do país. Contudo, sem nenhum direcionamento político específico. A diversidade de bandeiras que foram levantadas durante esse período demonstrou a insatisfação popular com a conjuntura política atual do Brasil. Isso fez com que a Direção Nacional do MST mudasse a data do VI Congresso Nacional que estava previsto para ser realizado em 2013. Buscando interpretar o momento e buscar as alianças necessárias para a correlação de forças, o MST propôs a realização do congresso para fevereiro de 2014.

Portanto, diversos movimentos sociais foram convidados a debater a conjuntura política e a pauta da reforma agrária como parte essencial para um novo modelo de sociedade. Essa tomada de decisão da Direção Nacional de mudar a data do Congresso aproveitando o momento político vivenciado no país e, em outras nações, foi de extrema importância. Possibilitou uma nova configuração para as parcerias e alianças com outros movimentos/organizações. Esse momento reacende de forma mais concisa o debate acerca do socialismo como objetivo central dentro do programa proposto pelo MST.

Para o MST a nova configuração da luta pela terra não se restringe apenas ao campo, nem ao homem do campo. Há necessariamente de haver uma abertura para o debate com a participação dos setores urbanos. A reforma Agrária Popular defendida pelo MST vai sendo reforçada como luta de classes, onde se dá continuidade à disputa de modelos econômicos e de sociedade.

Percebe-se um retorno a massificação da luta pela terra, porém, buscando uma proximidade maior e mais articulada com outros movimentos e setores da sociedade. Para tanto, um dos temas que tem emergido é acerca da produção de alimentos saudáveis como direito de todos, devendo ser, portanto, o fio condutor da aproximação com a sociedade civil em geral. Nesse sentido, o termo popular, presente no lema do VI Congresso Nacional do MST, refere-se a uma nova cara da

reforma agrária, já que a reforma agrária clássica, ou econômica, não consegue mais se realizar na atual conjuntura.

Foto 1 – Encerramento do VI Congresso Nacional do MST, Brasília, 2014.



Fonte: Irani Soares, Brasília, 2014.

A foto 1 mostra do lado esquerdo algumas pessoas segurando letras que formam a palavra LUTAR e, um pouco mais atrás, outro grupo segurando a faixa LUTA PELA TERRA. Ao lado direito observa-se que pessoas formam o nome CONSTRUIR e ao lado destas, outra faixa com a frase REFORMA AGRÁRIA POPULAR. Na mesma foto, mais abaixo aparece com a inscrição SOCIALISMO abaixo do coração formado por outro grupo de militantes e sem-terras. Essa cena, cheia de simbolismo, pode revelar as intenções políticas que move o movimento que não tem, de fato, na luta pela terra seu fim, mas contempla um novo modelo de sociedade para todo o país e, no intuito de fazê-lo real, convida para o debate diversos movimentos populares e estudiosos, tanto da questão agrária como política do país.

Contudo, as ações do movimento apresentam-se algumas contradições. Nota-se uma mudança nas estratégias de luta. Tendo em vista a diminuição das desapropriações durante o Governo Dilma, o MST tem recorrido a política de

complementação da reforma agrária, o PNCF. Há hoje no país, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 100 mil famílias sem terra acampadas em todo o Brasil, destas apenas cinco mil serão contempladas com as 100 desapropriações realizadas em 2013⁹. Segundo dados do INCRA no ano de 2013 na Bahia foram 14 desapropriações contemplando 2.504 famílias (conforme tabela 3).

A diminuição das desapropriações ocorridas nos últimos anos fez com que o movimento mudasse algumas estratégias para acesso à terra. Iniciou-se na Bahia, em 2009, uma procura por parte de associações ligadas ao MST para acessar o PNCF, que representa o endividamento e a restrição da terra à propriedade privada. A primeira propriedade adquirida por associação do MST foi a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benare – Organização do MST, no município de Queimadas. Essa associação deu início à proposta em 2009 vindo a finalizar a contratação via PNCF, através da linha de combate à pobreza rural, em dezembro de 2010. Em 2013 houve um aumento substancial da procura de associações ligadas ao movimento para aquisição de terras via PNCF, ainda em vias de contratação.

Iniciada no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), a chamada “reforma agrária de mercado” implementou o Programa Cédula da Terra, que foi substituído em 2003 pelo PNCF. O PNCF é considerado como um conjunto de ações que visa promover o acesso a terra e investir na estruturação produtiva e social da propriedade adquirida (MANUAL OPERACIONAL). Dessa forma, o PNCF é visto como um mecanismo complementar à política de reforma agrária com forte viés neoliberal. Porém é preciso analisar melhor quais estratégias o movimento tem utilizado para se inserir nesse programa, tendo em vista as concepções político-ideológicas do MST e a concepção de que, conforme Vasconcelos (2009) o PNCF é uma política de reforma agrária de mercado.

3.1 UM MODELO IDEAL É POSSÍVEL? O DISCURSO DA COLETIVIDADE

A organização do espaço de um assentamento de reforma agrária segue algumas orientações que são estabelecidas, de um lado pelo Estado, a partir de legislação específica com relação à política de Reforma Agrária, ao meio ambiente,

⁹ Dado apresentado no artigo “Os descaminhos da reforma agrária” de 06/01/2014, disponível em www.mst.org.br/node/15589. Acesso em 06/01/2014.

políticas públicas, dentre outras; de outro lado, pelos movimentos sociais que têm papel preponderante na mediação e proposição das políticas públicas para assentamentos de reforma agrária. Isso ocorre de modo que o primeiro age formalmente, tendo por base regras e normas fundadas em leis; e o segundo age de modo informal, ainda que através de regras e normas, porém, com menor abrangência, já que se limita aos assentamentos ligados ao movimento e com restrição em sua execução, que não se baseia no poder coercitivo, próprio do Estado. No caso do MST, segundo Fernandes (1999), age com base no modelo organizativo que foi sendo desenvolvido e modificado com o passar do tempo tendo as experiências como determinantes nesse processo.

Segundo Fernandes (1999) a experiência com a territorialização em escala nacional permitiu a construção da organicidade do movimento, traçando formas de luta e ações de resistências. Tal afirmativa permite inferir que o modo de organização do espaço foi pensado, cada vez mais de forma racionalizada e em consonância com essa construção de organicidade, de modo que não são e nem devem estar desarticulados dos objetivos que o movimento pretende.

Tendo em vista a idealização de um modelo coletivista, ao iniciar a discussão acerca dos modelos de organização do espaço a serem implementados, o MST propõe, inicialmente, que os assentamentos sejam totalmente coletivizados. A demarcação dos lotes em assentamentos de reforma agrária, ainda hoje, é chamada por alguns militantes do MST de “quadrado burro”. Isso devido a crença dessa militância de que a exploração familiar da terra representa irracionalidade econômica, política, técnica e social (FABRINI; MARCOS, 2010).

Segundo entrevista com o coordenador do setor de produção do MST/Bahia, nos assentamentos que optaram por um modelo totalmente coletivizado (em que não há divisão de lotes), apesar de a produção ser feita em espaço comum dividiu-se a produção por quadras, cada um cuida da sua, caso do PA Arataca, citado pelo coordenador de produção do MST/BA (J.C.V., 2013). Ou seja, apesar de ter um espaço coletivizado, tendo em vista a não individualização dos lotes, não se conseguiu organizar a produção de forma coletiva. O espaço é coletivizado, mas a produção é individual, a base da organização da produção continua sendo a família, que é base da organização camponesa. Nesse modelo em que o espaço de produção é em área comum, sem divisão dos lotes, tem como resultado a titulação coletiva, ou seja, não há titulação de lotes individuais.

É importante mencionar o fato de que a luta empreendida pela terra e pela reforma agrária é também, dentro do discurso do MST, uma luta contra o capital, contra todas as formas de exploração e de injustiça social (STEDILE, FERNANDES, 2012; MST, 2013a). As formas de luta desenvolvidas no decorrer da história do MST são: a ocupação, a resistência na terra, os acampamentos, as negociações para pressionar o INCRA, os governos estaduais e os governos municipais (aqui podemos identificar as caminhadas, fechamento de estradas, ocupação de órgãos públicos, dentre outras).

Assim, as formas de luta e de produção coletiva ou cooperada se fundam nesse ideal de contra-discurso ao desenvolvimento capitalista. Há, neste sentido, uma disputa de modelos de desenvolvimento que vai além da reforma agrária e da política agrária, mas perpassa por um novo modelo de sociedade e modelo econômico alicerçado no socialismo.

Fernandes (1999) indica que, de 1980 à 1985, as experiências com relação ao trabalho e produção nos PAs tinham por base o trabalho familiar e a formação de coletivos. Nesse período, esclarece o autor, não havia um debate mais amplo sobre as formas de cooperação e nem acerca dos problemas enfrentados pelos assentados, como a falta de crédito específico. A formação de coletivo era então apoiada em formas simples de cooperação, próprias dos pequenos produtores e agricultores em geral. Os mutirões, que são formas de trabalho coletivo de ajuda mútua, eram realizados basicamente para plantio, colheitas e limpeza das áreas comuns. Os mutirões são formas de cooperação que o movimento empenhou em transformar em formas mais complexas, tendo como fim a criação das Cooperativas de Produção Agrícolas (CPAs). Este modelo foi implantado em Cuba na década de 1970, um dos países onde o MST se inspirou para a implantação nos assentamentos de reforma agrária no Brasil (FABRINI; MARCOS, 2010). Fernandes (1999) escreve que no período de 1987 à 1989:

As experiências de coletivização eram diversas e poderiam incluir recursos e atividades, de forma integral ou parcial, como por exemplo: máquinas, terra, trabalho, comercialização, etc. Além da organização da produção, tratavam das melhorias sociais da comunidade, como escolas, espaços públicos, estradas, postos de saúde, etc. Ainda, nesse período, alguns sem-terras responsáveis por essa atividade começaram a viajar para vários países da América Latina: Nicarágua, Peru, Honduras, Cuba, Chile e México, com o objetivo de conhecer as formas de cooperação das organizações camponesas (FERNANDES, 1999, p.168).

Nesse sentido, Stedile (2012) ao analisar as formas de organização agrícola do MST, aponta que o período de 1986 à 1990, foi um período de maturação com relação a essa organização e a cooperação agrícola como melhor caminho a ser percorrido:

[...] Chegamos a essa conclusão: 'olha, de fato, temos que incentivar a cooperação agrícola. Essa é a meta. Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada, colocar a escola perto do lugar de moradia'. Dessa constatação veio a compreensão de que seria fundamental que os assentamentos tivessem agrovilas próximas aos lotes de trabalho. A agrovila é um elemento de aglutinação importante para o desenvolvimento social da comunidade (STEDILE, FERNANDES, 2012, p. 102)

Conforme Fabrini e Marcos (2010) o modelo das CPAs adotado pelo MST seguiu o modelo implantado em Cuba (ainda que com algumas ressalvas) cuja racionalidade difere da camponesa, que se baseia na organização familiar e no autossustento com mercantilização simples. No caso das CPAs cubana e do MST essa racionalidade é empresarial, com base numa organização coletiva/cooperada, vista como modo superior de organização. Assim, como também está presente no modelo cubano a ideia de articular a moradia em núcleos urbanos.

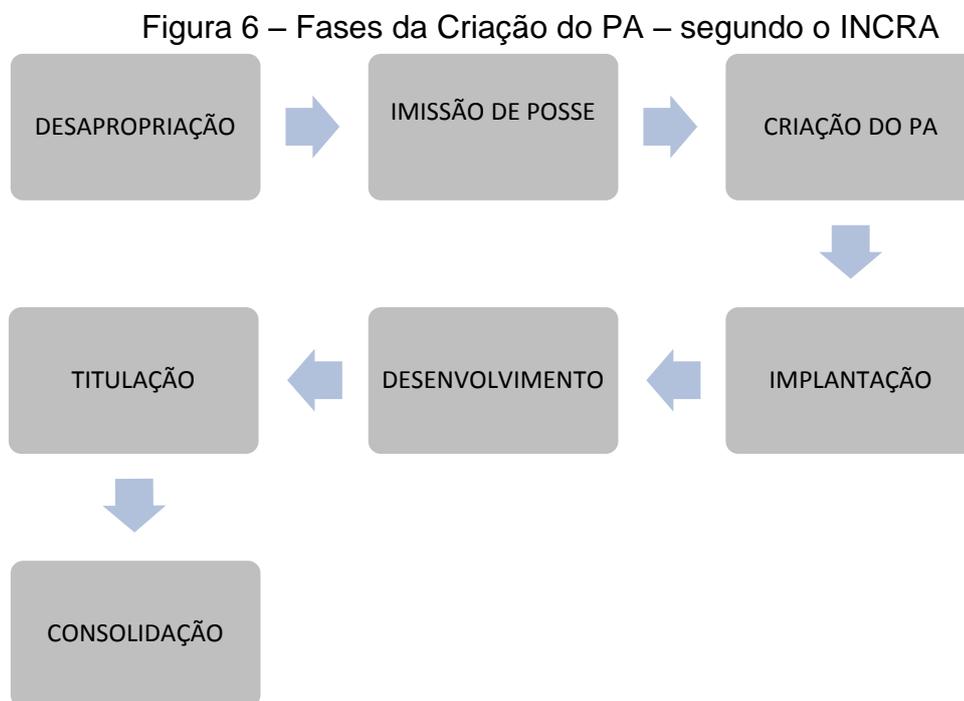
Com relação a organização da produção o MST continua defendendo a organização cooperada, assim propõe que:

Organizar a produção com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e cooperativas de prestação de serviços (MST, abril, 2013, p.39)

No Programa Agrário proposto para o período de 2014-2019, há uma valorização das formas de organização camponesas, com a inclusão de modos mais tradicionais como modelos válidos de organização coletiva. Contudo, a centralidade é a industrialização através da criação de cooperativas rurais e empresas de serviços semiestatais, a exemplo do que ocorreu em Cuba (FABRINI; MARCOS, 2010).

Pensando a partir da organicidade do movimento e sua centralidade na coletividade a ação dos militantes e lideranças são pensada de forma racional e interligada em todas as fases do PA. O que difere substancialmente da ação do

Estado. A ação do Estado é fundada em fases bem definidas e visa a emancipação dos assentados. Conforme Figura 6, o Estado o PA passa pelas seguintes fases:

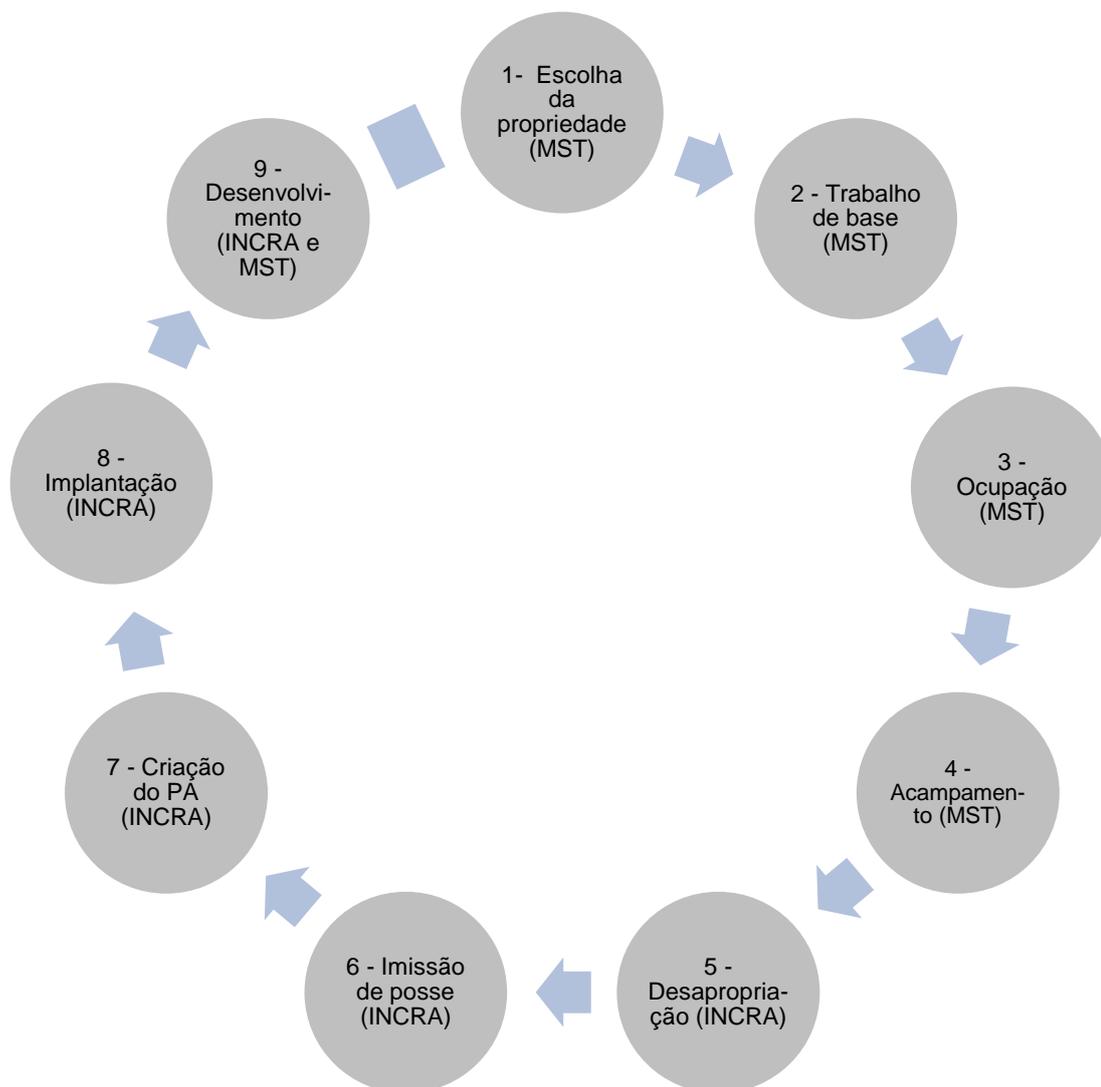


Fonte: Elaborado por Irani Soares com base em dados do INCRA (2013).

Sob a perspectiva da ação dos movimentos sociais, de modo geral, há uma alteração no quadro sobre as fases de criação e implantação de um PA. Fases importantes são realizadas pelos movimentos sociais, que pressionam o Estado para a execução de suas ações. E na visão do MST o ciclo não se fecha com a consolidação, como propõe o Estado. Na visão defendida pelo MST o ciclo é contínuo. O que requer uma parceria com o Estado na execução e desenvolvimento de modo também contínuo. É salutar explicar que as fases de Implantação e Desenvolvimento se confundem, sendo que a primeira é responsável pela assinatura de Contrato, instalação das famílias com execução dos serviços infraestruturas como estradas e parcelamento, Plano de Desenvolvimento do Assentamento e pagamento dos créditos Apoio Inicial e referente à Habitação, sendo os demais créditos na fase seguinte após a implantação, contudo a morosidade com que o Estado atende todos os requisitos faz com que as fases de Implantação e Desenvolvimento não estejam bem delimitadas, confundindo-as.

Desse modo, a partir dos trabalhos de campo e publicações internas do MST, apresenta-se um esquema de como esse ciclo se estrutura dentro da perspectiva da reforma agrária popular defendida pelo movimento, na Figura 7:

Figura 7 – Fases do PA – segundo o MST



Fonte: Elaborado por Irani Soares com base em trabalho de campo (2013; 2014) e dados do INCRA (2013) e MST (2013).

Conforme Santos (2012) para entender o processo da totalidade é preciso compreender o fenômeno em todas as suas etapas. Um assentamento enquanto agrupamento social não se inicia com a aquisição da propriedade pelo Estado. Anterior à ação estatal os movimentos sociais organizam algumas atividades: 1) escolha/procura da propriedade - consiste no levantamento em determinada região acerca da condição das propriedades, áreas passíveis de desapropriação e as terras devolutas¹⁰ usurpadas por particulares através de grilagem; 2) Trabalho de base - etapa de extrema importância para a execução das ações posteriores. Nessa etapa

¹⁰ Terras devolutas são as terras públicas que não estão registradas e, portanto, não estão em poder do Estado. O termo devoluta se refere às terras devolvidas ao Estado, àquelas terras onde não houve legitimação do domínio

os militantes percorrem as áreas rurais e urbanas debatendo sobre reforma agrária, convidando pessoas para participar do ato de ocupação; 3) ocupação - propriamente dita, visa adentrar a área pretendida e; 4) acampamento - continuidade da ocupação representa a resistência e é de suma importância para o MST, consiste em levantar acampamento com morada provisória na área pretendida ou em seus arredores.

A ação do Estado é realizada a partir da provocação desses movimentos sociais. Através dessas quatro ações, de grande importância para a organicidade do movimento, é que se tem realizado a política de criação de assentamentos. O MST desenvolve uma proposta de reforma agrária popular e, consoante a esta, um programa agrário. Todavia, como afirma Santos (2012), as mudanças precisam da ação do Estado para se concretizar. Dessa forma, a idealização de um programa de reforma agrária popular dentro dos preceitos estabelecidos pelo MST requer, primeiro, o reconhecimento da área ocupada. A partir daí cabe ao Estado realizar a vistoria da área e ver seu enquadramento enquanto cumpridora da função social ou não. Contudo, de acordo com o Estatuto da Terra, Lei Federal 4.504/1964, existem outras formas de aquisição de propriedade para reforma agrária: doação, compra e venda, retomada de terras públicas usurpada por particulares, arrecadação de bens vagos, herança ou legado.

A contrapartida do Estado é convocada também para a implementação das políticas de desenvolvimento propostas pelo MST através de seu programa agrário. (a fase de desenvolvimento pelo INCRA tem uma gama de políticas públicas que devem ser efetivadas e o MST age como proponente de algumas dessas políticas). Uma das questões primordiais para a execução da reforma agrária, ou política de criação de assentamentos, refere-se à titulação das áreas. Na proposta de reforma agrária do MST, ao discorrer sobre as mudanças necessárias propõe que deve-se:

Assegurar que nenhum beneficiário da reforma agrária, da colonização ou regularização fundiária possa vender a terra. A titulação será como concessão de uso, com direito à herança, desde que os herdeiros e herdeiras morem no lote. A infração de venda de lotes da reforma agrária será punida com exclusão do comprador ou compradora, vendedor ou vendedora (MST, 2012, p.40).

A finalização da política de criação de assentamentos com a titulação definitiva e por fim a consolidação traz algumas possíveis consequências. Nesse sentido, não interessa ao MST essa titulação definitiva, que teria como próximo

ponto a consolidação dos assentamentos. Ou seja, a autossuficiência com relação ao Estado e o fim da idealização de um projeto de cunho coletivo. A nova condição de proprietários poderia refletir sobre a identidade de sem-terra. Esses titulados, tornados proprietários, possivelmente se desvinculariam da luta pela terra, enfraquecendo, por consequência, o processo de luta. Para o MST a luta não se finda com o acesso à terra, mas a partir dela outras lutas são empreendidas (MOURISSAWA, 2001).

A resistência do MST com relação à titulação definitiva se deve também, ao fato de que essa ação poderá acarretar em nova reconcentração de terras. Ou seja, a desterritorialização do campesinato que lutou pelo acesso à terra e, conseqüentemente, a (re)territorialização do capital, principalmente nas áreas de seu interesse. Nessa perspectiva de análise, a finalização da política de criação de assentamentos com a titulação definitiva poderia representar o fim da luta pela terra, já que refletiria na própria organização dos trabalhadores rurais sem terra, apresentando um ponto de fragilidade.

Durante o VI Congresso Nacional do MST foi feita consulta à plenária de delegados com relação à pela titulação definitiva das áreas de assentamentos, todos os delegados votaram contra. Reforçando assim a resistência dos MST a essa ação do Estado. A titulação definitiva representa a terra enquanto mercadoria. Enquanto tal, o assentado é transformado em proprietário, passa a gozar do direito de venda, arrendamento, uso especulativo, distanciando do modelo proposto de terra de vida e trabalho. O MST defende que se deve adotar a titulação do tipo que institui concessão de uso. O Estado adota o Contrato de Concessão de Uso (CCU) como contrato provisório, pelo período em que a terra é propriedade do Estado. Usado como meio de estabelecer legalmente as obrigações e deveres, tanto do Estado, quanto dos assentados. Contudo, ele é pensado para vigorar até o momento de desenvolvimento, devendo ser seguida da titulação definitiva.

A titulação colocada a partir da concessão de uso está estritamente ligada à organicidade do movimento e de sua proposta coletivista. Sendo assim, segundo a proposta defendida pelo MST, a titulação definitiva e a consolidação dos assentamentos são empecilhos para a concretização de um novo modelo para a agricultura e para relações cooperadas, no sentido de que transformam a terra conquistada em propriedade privada, logo, em mercadoria.

3.1.1 As agrovilas: primeira tentativa de organização das habitações

A localização da habitação assume papel central na condução da organização do espaço dos assentamentos de reforma agrária. A habitação é uma das prioridades quando se cria o projeto de assentamento. É preciso, portanto, dar condições aos assentados de permanecer na área. O Estado, através do CCU, em suas cláusulas e condições, estabelece que a moradia é um dos pré-requisitos para a permanência no programa de reforma agrária. O MST e o Estado, ainda que de formas diferenciadas e com intencionalidades também diferenciadas, direcionam o programa de habitação em assentamentos de reforma agrária na Bahia, preferencialmente para a construção das casas em sistemas de agrovilas.

De forma interligada com a discussão acerca da necessária cooperação agrícola, tendo em vista a otimização da produção e a continuidade dos ideais do MST após a conquista da terra, foi estimulado a localização das moradias em espaço comum através do sistema de agrovilas. A partir dos argumentos em favor das agrovilas, pode-se perceber que se buscava impedir a construção das casas nos lotes de produção. A dispersão das casas na área do assentamento poderia ter como resultado a continuidade do perfil individualista que se traduz, dentro dessa visão, na força de trabalho familiar, próprio do camponês, o que deveria ser combatido, pois representa, dentro do modelo socialista marxista, um empecilho à politização devido ao seu isolamento (FABRINI; MARCOS, 2010). Dentro desse discurso, a localização das habitações nos lotes poderia, ainda, dificultar a continuidade da luta após a conquista da terra, dispersando um contingente de pessoas das ações do movimento. Dificultaria, ainda, a manutenção da unidade do movimento que tem como um dos pilares os princípios organizativos do MST. Dessa forma, toda a organicidade poderia ser prejudicada.

Há uma compreensão distorcida, mesmo entre as lideranças do movimento, de que a construção das habitações deve contemplar a aproximação das casas como resposta a uma normativa do INCRA, ou mesmo ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Em entrevista, uma liderança do MST/BA, afirma:

[...] Encontra [casa no lote] mas, não é o processo. Porque quem tem seu lote quer também fazer sua casa no lote, mas ele não está bem na organicidade, por exemplo, do INCRA. Tem as agrovilas, mas a pessoa tem uma casa na agrovila, mas quer fazer uma casa no lote. Primeiro, que o projeto de construção ele não permite que a casa

seja construída lá no lote, isolada. Ele tem que ser no processo em agrovila. Isso posto pelo INCRA e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário. A casa não é feita no lote, ela é feita no núcleo. Por isso que lá em Mucuri nós construímos porque é feito num processo de núcleo. Então, lá ele mora no seu lote, mas está num processo de núcleo (Entrevista com a ex-coordenadora da Brigada de Mucuri, set/2013).

Não há nenhuma norma que considere a agrovila como a única possibilidade, apesar de que há um direcionamento para esse tipo de organização de espaço de habitação, porém, não enquanto normativa. O PA Dom Mathias, em Ipirá, é um bom exemplo para isso. Esse argumento de que é uma imposição do INCRA é também utilizado no campo como estratégia para que as pessoas não se contraponham à escolha. Apesar de que o desejo de conseguir a terra e depois a casa leva os assentados a se conformarem com o que é “dado” e não colocarem de forma incisiva suas vontades.

O trabalho de campo demonstrou que há uma manipulação com relação à participação dos assentados, apesar de haver uma assembleia para debate, esse não acontece com a participação de fato. As pessoas tendem a estarem presentes, mas num nível baixo de participação, onde não há uma consulta de fato, mas apenas é apresentada a ideia que se quer colocar em prática de modo que todos concordem, sem um debate acerca do que está sendo decidido. Os depoimentos acerca da participação nas assembleias e reuniões são uma amostra dessa baixa participação e conformação ao que é posto. Essas são algumas afirmações que representam a opinião da maior parte dos entrevistados:

Vou mais ouvir, geralmente não tenho nada a falar (Entrevistado 22, 10/11/2013, PA Faz. Esperança).

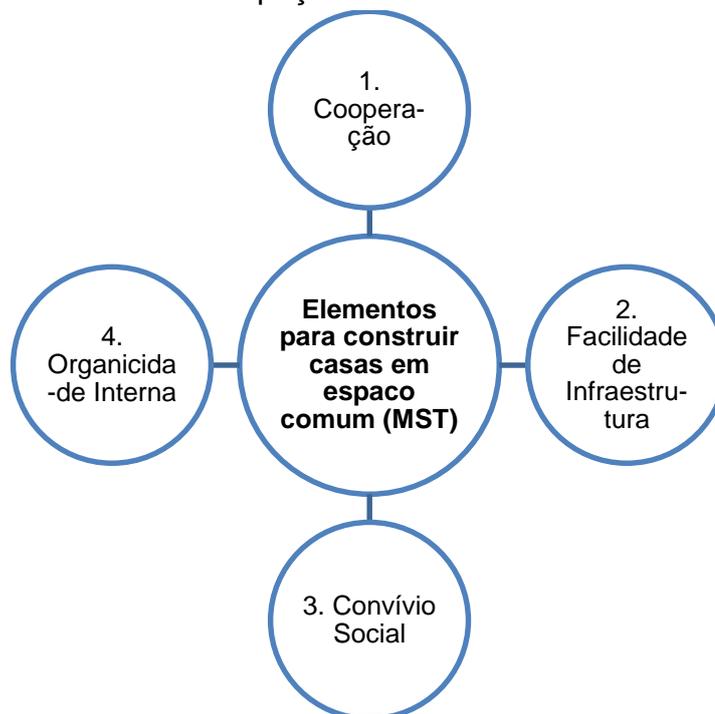
Eu vou mais ouvir, nem sempre posso dar opinião, depende do que eles forem falar, porque às vezes eles não aceitam, então é melhor você ficar quieta (Entrevistado 23, 10/11/2013, PA Faz. Esperança).
Eu vou mesmo mais escutar, tem vez que eu só falo assim se eu tiver alguma pergunta pra procurar, mas tirando daí só pra ouvir o que o pessoal passa mesmo (Entrevistado 58, 13/01/2014, PA Reunidas Cambuí).

Essas respostas foram bastante repetidas no decorrer das entrevistas, indicando que não há uma baixa participação dos assentados assembleias, o que reflete na consulta à base na hora de escolherem a forma espacial dos assentamentos.

Dessa forma, como a participação dos assentados nas assembleias e reuniões em geral é bastante baixa, infere-se à primeira vista, que ou os assentados não têm sido contundentes em suas críticas, ou não têm se dado importância a elas. Essa baixa participação reflete no posicionamento frente à discussão com relação ao tipo de organização espacial, caso da permanência das agrovilas. Porém, outras questões podem estar interferindo para a manutenção desse modelo e para que não sejam ouvidos os apelos dos assentados. Como posto em entrevistas ao colocarem a possibilidade de construir as casas nos lotes individuais é dito que o INCRA não permite a construção fora da agrovila. Observou-se em trabalho de campo que há certo temor dos assentados em estar se posicionando frente aos dirigentes e militantes do movimento. Nas reuniões que ocorrem nos assentamentos, as pessoas tendem a falar somente após a participação das lideranças e de modo a concordar com o que foi dito, ou preferem ficar caladas e não manifestar suas opiniões. Isso vai depender das relações com as lideranças locais e regionais, podendo ter perfil mais democrático ou autoritário.

Identificaram-se alguns elementos elencados pelo MST, ainda que não de forma sistemática, para se justificar a construção das casas em sistemas coletivos. Dessa forma, a partir das publicações internas e entrevistas com militantes, reuniram-se alguns desses elementos que pudessem revelar as intencionalidades do MST por trás da forma agrovila e núcleo habitacional, ver figura 8.

Figura 8 – Elementos usados pelo MST para justificar a construção das casas em espaço comum



Fonte: Elaborado por Irani Soares com base no trabalho de campo, 2013, 2014.

O primeiro desses elementos é a cooperação. Colocada como ponto central para a localização das moradias em local comum, a cooperação é vista pelo MST como um estímulo à resolução dos problemas de forma conjunta; superação do individualismo; melhoria da produtividade e cooperação. Para Mourissawa (2001) a convivência nos assentamentos do MST é intensa e são as pessoas que assumem a condução do núcleo. A organização da habitação em espaço comum é vista como essencial para promover a convivência e tornar possível o assentamento enquanto núcleo social, bem como a facilidade de acesso à infraestrutura básica (MOURISSAWA, 2001; STEDILE; FERNANDES, 2012).

A questão do crédito também aparece no discurso como um dos pontos para a justificativa da cooperação que irá desencadear nas formas coletivas de organização do espaço. Para o MST é necessário manter a união do grupo e a cooperação para se ter conquistas após o assentamento das famílias, pois o entendimento é que a conquista da terra não é o fim da luta; quem assim pensa tem na própria terra o seu fim (MOURISSAWA, 2001). Neste sentido, Fernandes (1999) aponta que se acrescentou um componente corporativo, no sentido associativo, na formação do MST. Essa característica deve-se à experiência nos assentamentos. Após a conquista da terra, os sem-terra devem assumir um conjunto de lutas

específicas: crédito agrícola, estradas, energia elétrica, preço mínimo etc, lutas que interessam diretamente à comunidade.

Desse modo, Mourissawa (2001) elenca diversas razões para o estímulo à cooperação entre os assentados. Razões Econômicas: a) aumento do capital a partir da aplicação coletiva, b) obtenção do crédito; c) aumento da produtividade, já que a divisão social do trabalho permitirá maior produtividade em menor tempo; d) racionalização da produção de acordo com os recursos naturais; busca-se aproveitar ao máximo o solo e o clima a partir da cooperação agrícola; e) desenvolvimento da agroindústria, entre outras. Razões Sociais: a) facilidade de acesso à infraestrutura básica; b) acesso mais fácil à educação de crianças e adultos; c) acesso à transporte coletivo e atividades ligadas à saúde. Razões Políticas: a) participação nas lutas específicas (no curto prazo) e; b) na mudança da sociedade (longo prazo). No sentido posto por Mourissawa (2001) a ideia de cooperação está estritamente ligada à organização do espaço. Para o MST o sucesso da coletividade depende da organização do grupo, há dentro dessa visão uma relação de dependência.

Corroborando com a ideia da facilidade de implantação de infraestrutura e convívio social, o MST propõe que se deve:

[...] planejar a comunidade para se ter maior convivência social, com as condições mínimas de infraestrutura, como estradas, luz elétrica, água potável e saneamento. Para isso é necessário que as moradias sejam organizadas em sistema de agrovilas, em comunidades, para que estes serviços sejam implementados com maior facilidade e agilidade, diminuindo os custos para os assentados (MST, 2003, p. 28-29).

O segundo elemento identificado é a facilidade de infraestrutura, que é apresentado como mais um ponto importante na organização espacial das moradias em espaço comum. A proposta de reforma agrária do MST ao discorrer sobre a infraestrutura social para os assentamentos define enquanto uma das medidas:

Desenvolver um amplo programa de construção e melhoria de moradias no meio rural, conjugando ao acesso de energia elétrica de fontes renováveis e alternativas, água potável, transporte público e informática em todas as comunidades rurais. Orientar para que as moradias sejam aglutinadas em povoados, comunidades, núcleos de moradias ou agrovilas, de acordo com sua cultura, para facilitar o fornecimento desses serviços (MST, 2012, p. 46).

A agrovila é, portanto, um modelo de organização do espaço de moradia que as habitações são construídas em um espaço comum, tendo como um dos objetivos

principais facilitar o acesso à infraestrutura, segundo o MST e o Estado. Essa facilidade de acesso à infraestrutura refere-se ao barateamento dos custos para sua implantação. Com base no trabalho de campo, este é o argumento mais utilizado no momento de discutir a aplicação do crédito responsável pela construção das casas. Ou seja, facilitar a implantação de serviços sociais para a comunidade de modo que, tanto o discurso dos militantes, quanto o dos técnicos do Estado, esse argumento se repete. Nesse sentido, o coordenador do setor de produção do MST/BA, com relação à organização do espaço dos PAs expõe que:

Eu acho que a importância está em você procurar facilitar a convivência. Primeiro, procurar facilitar a convivência das pessoas. A questão das benfeitorias, tem que ter a escola, a energia, de você facilitar, estar o máximo próximo dos recursos [...] Algumas [famílias] dentro do primeiro momento elas não entendem, elas não coloca muito essas coisas das facilidades pra vim. Mas, outros critérios talvez, 'ah, que eu quero ter a minha casinha lá no canto, tal'. Depois quando você no processo de discussão vai mostrando o amadurecimento vendo a importância de ter a energia, de ter a água, ter o posto de saúde, de vim alguns benefícios, né? Então coisas importantes que a gente acredita que vai dar qualidade de vida, que vai ajudar. (Entrevista com coordenador do setor de produção, MST/BA, em 19/07/2013).

Como podemos observar há uma confluência no discurso INCRA e MST com relação à organização do espaço de habitação em espaço comum. Assim, não distante da ideia do coordenador do setor de produção do MST/BA, para o coordenador Geral de Infraestrutura e Desenvolvimento do INCRA/sede:

A vantagem da agrovila é que geralmente a gente consegue colocar água em todas as casas, consegue colocar energia elétrica em todas as casas, consegue estruturar melhor essa agrovila, geralmente é espaço onde tem escola, posto, que mesmo precário tem atendimento médico, então as famílias estão mais próximas de outros serviços e de outras infraestruturas, que no lote ficam um pouco mais isolados. Num assentamento muito grande isso pode ser um problema. (Entrevista com o coordenador Geral de Infraestrutura e Desenvolvimento do INCRA/sede, em 04/07/2013).

A facilidade da infraestrutura é o primeiro e mais importante dos argumentos utilizado com os assentados. Através desse argumento é possível convencer mais facilmente a população que está em campo e que almeja as casas nos lotes a aceitarem a agrovila.

O terceiro elemento encontrado diz respeito ao convívio social, que é articulado pela cooperação e ao mesmo tempo um motivador desta, ambos ligados à organização do espaço coletivizado. Um dos desafios do MST consiste em

concretizar a estrutura organizativa do movimento que, segundo se acredita, é facilitada através da organização do espaço.

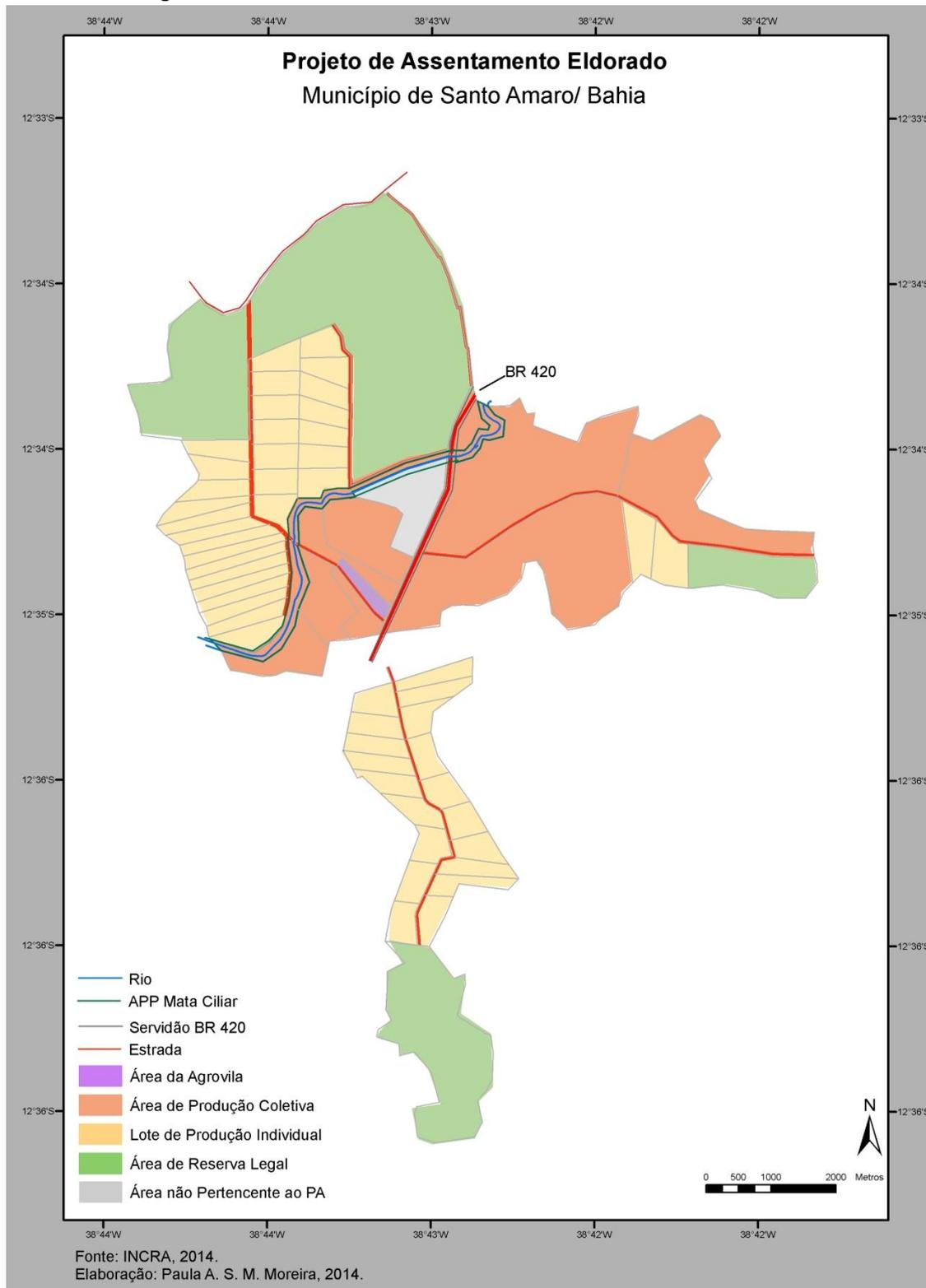
Com relação a organização do convívio social nas comunidades de reforma agrária, debatida como um dos desafios internos, é posto que deve-se desde a fase de acampamento projetar espaços comunitários. Um dos pontos explicitados para se atingir o objetivo de ter um espaço de encontro, articulação e convívio das famílias e atender as diversas dimensões da vida social e política, consiste em:

Aproximar a vizinhança: devemos continuar a perseguir o objetivo de que, nos futuros assentamentos, as famílias aproximem suas moradias, fortalecendo o convívio social entre os camponeses, potencializando práticas cooperadas internas, estimulando ajuda mútua e a troca de insumos e equipamentos, desenvolvendo mecanismo de segurança e proteção da comunidade contra possíveis ataques e perseguições (MST, Cadernos de debates, nº 2, p. 53, s/a).

As agrovilas são consideradas, nessa visão, facilitadoras do convívio social, assim a conformação espacial é estratégico para o movimento. As agrovilas seguem diversos padrões que dependem das relações que se estabelecem no local, relacionadas às lideranças, à intencionalidade do planejamento espacial, a boa aplicação dos recursos, dentre outras. Dessa forma em um PA a agrovila pode ter as casas construídas mais ou menos próximas umas das outras; variar o tamanho dos quintais; as casas podem assumir um padrão mais rural ou urbano. O tamanho do lote urbano pode interferir na pequena produção, àquela mais voltada para o autossustento e que, geralmente, é plantada ao redor da casa. Nessa área próxima à casa cria-se também animais de pequeno porte, a exemplo de aves e porcos.

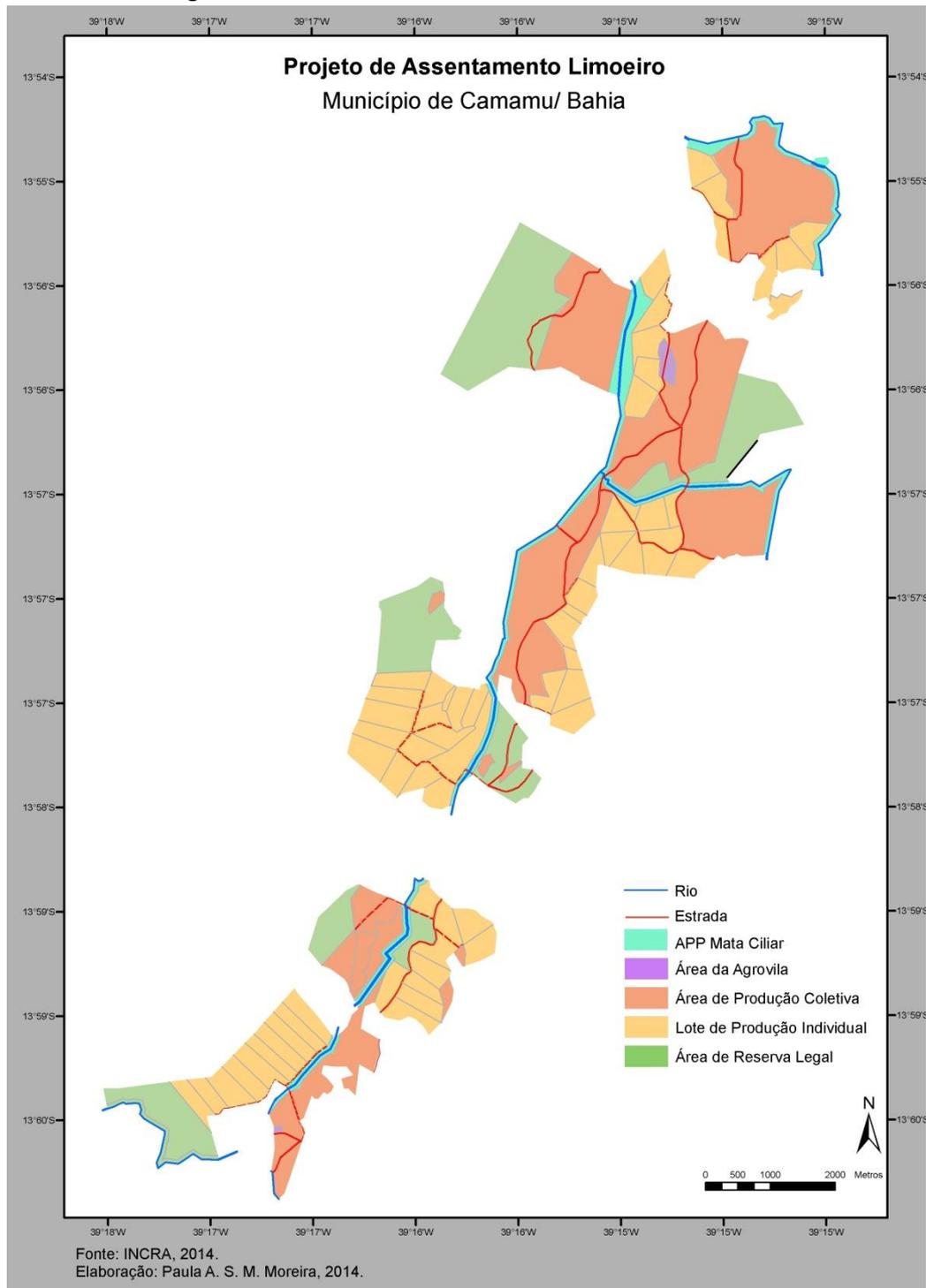
Apresenta-se algumas experiências de organização do espaço em PAs baianos vinculados ao MST, onde foram implantadas agrovilas.

Figura 9 – Planta do PA Eldorado, Santo Amaro, Bahia.



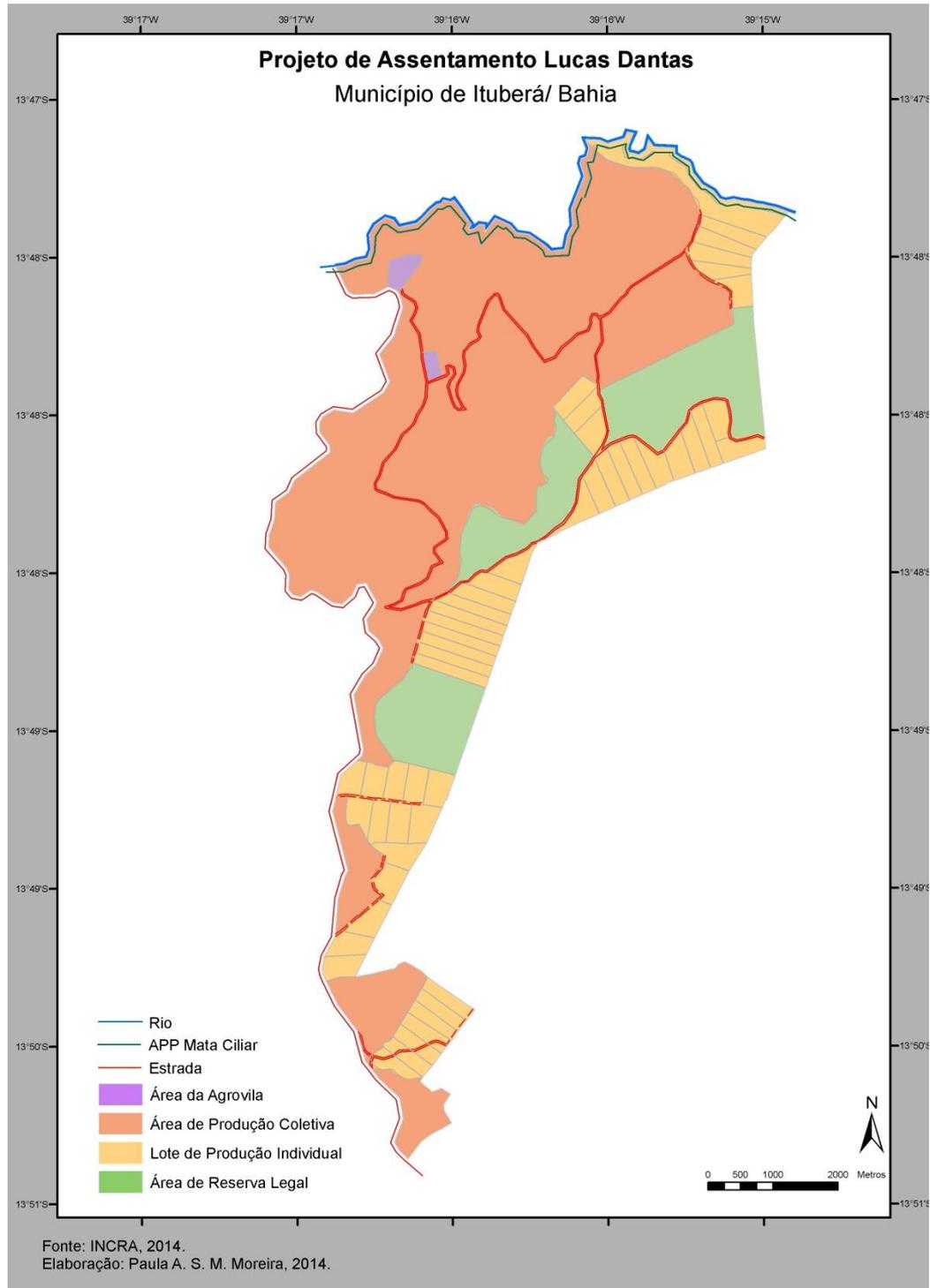
No PA Eldorado (Figura 9) foi criado em 1997. A agrovila está situada próxima a BR-420 e próxima das agrovilas de outros três PAs, dois do MST. A agrovila ficou bem centralizada permitindo acesso facilitado para os lotes individuais e áreas coletivas. Note-se que a área destinada a Produção Coletiva é bem extensa.

Figura 10 – Planta do PA Limoeiro, Camamu, Bahia.



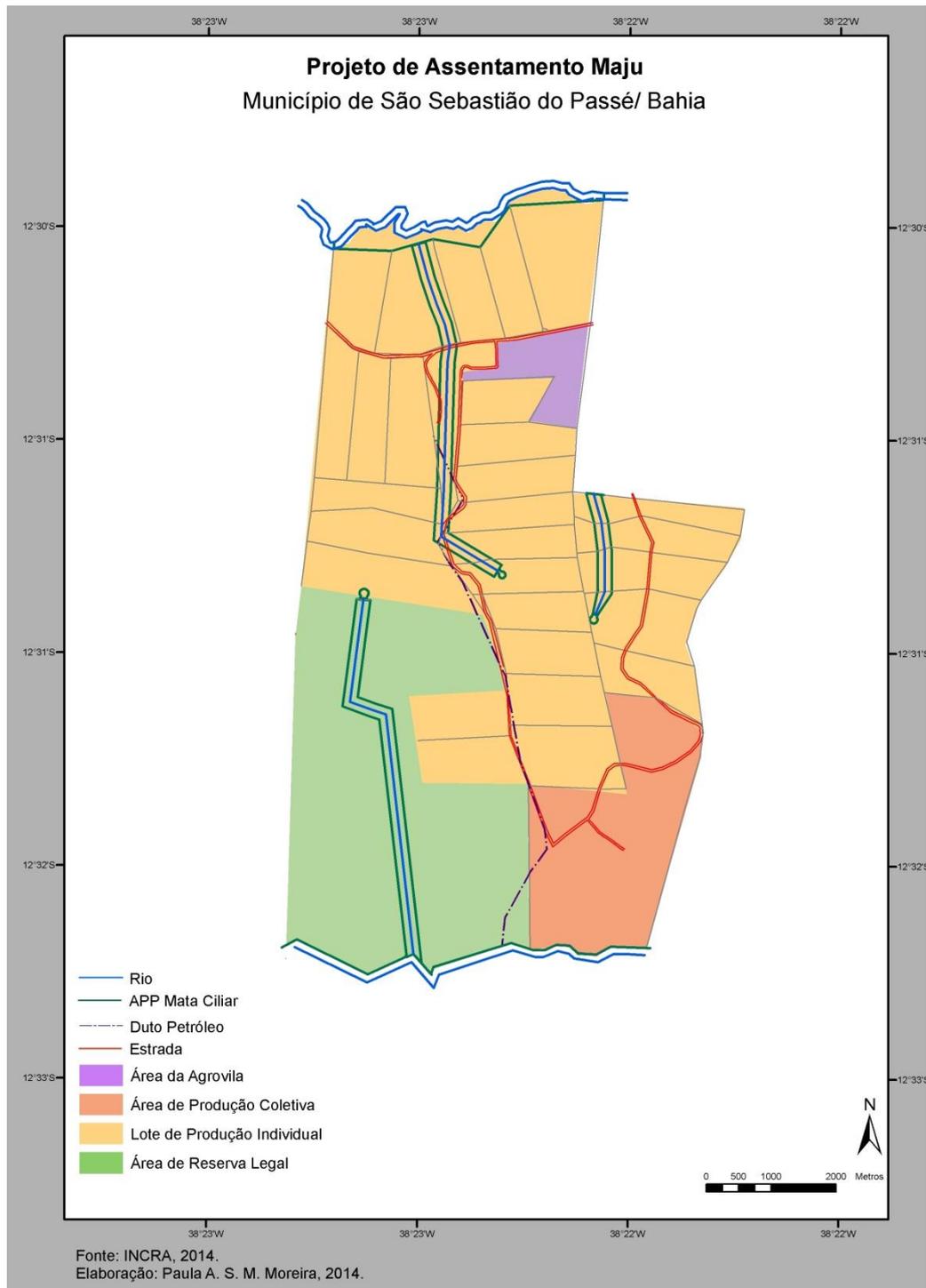
O PA Limoeiro (figura 10) foi criado em 1999, em área descontínua. A agrovila foi localizada próxima ao rio e estradas, não favorecendo a todos os assentados com relação distância casa-lote, porém a estrada liga o PA a agrovila do Bom Jesus. Os lotes localizados na parte sul estão mais próximos da agrovila do PA Mata do Sossego. O PA possui uma área de produção coletiva bem extensa.

Figura 11– Planta do PA Lucas Dantas, Ituberá, Bahia.



A Figura 11 apresenta a planta do PA Lucas Dantas, criado em 1998. Neste foi implantadas duas agrovilas bem próximas, que são ligadas através de uma estrada que dá acesso, também aos lotes de produção individual e áreas coletivas. Para a localização das agrovilas aproveitou-se a infraestrutura da antiga fazenda. As agrovilas foram projetadas em consonância com um projeto de produção coletiva, representado pela grande extensão de área destinada a esse tipo de produção.

Figura 12 – Planta do PA Maju, São Sebastião do Passé, Bahia.



A Figura 12 apresenta a planta do PA Maju, criado em 2000. Neste PA a agrovila está situada próximo à BA-093, que dá acesso aos PAs Panema, Santa Maria, e a sede do município de Mata de São Joao, o que facilita o deslocamento das pessoas e escoamento da produção. Esse PA apresenta como especificidade o fato de passar dentro dele um duto de petróleo. Observa-se que este, diferente dos demais, tem a área de produção coletiva reduzida.

Foram ilustradas algumas experiências de organização do espaço em que se adotou a agrovila, sem pretender esgotar as estratégias utilizadas nesses casos, para tanto foram feitas apenas algumas considerações baseadas nas plantas apresentadas. Conforme apresentado a definição da localização das habitações pode levar em consideração diversas variáveis. Assim a localização, quantidade de agrovilas, vão depender das estratégias assumidas para atingir determinados objetivos. Notou-se, a partir da análise dos PAs apresentados nas figuras 9, 10, 11 e 12 que as agrovilas estão próximas de outras agrovilas de outros PAs, vinculados ao MST ou não. Parece que há a intenção de aproximar as agrovilas de PAs diversos, criando uma espécie de rede. A concentração de PAs pode corroborar para a correlação de forças, principalmente em escala local.

O planejamento espacial dependerá das lideranças e dos técnicos à frente e, ainda, as estratégias que o movimento a nível nacional, estadual, mas também, e principalmente, o que a organização a nível local, pretende, o que poderá considerar ou não, outras questões de ordem técnica. A exemplo de questões climáticas, edáficas, culturais, etc. Ou seja, as formas respondem a intenções, tanto sociais, como políticas e econômicas.

Dessa forma, a agrovila vai ganhando destaque como modelo ideal da organização do espaço de moradia e vai sendo implantada em diversos locais. O Estado vinha instituindo a agrovila como sistema de organização espacial das habitações nos assentamentos (que até 2012 era realizada através do crédito instalação pela modalidade Aquisição/Material de Construção). E como pode ser constatado esse modelo é adotado pelo Estado desde os projetos de colonização realizados nas décadas de 1960 e 1970 (CARMARGO, 1973). A vinculação ao discurso do movimento apenas ajudou a intensificar esse modelo, pelo menos com relação à realidade baiana.

O depoimento do coordenador do setor de produção do MST na Bahia explicita bem o papel que o movimento vem realizando junto às famílias para aceitarem a agrovila e não insistirem na ideia de construção das casas nos lotes de produção. Ao ser indagado se há resistência das famílias com relação a localização das casas em espaço comum ele pontua:

Algumas famílias querem a terrinha pra eles, fazer a casa no lote separado, existe muito isso. E claro, a gente coloca que é muito difícil você levar energia, levar água de qualidade pra cada lote distante. Claro que quando você está numa formatação espacial que dá pra

você fazer isso, tranquilo (Entrevista com coordenador do setor de produção, MST/BA, em 19/07/2013).

Percebe-se a partir da fala do coordenador que há uma resistência, desde o início do projeto, para que as habitações sejam construídas nos lotes de produção. Entretanto, é preciso, na visão do movimento, convencer os assentados a conviverem em espaço comum. Esse convencimento deve ser realizado desde o acampamento. Então um dos argumentos usados é com relação à infraestrutura, a facilidade para a intervenção estatal, assim explica ele:

Então a gente tenta diminuir, fazer um pouco a vontade deles, deixando os quintais com um formato que possa tá facilitando o lote, mas, também que facilite essas intervenções de políticas públicas. Se faz a discussão e quando não é bem feita, faz a casa na agrovila e depois eles acabam fazendo uma casinha pequena lá no lote, onde passa a semana. Então a gente procura diminuir o máximo nessas discussões essas questões de estar longe do lote dele e tal, só que não tem jeito. Quando a terra é muito grande, aí a ideia inclusive é ter os núcleos (Entrevista com coordenador do setor de produção, MST/BA, em 19/07/2013).

Há uma preocupação do movimento em diluir a discussão para não haver desvio da forma, que seria representada pelas casas construídas nos lotes de produção. Ou seja, a prevalência da individualidade, questão que deve ser combatida tendo em vista, dentro do movimento, os ideais socialistas de produção cooperada/coletivizada. Assim a militância assume papel de suma importância à frente das discussões, geralmente realizadas no período de acampamento. Pois o desvio da forma dada é visto como uma falha nesse processo de discussão, conforme as palavras do coordenador do setor de produção (Entrevistado em 19/07/2013).

Como planejador, junto com os assentados, o MST vem revendo e aprimorando algumas questões ligadas ao planejamento das agrovilas. O coordenador do setor de produção do MST expõe algumas questões referentes à experiência do movimento na Bahia:

Eu acho hoje sobre o planejamento, que acredita que, se pensou, o que é que acontecia? Era lote a lote, cada casa, cada família morava na sua casinha no lote e ficava distante, que dificultou e dificulta até hoje, tanto o processo de comercialização, de escola, de integração das famílias e a questão cultural. Daí nós passamos pra agrovila todo mundo junto, uma agrovila muito apertada, muito sem, pra essa coisa do quintal, da individualidade. Se pensou tudo junto funciona a escola e tal. Percebemos também que isso traz algumas consequências, a pessoa fica longe do lote. Hoje o que tenho

percebido e tem evoluído muito é nesse sentido dos núcleos de moradia (Entrevista com coordenador do setor de produção, MST/BA, em 19/07/2013).

Apesar da fala do coordenador do setor de produção a agrovila prevalece como modelo mais implantado na Bahia. E não há um direcionamento para a organização das habitações em sistema de núcleos, conforme entrevista com liderança do movimento (MST/BA) ainda não amadureceu muito a discussão acerca da organização das habitações em núcleos de moradia, conforme a articuladora os PAs de Mucuri tiveram influência do MST do Espírito Santo, que inclusive, criou uma empresa que presta serviço de topografia aos assentamentos do INCRA (Entrevista ex-coordenadora da Brigada de Mucuri 18/09/2013).

3.1.2 Os Núcleos Habitacionais

Todavia, a agrovila não é o único modelo de organização do espaço que possibilita a aproximação das casas. Desse modo, têm-se os núcleos habitacionais (na Bahia conhecidos como Raio de Sol). Estes, por sua vez, são apresentados como uma proposta para o planejamento espacial dos PAs vinculados ao MST e diferem da agrovila por situar os lotes de produção ao fundo das casas. Esse é um recorte espacial diferenciado e que merece atenção.

[...] Eles diferem da agrovila pelo fato de as casas serem construídas nos lotes individuais. Desse modo, o assentamento é cortado em lotes, de maneira tal que facilita a proximidade entre as diversas moradias. Portanto, dentro dele existem vários núcleos, cujo tamanho varia de acordo com a topografia, a hidrografia e as estradas existentes, e cujo agrupamento possui em média 15 famílias. No centro de cada núcleo, existe um local reservado para a construção dos diversos equipamentos da infraestrutura comunitária (MOURISSAWA, 2001, p.228).

É a partir de 1994 que o setor de produção do MST passa a considerar a organização do espaço como elemento principal dos PAs, um “aglutinador para a cooperação e a participação e, também, como instrumento para um novo modelo de organização da produção” (BERTOLINI, CARNEIRO, 2007, p. 210). Os objetivos eram a melhoria na organização das famílias e a implantação de novas formas de produção cooperadas. Nesse momento histórico do MST estava sendo debatida a implantação do SCA, isso em 1992, que mais tarde viria formar a Concrab. A discussão acerca da produção cooperada já vinha sendo realizada antes. Em 1988

se iniciou no MST um projeto chamado de laboratórios organizacionais, que previa a criação de uma cooperativa após quarenta dias de trabalho. Esse processo não deu certo, os laboratórios organizacionais, segundo Stedile (2012) tinha um caráter ortodoxo, o que dificultou para que a metodologia desse certo. Após esse momento, amadurecida a questão da cooperação, esta aparece representada em uma das linhas política do II Congresso Nacional dentro da visão das CSAs e da Concrab.

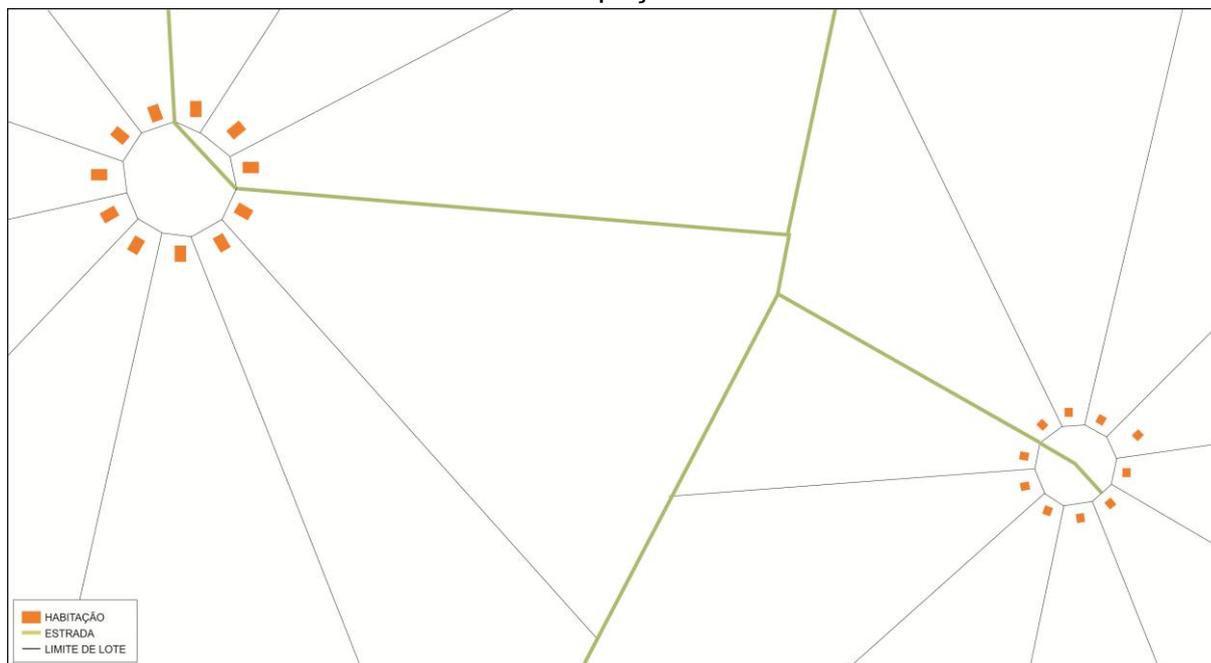
Na Bahia os núcleos habitacionais só foram implantados a partir da criação dos PAs Fazenda Esperança, Lagoa Bonita e Jequitibá, todos no município de Mucuri. Esses PAs foram criados em 2004. Para o coordenador do setor de produção do MST/BA foi-se evoluindo da agrovila até a construção dos núcleos que permitem, em sua visão, agregar questões produtivas, sociais, culturais e organizativas, permitindo aos assentados sua individualidade, mais difícil na agrovila.

Organiza os núcleos assim, aproxima as famílias, algumas famílias, por afinidade. E aí com isso você pode trazer escola, e tal, a depender da quantidade de família, escola, um posto. Fica próximo do lote, e aí facilita o produtivo. Então, eu acho que, dessa questão, hoje o modelo que se aproxima do que a gente vê mais é esse modelo. Que dê facilidade pra você agregar as famílias pra está fazendo o processo produtivo, cultural, organizativo. Mas também que dê a individualidade dele e trazer eles, que é uma preocupação do mercado né, as estradas, a gente sabe que os recursos públicos é limitado. Então se a gente distribuir lote a lote, estrada, energia tudo fica difícil. Mas também a gente procura trazer pra próximo do lote o máximo possível (Entrevista com coordenador do setor de produção, MST/BA, em 19/07/2013).

Contudo, o central continua sendo permitir a facilidade de implantação de infraestrutura social, ponto chave para o debate com os assentados.

Apresentaremos um croqui com o núcleo habitacional como modelo de organização das habitações. Note-se que este é apenas um esquema de apresentação dessa conformação espacial. Esse croqui foi feito tendo por base uma parte do PA Lagoa Bonita, contudo, não representa esse PA que apenas serviu de base.

Figura 13 – Croqui do Núcleo habitacional: modelo híbrido de organização do espaço



Fonte: Imagem de referência Google Earth, Assentamento Lagoa Bonita, Mucuri, Bahia, 2014.

Um dos pontos que convergem para a implantação dos núcleos habitacionais (a nucleação) é a sua vinculação com o novo modo de produzir que passa a ser almejado pelo MST. Dessa forma, se planeja um novo tipo de organização espacial para os PAs. A partir da localização das habitações busca-se incorporar um novo modo de organização da produção (modo cooperado) e continuar incentivando a organização social a partir da aproximação das moradias. As primeiras experiências com núcleos habitacionais foram realizadas nas regiões Sul e Sudeste do país (MOURISSAWA, 2001).

Morissawa (2010) corrobora com a ideia do MST quando escreve que

[...] considerando a importância de estimular a convivência e a participação e de se ter claro o assentamento como um local onde se combinam produção e vida social, o MST elaborou um método de organização que articula a moradia, o núcleo de base e a cooperação (MORISSAWA, 2001, p. 227).

A partir dessa afirmação podemos inferir que o MST buscou a partir desse novo modo de proximidade das casas implementar os núcleos de base. Os núcleos de base são, segundo Gomes (2009), implementados a partir de meados de 1992. A ideia inicial era que fossem um espaço de discussão das linhas políticas do movimento e também espaço de estudo. Pretendia-se, ainda, com a criação desses núcleos formar novos militantes. Contudo, essa forma de organicidade teve alguns

problemas para se concretizar, inclusive se afastando das ideias iniciais (GOMES, 2009).

Em publicação do MST, voltada para os debates internos a serem realizados dentro dos núcleos de base, a abordagem acerca da organização social propõe que as obras públicas para infraestrutura devam ser planejadas junto com a comunidade, visando atender a todos. Com relação à divisão dos lotes, aponta que deve-se buscar, através dessa divisão, que as famílias permaneçam agrupadas em núcleos de base (MST, 2003). Partindo dessa linha de raciocínio, os núcleos habitacionais podem estar melhor contribuindo para a organicidade do MST, e vice-versa. Para tanto, os núcleos de base devem estar amadurecidos desde o período de acampamento, momento em que o MST inicia todo o processo de organicidade. Caso os núcleos de base já estejam bem estabelecidos, a partir deles é possível discutir a organização espacial e dar continuidade aos núcleos de base na formação dos núcleos habitacionais.

Assim, a organicidade interna aparece como o quarto elemento para a organização espacial coletivizada, porém, mais adequada ao núcleo habitacional. Como mencionado, a dinâmica dos núcleos de base pode ser um ponto inicial para a organização dos núcleos de moradias. Isso caso tenham sido criados esses núcleos durante o período de acampamento e este tenha alcançado um nível de maturação que permita a continuidade sem maiores problemas.

Nesse sentido, reafirma-se o papel desempenhado nos acampamentos no processo de organicidade do movimento. Os núcleos de base já começam a ser criados durante esse momento. Conforme Gomes (2009) “[...] para o MST, o acampamento é um espaço fundamental na construção da organicidade interna” (GOMES, 2009, p.89). Os núcleos de base são organizados por grupos de famílias. Cada núcleo habitacional pode estar abrigando um ou mais núcleos de base, a depender do número de famílias na área.

O que se compreende a partir das leituras e entrevistas é que não interessa ao movimento as casas construídas nos lotes de produção. É neste sentido que se adotam a organização dos núcleos habitacionais. Esses núcleos são implantados como meio de combater, de um lado, o individualismo presente no modelo onde as casas são construídas nos lotes; e de outro lado, representa uma forma de organização espacial que pode auxiliar os assentados a manterem a organização coletiva, bastante criticada por parte dos assentados. Conforme coordenador de

desenvolvimento do INCRA/sede, as habitações construídas nos lotes produtivos são mais comum nas regiões Sul, Sudeste e Norte do país, prevalecendo no Nordeste o sistema de agrovilas (Entrevista com o coordenador Geral de Infraestrutura e Desenvolvimento do INCRA/sede, em 04/07/2013).

Contudo, não há um amadurecimento nessa discussão em todos os estados onde o MST está presente. Na Bahia o número de núcleos habitacionais é baixo, temos apenas três assentamentos onde foi adotado esse modelo de organização da moradia. O INCRA e o MST não têm registro acerca do tipo de organização que foi empregado em cada assentamento. O fato de sabermos o número de PAs que adotaram o núcleo habitacional é exatamente por seu número reduzido. Segundo entrevista com a militante responsável pelos PAs em Mucuri, esses três assentamentos tiveram influência dos assentamentos do estado de Espírito Santo, com o qual o município faz divisa e de onde provém parte significativa dos assentados. A empresa responsável pelo projeto de parcelamento nos três PAs baianos foi criada pelo MST e está localizada no estado do Espírito Santo, onde é comum esse modelo de organização do espaço.

Essa baixa adesão ao modelo dos núcleos habitacionais pode ser avaliada como a falta de conhecimento entre os próprios militantes do MST baiano, como demonstrado em entrevista com o coordenador do setor de produção, que demonstrou não conhecer profundamente o modelo, o qual durante a entrevista designava de quintal produtivo. Colabora com essa avaliação a articuladora política do MST da Regional da Chapada Diamantina e ex-coordenadora da Brigada Aloisio Alexandre de Mucuri:

Quase todos os assentamentos lá eles são nucleados [Espírito Santo]. Na Bahia nós só temos esses três. [Por quê?] Talvez, não sei, mas eu acho que o movimento ainda não se deu conta, que a agrovila é um processo de organicidade que não facilita muito essa questão da moradia e produção. Nós não temos isso ainda maduro. Porque Mucuri eu acho que seria referência pra outros assentamentos, mas a gente não conseguiu ainda avançar nesse processo. Não sei até porque nós ainda não amadurecemos direito essa proposta. Mas o ano passado nós fizemos uma avaliação no estado, dessa questão da produção, da organicidade e Mucuri ele veio como exemplo pro estado, entendeu? Nesse processo da organicidade, da produção e, eu acho que o movimento ele tinha que ter isso como referência, mas até hoje nós não conseguimos (Entrevista com articuladora política do MST/BA, Regional Chapada Diamantina 18/09/2013).

O MST defende a ideia de que a organização do espaço possibilita uma maior coesão na organização sociopolítica desses assentados, de modo que a coletivização do espaço de habitação é vista como um incentivo e, ao mesmo tempo, um condicionante para uma organização política e social coesiva. Além disso, contribui para a construção de um novo modelo de produção que tem como finalidade a implantação das CPAs.

Considera-se, desse modo, que esse ponto de vista concebe a organização sociopolítica e da produção passam, necessariamente, pela organização do espaço coletivizada.

O movimento entende que a luta pela reforma agrária não acaba com a conquista da terra, mas a partir daí várias outras lutas são necessárias. A organização política é colocada como fundamental para conseguir escolas, créditos para produção, moradia, saúde, dentre outros direitos. A base para essa organização é a participação e a cooperação que passam a ser estimuladas a partir da organização do espaço.

Contudo, o que se observa é que a organização do espaço de assentamento segue todo um molde do que deve ser implantado nos mesmos. No entanto, as lideranças do MST buscam abrir espaços para o debate acerca dessa organização. Esses debates consistem em discutir a forma de organização do espaço a partir da perspectiva do MST. Sua proposta de organização já está dada *a priori*, conforme demonstramos.

O modo como o MST se organiza articula diversas dimensões do PA, política, social, produtiva, cultural, mas também, a dimensão espacial e a de identidade sem-terra. Assim nas formas de embelezamento do PA a simbologia empregada deve remeter ao MST e devem estar incluídas no debate sobre a organização do espaço. As formas de embelezamento referem-se ao plantio de árvores ao redor das casas, bandeira do movimento hasteada, outros símbolos como monumentos que homenageiam o MST. Essas ações têm a intenção de demonstrar e reforçar a identidade do MST, marcada no espaço, demarcando os locais em que o movimento está inserido e representa.

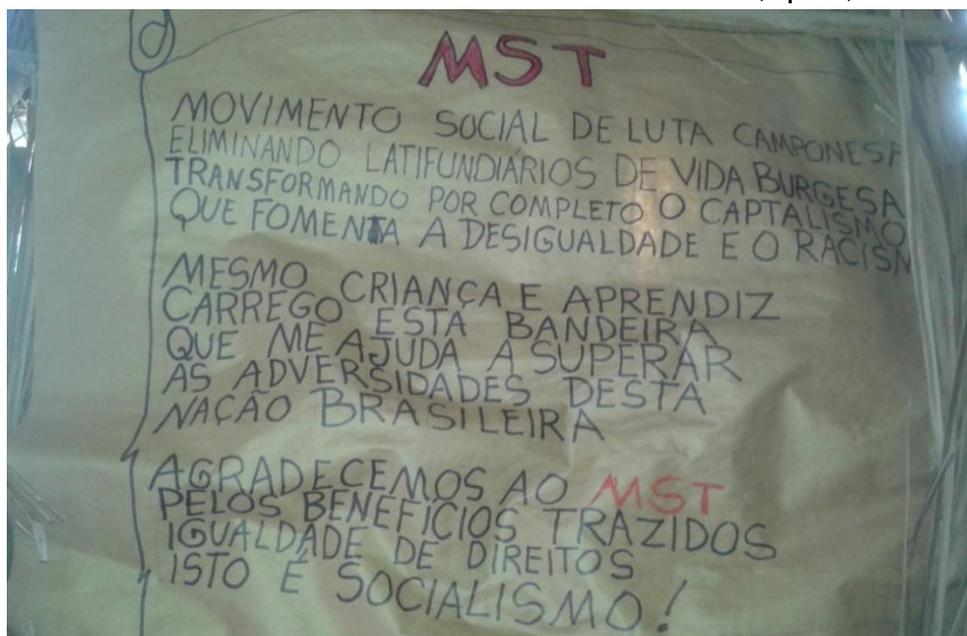
Foto 2 – Inauguração do Monumento dos 26 anos do MST na Bahia, PA 1º de abril, Ipirá, Bahia.



Fonte: Irani Soares, Ipirá/BA, trabalho de campo, nov./2013.

Esses símbolos, conforme as Fotos 2 e 3, são empregados também nas escolas que funcionam dentro dos PAs. Onde é demarcada a identidade dos sem-terra, com o emprego de cartazes com hino, letras de músicas, símbolos, bandeiras, dentre outros.

Foto 3 – Cartaz em escola no PA 1º de Abril, Ipirá, Bahia.



Fonte: Irani Soares, Ipirá/BA, trabalho de campo, nov./2013.

Esses símbolos demarcam desde a infância a identidade dos sem-terras. É também, um meio de estabelecer relação com as crianças e adolescentes que deverão ser as novas lideranças e militantes do MST. Esses símbolos não estão separados da organicidade do movimento, antes faz parte dela, fazendo ainda ligação com a ideologia socialista.

Assim como a organização do espaço em sistemas coletivos das habitações que correspondem a uma idealização que tem como base a organização coletivista, própria no socialismo marxista implantado em Cuba e, que segundo Fabrini e Marcos (2010), foi adotado pelo MST no Brasil. Assim, esse modelo vai ao encontro da ideia de coletivização da produção conforme as CPAs cubanas. Porém, esse modelo/sistema não é compatível com o modo de organização tradicional do camponês, que tem na família sua base de sustentação (FABRINI; MARCOS, 2010). De acordo com os autores

As CPAs constituem uma proposta para elevar a agricultura camponesa a patamares técnicos, econômicos e políticos “superiores” e mais identificados com o socialismo. Elas se constituíram, também, no principal modelo de agricultura coletiva adotado pelo MST para ser implantado nos assentamentos de reforma agrária no Brasil. [...] Embora em Cuba e no Brasil as cooperativas sejam denominadas CPAs, não houve transposição idêntica do modelo, em vista das substanciais diferenças políticas, econômicas, sociais e de luta existentes entre os dois países (FABRINI; MARCOS, 2010, p.107).

Para Fabrini e Marcos (2010), no caso de Cuba, há um conflito velado entre camponeses e Estado decorrente do modo de produção adotado pelo Estado. Há um controle do governo cubano para que não haja desvios e os camponeses tornem-se pequenos empresários capitalistas, o que leva o Estado a ter controle sobre os meios de produção. Esse processo de transformação numa nova forma de produção e organização é longo e complexo.

Contudo, em relação às habitações, contribui a favor dos núcleos habitacionais o fato de que existe uma resistência dos assentados em aderir ao sistema em agrovilas. Esse modelo pode ser adotado como meio de agregar o desejo do assentado aos objetivos do movimento em muitos casos, a implantação de agrovila leva os assentados a construir suas casas nos lotes, abandonando as casas nas agrovilas. Outro ponto é que a nucleação atende aos quatro elementos que foram identificados no discurso do MST como justificativa para a conformação da habitação em espaço comum, sendo estes os elementos: cooperação; facilidade

da infraestrutura social; convívio social e a organicidade interna. Pode haver outros elementos, porém esses foram os mais expressivos.

3.2. ESPAÇO DE HABITAÇÃO X ESPAÇO DE PRODUÇÃO

O discurso mais comum acerca da construção das casas em sistema de agrovila, ou mesmo no caso dos núcleos (que tem um custo maior para os assentados, já que para sua implantação os assentados tiveram que assumir os custos do parcelamento, já que não havia previsão de liberação de recursos para parcelamento), está associada à questão da economia e do tempo de implantação, conseqüentemente, há maior celeridade para a implantação de infraestrutura, principalmente social, mas também com vista à comercialização, como a construção de estradas, acesso facilitado por estar centrados todos em um mesmo local. Assim, para o coordenador do setor de Produção do MST as agrovilas foram pensadas inicialmente como meio de facilitar alguns serviços, com destaque para água e energia elétrica. Porém, tiveram vários problemas decorrentes da falta de planejamento com relação a essa organização, como exemplo agrovilas demasiadamente grandes, onde aproximou as famílias de serviços básicos e distanciou dos lotes de produção. Esse distanciamento levou parte das famílias a construir “barracos” nos lotes. A denominação barraco é utilizada pelos assentados e lideranças do MST como meio de denominar a construção de casas mais simples, àquelas construídas de forma mais precárias. Esses barracos geralmente são construídos para servirem de abrigo pelo tempo que estão nos lotes de produção.

Com relação às agrovilas, pesa sobre aquela parte dos assentados que foram sorteados com os lotes mais distantes, o fato da distância entre casa e lote ser, às vezes, demasiada longa.

Em agrovila não presta não. Igual aquela turma ali do Farol [PA Paulo Freire] está reclamando ali. Porque os lotes deveria ser em cima da terra e, realmente os lotes ficou tudo longe da terra e ficou as agrovilas assim. Tem gente que ficou encostada [lote] na pista, tem que andar até seis quilômetros pra chegar na agrovila (Entrevistado nº 21, 09/11/2013, PA Faz. Esperança)

Essa fala de um assentado do PA Fazenda Esperança sobre a vida dos “companheiros” do PA vizinho, único no município que não possui casas em sistema

de nucleação, este foi o primeiro PA implantado no município. Na fala do assentado do PA Reunidas Cambuí, Ibiquera:

Não atrapalha assim, se a gente for uma ou duas vezes por semana. [...] Quem tem o lote perto aí facilita, e quem tem o lote longe? Tem gente que tem o lote lá no final, tem vezes que só vai uma ou duas vezes por semana. Tirando daí tem uns que já dorme lá, tem a casinha e já dorme lá, porque a dificuldade de ser longe pra ir direto lá. Tem três famílias que moram lá direto (Entrevistado nº 58, 13/01/14, PA Reunidas Cambuí).

Com as casas na agrovila a ida ao lote de produção é dificultada para os assentados sorteados com os lotes mais distantes. Esses acabam tendo que optar por ir e dormir nos lotes ou não ir todos os dias. E, no caso de permanecer no lote, ao menos para dormir, é necessário ter recurso, ainda que mínimo, para construção do “barraco”. Os lotes distantes podem comprometer, ainda, o tipo de produção/criação que se pretende investir, tendo em vista que determinadas culturas exigem mais cuidado que outras, o que requer idas mais constantes.

Esse distanciamento pode causar diversas consequências para a vida social, política e produtiva do assentado. De um lado, essa distância dificulta o dia-a-dia nos afazeres da roça; de outro, caso opte, ou tenha necessidade da ida ao lote diariamente, tem-se duas opções ou se sobrecarregava com a ida diária, o que às vezes é realizado com motocicletas, animais, à pé, ou dorme em “barracos” no lote.

Outras consequências são elencadas a partir do fato de construírem “barracos” em seus lotes de produção, o que representa, primeiro a negação ao modelo dado. Segundo, como essas construções são na maioria das vezes bem precárias, geram desconforto, falta de instalações sanitárias, o que irá refletir sobre a saúde, podendo ser vetor de insetos como barbeiro ou escorpião, devido ao tipo de construção, geralmente taipa¹¹ e sem revestimento. Terceiro, isso leva ou ao abandono das casas nas agrovilas, que é resultado de investimento de recursos públicos, ou o fracionamento da família, pois parte dela permanece na agrovila e, geralmente, é o homem que passa parte do tempo no “barraco” no lote de produção. Quarto, tem como efeito ainda, a sobrecarga de um dos membros da família com o trabalho agrícola (no caso o homem), não favorecendo a divisão de trabalho. O fracionamento familiar pode se dar também de outra forma, os pais vão para o lote e os filhos permanecem na agrovila, também comum nesses espaços. Essas

¹¹ Tipo de construção que consiste em utilizar materiais retirados do próprio meio, basicamente esses materiais são o barro e a madeira retirados da natureza.

problemáticas exigem que o movimento repense o modelo de agrovila, ou ao menos, em alguns ajustes para essa organização das habitações.

Essas são consequências postas tendo em vista a opção pelo trabalho no lote de produção. Porém, o contrário também pode ocorrer, a permanência na agrovila e o abandono do lote de produção. As problemáticas decorrentes da localização da moradia perpassam pelo tamanho dos lotes das agrovilas, porém, como apresentado outros problemas estão ligados a esse modelo. A criação de animais de pequeno porte (porcos e, principalmente, aves, sendo que a galinha a mais citada) aparece como um problema nas relações sociais dentro das áreas de agrovilas e mesmos nos núcleos. Devido à proximidade das casas as famílias ficam impossibilitadas de ter esses tipos de criações, principalmente na agrovila. E como são animais que necessitam de um cuidado diário não há possibilidade de mantê-los no lote enquanto se vive na agrovila. A criação desses animais, realizada com base na cultura camponesa, é feita sem técnicas de confinamento, os animais pastam livremente pelo espaço próximo à casa. O que implica em extrapolar o espaço de uma casa para outra, inclusive com muitas queixas de destruição de plantações, como hortaliças ou outras. Essas questões geram discussões e atritos entre vizinhos. Para o assentado a aproximação das moradias traz alguma desvantagem:

A desvantagem é que às vezes a gente tem uma criação e vai perturbar os outros, aí é ruim. É melhor a gente morar mais longe assim por causa desse negocio aí, das criação. [...] eu tenho vizinhos ali que a minha criação vai lá ele não acha que está perturbando. Mas já tem outro ali do lado que acha. Igual meu caso aqui, essa vizinha aqui [aponta para o lado esquerdo da casa] essa vizinha aqui já teve problema com ela [esposa] e com meu pai, comigo nunca teve. Já aconteceu de animal deles entrar aqui na minha roça comer minha plantação de milho e sai e eu não fui atrás deles não. Peguei o animal abri a manga deles e fui lá e soltei. Quer dizer daí pra cá, ela se tocou, que nós não era o que ela pensava. Ela mudou. Aí eu acabei com minhas galinhas por causa dela. Também sumiu muitas galinhas aqui, não sei como, né, mas sumiu (risos) e aí fiquei com raiva e acabei. Aí estou vendo galinhas do vizinho no meu terreno, aí eu disse não, vou criar de novo, aí eu acabei as minhas e eles não prendeu as deles. Aí estou começando de novo (Entrevistado nº 02, 06/11/13, PA Faz. Esperança).

Contudo, a não criação desses animais pode comprometer a segurança alimentar dessas famílias, não apenas no autoconsumo, mas, também, com a comercialização dos animais e dos ovos, ou mesmo o uso para produção de subprodutos, que pode gerar outras rendas para a família. Nesse sentido, um número bastante significativo de pessoas gostariam de estar a uma distância

razoável dos vizinhos buscando evitar conflitos para não ter que desistir de sua criação. O assentado no PA Fazenda Esperança ao ser indagado sobre onde seria preferível construir a casa responde que: “Prefiro no lote fora de vizinho, você cria uma galinha não atrapalha um vizinho, cria um cachorro não atrapalha” (Entrevista nº 24, 10/11/13, PA Faz. Esperança). Para o assentado do PA Reunidas Cambuí que mora em agrovila é preferível no lote. Segundo o entrevistado

No lote é muito melhor ao menos a pessoa pode criar um bicho, aqui não, aqui é mais difícil. Porque não tem como criar. A gente morando aqui pra criar lá [lote] fica difícil por causa dos bichos que come, raposa e essas coisas assim. Se eu morasse no lote e tivesse condição criava de cada coisa um casal (Entrevistado nº 58, 13/01/14, PA Reunidas Cambuí).

Afora essa realidade e, consoante com ela, a falta de técnicas adequadas impede uma produtividade significativa para o grupo ou família. Os assentados produzem sem adequação técnica, utilizando técnicas rudimentares e que não trazem avanços para a produção, sobrecarregando-os e deixando-os dependentes dos ciclos da natureza. Porém, alguns assentados reconhecem essa limitação técnica a qual estão submetidos. Ao ser indagado sobre se a renda/produção obtida do lote era suficiente para seu sustento e da família, responde que:

Não é suficiente porque não tem como trabalhar pra fazer de tudo. Mas se fosse pra gente está tudo com o material de trabalho, um trator, pra você está arando a terra, semente pra você está plantando, a coisa estaria melhor. Pra aí você está trabalhando dentro de sua terra e não ia ter tempo de você está trabalhando pros outros, mas como a gente não tem o material apropriado pra trabalhar [...] (Entrevistado nº 20, dia 09/11/2013, PA Faz. Esperança).

Uma das questões mais pontuadas em referência ao uso de técnicas foi com relação à irrigação, como algo necessário para a melhoria da produção e, conseqüentemente, da qualidade de vida. O conhecimento técnico é ainda muito baixo entre os assentados, que esperam da natureza, rogando a Deus o “bom tempo” para produzirem.

A análise da organização do espaço permite o reconhecimento das intencionalidades presentes nessa organização e mais, permite que se identifiquem as conseqüências de determinadas formas espaciais que acabam por condicionar a organização produtiva, social e política, o que contribui com a afirmação de que a organização do espaço é mais que forma, ela é forma e é conteúdo.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: A AÇÃO DO ESTADO

No capítulo anterior apresentou-se um breve histórico do MST e como está estruturada sua organicidade. Foi analisada a organização do espaço a partir dos preceitos do MST, seu discurso e intencionalidade, bem como foi apresentado questões práticas nos assentamentos com vistas a exemplificar como a organicidade do movimento vai se espacializando e suas consequências na vida social, política e econômica dos assentados.

Neste capítulo busca-se aprofundar o tema acerca da organização do espaço a partir da ação do Estado, através de seus órgãos responsáveis pela criação dos PAs e das políticas públicas destinadas aos assentados. Dessa forma, se apresenta o discurso do INCRA e a execução, ou a não execução, de políticas públicas como meio de interferência na e da organização do espaço. Portanto, não será tema central a intencionalidade do Estado, mas sua ação.

A análise da ação do Estado pressupõe considerar a fase atual da mundialização do capital. De acordo com Chesnais (1996), o período a partir da década de 1980 se inicia novos mecanismos dentro da economia mundial com forte poder de influência do capital financeiro através da política neoliberal. Essa nova fase da economia mundial influencia todos os setores da produção. Portanto, há também influência no setor agrário, onde tem ocorrido nos últimos anos um aumento dos investimentos de empresas internacionais neste setor. Dados apontam que, a partir de 2008 com a crise internacional do capitalismo, houve um aumento dos investimentos de capitais estrangeiros no Brasil, tanto na aquisição de bens da natureza, quanto no controle da produção e dos mercados agrícolas (MST, 2013a). Assim a organização do espaço agrário nacional está sujeito a setores internacionais com grande influência na política nacional.

De forma atrelada ao processo de mundialização do capital pode-se fazer uma leitura mais recente da história brasileira e entender algumas políticas do Estado como meio de assegurar determinado patamar de consumo. A inclusão de pessoas de baixo poder aquisitivo em políticas públicas como o Bolsa Família e, no caso dos assentados, outras políticas específicas como o Programa Bolsa Verde, Seguro Safra, Auxílio Estiagem, Salário Maternidade e as pensões e aposentadorias aos segurados especiais, garantem além da chamada Segurança Alimentar, a

inclusão no “mundo do consumo” de alguns bens que até então não lhes estavam disponíveis. Essas políticas injetam valores em dinheiro, por vezes, superior aos valores recolhidos nos municípios através de impostos garantindo, de um lado a subsistência das famílias e, de outro, a circulação de dinheiro nos municípios.

Contudo, algumas dessas políticas têm caráter emergencial, o caso do Auxílio Estiagem é um valor pago às famílias que estão inseridas nas áreas onde foi decretada calamidade por conta do longo período de estiagem (o período de 2012 – 2013 foi considerado a pior estiagem dos últimos 50 anos¹²) que incluiu todo o semiárido brasileiro; e o Seguro Safra, que representa uma garantia aos agricultores que tiveram sua produção perdida por problemas climáticos, como seca, excesso de chuva, geada etc. Para acessar o programa o agricultor e o município deverão ter feito a adesão ao Garantia Safra, o agricultor deve ter renda familiar de até 1,5 salários mínimo e a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e o município ter perdido pelo menos 50% de sua produção. As outras políticas têm caráter compensatório e, portanto também não lhes garantem um desenvolvimento de fato, já que não tem caráter emancipatório e não os inclui no setor produtivo.

Todavia, pode-se constatar com o trabalho de campo que, parte desses recursos, são investidos na produção, principalmente na compra de alimentos para animais como gado bovino, ovino e caprinos e, quando podem, com esses mesmos recursos aumentam o rebanho. Esses rebanhos apresentam-se com um caráter de “poupança da família”, para onde eles recorrem em caso de necessidade de um valor maior de dinheiro. Exemplo disso é o caso de uma doença, uma viagem, uma contribuição a uma ação coletiva que requer um valor mais significativo, como serviço de parcelamento, dentre outros. A partir da constatação desses usos dos recursos de políticas compensatórias afirma-se que nos assentamentos a ação ganha nova intenção, extrapolando a intenção estatal, ganhando novos significados a partir das vivências e usos realizados nos lugares.

Para Martins (2011) houve, nos últimos anos, a partir do Governo do PT, um deslocamento da escala de clientelismo no Brasil. Para o autor com o Programa Bolsa Família o PT consegue estatizar o clientelismo com fins eleitoreiros, com isso institucionalizar o conformismo político e, dessa forma, incorporar as massas desvalidas ao processo político. Coloca o autor que, com a ascensão do PT o

¹² Segundo o site da ONU: <http://www.onu.org.br/pior-seca-dos-ultimos-50-anos-no-nordeste-brasileiro-confirma-estatisticas-da-onu-sobre-escassez/> Acesso em: 01/06/2014.

próprio MST diminui sua agressividade. Portanto, o seu ímpeto combativo e ações de mobilização. Seguindo essa análise do autor, pode-se inferir que a ação do Estado tem tido como foco a mediação dos conflitos agrários de modo a não modificar as relações ainda baseadas na grande propriedade, que, segundo Martins (2011), detém ainda hoje grande influência na política. Porém, deve-se atentar ao papel dessas políticas no cenário da economia nacional, os valores reembolsados para programas sociais são recursos que estão em constante circulação. Dificilmente quem recebe Bolsa Família ou Seguro Safra, por exemplo, irá guardar todo ou parte do que recebeu, mas irá usá-lo para o consumo de bens de diversa natureza, mas principalmente de alimentos humano ou mesmo animal, como constatado em campo.

De acordo com o site de Transparência do Governo Federal (BRASIL, 2014) foi destinado só no ano de 2013 para a ação de transferência de renda diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza, para todo o país, o valor de acima de R\$ 24 bilhões de reais. Desse montante R\$ 3,2 bilhões foram destinados para o estado da Bahia. Dos quais foram para os municípios pesquisados: Boa Vista do Tupim¹³ R\$ 7,9 milhões de reais; Mucuri: R\$ 3,2 milhões de reais e; Ipirá: R\$ 16,3 milhões de reais. Esses valores pagos aos beneficiários do Bolsa Família (nota-se que não estão incluídos todos os programas do governo) retornam para o mercado, principalmente o local, o que dá um papel de destaque para essas políticas no âmbito da economia brasileira.

Assim os assentamentos podem ser analisados para além de um espaço de produção, mas a partir do ponto de vista da transformação dessas áreas em um novo espaço de consumo, com grande importância para a economia brasileira. Tanto com a aplicação dos valores repassados através de políticas sociais e emergenciais, quanto dos recursos oriundos do Crédito Instalação em suas diversas modalidades. Porém, no caso do Nordeste, em que os assentamentos estão dentro do Programa Brasil Sem Miséria as políticas destinadas são de caráter compensatório, sem investimento real na sua realocação no setor de produção agrícola, mais especificamente na produção de alimentos.

Contudo, a ação do Estado pressupõe que o mesmo seja provocado, seja pela sociedade civil organizada ou ente da sociedade privada. Tendo como foco a

¹³ Selecionamos aqui o município de Boa Vista do Tupim porque as famílias assentadas no PA Reunidas Cambuí que são beneficiadas pelo bolsa família recebem dos valores repassados para esse município.

política de Reforma Agrária o debate acontece, principalmente em torno do MST que, ao longo dos anos consegue manter o tema na pauta política. Porém, não sem embates. O MST traça diversas estratégias com o objetivo de pressionar o Estado na ação de desapropriação e dar visibilidade à luta pela terra. Isso na tentativa de realizar a reforma agrária, ou mesmo assentarem o máximo de famílias que se encontram acampadas.

Com relação ao fato de o MST conseguir manter na pauta política o tema da reforma agrária ou impor uma agenda política, não significa necessariamente ter êxito ou ganhar disputa (OLIVEIRA, 2006). Antes, obriga o adversário a mover-se num campo específico. Porém, o autor argumenta que o adversário, em seus movimentos, tenta se desvencilhar da pauta imposta. É neste campo desigual onde se estrutura o conflito e o jogo da política (OLIVEIRA, 2006).

Nessa linha de raciocínio podemos inferir que o Estado, no jogo de interesses e conflitos com os movimentos sociais, delimita o que vai atender dentre as reivindicações. E mais, atende ao programa de reforma agrária através da criação de projetos de assentamentos que não consegue alterar a estrutura agrária, nem qualificar uma agricultura familiar de fato. À nível local, ocorreu em alguns municípios alteração da população rural. Essa alteração decorre da ação dos movimentos sociais de luta pela terra que, através da pressão sobre o Estado conseguem concentrar PAs em uma determinada região. O resultado disso é uma “nova geografia” onde, ocorre uma nova dinâmica populacional no município. Além disso, os impactos dessa concentração são percebidos na economia e na política local (MURITIBA; ALENCAR; GERMANI, 2007). Porém, essa concentração deve ser melhor analisada. Será que todos municípios onde se consegue alterar essa propriedade da terra é de fato pela ação dos movimentos, ou ocorre onde não há interesse do capital. Portanto, a política de criação de assentamentos seria uma saída plausível para o dono das terras? Contudo, ainda que enquanto saída para o capital, consegue-se impor uma nova dinâmica social com essa concentração formando novos mercados e forças políticas.

Ao instituir uma política de criação de assentamentos o Estado estabelece alguns instrumentos para um planejamento socioeconômico e espacial no intuito de disciplinar o melhor uso dos recursos empregados nos PAs, com vistas a um planejamento racional a médio e longo prazo. Um desses instrumentos é o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDSA), que passou a ser uma

exigência a partir de 1998 (Dos PAs analisados apenas o PA Reunidas Cambuí possui PDSA, contudo não foi encontrado o documento nos arquivos do INCRA). O PDSA é realizado ao mesmo tempo como diagnóstico e programação das atividades a serem implantadas no PA. Pressupõe que seja elaborado por uma equipe multidisciplinar composta pelas áreas ambiental, agrária e social. A equipe deve estabelecer uma metodologia que permita a participação das famílias assentadas, devendo compor planejamento do uso espacial, projeto econômico e social, o que inclui levantamento dos recursos naturais, plano de pré-parcelamento, infraestrutura, modelo de moradia, tipo de produção, plano de gestão ambiental, e ainda traçar o perfil socioeconômico do público assentado.

A finalidade é assegurar um melhor planejamento dos assentamentos, de modo que esses planos sejam usados como instrumento de diagnóstico e programação. Com o intuito de disciplinar a implantação de projetos de assentamento o INCRA publicou, em 1999, a Instrução Normativa (IN) 29/99 que dispõe sobre as especificações para a realização do PDSA. A normativa explicitada é substituída pela IN 34/99, revogada pela IN 41/00. Em 2001, essa foi revogada pela IN 02/01, vigorando hoje a IN 15/04 que dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamentos de reforma agrária.

A partir do estudo sobre as normativas do INCRA, ao que se refere o planejamento/organização do espaço e o pagamento de crédito instalação, observou-se que a IN 29/99 estabelecia o prazo de seis meses para elaboração do plano, bem como os valores deveriam estar previstos na programação orçamentária, o que não ocorre nas demais publicações. Essa modificação prejudica, pois não há mais uma normativa que preveja a temporalidade na elaboração do PDSA, ficando em aberto o período para sua realização. Facilitando a negação desse instrumento. Como não há marco legal que preveja o momento de sua elaboração ocorre que a execução da construção das habitações, do parcelamento, dos investimentos produtivos, dentre outros, ocorram sem que tenha o PDSA como instrumento de programação e sem que haja meio de cobrá-lo. Outra falha na materialização desse instrumento é que os técnicos responsáveis pelas áreas de assentamento (técnicos do INCRA e os contratados pelo programa de ATES) não utilizam esses planos como ferramenta no planejamento das ações dentro do PA (execução dos créditos instalação – em qualquer de suas modalidades; aplicação do PRONAF, ou outro tipo

de crédito; ou projeto que venha a ser desenvolvido no PA). Em alguns lugares isso se dá devido a não realização desses planos.

Segundo Andrade (2006), o que se constata em campo é uma “ausência simbólica e material” desses planos. Os assentados, muitas vezes, não sabem da existência dos planos, de modo que o processo de construção desse material tem passado despercebido pelo público assentado. Essa realidade foi constatada pela comissão revisora dos PDSA na Bahia, com relação aos planos elaborados pela equipe do Lumiar (Projeto de Assistência Técnica que prestou serviços ao INCRA de 1996 à 2000). Os PDSAs são elaborados através de convênios e tiveram boa parte do material produzido em parceria com universidades como a UFBA e Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente, uma parte do trabalho de levantamento de dados deverá ser realizada pelas equipes de ATES. Esses dados deverão ser encaminhados para empresa especializada que deverá concluir os planos. Apesar da importância desses planos constatou-se em campo que eles não são elaborados em tempo hábil para concretizar um planejamento espacial. Quando são realizados a organização do espaço já foi dada, a exemplo da construção das moradias e, às vezes, o parcelamento também, tendo PAs com 10 anos de existência sem esse instrumento de planejamento. A falta de realização dos planos condiciona a construção das habitações que, posteriormente, condicionará a organização do PA, iniciada sem o devido debate e planejamento.

O trabalho de campo nos três PAs (PA Dom Mathias; PA Fazenda Esperança e PA Reunidas Cambuí) reforça a pesquisa realizada por Andrade (2006), ao serem indagados sobre o PDSA. Apesar de a maioria ter ouvido falar, nenhum dos entrevistados sabia falar sobre o assunto. Um assentado chegou a confundir com algum tipo de crédito. Ao ser indagado sobre se já ouviu falar sobre PDSA respondeu: “É um projeto pra agricultura familiar, né não? É pra plantar ou criar gado” (Entrevistado nº 19, PA Fazenda Esperança, 09/11/2013). Salienta-se que dos três PAs analisados apenas o PA Reunidas Cambuí possui o PDSA.

Outra importante ação é a execução do parcelamento que está interligada a diversas fases dos PAs. O parcelamento é execução do planejamento espacial, responsável pela divisão da área em lotes, ou não, e a separação da área útil da não agricultável, bem como, as áreas que devem ser deixadas para preservação ambiental, estradas, etc. O ideal seria que o parcelamento da área fosse executado logo após a finalização PDSA, que deve traçar o plano de pré-parcelamento com a

delimitação, realizada junto com os assentados, das possíveis áreas de Reserva Legal, Área de Preservação Permanente (APP), área(s) coletiva(s), localização das habitações, área propícia para os lotes, estradas, dentre outras. O trabalho de parcelamento é finalizado por empresa contratada, via licitação, pelo INCRA. Os valores referentes ao parcelamento e estradas não são contabilizados como créditos, portanto são investimentos estatais que não deverão ser reembolsados pelos assentados.

Exige-se toda uma especificação para a realização do parcelamento de um PA. Tendo por base o Código Florestal Brasileiro (2012) define-se as áreas de APP e reserva legal e, com base na organização preconizada pelo INCRA e movimentos sociais as demais áreas que compõe o projeto, conforme abaixo:

- Área de Preservação Permanente: é a área coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas (a exemplo de margens de rio, córregos, lagoas, represas, nascentes d'água, topo de morro e encostas com declividade superior a 45º equivalente a 100% na linha de maior declividade, etc.);

- Reserva Legal: é área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. A extensão dessa área varia de acordo com a região brasileira, sendo que na Bahia, de acordo com a legislação ambiental vigente, essa área deve corresponder à, pelo menos, 20% da área total do imóvel rural;

As áreas de APP e reserva legal podem estar localizadas nos limites da área comunitária ou mesmo em lotes ou parte de lotes. A depender de cada situação, tem-se dado preferência para que as áreas de proteção ambiental, principalmente APP, fiquem situadas em área não ocupadas por lotes familiares. Porém, isso depende de estudos preliminares;

- As áreas comunitárias: são destinadas ao uso comum, estando disponível para a construção de infraestrutura, geralmente ligada à área social, como escolas, quadras esportivas, postos de saúde, igrejas, agroindústrias e projetos

coletivos em geral, como as agrovilas, implantação de unidades de demonstração, dentre outras;

- As áreas de produção: podem ser parceladas de forma individual ou coletiva. Contudo, tendo por base a experiência da pesquisadora com os assentamentos do INCRA, não se tem optado pelo parcelamento coletivo, há uma resistência por parte dos assentados.
- A localização das moradias: podem estar disposta em área comum ou dispersa e, ao ser operacionalizada, pode estar atrelada ou não à forma de parcelamento. Nesse caso, as casas podem ser construídas nos lotes ou em agrovilas.

O parcelamento é uma ação de extrema importância para os assentados, pela interligação com o desenvolvimento do assentamento desde sua criação e, também com relação ao acesso à créditos. A titulação definitiva e a consolidação dos assentamentos dependem da realização do parcelamento. Com o parcelamento se materializa uma nova forma onde antes era uma grande propriedade. Com isso modificam-se as relações e dá novas configurações ao lugar. A importância do parcelamento está na institucionalização dessa nova forma que, a partir do desmembramento da área permite a configuração de novas relações sociais, culturais e econômicas.

A ação de parcelamento pode possibilitar ou dificultar um cenário para a produção agrária. Isso depende de considerar ou não os aspectos físicos, sociais e ambientais. Os aspectos físicos implicam o tamanho das áreas coletivas e individuais e considera-se, portanto, o(s) tipo(s) de culturas, bem como tipo de relevo, solo, acesso à água. Todos devem ter acesso à água, tanto para o consumo humano, quanto para a produção. Os aspectos sociais devem ser considerados, a exemplo da participação das famílias na discussão sobre o recorte espacial e o tipo de organização e, caso se aplique, o tipo de organização tradicional ao qual estão habituados. Já os aspectos ambientais referem-se às diretrizes de preservação e conservação dos biomas com a inclusão da participação das famílias que devem estar aptas para fazerem a gestão ambiental.

Constatou-se em campo e, pelo período em que a autora esteve à disposição do INCRA, que o Estado tem negligenciado o seu papel na formação desses novos grupamentos, principalmente no que concerne seus direitos e deveres com relação a posse e uso da terra com todo o encargo que sobre ela recai.

4.1 POLÍTICAS CREDITÍCIAS DO INCRA: CRÉDITO INSTALAÇÃO

O INCRA é o órgão responsável pela criação ou reconhecimento e acompanhamento dos PAs. É também responsável por criar e/ou implementar políticas públicas e implantar serviços para os assentados com vista a atender aos objetivos da Reforma Agrária proposto em legislação específica e reforçada pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA, 2004). De acordo com o II PNRA seu foco é a promoção da viabilidade econômica, segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental, de modo que sua implementação decorre da viabilização de um conjunto de políticas públicas.

Dentre essas políticas estão os créditos disponibilizados para o público assentado. Nesse sentido, o INCRA disponibiliza a linha de crédito instalação que é organizada e implementada pelo órgão. Segundo norma específica, este consiste no provimento de recursos financeiros, na concessão de crédito, com intuito de assegurar meios para a instalação e desenvolvimento inicial, ou mesmo recuperação dos assentamentos (INCRA, IN 68/2011).

Para a liberação dos recursos dos créditos instalação, o Estado exige a instrumentalização de algumas peças técnicas como meio de assegurar um planejamento adequado dos recursos. Apesar da importância do PDSA enquanto instrumento de planejamento das atividades produtivas, sociais e espaciais do PA, ele não é citado nas normas e instruções referentes ao pagamento do crédito instalação. No entanto, outros instrumentos são exigidos para a liberação dos créditos como o Plano de Exploração Anual (PEA) ou Plano de Aplicação. Em referência aos PAs analisados pode-se afirmar que os créditos são pagos com a apresentação do Plano de Aplicação que não tem sido acompanhando de projeto técnico, apresentando apenas a listagem de produtos/serviços adquiridos com os recursos.

O crédito Instalação em todas as modalidades disponibilizadas pode, em termos gerais, ser identificado com os seguintes objetivos: possibilitar a segurança alimentar; possibilitar a construção e/ou melhoria das habitações; impulsionar as atividades produtivas e assegurar a segurança hídrica. No intuito de atender esses objetivos o crédito instalação chegou a ser operacionalizado com nove modalidades. De acordo com a Instrução Normativa 68/2011, as modalidades do crédito instalação

disponibilizadas para o público assentado e os respectivos valores encontram-se no Quadro 2:

Quadro 2 – INCRA: Modalidades da Linha de Crédito Instalação

Modalidade	Breve descrição	Valor (em mil R\$)	O que pode comprar
Apoio inicial	Destina-se à segurança alimentar e nutricional dos assentados, bem como ao fomento inicial do processo produtivo	3,2	Máquinas implementos e ferramentas; máquinas e equipamentos de apoio à produção e comercialização; gêneros alimentícios; insumos agrícolas; animais de tração, animais de pequeno, médio e grande porte.
Fomento	Destina-se à segurança alimentar e produção de excedente com vista à melhoria da renda familiar;	3,2	Máquinas, implementos e ferramentas de trabalho; máquinas e equipamentos de apoio à produção e comercialização;
Adicional do fomento	Tem como objetivo consolidar a segurança alimentar e fortalecer a produção de excedentes;	3,2	insumos agrícolas; animais de tração, animais de pequeno, médio e grande porte.
Aquisição de material de construção	Destina-se a compra de material para construção de habitações e pagamento de mão-de-obra;	15	Aquisição material de construção e mão-de-obra. (Modalidade extinta 2013)
Semiárido ¹⁴	Destina-se a segurança hídrica das famílias assentadas, com objetivo de captação, armazenamento ou distribuição de água para consumo humano, animal ou produtivo;	2	Implantação de obras ou serviços de visem proporcionar segurança hídrica. Exige-se projeto técnico especificando materiais/obras/serviços. (Modalidade extinta em 2014)
Recuperação /Material de construção	Essa modalidade é referente à compra de material de construção com vista à melhoria habitacional;	Até 8	Compra de material necessários à reforma ou ampliação e mão-de-obra. (Modalidade extinta em 2013)
Apoio mulher	Esse crédito visa promover a inserção da mulher no processo produtivo e econômico, contribuindo para a diminuição das diferenças entre gênero;	3	Máquinas e equipamentos; bens de apoio à produção, beneficiamento e comercialização; projeto hortifrutigranjeiros; cultivo de plantas medicinais; artesanato; confecção de roupas; beneficiamento de alimentos; animais de pequeno, médio e grande porte.

¹⁴ Disponibilizado apenas para as regiões pertencentes ao semiárido brasileiro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Reabilitação do Crédito Produção	Visa recuperar a capacidade de acesso a novos créditos às famílias que contrataram especificamente com o Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (PROCERA) estando ou não adimplentes;	Até 6	Quitação de dívidas contraídas em financiamento via Procera. (Modalidade extinta em 2010)
Ambiental (instituído pela NE 84/2009)	Tem como finalidade financiar em dois anos a implantação e desenvolvimento de sistemas agroflorestais ou recuperação de área de reserva legal nos assentamentos selecionados pelas Superintendências Regionais (SR).	2,4	Nunca foi operacionalizada. (Modalidade extinta em 2014)

Fonte: Elaborado por Irani Soares com base em INCRA, 2008, 2009, 2011.

A linha de crédito instalação é a única que é disponibilizada diretamente pelo INCRA para os assentados da reforma agrária e representa um importante instrumento estatal na implantação e/ou recuperação dos PAs. Não é garantido a todos os PAs o pagamento de todas as modalidades. O pagamento de cada modalidade segue algumas especificações, a exemplo do ano de criação e a região ao qual está inserido. Desde 1985, quando foi criada essa linha de crédito, diversas modificações foram realizadas, tanto em relação às modalidades, quanto às formas de pagamento e aos valores pagos, que são alterados em norma específica.

As modalidades Apoio Inicial, Aquisição Material de Construção (extinta em 2013) e Apoio Mulher não têm restrição para o acesso, todos os PAs podem operacionalizá-los. A modalidade Apoio Inicial deve ser prioridade, pois ele, tecnicamente, possibilita a permanência da família na área e o início da estruturação produtiva. Parte desse recurso é destinada para compra de alimentos. Quando acampados os pretensos beneficiários recebem um auxílio em cestas básicas distribuídas pelo INCRA. Logo após a criação do assentamento estas cestas deixam de ser distribuídas. Portanto, há necessidade e imediatismo no pagamento do crédito Apoio. Após o pagamento do Apoio Inicial, até 2012 dava-se prioridade para o crédito Aquisição Material de Construção e, em seguida, poderiam ser pagos os demais de acordo com cada especificação, o que depende da solicitação do técnico da área.

O crédito Ambiental, modalidade incluída em 2009, tem como objetivo a recuperação de áreas de reserva legal degradadas e a implantação de projetos

agroflorestais. Esse é um crédito pago de forma mais individualizada. Cada beneficiário que for acessá-lo deve ter uma conta-poupança e recebe um cartão, denominado “cartão verde”, com o qual fará os saques que são depositados em vinte e quatro parcelas mensais. Esta modalidade pode ser operacionalizada de forma individual ou coletiva e foi pensado, preferencialmente, para áreas do bioma Amazônia, podendo ser ampliado para outros biomas. Apesar da sua importância e confluência com os discursos do MST e do Estado acerca da necessária mudança nos modos de produção com formas menos degradante do solo e natureza, segundo entrevista com o Coordenador Geral de Infraestrutura e Desenvolvimento do INCRA/sede (2013), essa modalidade nunca foi operacionalizada.

De modo geral as normas em vigor não estabelecem tempo limite para a aplicação dessas modalidades, exceto a NE 84/2009 da modalidade Ambiental que estabelecia o prazo de dois anos para a sua aplicação. Tem-se observado que essa falta de tempo limite tem como efeito negativo que, em alguns assentamentos, passa-se tempo demasiado pagando uma modalidade de crédito. Isso acarreta em prejuízos para essas famílias, principalmente com relação às modalidades Aquisição e Recuperação/material de construção que necessita de toda uma mudança na dinâmica da família. Geralmente, são pessoas da própria família que trabalham como pedreiro ou ajudante, já que o valor para o pagamento da mão-de-obra é bem abaixo do praticado no mercado. Assim, ficam impedidos de realizar outras atividades e, mesmo que não estejam diretamente na ação, devem estar próximo verificando o trabalho realizado em suas casas.

A partir de 2013, as modalidades foram reduzidas para seis. O crédito Reabilitação do Crédito Produção foi pago até 31 de dezembro de 2010. Esta modalidade foi criada tendo em vista atingir um público específico, os assentados em dívida com o PROCERA. O objetivo foi dar condições para esses assentados quitarem suas dívidas ou parte dela e ter possibilidade de acessar novos créditos, o que inclui PRONAF (exceto o PRONAF A, linha crédito específica para assentados que substitui o PROCERA). Outras duas modalidades a Aquisição Material de Construção e o Recuperação/Material de Construção deixam de fazer parte do crédito instalação em 2012. Com essa extinção o público dos assentamentos passou a compor o grupo atendido pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal que, por sua vez é parte do Programa Brasil sem Miséria. Porém, os PAs que

estavam com recursos em conta ou optaram por receberem o crédito via INCRA ainda estão operando com esse crédito. Este é o caso dos PAs Fazenda Esperança e Dom Mathias, que já haviam empenhado os recursos. Porém, aqueles que acessarem o crédito do INCRA poderão acessar o PNHR na modalidade Reforma/ampliação.

O PNHR é dividido por grupos que discrimina a faixa de renda e teto de valores para aquisição dos materiais para construção ou reforma/ampliação das habitações. O público da reforma agrária assentados, via INCRA, estão incluídos no Grupo I. Este é composto por diversas modalidades de agricultores familiares com renda familiar de até R\$ 15.000,00/ano que, no caso desse público, não precisa comprovar. Com a inserção no PMCMV, além do subsídio para a construção das casas, que é em um valor superior ao pago até então pelo INCRA, esses beneficiários têm direito a um crédito para compra de móveis, a linha de crédito Minha Casa Melhor lançado, em junho de 2013, pelo Governo Federal. Os beneficiários do PMCMV têm até R\$ 5.000,00 para compra de móveis e eletrodomésticos em lojas credenciadas, com até 48 meses para pagar¹⁵.

Para o acesso ao PNHR, o INCRA deve possibilitar o acesso dos materiais a serem entregues. Portanto, para a garantia desse acesso o Governo Federal vem entregando às prefeituras municipais maquinários para consertos ou aberturas de estradas com vista a viabilização da entrega dos materiais de construção.

De acordo com a IN 64/2010, essas modalidades disponibilizadas até então através do Crédito Instalação tem caráter de crédito, ou seja, seus valores são totalmente reembolsáveis acrescentados de juros e correção, tendo até vinte anos para pagar com três anos de carência. Esse pagamento deveria ser realizado após a conclusão dos créditos. A disponibilidade desse crédito via INCRA apresentou algumas problemáticas acerca de sua cobrança. Uma delas é que o órgão precisaria fazer a cobrança desses recursos e, para tanto, seria necessário agir como agência financeira, o que acarretaria toda uma reestruturação para a qual o órgão não está preparado logisticamente. Porém, é uma exigência da Corregedoria Geral da União (CGU) que a cobrança desses valores seja iniciada e, segundo Coordenador de

¹⁵ Mais informações poderão ser acessadas no site do Banco do Brasil:
http://www.bb.com.br/portalbb/page100,116,500286,1,1,1,1.bb?codigoNoticia=38110&codigoMenu=172&codigoRet=18093&bread=5_2_6

Infraestrutura e Desenvolvimento do INCRA/sede, essa ação deverá ser realizada até janeiro de 2015.

Segundo os relatos das entrevistas no trabalho de campo, outra problemática decorre da primeira e é, talvez, mais grave. O público que acessou esse crédito não tem consciência dessa dívida. Esses valores foram sendo pagos sem o devido esclarecimento acerca das normas e condições. Esse escamoteamento das condições, principalmente acerca do endividamento, foi promovido tanto por técnicos do INCRA, quanto por lideranças dos movimentos sociais. A tomada de consciência por parte do público alvo poderia ter como consequência uma diminuição da adesão a esse crédito, bem como, possivelmente, ter-se-ia um maior controle por parte desse público acerca da aplicação, o que teria implicado em menores valores empregados em projetos coletivos. As pessoas tendem a não querer a aplicação de recursos reembolsáveis, (a exemplo do PRONAF), em projetos coletivos, pois não acreditam na possibilidade de geração de renda que dê conta de quitar as dívidas. No caso do Crédito Instalação, visto como uma benesse do Estado e conseguido através das forças políticas do assentamento (líderes dos movimentos), sem os quais não teriam conseguido, a tendência é aceitar os empreendimentos coletivos que são pensados por estes movimentos. Outra problemática que poderia decorrer da não adesão ao crédito pelos assentados, é que sem o pagamento de todas as modalidades não se pode titular os assentamentos e com isso não se consolida. O que poderia transforma-se em empecilho para o Estado, já que suas ações têm apontado para uma futura consolidação desses PAs.

Com relação ao papel do INCRA, da assessoria técnica e dos movimentos sociais na aplicação dos créditos, Coordenador Geral de Infraestrutura e Desenvolvimento – INCRA/sede (2013) afirma:

O papel do INCRA é chave. Ele é o gestor do recurso, o orçamento é do INCRA, o papel dele é realmente cuidar para a aplicação efetiva do recurso e fiscalizar a boa aplicação do recurso. Da assistência técnica [...] ela não pode ter o papel chave de fiscalização, mas com certeza, na elaboração dos planos ela está qualificando a aplicação desses créditos, na organização das famílias, na elaboração dos planos de aplicação específica do crédito no acompanhamento junto com o INCRA da qualidade, quantidade de materiais, na efetiva aplicação do material adquirido no objeto do plano de aplicação, então ela tem todo um papel extremamente importante. E os movimentos sociais como líderes, como organizadores eles têm um papel fundamental também de colaborar na organização dessas famílias e zelar pela boa aplicação do crédito. Inclusive definindo prioridade, por que não? Claro que sim. Eles têm esse direito

(Entrevista com o Coordenador Geral de Infraestrutura e Desenvolvimento –INCRA/sede, junho, 2013).

Apesar das normas e da participação de diferentes entidades na operacionalização desses recursos, a atividade de campo demonstrou que a aplicação desses créditos é percebida de modo bastante superficial pelos assentados. Não é assegurado a estes as informações necessárias para a compreensão do que pode e como podem ser empregados os recursos. Muitos assentados referem-se ao crédito como “fundo perdido” na expressão mais popular para designar recursos públicos não reembolsáveis. Alguns assentados denominam, ainda, como “tempo de lona”, caso do PA Fazenda Esperança, o que indica que esses créditos são apresentados como um valor a que têm direito pelo tempo a que passam acampados.

[...] tempo de lona é alguma coisa que a gente gastou de baixo da lona, que isso aí no certo às vezes a gente gasta um fogão, gasta um móvel da gente de baixo da lona, era esse dinheiro pra vim pra gente cobrir isso. O tempo de lona é pra isso, sempre foi explicado desde o tempo que a gente estava acampado (Entrevistado nº 23, 10/11/13).

O discurso utilizado com o Crédito Instalação como “tempo de lona” representa uma das estratégias das quais lançam mão as lideranças dos movimentos, isso permite aos mesmos um controle maior sobre a destinação desses recursos. Inclusive com a aplicação de parte desses valores em projetos coletivos. Isso decorre, talvez, da crença dos movimentos sociais no desenvolvimento a partir de bases coletivas. Contudo, os movimentos ainda enfrentam resistência por parte dos assentados para a implantação de projetos coletivos.

Há, portanto, manipulação das informações com vista ao controle sobre os recursos e sua aplicação, como afirmado antes esse controle permite a execução de projetos coletivos com maior facilidade. Porém, a manipulação pode ter outras intenções. Segundo a entrevista com o Coordenador Geral de Infraestrutura e Desenvolvimento – INCRA/sede, há um histórico de denúncias de desvios desses recursos envolvendo lideranças/militantes de movimentos sociais, famílias assentadas, técnicos do INCRA e fornecedores.

Assim esse controle se refere não apenas a possíveis desvios. No caso do MST a intencionalidade pode estar no uso desses recursos como meio de

possibilitar um novo projeto a partir de seus ideais ligados a um modo de produzir e se organizar com base na coletividade.

Com a exigência da CGU para que o INCRA realize a cobrança dos valores disponibilizados através do Crédito Instalação, este buscou como alternativa uma possível remissão da dívida. Nesse sentido, na tentativa de atender ao disposto pela CGU, a Casa Civil publica a Medida Provisória (MP) nº 632, de 26 de dezembro de 2013, posteriormente convertida na Lei 13.001 de junho de 2014. Essa Lei dispõe sobre a liquidação das dívidas decorrentes do pagamento do crédito instalação, desde 1985. Com relação às modalidades relacionadas à construção, reforma ou ampliação, poderão ser liquidadas nas mesmas condições do pagamento do PNHR. A gestão dos créditos permanece sob responsabilidade do INCRA. Contudo, o órgão poderá contratar instituição financeira para sua operacionalização. Essa medida é tomada tendo em vista que era umas das críticas e preocupações o modo como o INCRA iria atuar para a realização dessas cobranças, sendo que não há funcionários o suficiente, nem mesmo experiência e logística para proceder como agência financeira.

De acordo com a Lei 13.001/14, os casos em que a soma dos créditos concedidos não ultrapassarem R\$ 10.000,00 (dez mil reais) serão perdoadas as dívidas. Os que somam até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) terão 80% de rebate mais desconto de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Essas, dentre outras medidas previstas na nessa lei visam a liquidação das dívidas derivadas do crédito instalação e do PROCERA.

A ação do Estado para a remissão e negociação das dívidas referentes ao crédito instalação e o PROCERA nos revela algumas intencionalidades. Essa medida para a execução das dívidas pode ser considerada como o primeiro passo para tornar possível a consolidação dos assentamentos. Pode-se perceber essa intenção quando o coordenador de Infraestrutura e Desenvolvimento do INCRA/sede nos esclarece que:

Não foi algo almejado nas últimas direções, nos últimos governos na verdade. Nem das direções do INCRA, **os últimos governos nem tocaram no tema de consolidação de assentamento**. Então não foi objeto, não foi pautado na verdade. Então é um tema que está adormecido dentro do INCRA **que deve ser resgatado em breve**. É que para consolidar existe uma série de questões, o crédito é apenas uma delas, tem a questão da infraestrutura instalada, a questão de todos os lotes demarcados, titulados, tem uma série de outras questões a ser verificadas para ser considerado consolidado

(Entrevista com Coordenador Geral de Infraestrutura e Desenvolvimento do INCRA/sede, em junho, 2013, grifos da autora).

Assim a entrevista com o coordenador aponta para a opção do Estado em retomar o tema da consolidação. Dentre as mudanças estabelecidas pela Lei 13.001/14 está também a alteração de alguns artigos da Lei 8.629/1993, como exemplo o que torna gratuita a alienação de lotes em projetos de assentamentos criados em terras devolutas, registradas em nome do INCRA ou da União, que tenham até um módulo fiscal. Portanto, uma medida que pode facilitar a consolidação dos assentamentos, transformando-os em propriedades privadas.

Ainda de acordo com coordenador de Infraestrutura e Desenvolvimento do INCRA/sede, as políticas do INCRA vêm passando por algumas mudanças estruturais e a tendência é acentuar algumas dessas mudanças. Dessa forma houve uma divisão nas políticas de reforma agrária no Brasil, definindo-se “três rotas” buscando atrelar cada região do país a um tipo de política específica. A região Norte do país está atrelada ao Programa Assentamentos Verdes, devido ao grande desmatamento nessa região; As regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-oeste estão ligadas ao Programa Terra Sol, voltado à agroindustrialização e a região Nordeste está com as políticas centradas no Plano Brasil Sem Miséria, ou seja, políticas de cunho assistencialista.

Dentro das mudanças estudadas no INCRA está previsto um novo formato para o Crédito Instalação. Este deve ser efetuado individualmente, o que poderá ter como resultado a diminuição de uma necessidade de mediação dos movimentos sociais. Desses créditos liberados deverá ser cobrado apenas um subsídio. O objetivo principal é garantir uma produção voltada para a subsistência com vista à segurança alimentar. No caso do acesso ao PRONAF, que é um importante crédito para estruturação produtiva, esse só será acessado caso o assentado deseje melhorar a produção com intenção de atender ao mercado (Entrevista com Coordenador Geral de Infraestrutura e Desenvolvimento do INCRA/sede, em junho, 2013). Nesse sentido o PRONAF deixará de ter caráter de direito e passará a ser um crédito acessível apenas aos mais aptos ao mercado.

Essas mudanças podem ser vistas ainda como a transformação da política de criação de assentamentos em uma política de distribuição de terras desvinculada de uma política agrária. Essas mudanças poderão ocasionar, por um lado, um possível

enfraquecimento dos movimentos sociais. Por outro, pode-se estar aproximando a política programa de reforma agrária à política de caráter habitacional, onde a centralidade não está na formação ou fortalecimento de uma política agrária, mas numa política habitacional, com vistas a assegurar população no campo com políticas compensatórias. Isso nas áreas onde não há interesse do capital.

4.2 A CENTRALIDADE NA HABITAÇÃO: O DISCURSO POR TRÁS DA AÇÃO

A implementação do Crédito Instalação, em quaisquer de suas modalidades, tende a influir na organização do espaço de um PA. A utilização desses recursos influencia tanto na localização e tipo de produção agrícola, infraestruturas a serem adquiridas e implantadas no PA, como pode ser determinante na localização das habitações. Para que isso ocorra é necessária a mobilização social dos assentados. Este processo se mantém em constante relação. Pode-se constatar, a partir de Germani (2001) que o Estado já adotava esse modelo de agrovilas na Bahia desde os projetos de colonização. É o caso do Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho, de 1973, onde foram construídas 23 agrovilas (GERMANI, 2001), seu planejamento teve como referência o Plano Piloto do projeto de colonização da Transamazônica elaborado por Camargo na década de 1970.

Segundo o coordenador Geral de Desenvolvimento do INCRA/sede, vários fatores interferem na aplicação do crédito instalação e na organização do espaço:

Durante muito tempo, o que se incentivou no INCRA, foi enfático sim de se incentivar a agrovila, porque se acreditava que era mais fácil essas famílias terem acesso a infraestrutura, principalmente água e energia, se as casas estivessem dispersas nos lotes, ou tivessem perto dos lotes, seria muito mais difícil você levar água ponto a ponto, energia ponto a ponto. Realmente, durante muito tempo se incentivou a construção de agrovilas por esse ponto. Hoje não é mais assim, hoje a gente procura mais fazer essa ocupação espacial de acordo com a cultura e com as necessidades das próprias famílias. Se eles quiserem e for possível tecnicamente construir nos lotes, a gente não faz mais esse impedimento, deixando claro que é muito mais difícil o INCRA vá fazer uma rede de água, levando água casa em casa, ou então muito mais difícil uma rede de energia, principalmente em assentamentos muito grandes e distantes, onde uma rede de energia lote a lote, esses pontos têm que ser considerados (Entrevistado em 04/07/2013).

O Estado, através do pagamento do crédito instalação na modalidade Aquisição Material de Construção, incentivou de modo incisivo a localização das

habitações em espaço comum, privilegiando as agrovilas como forma de organização das habitações. O principal argumento utilizado pelos técnicos do INCRA, como apontado por pelo coordenador do setor de Desenvolvimento (2013), era o da facilidade para implantação de infraestrutura social como água encanada, luz elétrica, escola, posto de saúde, dentre outras. Hoje, mesmo tentando considerar a cultura das pessoas e suas vontades, é parte do discurso ponderar as dificuldades para infraestrutura. Com esse argumento as pessoas tendem a aceitar o que é posto. E é nesse ponto que o discurso do MST conflui com o do Estado, pois o movimento lança mão dos mesmos argumentos no debate com os assentados. Há uma aproximação entre os discursos do MST e do Estado que prevê a construção das habitações em sistema coletivo com intuito de diminuição dos custos para a construção de infraestruturas básicas como estrada de acesso, eletrificação, edificações para serviços como de escola e saúde, transporte coletivo entre outros.

A agrovila é um modelo de organização de moradia que, caso adotado, pode proporcionar maior economia ao Estado, por concentrar em uma área a população assentada, o que permite potencializar a aplicação dos recursos de modo a atender um maior número de famílias a um menor custo.

Com base em sua experiência em todo o Brasil o coordenador do setor de desenvolvimento do INCRA/sede, pontua ainda que, a prevalência das agrovilas ocorre mais no Nordeste brasileiro. Nas demais regiões brasileiras também existem o sistema agrovila, porém em número mais reduzido. As casas são localizadas preferencialmente nos lotes de produção.

Alguns estudiosos defendem que a agrovila seja mais apropriada para o Nordeste como um meio mais adequado de sanar problemas hídricos como a escassez de água (BERTOLINI; CARNEIRO, 2007). Porém, ao deparar com a realidade dos PAs em estudo observa-se que não há uma correlação entre o tipo de organização das habitações com os problemas hídricos enfrentados por essa população. O PA Reunidas Cambuí, PA ligado ao MST, apesar de ter quatro projetos hídricos diferentes, sofrem com a escassez de água, principalmente no período de seca, tendo em vista que estão inseridos na região do semiárido baiano.

A definição de algumas políticas a serem atendidas são deliberadas pelos movimentos sociais que acabam por fazer indicação das áreas que irão receber serviços; ou seja, as áreas que estão ligadas a esses movimentos. Os PAs que não têm uma representatividade juntos aos órgãos, não conseguem obter muitos

benefícios. Anualmente é elaborada uma pauta de reivindicações entregues pelos movimentos sociais com a descrição dos pontos a serem atendidos. Essa relação que o Estado mantém com os movimentos não garante, porém, que sejam atendidas todas as reivindicações. Como já argumentado, o Estado vai atendendo as reivindicações de modo seletivo, de forma que não contrariem outros interesses do Estado. Não há uma universalização na aplicação dos benefícios e é nesse sentido, que a ligação do PA a um movimento ganha expressividade.

Apesar do discurso do MST e de técnicos do INCRA afirmarem que a localização e organização das moradias em agrovilas são definidas em assembleias, com base no trabalho de campo, pode-se afirmar que estas assembleias podem ser direcionadas. Não há abertura para um debate acerca das possibilidades com relação a localização e tipo de organização das moradias. Caso houvesse um debate, as possibilidades de realização de outro projeto que não fosse a agrovila seria difícil, ou até mesmo impossível de ser implantado. Pois, há uma negligência do Estado com relação a serviços de suma importância para esses PAs a exemplo do PDSA e do parcelamento.

A negligência com esses serviços nega a possibilidade de se implantar outro tipo de organização das habitações, ficando como única alternativa a agrovila. O pagamento do crédito Aquisição/Material de construção era realizado logo nos primeiros anos a partir da criação do PA, sem que os planejamentos iniciais, como a realização do PDSA, tivesse sido elaborados. Dessa forma, o crédito é aplicado sem um debate mais conciso com a comunidade acerca de planejamento espacial e a organização produtiva e social. Porém, um fator importante para a perpetuação das agrovilas é a negligência do Estado para a realização dos parcelamentos, constatação realizada também por Germani (1993).

Os assentados, ou movimentos sociais, só podem optar por construir as habitações nos lotes de produção se tiver sido realizado o parcelamento dos lotes. Caso contrário as casas serão construídas em área comum, ou seja, em sistema de agrovila. O mesmo ocorre com a aplicação do crédito semiárido. Não havendo lotes definidos esse valor não poderá ser aplicado em projetos produtivos, somente em área comum, na agrovila em projetos coletivos ou nas casas, a exemplo das cisternas. O mesmo acontece com as modalidades Fomento e Adicional Fomento. Não havendo divisão de lotes não pode considerar a possibilidade de aplicação

desses recursos para beneficiamento dos lotes, ou beneficiamento na produção familiar.

Essas implicações vão além do crédito instalação, pois no caso do acesso ao PRONAF não é diferente. Além de outras limitações impostas, o parcelamento é uma exigência para a liberação desse recurso. E mais, sem o parcelamento o PA também não pode receber a titulação definitiva e, portanto, não poderá ser consolidado. O parcelamento é um dos condicionantes para essa fase.

Com relação ao trabalho de parcelamento o Coordenador de Desenvolvimento e infraestrutura do INCRA/sede explica:

O ideal é que ele seja feito depois da elaboração do plano de desenvolvimento. Nem sempre isso acontece, junto com o plano de desenvolvimento faria o pré-parcelamento, o estudo do uso do espaço pelas famílias. Definindo as áreas mais apropriadas para a produção, proteção permanente, reserva legal. Depois contrataria uma empresa só pra consolidar esse parcelamento. Não é bem assim, geralmente esse parcelamento chega bastante atrasado, já com o assentamento com muitos anos da sua atividade produtiva iniciada, e geralmente só se consolida aquilo que já está definido em campo (Entrevistado em 04/07/2013).

O parcelamento que deveria ser realizado após a realização do PDSA é um serviço terceirizado pelo órgão e não é, ou não era até o momento, prioridade para o governo. Quando realizado, é com atraso muito grande em relação ao período de criação dos assentamentos. Para sua realização o INCRA dispõe de um recurso para contratação de empresas através de licitação, o que ocorre uma vez por ano. Como o recurso destinado a este serviço é insuficiente para a demanda dos assentamentos, demora anos até que se realize o parcelamento. Como consequência, as casas são construídas em área comum, já que o crédito referente à aquisição material de construção é liberado antes da divisão dos lotes; Para a construção das casas nos lotes de produção precisaria antes definir onde seriam os lotes de cada assentado.

Entretanto, o que se constata é que, ao menos em alguns PAs, a ação dos movimentos tem burlado essa negligência com relação ao parcelamento. As áreas na Bahia onde foram identificadas outras formas de organização espacial, que não seja a agrovila, tiveram a iniciativa das lideranças em tomar à frente em relação ao parcelamento. Contudo, ainda é um número bastante reduzido. Para a concretização do projeto o custo referente ao serviço de parcelamento e topografia foi dividido entre os assentados. Neste estudo foram identificados quatro PAs que

têm uma forma de organização das moradias diferente de agrovilas (PA Dom Mathias em Ipirá e os PAs Lagoa Bonita, Jequitibá e Fazenda Esperança em Mucuri).

A implantação de determinada estrutura nos assentamentos depende mais da organização política de líderes dos movimentos do que da localização das habitações, como foi constatado com o trabalho de campo. Não há necessariamente em todas as agrovilas energia elétrica, escola, água encanada, ou outro serviço dessa natureza. Está por trás dessa medida não apenas a economia na instalação das casas e, posteriormente, de uma infraestrutura social.

Para Germani (1993) a discussão em torno da questão da habitação é uma falsa questão, pois deixa de estar centrada no problema da produção. Discorda-se, em parte dessa ideia, pois, ao considerar a realidade nordestina e mais especificamente as áreas do semiárido, em que a produção tem as etapas muito bem definidas, a habitação se torna um problema central. São áreas em que não se planta em qualquer tempo e, ao se instalar, as pessoas precisam de abrigo. O Estado tem negligenciado a questão em torno da produção através de vários outros mecanismos; a política em torno da Segurança Alimentar sem incluir um planejamento voltado para a produção, em longo prazo, demonstra mais claramente a opção do Estado.

Os próprios movimentos sociais não podem se abster da discussão, pois prejudicaria sua legitimidade enquanto representante dos sem-terra, já que os assentados esperam, também, por uma política habitacional vinculada à política de criação de assentamentos. Considerando, também, que a população atendida por essa política é caracterizada por um contingente de pobres do campo e das cidades. O próprio MST, para seu planejamento espacial, toma como ponto de partida a habitação. De modo que o espaço é organizado a partir da localização das habitações.

O tamanho das parcelas é outro ponto que estrangula uma possível ascensão a um novo tipo de agricultura com vistas ao mercado de forma mais abrangente. É salutar discutir qual a dimensão ideal dos lotes das áreas destinadas às famílias assentadas, tendo em vista as potencialidades regionais (solo, clima, regime de chuvas, experiência dos assentados, uso de tecnologias, dentre outras). Os lotes dos assentamentos na Bahia, em sua maioria, representam uma área menor que um módulo fiscal. O tamanho das parcelas interfere diretamente no tipo de produção,

como no emprego da mão-de-obra dos filhos já adultos, pois as áreas não contemplam mais que uma família, sendo, portanto os filhos casados obrigados a deixarem o espaço da casa dos pais e irem para a cidade ou procurar novas áreas. Logo, sua implicação é produtiva, mas também social e política.

Nas áreas de assentamentos há também uma disputa por modelos de desenvolvimento. De um lado, o MST pautado em ideais coletivistas com base no socialismo, onde as organizações coletivas têm papel central, ao menos no discurso; o modelo de produção é vinculado ao cooperativismo. Dessa forma, se vislumbra como modelo de formalização do uso da terra os CCUs que não permitem a venda da terra, mas apenas o direito a herança, caso haja entre os herdeiros interesse em trabalhar nas áreas econômicas desenvolvidas no PA, que não necessariamente é agrícola.

Por outro lado, há os que buscam o desenvolvimento dos assentamentos pela via do capitalismo, interligando estes aos setores de produção capitalista. Para tanto, o MST busca a apropriação da terra enquanto meio de produção, sem, contudo, transformá-la em mercadoria. O que seria possível a partir da política de emancipação que determina um tempo para o beneficiário ter direito a venda da propriedade. Nesse sentido, entra em conflito movimento e Estado, tendo em vista a mobilização iniciada que aponta para uma política de titulação e, posteriormente, consolidação dos assentamentos.

Destarte, o que se aponta é que a ação do Estado tem a intenção de intensificar as tomadas de decisão que facilitem a consolidação dos PAs, o que vai requerer dos movimentos sociais em geral, rever também suas ações estratégicas e estabelecer de forma mais concisa o papel dos movimentos dentro da atualidade e frente ao governo, caso siga com seus ideais revolucionários, ou se adequa cada vez mais ao sistema e ao aparelho de Estado.

5 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA BAHIA: ESTUDO DE CASOS

O capítulo anterior buscou analisar a ação do Estado na execução da política de criação de assentamentos de reforma agrária desenvolvida pelo INCRA, centrando a análise no pagamento do crédito instalação e como este interfere na organização do espaço e vice-versa. Outro ponto analisado foi o papel atribuído ao Estado no planejamento dos PAs e como age o Estado perante essa atribuição.

Neste capítulo, tem-se como objetivo aprofundar a discussão acerca da conformação de algumas experiências de organização do espaço em três PAs (PA Reunidas Cambuí/Ibiquera e Boa Vista do Tupim; PA Dom Mathias/Ipirá e PA Fazenda Esperança/Mucuri) e suas implicações na vida social e produtiva dos assentados. Para tanto, apresentaremos o modelo de parcelamento, a caracterização e os diversos usos de cada área, tamanho total da propriedade adquirida, das áreas de lotes familiares, da(s) área(s) coletiva(s), de Reserva Legal e de APP, caso se aplique.

É apresentado, ainda, um breve histórico sobre a produção do espaço do PA tendo em vista uma melhor compreensão do processo de implantação dos tipos de formas espaciais adotadas nos PAs analisados, bem como a participação dos agentes sociais envolvidos no processo de organização do espaço dos assentamentos. Buscou-se dar destaque a alguns elementos de cada município onde os PAs estão inseridos. Descreve-se, neste capítulo, a aplicação do crédito instalação e como os usos desses recursos são percebidos pelos assentados e como esses créditos influíram para a organização do espaço.

A escolha da localização das habitações torna-se um ponto importante na medida em que traz consequências diretas para o cotidiano dos assentados, tanto do ponto de vista social, quanto produtivo. Devido a proposta de pesquisa não se pode aprofundar nas consequências advindas de cada forma espacial. Porém, com base nas entrevistas e nas observações em campo, aponta-se algumas consequências. A escolha da localização das habitações é importante, ainda, porque é vista como estratégia de determinado modelo de desenvolvimento, contudo, nem sempre conta com a participação dos assentados.

5.1 PA REUNIDAS CAMBUÍ – IBIQUERA/BOA VISTA DO TUPIM/BA

O PA Reunidas Cambuí está localizado entre os municípios de Ibiquera e Boa Vista do Tupim. Apesar de sua localização estar mais centrada no território de Ibiquera, que concentra 90% da área total do PA e apenas 10% em Boa Vista do Tupim, as relações institucionais, políticas e sociais dos assentados ocorrem no município de Boa Vista do Tupim. Ressalta-se que o Prefeito de Boa Vista do Tupim enviou, em dezembro de 2002, documento ao INCRA solicitando, em nome dos assentados, que substituísse o município de referência do PA de Ibiquera para Boa Vista do Tupim. Em anexo ao documento enviado ao INCRA, consta uma ata da associação do PA Reunidas Cambuí que é solicitada a transferência de município. Os assentados alegam que, desde o período de acampamento, os serviços sociais que recebem são da prefeitura de Boa Vista do Tupim, a exemplo de saúde, educação, assistência técnica, assistência social, dentre outros serviços. Não houve modificação nesse sentido, porém, há referência a ambos os municípios nos documentos do INCRA. Além dessas relações observa-se na figura 14 que o PA está mais próximo da sede do município de Boa Vista do Tupim. Devido a essas relações, vamos centrar as análises município de Boa Vista do Tupim.

Como pode ser observado na tabela 4, o município de Boa Vista do Tupim tem a maior parte de sua população residindo em área rural, o que representa 63,4% dos 17.991 habitantes do município. Isso demonstra a importância que a área rural tem no município, que concentra, também, um número expressivo de PAs. Todavia, essa quantidade de PAs não conseguiu alterar a estrutura fundiária do município.

Tabela 4 – População do município de Boa Vista do Tupim, Bahia, 2010.

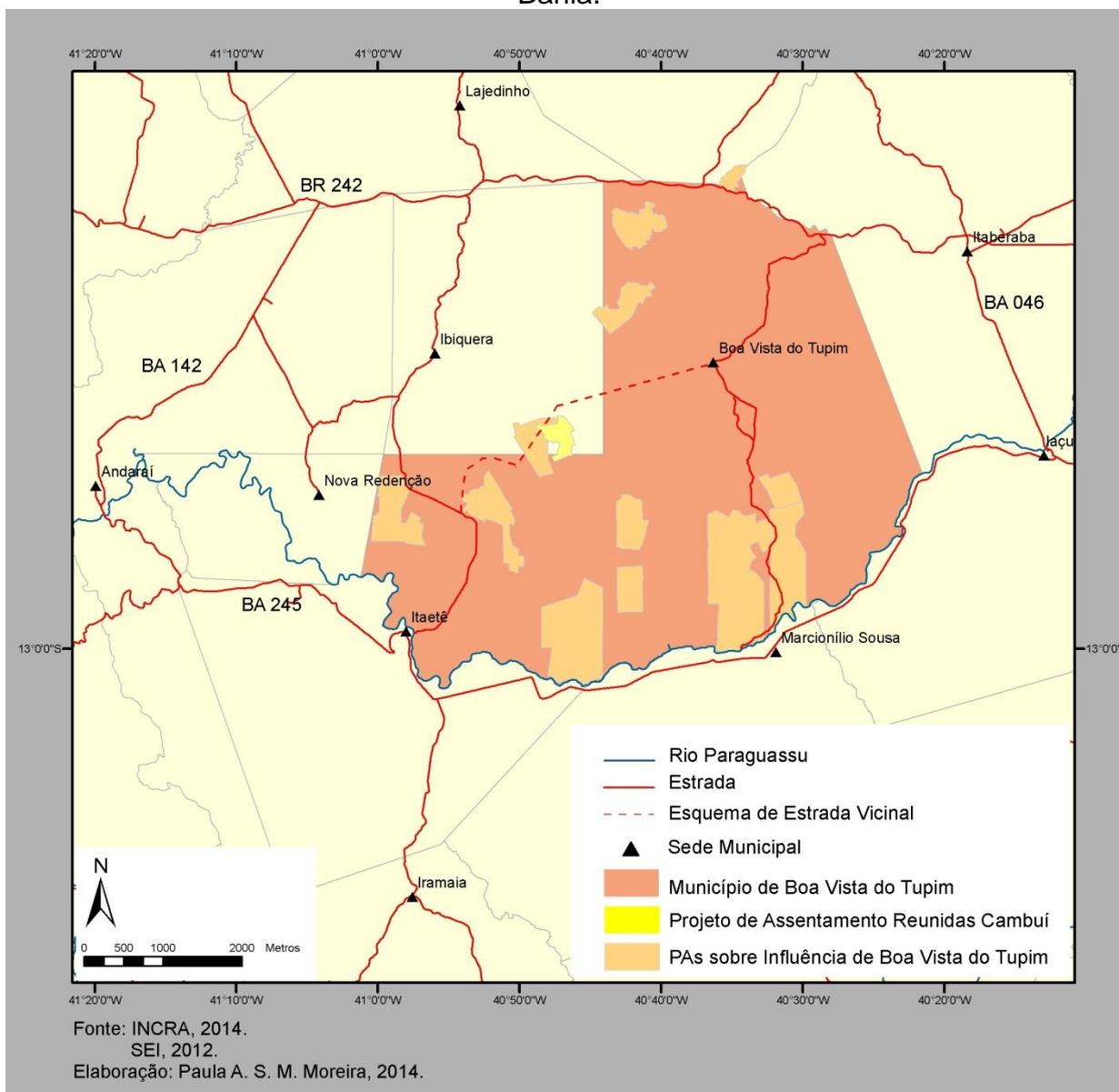
	População Rural		População Urbana	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
Mulher	5.407	47,4	3.450	52,3
Homem	5.991	52,6	3.143	47,7
Subtotal	11.398	63,4	6.593	36,6

Fonte: Organizado por Irani Soares com base em IBGE, Censo Demográfico, 2010.

A prefeitura de Boa Vista do Tupim exerce influência sobre treze assentamentos com 1.407 famílias (que pode chegar a uma população com mais de cinco mil pessoas). Essa população, eleitores do município, é atendida pela

prefeitura de Boa Vista do Tupim. Conforme pode observar na Figura 14, apesar de nem todos estarem em território de Boa Vista estão bem próximos.

Figura 14 – Localização dos PAs sob influência do município de Boa Vista do Tupim, Bahia.



No quadro 3, podem-se visualizar detalhes de cada assentamento sob influência de Boa Vista do Tupim, a exemplo de número de famílias que comporta cada PA, ano de criação, movimento social e municípios aos quais estão vinculados. A vinculação ao município nem sempre é em decorrência de estarem no território de tal município. Devido a proximidade com a sede do município de Boa Vista do Tupim

e das relações políticas e sociais mantidas com parte dessa população, os atendimentos sociais, políticos, educacionais ocorrem neste município.

Quadro 3 – Concentração de PAs sobre influência do município de Boa Vista do Tupim, Bahia.

Município	PA	Nº de famílias	Ano de criação	Área do PA (ha)	Movimento Social
Boa Vista do Tupim	Aliança	69	2005	2.338	MST
Boa Vista do Tupim	Barra Verde	95	1998	2.282	MST
Boa Vista do Tupim	Beira Rio	395	1997	11.382	MST
Boa Vista do Tupim	Che Guevara	52	2005	1.733	MST
Boa Vista do Tupim	Fazenda Crispim	24	1987	8.620	CETA
Boa Vista do Tupim	Nossa Sra. Auxiliadora	67	2004	1.953	MST
Boa Vista do Tupim	Santo Apolônio/Grotão	61	2002	2.523	MST
Boa Vista do Tupim	Fazenda Polinésia	69	2006	2.201	Assoc.
Boa Vista do Tupim	Reunidas Santa Fé	98	1999	3.503	Assoc.
Boa Vista do Tupim	Canabrava (Consolidado)	234	1986	6.165	Assoc.
Nova Redenção	Santa Cruz e Bom Jesus	186	1999	5.253	MLT
Ibiquera	Reunidas Cambuí	40	2002	1.440	MST
Itaberaba	Floresta e outras	17	2000	708	CETA

Fonte: Elaborado por Irani Soares com base em INCRA, 2008.

Destacou-se quatro municípios em decorrência da influência de Boa Vista do Tupim nos assentamentos dos municípios de Ibiquera, Itaberaba e Nova Redenção, ao menos sobre aqueles que estão mais próximos a Boa Vista do Tupim. Conforme Quadro 3, dos treze assentamentos localizados entre esses municípios, dez estão vinculados ao município de Boa Vista do Tupim, dos quais sete foram organizados pelo MST. Dois PAs têm vínculo com o movimento CETA; um está vinculado ao Movimento Luta pela Terra (MLT); três não têm ligação com movimentos sociais, estando organizados pelas respectivas associações. Nota-se, a partir do Quadro 3, que o PA Canabrava, criado em 1986, foi emancipado em 2001, este continua sendo assistido pela prefeitura do município. Apenas parte do PA Reunidas Cambuí está no território de Boa Vista do Tupim. O PA Santa Cruz e Bom Jesus é dividido em duas agrovilas, a agrovila Santa Cruz e a Bom Jesus, a prefeitura de Boa Vista do

Tupim atende apenas aos assentados da agrovila Bom Jesus, 126 famílias. Os assentados do PA Reunidas Cambuí ao se referirem ao município de localização do PA só fazem menção a Boa Vista do Tupim, que, inclusive, é o município onde eles têm seus títulos eleitorais registrados.

A prefeitura de Boa Vista do Tupim oferece serviços de educação, saúde, transporte, políticas assistenciais como o Bolsa Família, para os assentados do PA Reunidas Cambuí e os demais sob sua influência.

Apesar do percentual de habitantes na área rural do município, bem como dos assentamentos criados, a estrutura fundiária de Boa Vista do Tupim apresenta dados que revelam uma concentração de terras (ver Tabela 5).

Tabela 5 – Estrutura Fundiária, Boa Vista do Tupim, Bahia, 2006.

Grupo de área	Estabelecimentos (Qt)	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
De 0,2 a menos de 0,5 ha	16	7	1,01	0,00
De 0,5 a menos de 1 ha	11	9	0,69	0,00
De 1 a menos de 2 ha	32	49	2,02	0,03
De 3 a menos de 4 ha	39	139	2,46	0,07
De 4 a menos de 5 ha	51	226	3,21	0,12
De 5 a menos de 10 ha	149	1.080	9,38	0,56
De 10 a menos de 20 ha	441	7.281	27,77	3,81
De 20 a menos de 50 ha	441	13.509	27,77	7,06
De 50 a menos de 100 ha	117	8.389	7,37	4,38
De 100 a menos de 200 ha	71	9.780	4,47	5,11
De 200 a menos de 500 há	98	32.762	6,17	17,12
De 500 a menos de 1000 ha	48	34.530	3,02	18,05
De 1000 a menos de 2500 ha	40	56.312	2,52	29,43
De 2500 ha e mais	9	27.185	0,57	14,21
Produtor sem área	-	-	0,00	0,00
Total	1.588	191.317	100,00	100,00

Fonte: Adaptado por Irani Soares, com base em Geografar, 2011.

Conforme pode-se observar na Tabela 5, 98 estabelecimentos rurais (6%) estão com área menor que a medida mínima atribuída pelo INCRA como Fração Mínima de Propriedade (FMP)¹⁶, que para o município é de 4 ha. Esses estabelecimentos ocupam 204 ha, (0,1% do total da área). Dentre o total dos estabelecimentos, 1.082 (68%) têm área entre a FMP e menos que 50 ha, área menor que um módulo fiscal (60 ha para o município). Esses estabelecimentos ocupam apenas 11,5% da área. Os que detêm área de 500 ha até mais de 2.500 ha somam 97 estabelecimentos (6%) e concentram 61,69% da área total. Portanto, há

¹⁶ A Fração Mínima da Propriedade é considerada para produção de hortigranjeira, em acordo com a Dimensão do Módulo por tipo de Exploração, INCRA,?.

uma grande concentração de terras no município, apesar de a ação dos movimentos sociais terem provocado a implantação de um número considerável de PAs.

O PA Reunidas Cambuí está vinculado ao MST que ganhou destaque na região como principal força de luta pela terra. Há outros movimentos sociais na região, porém, o MST é o mais expressivo. Como já posto, apesar de concentrar assentamentos federais e ainda, do Programa Cédula da Terra e PNCF, o município apresenta uma estrutura fundiária concentrada.

Embora a ação do MST e de outros movimentos sociais não tenha conseguido alterar a estrutura fundiária do município, sua ação imprime uma nova dinâmica ao local. Uma das mudanças está relacionada ao número de pessoas que vivem em espaços antes pouco habitados, dando novo redimensionamento ao uso do solo no município. A produção, apesar de não ser comercializada em grande escala, foi diversificada, introduzindo outros tipos de cultura, onde antes havia pecuária extensiva, com a criação de gado bovino. Não obstante, a partir da concentração de PAs no município o MST consegue modificar as relações de poder no município. Em 2012 foi eleito para prefeito de Boa Vista do Tupim, pelo PT, um candidato ligado ao MST, que é definido pelo movimento como um colaborador. De modo que lideranças do movimento foram convidadas a assumir cargos políticos no município. Exemplos disso são: o secretário de agricultura (ex-coordenador da Brigada Zacarias; o secretario era assentado no PA Baixão, em Itaetê, e abriu mão do lote); a secretaria de educação (assentada no PA Polinésia); o secretario de obras (acampado no Acampamento do Peixe, vinculado ao MST). Foram eleitos, ainda, dois assentados como vereadores do município, um do PA Nossa Senhora Auxiliadora (PT) e uma vereadora do PA Canabrava (PSDB). Além desses, há outros assentados ocupando cargo de confiança dentro do quadro de pessoal da prefeitura. Modifica assim a correlação de forças o que pode contribuir para o fortalecimento de uma cultura que valorize o trabalhador rural.

Desse modo, pode-se inferir que o PA Reunidas Cambuí integra uma rede de PAs que se concentram no município de Boa Vista do Tupim, e/ou sob influência deste.

5.1.1 O (peculiar) processo de criação do PA Reunidas Cambuí

Entender a história de criação de um PA desde o início (que é anterior à criação propriamente dita), bem como as relações entre os diversos atores envolvidos são centrais para compreender como ocorreu o processo de conformação da organização espacial. Partindo dessa premissa, adotou-se um esquema (conforme apresentado no capítulo três), em acordo com o que se apreendeu que seja as fases de criação de um PA, segundo a visão dos movimentos sociais, em especial o MST.

Quadro 4 – Fases do PA Reunidas Cambuí segundo visão dos movimentos sociais

Fases	Descrição	Ano
1. Escolha da Propriedade	Nesse momento ocorreu uma inversão de papéis, pois a propriedade não foi resultado de um processo de escolha pelos movimentos sociais ou assentados. O proprietário foi quem articulou a ocupação.	2000
2. Trabalho de Base	Não houve, pelo motivo exposto na fase 1.	-
3. Ocupação	A ocupação se deu com a participação de filhos e parentes de assentados do PA vizinho (PA Barra Verde) e posseiros da região, sob a supervisão do proprietário.	2000
4. Acampamento	Foi liberada uma área para as pessoas fazerem os barracos e para a plantação de cultivos de subsistência.	2000
5. Desapropriação	O decreto de 31 de agosto de 2001 estabeleceu a desapropriação da área por descumprimento da sua função social.	2001
6. Imissão de Posse	Um ano após o decreto de desapropriação, saiu a imissão de posse, em setembro de 2002.	2002
7. Criação do PA	Alguns dias após a imissão de posse é criado o Projeto de Assentamento Reunidas Cambuí com capacidade para 45 famílias (porém o PA possui 40 famílias e foi parcelado em 40 lotes)	2002
8. e 9. Implantação e Desenvolvimento*	O PA superou a fase de Implantação e se encontra na fase de desenvolvimento. Foi pago parte das modalidades do crédito instalação a que têm direito. O PA tem PDSA (2002); é parcelado (2003) e recebe assistência técnica da ATES desde 2009.	De 2002 até atualmente

*Optou-se por apresentar no mesmo quadro a fase de Implantação e Desenvolvimento, já que nos assentamentos as duas fases se confundem. A Implantação seria a fase responsável pela seleção de famílias e implantação de infraestrutura básica, incluídos os créditos Apoio Inicial e Habitação, os demais créditos deveriam ser pagos na fase de desenvolvimento e logo após o PRONAF.

Fonte: Elaboração: Irani Soares com base em MST, 2013; Trabalho de campo, 2014.

Conforme o Quadro 4, a desapropriação da propriedade onde hoje é o PA Reunidas Cambuí tem uma história peculiar. A ocupação da área foi realizada no ano de 2000 por iniciativa do proprietário que à época queria vender a propriedade e percebeu no programa de reforma agrária, via INCRA, uma possibilidade de comercialização. Isso pode ter ocorrido pelo fato de existir um número significativo de PAs na região, e ainda, ao pouco interesse de compradores daquela área. Além disso, já havia um PA que fazia divisa com sua propriedade, o PA Barra Verde. Desse modo, o proprietário designou dois assentados do PA Barra Verde, o senhor Roque Dez e o senhor João, para ficarem responsáveis por organizar as pessoas para fazerem a ocupação da área, para poder iniciar a negociação com o INCRA. Um dos primeiros ocupantes da área, hoje assentado, faz o seguinte relato referente à ocupação:

Ele [proprietário] queria vender a fazenda, então falou pro finado Seu João Guarda [assentado PA Barra Verde] que arrumasse umas pessoas pra vim pr'aquí. Aí seu Guarda falou comigo e mais umas oito pessoas e viemos pr'aquí para ocupar a sede. Fiquemos aí e conseguimos a terra. Aí fomos convidando outras pessoas, porque o homem [proprietário] queria que enchesse aqui pra ele negociar com o INCRA. Acampados ficaram umas 38 famílias, até que chegou os 40, aí alguns desistiram até que chamamos outros pra completar os 40 (Entrevistado 69, 14/01/2014).

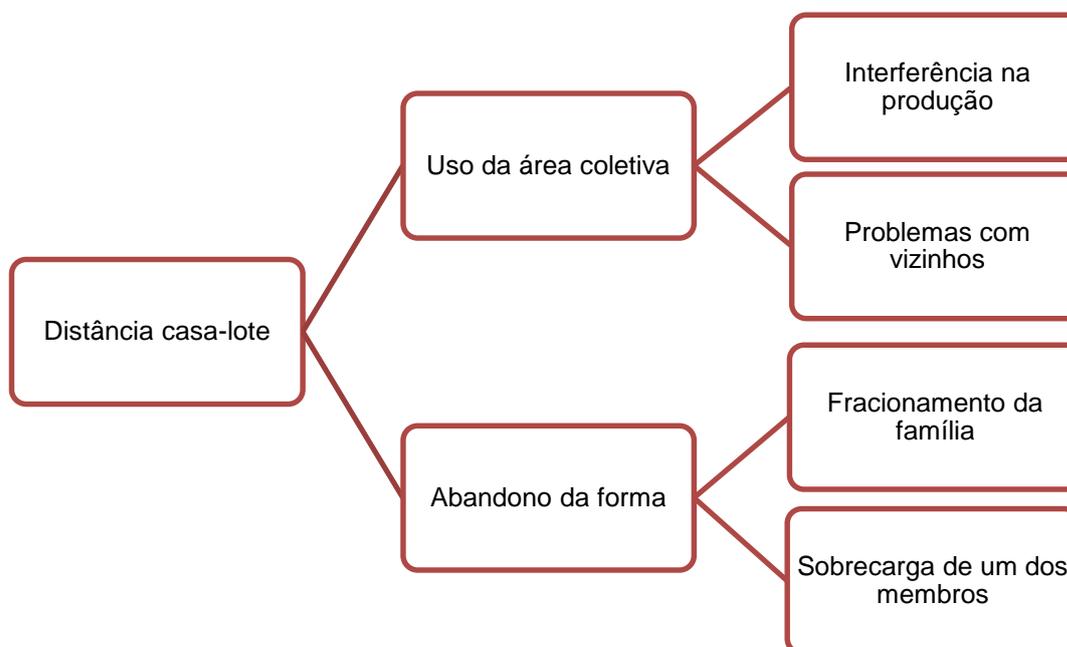
Entre as pessoas que fizeram a ocupação estão filhos ou parentes de assentados do PA Barra Verde e posseiros da região. Sendo a ocupação promovida pelo proprietário da fazenda, conseqüentemente o modo de organização não seguiram os preceitos do MST, que se apresentou na área pouco tempo depois. Foi o Sr. Helder Lopes Campos (Conhecido como Dinho), que à época era prefeito de Boa Vista do Tupim (e tinha ligações com lideranças do MST/local) junto com lideranças do PA Barra Verde (organizado pelo MST), que solicitaram às pessoas à frente da ocupação que erguessem a bandeira do MST e se integrassem ao movimento, o que foi aceito pelo grupo. Contudo, foi o MST que solicitou junto ao INCRA a vistoria do imóvel, conforme documento que consta no processo de desapropriação.

Como apresentado no capítulo 3, o acampamento funciona como um período de preparação para o assentamento, observando-se a organicidade do MST. Nesse sentido, o acampamento tem papel fundamental para a formação e amadurecimento da organicidade do movimento e a formação da identidade sem-

terra, conforme o movimento. Apesar de aceitarem o vínculo com o MST, o acampamento não representava o modelo adotado pelo movimento no que diz respeito a sua organicidade. Destarte, o modo como se estruturou o PA Reunidas Cambuí e sua peculiar história de criação, influíram na estruturação de um possível arranjo dentro da organicidade do movimento, já que como posto o acampamento é um processo preparatório para o PA, logo as ações desenvolvidas nesse momento irão refletir em outros momentos posteriores.

Nesse sentido, foram identificados pontos de diferença entre o modo como foi sendo organizado o acampamento pelo grupo e o que dispõe o MST (escala nacional), ver Figura 15.

Figura 15 – Influências da organização do espaço na organização social e produtiva do PA



Fonte: organizado por Irani Soares, com base no trabalho de campo, PA Reunidas Cambuí, Boa Vista do Tupim, BA.

Um dos pontos identificados nesse trabalho foi que, apesar da presença de coordenadores no acampamento, não ocorreu a construção da disciplina da organização segundo os preceitos do MST. Conseqüentemente, não foi possível organizar núcleos de base, setores, ou quaisquer outras modalidades de organização defendidas pelo MST. Em entrevista com um dos assentados do PA Reunidas Cambuí ele revela:

Aqui a gente iniciou porque foi o fazendeiro que aceitou, a gente entrou aqui foi com o mandado do fazendeiro, não foi com reforço de

MST de nada, depois o povo tinha aquela coisa com Dinho [Prefeito de Boa Vista do Tupim], depois a gente aceitou botar a bandeira do MST aqui [...] Muitas vezes as pessoas vão e **invadem** aquela terra né, pra mim é **invadida** mesmo, porque se não é meu. Vai e invade o que é dos outros, eu não vou mesmo. Por isso que eu vim (Entrevistado 59, 13/0/2014, grifos da autora).

O relato do assentado indica que se não fosse a relação com o Sr. Helder Lopes Campos (Dinho) eles não teriam aceitado com tanta facilidade a ligação com o MST. A influência do prefeito, com relação aos acampados, foi essencial para que se erguessem a bandeira do movimento. Demonstrando muito mais um laço de confiança com o prefeito do que um compromisso com o MST. A concepção de invasão, declarada pelo assentado do Reunidas Cambuí, demonstra que não houve um trabalho de base segundo os preceitos do MST. Ele deixa claro que se fosse “invadida” a propriedade ele não participava, apenas veio por ter sido um acordo entre proprietário e ocupantes. A concepção defendida pelo assentado aparece em contraposição à ideia de ocupação defendida pelos movimentos sociais. A ocupação tem sido a estratégia usada para pressionar que o Estado aja conforme a lei, caso se constate o descumprimento da função social da propriedade. A ocupação tem sido, portanto, o meio usado pelos movimentos sociais para colocar em questão a propriedade da terra quando não cumpre a função social (contudo, observa-se que o MST vem utilizando outras estratégias para acesso à terra, negociação com fazendeiros/empresas e mesmo o PNCF). Sendo a propriedade um direito subjetivo e não absoluto, logo nesse sentido, os movimentos sociais agem dentro da legalidade.

Outro ponto de divergência com relação à organicidade do MST foi com referência à organização da cozinha coletiva. No acampamento cada família era responsável por sua alimentação, foram construídas cozinhas individuais, o que difere dos acampamentos do MST.

Todo mundo tinha seus barraquinhos de palha e cada um cozinava dentro de seus barraquinhos de palha. [...] Quem organizou aqui foi a gente mesmo, depois é que nós apoiamos o MST aqui também. Foi pelo dono da fazenda mesmo. Eles [MST] sempre fazia parte daqui do Barra Verde aí gente apoiou eles (Entrevistado 64, 14/01/2014).

Nos acampamentos do MST funcionam cozinhas coletivas e é estabelecida escala de trabalho para realização de todas as tarefas. A divisão de tarefas assume papel de importância dentro da concepção de cooperação defendida pelo

movimento. O papel das lideranças é visto como ponto essencial para a implantação de relações cooperadas e para o sucesso do PA (GOMES, 2009). Segundo relatos dos assentados, durante o período de acampamento a influência do movimento era pequena.

Outro ponto identificado que pontua diferenças significativas com a organicidade do MST foi com relação à organização da produção (roças) coletiva. As roças coletivas são produzidas com a ajuda mútua entre os acampados que buscam, através da coletividade otimizar o trabalho e aumentar a produtividade. Em acampamentos liderados pelo MST, durante esse processo, é separada uma área ou mais, destinada às culturas de subsistência tendo em vista o autossustento das famílias acampadas. Contudo, é também um meio de arrecadar recursos para as atividades do movimento. Logo, a produção ou parte dela, é destinada ao movimento. Entretanto, segundo relatos no caso analisado, as roças coletivas eram realizadas por iniciativa dos próprios acampados que, após a colheita, dividiam entre eles os produtos, ou em caso de comercialização, a renda obtida era dividida igualmente entre os trabalhadores participantes. Ocorreu a existência de mais de um grupo auto-organizado por afinidades. Não houve nenhum relato de problemas com a execução dessa atividade que acabou, conforme os assentados, por causa da estiagem que dificultou a produção, deixando as pessoas desanimadas. No acampamento do Reunidas Cambuí a finalidade dessas roças coletivas era somente o autossustento do grupo e a venda do excedente. Nenhuma parte do resultado dessas plantações era repassada para o movimento.

Essas atividades ocorridas no período de acampamento tinham como principais organizadores os próprios acampados, que se mudaram para o acampamento com toda família, incluídos homens, mulheres e crianças. Quando era preciso sair para trabalhar em outra localidade realizava-se uma escala entre as famílias para a permanência na área. De modo que iam intercalando entre os que saíam para trabalhar, os que retornavam para área de moradia habitual e os que permaneciam na propriedade. Como esta foi uma ocupação em acordo com o proprietário, não foi necessário estabelecer escala para vigiar o acampamento, o que normalmente acontece em outros acampamentos. Devido à ação de ocupação ser uma situação que pode gerar conflito, já que coloca em questão a propriedade da terra e tem como resultado alguns casos de violência extrema, o MST promove escala de vigília entre os acampados buscando dar maior segurança.

Os núcleos de base, parte importante dentro da organicidade do MST, não foram implantados no período de acampamento, o que veio a ocorrer em 2013. Somente com a mudança de lideranças na Regional da Chapada Diamantina e na Brigada Zacarias se iniciou a implantação dos núcleos de base. Foram deslocadas lideranças do Extremo Sul para a regional da Chapada. No assentamento prevalece a assembleia como espaço de discussão e decisão, o que difere da organicidade do MST, que prevê evitar o “assembleísmo”. O intuito seria esgotar as discussões nos núcleos de base, sem partir para votação, comum nas assembleias.

Outro dado que aponta divergência com relação à organicidade do MST é o nome do PA e da associação. Foi adotado o mesmo nome da antiga propriedade “Fazenda Reunidas Cambuí”. O nome teve origem no grande número de árvores de Cambuí, que era abundante na região. Aos PAs ligados ao movimento geralmente, dá-se novo nome quando ocorre a desapropriação da área. Através do nome busca-se atribuir novo significado ao lugar. Esses nomes trazem consigo simbolismos da luta ao buscar homenagear personalidades (políticos e estudiosos nacionais ou internacionais), mártires (lideranças ou assentados mortos no processo de luta ou de permanência na terra), ou mesmo datas significativas e menções a locais de resistência política, a exemplo do PA Quilombo, Rosely Nunes, Che Guevara, Milton Santos, dentre outros.

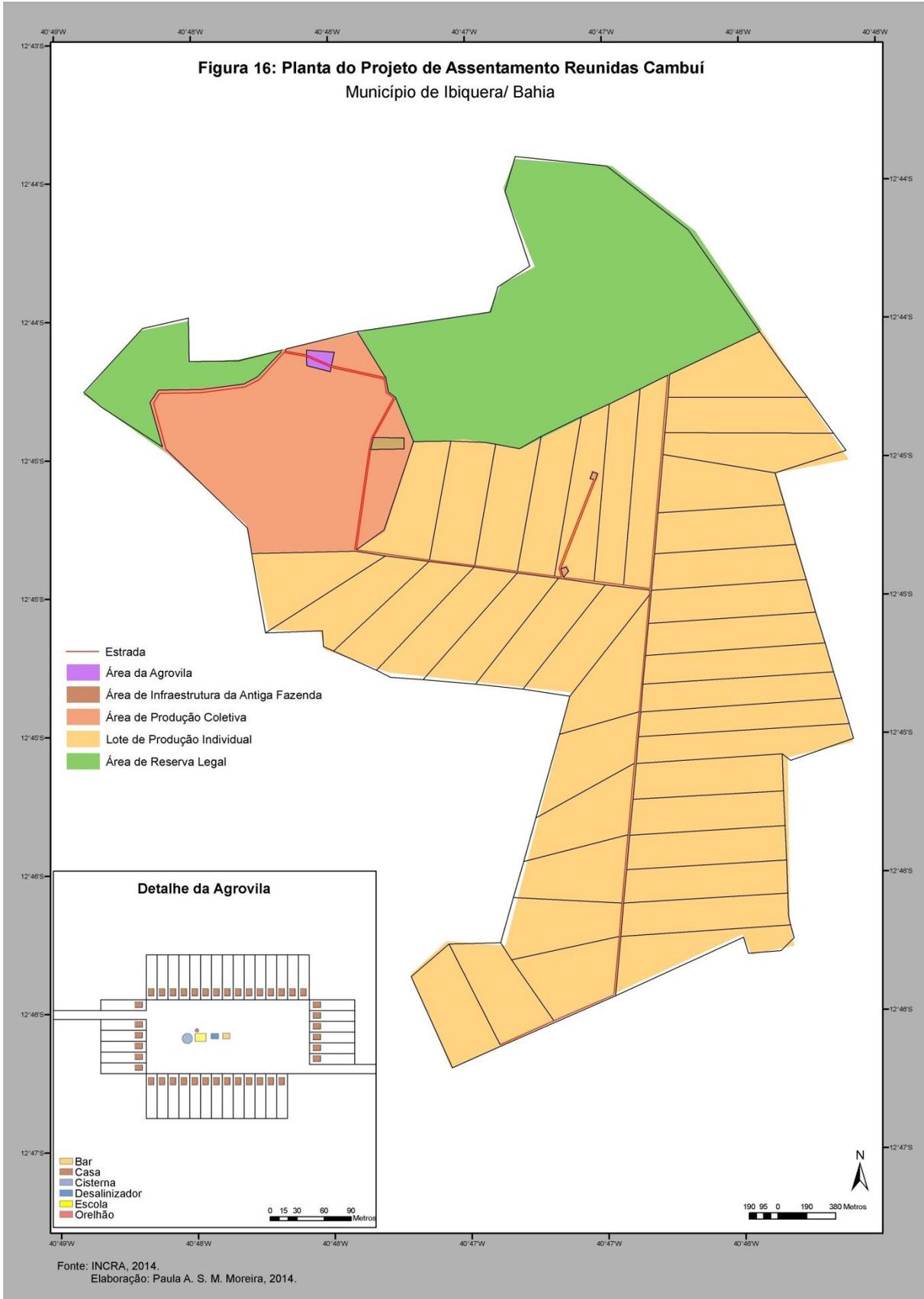
Como havia interesse na desapropriação e houve esforços para que ela ocorresse, o período de espera das famílias foi de dois anos. As famílias haviam acampado em 2000. A vistoria da propriedade foi realizada em abril de 2001. O relatório agrônomo classificou o imóvel como Grande Propriedade Improdutiva e, portanto, suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária. No relatório ressalta-se, ainda, o não cumprimento da sua função social e o não favorecimento ao bem estar aos que nela residiam. A desapropriação da área foi decretada em 2001 e em 2002 ocorreu a criação do PA Reunidas Cambuí.

5.1.2 Organização do espaço do PA Reunidas Cambuí: o velho modelo

A área total do PA Reunidas Cambuí é de 1.440,06 hectares, o que representa vinte e quatro módulos fiscais. Portanto, esta era uma área considerada como grande propriedade. A área pertencia a um único proprietário e tinha como atividade produtiva a criação de gado de corte (bovinocultura extensiva). Tendo em

vista a criação do assentamento, a propriedade foi parcelada e passou a abrigar 40 famílias, dando nova dinâmica ao lugar. A produção se diversificou e hoje, além da criação de gado bovino (rebanho pequeno), têm a produção de mandioca, milho, feijão, mamona, aipim, frutas diversas, dentre outras culturas, e a criação de galinhas. A produção é voltada, principalmente, para o autossustento, poucas famílias comercializam ou já comercializaram produtos, principalmente se considerar a regularidade na comercialização.

Dessa forma, considerando a nova dinâmica provocada pela criação do PA e o que é estabelecido pelo Estado para a organização do espaço de assentamentos de reforma agrária, se institucionalizou uma nova configuração espacial. Essa nova configuração pode ser observada na Planta do PA.



A delimitação e extensões da área total e divisões, apresentada na Figura 15 do PA Reunidas Cambuí pode ser observada na Tabela 6.

Tabela 6 – Delimitação da área do PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia

Divisões	Área (ha)
Reserva Legal I	39,2
Reserva Legal II	268,4
Área Coletiva I	160,4
Área Coletiva II	0,1
Área Coletiva III	0,1
Lotes individuais (Média 23 a 24 ha)	957,6
Núcleo Urbano I	1,6
Núcleo Urbano II	1,8
Total	1440,06

Fonte: Organizado por Irani Soares com base em INCRA, 2013.

A área de Reserva Legal do PA totaliza 307,6 ha, o que representa 21% da área total, estando em acordo com a legislação vigente. Segundo entrevista com assentados, a área permanece preservada, sem denúncias de problemas ambientais, coisas que ocorreram no passado, principalmente a retirada de madeira e fabricação ilegal de carvão, conforme afirmado pelo entrevistado 69.

Com relação às áreas coletivas, quando somadas elas resultam em 160,8 ha, ou seja, 11% da área total do PA. Esta é uma área bastante utilizada pelos assentados, devido a diversos fatores boa parte da produção do assentamento vem da área coletiva. Dessa forma, foram identificados no trabalho de campo alguns desses fatores: 1) distância casa/lote; 2) área administrada pelos próprios assentados; 3) estiagem.

A área destinada para os lotes familiares é de 957,6 hectares (66,5% da área total), os quais foram divididos entre 40 lotes. Como pode ser observado na Tabela 6, os lotes familiares foram divididos de modo que as áreas tem a extensão de aproximadamente 23 a 24 hectares. O módulo fiscal dos municípios de Ibiquera e Boa Vista do Tupim são de 60 hectares. Portanto, as áreas distribuídas para as famílias representam um pouco menos da metade do módulo fiscal. Ao definir a organização espacial optou-se por não atrelar o espaço de produção ao de habitação.

A infraestrutura construída na antiga fazenda está tornando-se parte da paisagem, sem função definida. As formas que foram abandonadas no momento em

que o grupo foi se apossando do espaço e fazendo novo uso deste. As infraestruturas identificadas nesse local foram: casa-sede da fazenda; duas casas que eram usadas pelos trabalhadores da fazenda; um galpão; um reservatório de água, que era usado para abastecer as casas sede e dos trabalhadores e; um curral.

Dessas edificações, uma das casas foi adaptada para funcionar como “casa de farinha”, onde conseguiram montar estrutura para fabricação da farinha de mandioca, que é um dos principais cultivos produzido no PA.

Foto 4 – Casa adaptada para funcionar uma casa de farinha, PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia



Fonte: Irani Soares, Trabalho de campo, 2014.

Com exceção da casa que foi transformada em casa de farinha, as outras construções pertencentes a antiga fazenda foram abandonadas. Conforme Santos (2012), essas são formas que deixaram de ter uma função dentro da nova configuração dada ao espaço, o que explica o estado de deterioração que se encontram. Porém, essas construções foram pagas como benfeitorias para o proprietário e poderiam ser melhor aproveitadas, ganhando nova função dentro da organização do assentamento.

Estas construções poderiam, até mesmo, servir como espaço de habitação para assentados ou filhos de assentados que quisessem permanecer na área de assentamento.

Foto 5, 6, 7, 8, 9, 10 – Infraestrutura abandonada, PA Fazenda Cambuí, Ibiquera, Bahia.



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2014.

Conforme a fotos 5, 6 e 8, a casa sede da fazenda e uma das casas de trabalhadores foram abandonadas pelos assentados, não designando nova função à mesma. Antes, sua função era abrigar a família de proprietários quando visitavam a fazenda, pois não era residência dos mesmos. Na foto 7, pode ser visto o galpão, localizado ao lado da casa sede da fazenda, que também, ficou sem função dentro da nova configuração espacial; bem como o reservatório de água e o curral (fotos 9 e 10). Todas essas construções encontram-se em estado de deterioração.

Com relação à localização das habitações pode-se identificar que, diferente de outros PAs, não foi aproveitada a área da antiga fazenda para construir as

habitações. O relevo da área pode ter sido uma das questões que contribuíram para a não escolha. Apesar de concentrar certa infraestrutura essa área está em local mais acidentado, mais alto e com acesso mais difícil. Optou-se por localizar a agrovila na área mais próxima à estrada (não pavimentada), o que facilitaria tanto o escoamento da produção e saída dos assentados; quanto a comunicação entre assentados dos PAs e das lideranças do movimento, com destaque para o PA vizinho. Essa estrada, conforme pode ser observada na figura 14, dá acesso a sede do município de Boa Vista do Tupim além dos municípios de Itaetê e Nova Redenção e povoados e assentamentos próximos.

Foto 11 – Entrada da agrovila, PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia.



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2014.

A partir da foto 11, pode observar que a entrada da agrovila está situada bem próxima a estrada, que dá acesso a Boa Vista do Tupim, a alguns povoados, ao PA Barra Verde e outras localidades. Ao fundo, mais ao lado direito situa-se a área onde está localizada a infraestrutura da antiga fazenda.

A escolha da localização das habitações em espaço comum, mais especificamente em sistema de agrovila, pode ter efeitos diretos no modo como está

sendo organizado o espaço do assentamento, influenciando nos seus diversos usos. Os lotes na agrovila neste PA possuem a dimensão de 12x50 m, contudo, conforme a Figura 15, a conformação espacial da agrovila possibilita que estes lotes possam ter uma dimensão maior, visto que os lotes da agrovila fazem divisa com as áreas de produção coletiva, porém esse crescimento pode ser considerado apenas no cumprimento, mas não na largura. Nesse sentido, pode-se observar no PA Reunidas Cambuí, algumas características que podem ter decorrido da escolha da habitação em espaço comum. Contudo, é preciso retomar, primeiro, à discussão acerca de quem escolhe onde vão ser edificadas as habitações. É preciso identificar qual o momento de debate, se houve esse debate e o papel de cada ator social. Enfim, quem são os atores que decidem no processo de organização do espaço nos PAs?

A discussão acerca do modelo de localização das moradias no PA Reunidas Cambuí ocorreu nos moldes do discurso dos técnicos do INCRA, não diferindo, portanto, dos ideais do próprio movimento. Logo, a localização do espaço das habitações foi efetuada em área comum, com a adoção da forma espacial agrovila. Para compreender como foi o processo de escolha e implementação dessa organização espacial é imprescindível a análise da posição do INCRA e do MST junto aos assentados.

Já falaram que tinha que ser agrovila, que não podia ser no lote. Foi eles juntos [INCRA e MST], porque assim, não podia fazer no lote porque tinha mais dificuldade com energia, com água, com a organização do pessoal, escola, posto médico, essas demandas tudo ai que tinha mais dificuldade. Então junto era mais fácil pra poder construir [...] mas eu preferia que fosse no lote, porque se fosse no lote cada dono tinha mais acesso a seu lote, trabalhava melhor e produzia mais, porque quando fica no assentamento [agrovila] é bem poucos que vão pro lote. No lote todo mundo está lá, já levanta trabalhando. Até quando dá seis horas o cara trabalha que o sol está mais frio, já aqui [agrovila] o cara cruza os braços e não vai. (Entrevistado 63, 14/01/2014).

Observa-se que, apesar de não haver normativa quanto ao modelo de organização do espaço, nem qualquer estudo que possa comprovar que a agrovila seja mais eficiente que outros modelos por questões sociais, econômicas e/ou políticas, não são apresentadas alternativas. O discurso proferido para os assentados seguiu a linha pontuada pelo INCRA e MST, ou seja, a facilidade dos bens e serviços públicos. À exemplo de serviços de infraestrutura social, escola,

postos, proximidade com a estrada, dentre outras. Não houve, para os assentados, abertura para o debate acerca de qual seria a melhor forma de localização das habitações.

Se falou que tinha que ser agrovila, o pessoal do INCRA. Hoje depois que eu consegui fazer uma casinha no meu lote a gente vê que a gente aproveita muito mais estando no lote do que na agrovila. Porque quando você pega um lote vizinho é mais fácil o acesso e quando você pega o lote distante, aí são duas opções: ou você viaja bastante, ou você tem que ficar no lote. Mas a questão da agrovila é por causa da infraestrutura, enfim. Na época o INCRA disse que seria mais fácil tudo (Entrevistado 62, dia 14/01/2014).

Em conformidade com o discurso do Estado e do MST a infraestrutura é um argumento importante para a delimitação da organização do espaço de moradia em espaço comum nos assentamentos. Todavia, esse discurso não garante a execução desses bens e serviços, a celeridade para execução, tampouco sua qualidade. Os relatos demonstram que não houve participação efetiva dos assentados no processo de escolha, havendo reunião para exposição de argumentos a favor da agrovila, sem, contudo abrir para uma participação efetiva onde os assentados pudessem direcionar a organização do espaço.

A liberação do crédito Aquisição/material de construção, responsável pela construção das habitações, foi liberado em novembro de 2003, mesmo mês em que foi concluído o parcelamento do PA (a planta do PA é de setembro de 2003). Contudo, segundo entrevistados, as estradas de acesso aos lotes não havia sido construídas. A discussão da construção das casas foi anterior à conclusão do parcelamento, mas este poderia ter sido considerado, já que era previsto.

Ao que se refere a infraestrutura social foi constatado que o PA Reunidas Cambuí possui na área da agrovila uma escola primária que oferece ensino da 1ª à 4ª série do ensino fundamental. As crianças que estão em séries mais adiantadas estudam em PAs vizinhos. Os estudantes da 5ª à 8ª série do ensino fundamental se deslocam até o PA vizinho o Barra Verde e os que estão no ensino médio estudam no colégio que fica no PA Beira Rio, a prefeitura disponibiliza transporte para a ida às escolas. Importante frisar que os assentados estudam em escolas na área rural, não necessitando se deslocar para a sede do município.

Pode-se, como base no trabalho de campo, elencar algumas consequências advindas da escolha da localização das habitações em espaço comum. Foi possível observar que, entre os entrevistados, há uma tendência ao abandono da área de

agrovila. Foram encontradas três famílias que residem nos lotes, tendo construído suas casas com recursos próprios. Há o registro da saída de quatro famílias para outras localidades em busca de trabalho, onde fixaram residência; contudo, não foram excluídas do PA. Essas famílias retornam sempre que podem para o PA, como forma de não perderem o direito ao uso do lote. Foram identificadas, ainda, outras famílias que pretendem residir no lote de produção.

Todavia, há registro de que esteja ocorrendo também o contrário, ou seja, o abandono dos lotes.

Tenho uma rocinha aqui e outra ali [área coletiva] de milho, feijão abóbora. No lote eu não tenho não, no lote eu já tive muito. No lote fica muito longe e eu estou muito velho pra ficar caminhando. No lote têm uns três anos que plantei e não plantei mais não [...]. **Aqui quase todo mundo tem uma rocinha é aqui na área coletiva, cada uma a sua.** Não é como de primeiro não, que plantava tudo junto, muito grande a roça, aí todo mundo comia ali e vendia e voltava e dividia o dinheiro. E dava certo, acabou por causa do mal tempo, plantava e perdia, plantava e perdia, um dia a pessoa desiste, né (Entrevistado 59, 14/01/2014, grifos da autora).

Conforme o entrevistado o PA passa a enfrentar um problema de cunho geracional. Parte da população que está envelhecendo já não tem condições de ir ao lote com frequência, nem de permanecer no lote abandonando-o, permanecendo apenas na agrovila. E, por isso, tem preferido utilizar somente os quintais e as áreas coletivas para seus plantios. Utilizando cada vez menos os lotes de produção.

O fato de não terem condições de construir uma casa no lote é também evidenciado como fator de aderir ao uso da área coletiva para o plantio, em detrimento do lote. Já que o deslocamento diário ao lote é cansativo e nem sempre é possível, em decorrência da distância de alguns lotes.

No caso do PA Reunidas Cambuí, pode-se observar que a separação casa/lote atribuiu uma conotação especial à área coletiva do PA, o que foi se acentuando com o longo período de estiagem. Todos os assentados produzem nas áreas coletivas e boa parte tem produção nos quintais. Isso também porque a área coletiva, diferente de outros PAs ligados ao MST, é administrada pelos assentados/associação e não pelo movimento em si. Apesar da produção em área coletiva ser mais expressiva que no lote de produção, nota-se que sua utilização não é realizada a partir de uma relação cooperada, mas cada um é responsável pelo seu “pedaço” de terra nessa área. Ou seja, significa muito mais o uso comum do espaço

para a produção, do que área coletiva no sentido de haver uma relação de troca ou cooperação na produção desenvolvida na área (algo que já foi praticado).

Os lotes se distanciam da agrovila entre menos de 1 km e, no máximo, 4,8 km, isso calculado em linha reta. Porém, segundo entrevistados, há lotes que se distanciam em 6 km da área de moradia, distância considerável para percorrer diariamente (a pé ou mesmo de moto; pelo custo com combustível que pode vir impactar o orçamento familiar).

Contudo, apesar de produzirem na área coletiva o desejo é de produzir nos lotes, onde há uma relação de pertença, onde conseguem ter um sentimento de posse.

No lote a gente já está sabendo que é nosso, e aqui não, tem essa área coletiva, aqui é de todo mundo e lá não, o que nós fazer lá nós já sabe, está no nosso lote [...] eu vou levar minhas coisas prá lá [lote] minhas criações, minhas coisas tudo. A gente vai passar agora a maioria do tempo todo pra lá, porque aqui fica mais difícil pra gente (Entrevistado 62, 14/01/2014).

Esse relato é de um assentado sorteado com um lote que fica à 6 km de distância da agrovila, apesar de possuir carro reconhece que o custo é alto para fazer o trajeto diariamente, e ainda tem a dificuldade para comprar combustível. Essa dificuldade é relacionada tanto pelo custo, quanto pelo deslocamento para o abastecimento (na área rural o combustível, geralmente, é comercializado de forma irregular e com preço acima do praticado no mercado). O entrevistado tem plantação na área coletiva, no lote e no quintal. Como pode ser observado este é mais um que pretende mudar para o lote de produção. Seu plano é residir no lote e ir aos finais de semana para a agrovila.

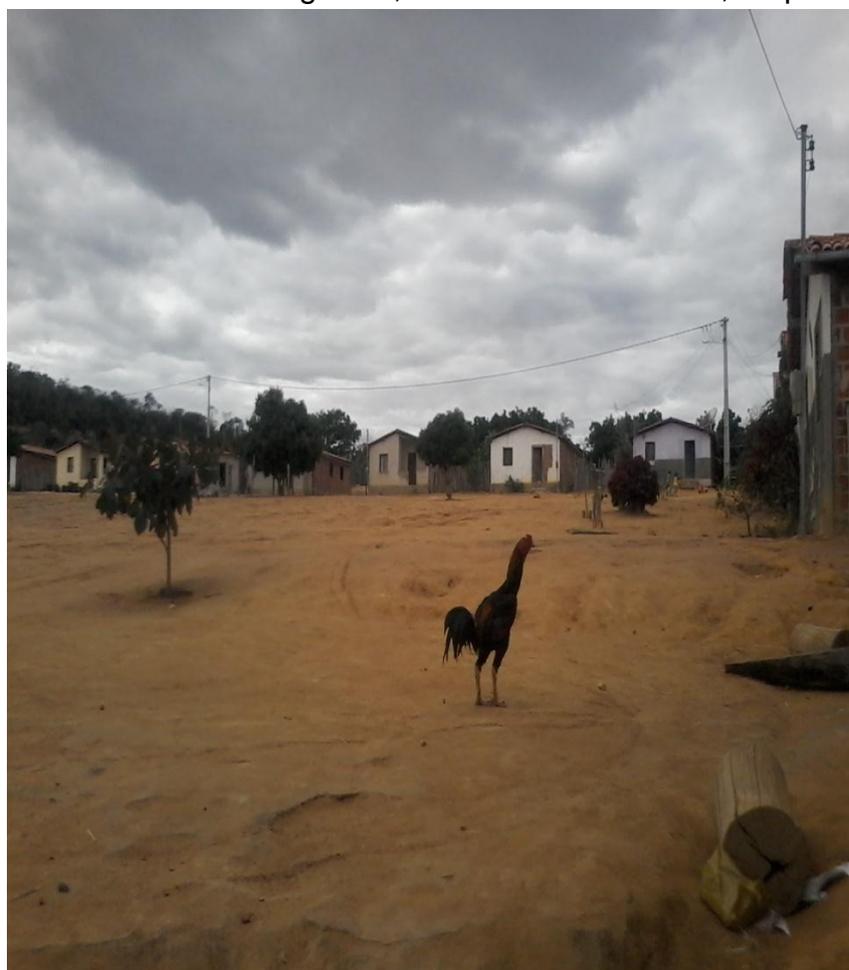
A distância casa-lote é para os assentados um empecilho na realização das atividades produtivas quando desenvolvidas nos lotes. Segundo este assentado a separação casa-lote tem a seguinte conotação:

Atrapalha, pra mim mesmo atrapalha. Porque meu lote é longe, é lá no final da fazenda. Uns 4 km, dá mais de quatro [...] uma hora e pouca andando. Vou lá quase todo dia. Às vezes durmo lá, mas durmo mais aqui. Vou pro lote quase todo dia, não vou assim porque também tenho uma roça aqui [área coletiva] (Entrevistado 60, 13/01/2014).

Dentre a amostra populacional entrevistada (30% do total) todos os assentados gostariam de estar residindo no lote de produção, sendo que um pensa que, além da casa no lote poderia ter, também, uma casa na agrovila. A questão

mais citada como motivo para essa escolha está relacionada diretamente à produção, principalmente a criação de animais de pequeno porte, que é motivo de desavenças entre vizinhos. Dos entrevistados, 85% deles disseram ter, ou já ter tido problemas por conta da criação de animais de pequeno porte e 15% não responderam. Foi relatado que, por morarem em agrovila não podem criar porcos, o que impacta no orçamento familiar, já que mesmo que não comercializem é um produto que não precisam comprar. Os assentados insistem na criação de galinhas, apesar dos problemas entre vizinhos, ver foto 12.

Foto 12 – Ave solta na agrovila, PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2014.

Perguntado sobre a preferência da localização da habitação, se no lote ou na agrovila, o assentado explica que:

Eu preferia ter no lote. Lá eu plantava meus trems e fazia meu cercado e criava minhas galinhas. Se nós jogasse isso nas cabeças pra todo mundo fazer as casas nos lotes seria ideal. Você criava sua galinha solta à vontade. Porque o INCRA pedia que fizesse agrovila. Mas se às vezes a gente pedisse pra fazer assim nos lotes era muito

melhor. [...] atrapalha um pouco criar uma galinha, criar um peru, se as casas fosse dentro do lote era muito mais fácil, vezes eu sai daqui tudo turvo ainda, uma vez eu cheguei no lote e cortei três mourões e cortado pro rastro da cerca, e quando cheguei aqui a boca da noite o povo disse 'rapaz tu vai morrer, faz assim não que você morre, se tu sai daqui de noite e chega de noite tu vai morrer', mas eu fazia assim direto, saia daqui caminhando e ia pra lá (Entrevistado 59, 14/01/2014).

Outro ponto, como registrado nas entrevistas, é a distância casa/lote que acaba sobrecarregando os assentados e não ajudando na divisão de trabalho, pois geralmente o trabalho no lote produtivo recai somente sobre a força de trabalho masculina e principalmente o pai de família.

A organização do espaço no PA Reunidas Cambuí tem contribuído para o fracionamento da população no espaço do assentamento. Parte das famílias têm se deslocado para os lotes onde fixaram residência e como consequência abandonado a agrovila; outras têm abandonado o lote e permanecido na agrovila com a pequena produção nos quintais e área coletiva. Soma-se aos que tem deixado a agrovila, aquelas famílias que foram residir em outras localidades. Há pelo menos oito assentados em situação irregular, ou seja, os beneficiários originais passaram o direito de uso a terceiros e estes não passaram por avaliação do INCRA para serem substituídos.

É salutar notar que, apesar das investidas quer do Estado, quer dos movimentos sociais, em algum momento, ao menos parte da população assentada retorna ao sistema de moradia em espaço isolado, representado pelo lote de produção no caso dos assentamentos de reforma agrária. Esse abandono à forma, como aqui se designou, é um ponto importante na análise da resistência do camponês na preservação de seu modo de vida.

5.1.3 A aplicação do crédito instalação

A criação do PA Reunidas Cambuí foi realizada em 2002, de acordo com o ano de criação os assentados têm direito às modalidades de crédito: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Semiárido, Aquisição/ material de construção e Recuperação/Material de Construção (as duas últimas extintas), ver figura 17. Apesar de terem direito a acessar tais modalidades os assentados não teve acesso a Recuperação/material de construção, nem Apoio Mulher.

Figura 17 – Crédito Instalação: modalidades acessadas pelo PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia

APOIO INICIAL	AQUISIÇÃO/ MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	SEMIÁRIDO
<ul style="list-style-type: none"> • Acessado em 2003; • R\$ 1.500,00 (4,2 salários mínimos) • Aquisição de alimentos; • Aquisição de gado bovino; • Aquisição de ferramentas (uso agrícola e de construção civil) 	<ul style="list-style-type: none"> • Acessado em 2003; • R\$ 3.000,00 (12,5 salários mínimos); • Construção das casas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acessado em 2006; • R\$ 1.500,00 (4,2 salários mínimos); • Barragens nos lotes produtivos.

Fonte: Elaborado por Irani Soares com base no trabalho de campo.

As modalidades acessadas foram o Apoio Inicial, em 2003 (R\$ 1.500/ 6,2 salários mínimos¹⁷); Aquisição/material de construção, 2003 (R\$ 3.000/ 12,5 salários mínimos) e; Semiárido, em 2006 (R\$ 1.500/4,2 salários mínimos). A modalidade Apoio Inicial foi pago em duas etapas. A primeira, entre julho e setembro de 2003, foi destinada ao pagamento do crédito para trinta e quatro famílias. Entre setembro de 2003 e janeiro de 2004, pagou-se os valores restantes às outras seis famílias. Um período curto para a aplicação do crédito que, segundo ata constante no processo de pagamento, teve a participação dos associados na escolha dos materiais. Essa modalidade foi utilizada para a compra de alimentos, ferramentas e gado bovino.

Fotos 13, 14 – Parte do material comprado com a modalidade Apoio Inicial, PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia.



Fonte: INCRA, 2003.

¹⁷ A equivalência ao número de salários mínimo foi calculada a partir do valor referente ao ano de recebimento do crédito.

Como pode ser observado nas fotos 13 e 14, o material adquirido com o crédito Apoio foi pago quando os assentados, ainda, estavam morando em barracos de palha, ao mesmo tempo em que começavam a receber o material para construção das casas. Na lista de ferramentas constam materiais não agrícolas, principalmente os de uso em construção civil (serrote, arco de pua, colher para pedreiro, balde para concreto, ancinho, trena, lima, dentre outros). Essa escolha de materiais, talvez, tenha sido feita e aceita pelo INCRA, em função da aplicação do crédito Aquisição/ material de construção, que seria o próximo a ser acessado (detalhe na foto 13). Geralmente são os próprios assentados que trabalham na construção das habitações, como o nome da modalidade exemplifica bem, essa é para aquisição de materiais de construção. Não é designado como modalidade Habitação, pois apresenta limitações enquanto política habitacional.

Dentre as ferramentas agrícolas adquiridas com o crédito Apoio, consta a compra de foice, facão, picareta, enxadas, pás, plantadeira manual, carro de mão; e materiais para cercarem os lotes de produção, a exemplo de arames, pregos, grampos, dentre outros. Nota-se que a aplicação do crédito é voltada a subsistência, apresentada tanto com a compra de alimentos, como de ferramentas de baixa tecnologia.

A modalidade Aquisição/materiais de construção foi solicitada em dezembro de 2002 e o valor depositado em novembro de 2003. A aplicação dos valores para a construção das casas foi aplicado em tempo hábil. Iniciou com o depósito do valor, em novembro de 2003 e terminou em fevereiro de 2004. Devido ao valor do crédito as casas são bastante precárias.

Foto 15, 16 – Banheiros de duas casas, PA Reunidas Cambuí, Ibiquera, Bahia.



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2012.

A partir das fotos 15 e 16, pode se perceber que os recursos aplicados não foram suficientes para garantir o mínimo de qualidade na construção das casas. Devido ao valor do crédito, à época R\$ 3.000,00 (12,5 salários), as casas foram construídas sem banheiro, fossa séptica, sem reboco ou pintura, apenas chapiscadas. As casas possuem dois quartos, uma sala e uma cozinha. A falta de condições sanitárias básicas tem reflexo na saúde dessas pessoas podendo ser vetor de diversas doenças, além de apresentar as deficiências no orçamento destinadas a essa modalidade do crédito instalação, já que não garante o mínimo necessário para uma vida digna.

A modalidade Semiárido foi pago em 2006. Devido a escassez de água na região do semiárido brasileiro ou mesmo a baixa qualidade dessa, se aplica o valor dessa modalidade para captação de água para consumo humano. Contudo, havia sido construídas cisternas nas casas da agrovila através do Programa Um Milhão de Cisternas, coordenado pela Articulação do Semiárido (ASA). Dessa forma, os assentados optaram por um projeto de barragem para captação de água da chuva para fomentar a criação de gado bovino. Esse valor pode ser utilizado para a construção de reservatórios de água nos lotes de produção, tão somente, porque a área havia sido parcelada em 2003. Como pode ser constatado que o parcelamento é uma ação de extrema importância para os assentamentos, pois a não realização pode condicionar o planejamento produtivo do PA, além do espacial, como já posto.

De modo geral, a aplicação do crédito instalação, nas suas diversas modalidades, não permite um avanço na produção a partir do uso de tecnologias que facilite o cultivo, colheita ou comercialização. Santos (2012) ao referir ao meio técnico-científico-informacional indica que nem todos os lugares estão conectados a esse meio. As técnicas, a informação e a ciência elas surgem no território de modo seletivo. Contudo, do ponto de vista produtivo, os que possuem as técnicas mais avançadas têm vantagens sob os demais. Nesse sentido, essas técnicas adquiridas pelos assentados, podem ser consideradas ainda, como extensão do próprio corpo (SANTOS, 1985). Dentro do processo da produção com técnicas defasadas é permitido somente a sua reprodução, com vista ao autossustento. Destarte, pode-se considerar esses assentamentos dentro de um meio técnico, apenas.

Foi observado em campo que as áreas plantadas por cada família variam de menos de um ha por família. As ferramentas apresentadas não contribuem para

facilitar e otimizar o trabalho do assentado, antes exige dele grande esforço físico, não possibilitando a exploração de áreas mais extensas do que as exploradas.

Não houve relatos de desvios desses recursos, apontou-se que parte foi repassado para o movimento, em acordo com as normas internas do mesmo.

5.1.4 Percepção dos assentados com relação ao Crédito Instalação

Observou-se em trabalho de campo que os assentados têm uma visão deturpada em relação ao crédito instalação, devido à ausência, ou restrição de informações. Ou mesmo o uso da linguagem mais técnica, usada por técnicos do INCRA, o que pode dificultar a comunicação.

O trabalho de campo indicou que, embora não tenham apresentado planejamento para a aplicação dos créditos nas modalidades acessadas, os assentados do PA Reunidas Cambuí decidiram em que aplicar esses recursos. Foi realizada compra dos materiais de construção usados na construção das casas, em loja escolhida pelos assentados, demonstrando o papel desenvolvido pela associação. Na aplicação de todas as modalidades estiveram presentes os assentados no processo de decisão.

Contudo, o PDSA deveria ser o fio condutor das ações desenvolvidas no PA, constatou-se que a aplicação dos valores foi feita a partir do Plano de Aplicação. Esse não vislumbra um planejamento, apenas a descrição dos objetos a serem realizados a partir desse planejamento. Nesse sentido, a participação dos assentados é importante desde o processo de construção do PDSA até a execução do mesmo. Contudo, os assentados sinalizaram não saber o que é o plano, apenas um disse já ter ouvido falar, mas não sabia dizer do que se trata. O papel dos planos é esvaziado cumprindo apenas um rito burocrático.

Outro problema relacionado ao pagamento desse crédito é que as pessoas não têm sido informadas de como deve ser realizado o pagamento e, muitas vezes nem com relação ao pagamento em si. Por um longo período o INCRA não sabia como iria ser realizada a cobrança desses valores, mas sabia-se que deveria ser cobrado. Apenas com a publicação da NE nº 79 de 2008, foi incluída as regras contratuais estabelecidas no contrato de pagamento desses créditos, porém, sem definição como seriam cobrados e recebidos os valores devidos. Essa norma é posterior ao pagamento dos créditos no caso do Reunidas Cambuí.

Entre os entrevistados apenas dois sinalizaram que sabiam dessa cobrança, sendo que um deles foi coordenador de área pelo MST, o que facilita o acesso à determinadas informações.

Eles falam que nós temos que pagar, o pessoal do INCRA quando vem. Fala que nós tem que pagar, mas eles não falam assim vocês vão pagar quantas parcelas por mês e vai começar tal tempo. Eles dizem que nós temos que pagar, mas não explica nada, como é, como não. (Entrevistado 66, 14/01/2014).

Apesar de saberem do pagamento, não sabem como, nem quando. Explicam que o INCRA não informa. Dois não souberam responder, sendo que um está no PA há apenas três anos em situação irregular, ou seja, não é beneficiário cadastrado pelo INCRA. Os demais acreditam que não paga (75%), que seja um valor à “fundo perdido”, termo usado para investimentos realizados pelo Estado em que não há reembolso do valor investido.

Apesar dos problemas enfrentados e das dívidas contraídas, não só com crédito instalação, mas também com o PRONAF que foi acessado e os assentados estão inadimplentes, pois tiveram diversos problemas com a aplicação desse recurso, os entrevistados acreditam que melhoraram de vida e que hoje estão melhores do que antes de estarem no PNRA.

Embora os assentados avaliem sua condição de vida melhor que antes, reconhecem que sua permanência no campo é possível somente pelo recebimento do valor referente ao programa de repasse de renda, o Bolsa Família. Esses assentados não conseguiram se inserir de forma significativa na produção e comercialização. O PA está dentro do perímetro do semiárido que sofre com secas periódicas, com isso a produção de alimentos é dificultada, ou mesmo inviabilizada em determinados períodos. Soma-se a essa realidade, a falta de manejo adequado ao bioma ao qual estão inseridos, bem como tipos de culturas produzidas (a exemplo do gado bovino). A falta de tecnologias adequadas ao meio e ao tipo de produção é mais um fator impeditivo para a inserção dessa população no mercado produtivo.

Nesse sentido, o uso de técnicas adequadas é imprescindível para a permanência dessa população no campo, sem que dependam exclusivamente de benefícios sociais de governo. Essas técnicas se referem a produção, comercialização, como também de organização social, tendo em vista melhor

gerenciamento das ações enquanto associação de pequenos produtores, e o de garantir mercados e, também melhores preços aos seus produtos.

5.2 PA DOM MATHIAS – IPIRÁ/BA

O PA Dom Mathias está localizado no município de Ipirá. As principais atividades econômicas do município estão ligadas diretamente às atividades rurais. Uma delas é a bovinocultura, principalmente, para a produção de leite. O município desponta, ainda, com a ovinocultura e, com menor expressão, a caprinocultura. A exploração do couro é outra atividade desenvolvida no município, inclusive com indústria de calçados e outros artigos. Dentre as atividades econômicas, o comércio ganha importância no município, com destaque para o comércio dos produtos de couro (IBGE, 2012).

O assentamento dista 202 km de Salvador e 30 km para a sede do município.

Tabela 7 – População do município de Ipirá, Bahia, 2010.

	População Rural		População Urbana	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
Mulher	14.865	49	15.402	53,1
Homem	15.469	51	13.607	46,9
Subtotal	30.334	51,1	29.009	48,9

Fonte: Organizado por Irani Soares com base em IBGE, Censo demográfico, 2010.

Conforme a Tabela 7, da população total do município, 59.343 habitantes, o maior percentual de habitantes (51,1%) está na área rural. Contudo, a ocupação e distribuição da terra revelam algumas contradições.

Tabela 8 – Estrutura Fundiária, Ipirá, Bahia, 2006.

Grupo de área	Estabelecimentos (qt)	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	17	0	0,25	0,00
De 0,1 a menos de 0,2 ha	16	2	0,23	0,00
De 0,2 a menos de 0,5 ha	375	149	5,47	0,06
De 0,5 a menos de 1 ha	456	370	6,65	0,16
De 1 a menos de 2 ha	582	868	8,48	0,37
De 2 a menos de 3 ha	445	1.058	6,49	0,46
De 3 a menos de 4 ha	399	1.364	5,82	0,59
De 4 a menos de 5 ha	393	1.738	5,73	0,75
De 5 a menos de 10 ha	1.025	7.471	14,94	3,22
De 10 a menos de 20 ha	964	13.769	14,05	5,93
De 20 a menos de 50 ha	1.148	37.198	16,73	16,02
De 50 a menos de 100 ha	408	28.792	5,95	12,40

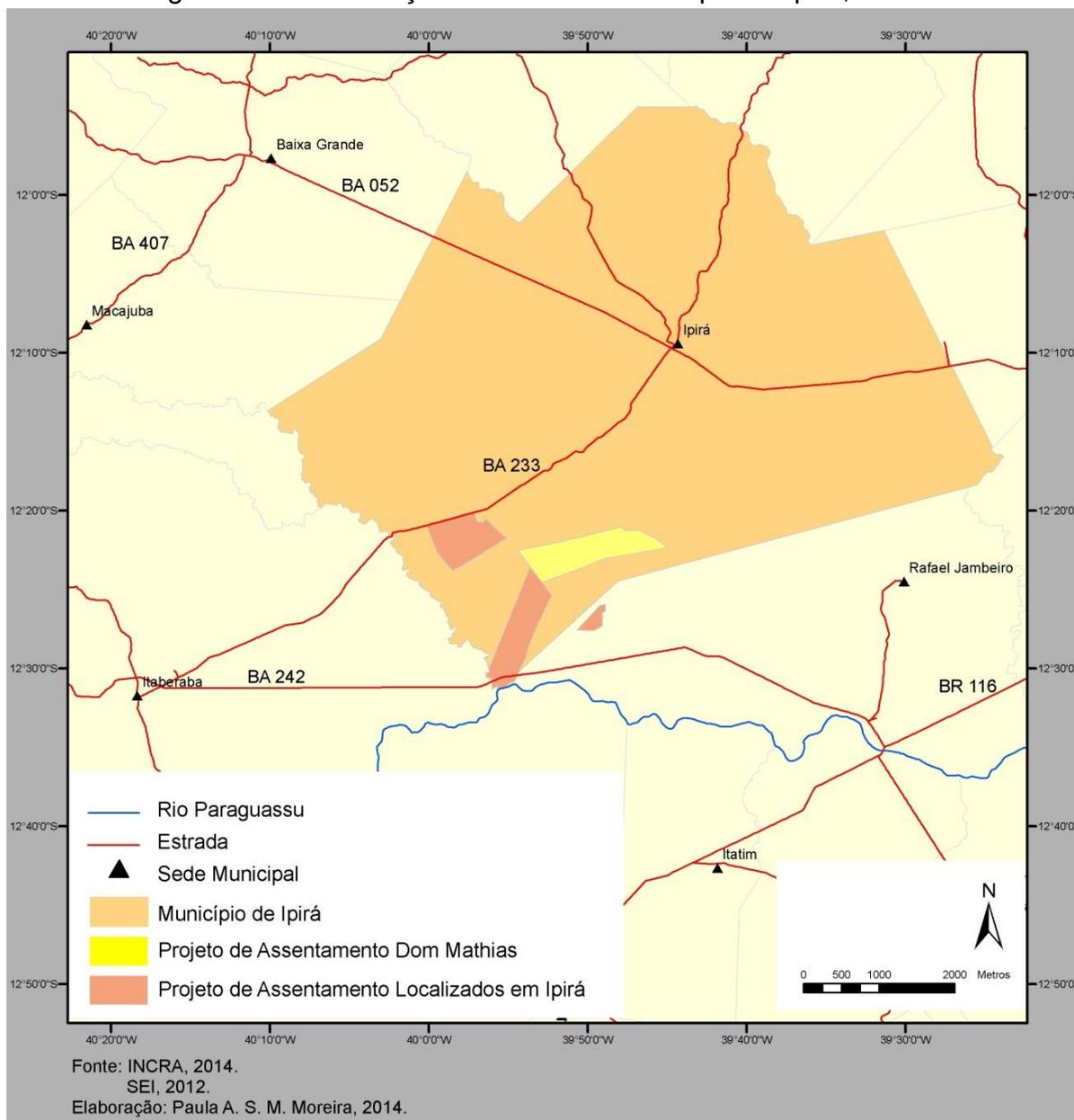
De 100 a menos de 200 ha	181	25.068	2,64	10,79
De 200 a menos de 500 ha	140	43.814	2,04	18,86
De 500 a menos de 1000 ha	52	33.201	0,76	4,29
De 1000 a menos de 2500 ha	16	22.020	0,23	9,48
De 2500 ha e mais	3	15.377	0,04	6,62
Produtor sem área	240	0	3,50	0,00
Total	6.860	232.259	100,00	100,00

Fonte: IBGE, 2006, Elaborado pelo projeto GeografAR, 2011.

Na tabela 8, pode-se observar a existência de estrutura fundiária concentradora no município de Ipirá. Um número considerável de estabelecimentos estão com área abaixo da FMP (2 ha), contabilizando 1.446 estabelecimentos (21%) que ocupam, tão só, 0,50% da área total. As áreas com extensão entre 2 a 10 ha somam 2.262 estabelecimentos (32,9%) e, representam apenas 5% da área. Os que têm entre 10 até 50 ha, 2.112 estabelecimentos (30,7%), ocupam 21,9% da área. Já as áreas entre 50 a 200 ha contabilizam 589 estabelecimentos (8,5%) e ocupam 23,19% do total. As propriedades que têm de 200 a 500 ha, um total de 140 estabelecimentos (2,4%), que concentram 18,8% da área. Os estabelecimentos acima de 500 ha somam 71 propriedades (1%) estendidas por 20,3% do total da área.

Observa-se que a maior parte dos estabelecimentos (5.820) tem área menor que o estabelecido no módulo fiscal, que para esse município é de 60 ha. Os estabelecimentos com área menor que 50 ha representam 84,8% do total dos estabelecimentos e, ocupam apenas 27,4% da área total. Dentre esse total, a maior parte tem área menor que 10 ha e ocupam uma porcentagem mínima da área. Como pode ser verificado na Tabela 8, não há no município uma distribuição equânime de terras, fato que estimula a ação dos movimentos sociais de luta pela terra. Existem no município de Ipirá quatro projetos de assentamentos rurais criados pelo INCRA, conforme Figura 15.

Figura 18 – Localização dos PAs no município de Ipirá, Bahia.



Apesar do PA Sítio Novo estar dentro do território de Rafael Jambeiro consta como do município de Ipirá nos documentos do INCRA. Note-se, a partir da Figura 18, que este PA está bem próximo dos demais implantados dentro do território de Ipirá e mais próximo da sede deste município, o que facilita o atendimento via prefeitura de Ipirá.

No Quadro 5 pode-se visualizar mais informações acerca desses PAs.

Quadro 5 – PAs no município de Ipirá, Bahia.

PA	Nº de famílias	Ano de criação	Área do PA (ha)	Movimento Social
PA Sítio Novo	17	1990	485	Associação
PA Aldeia	84	1997	3.454	CETA
PA 1º de Abril	83	2004	4.288	MST
PA Dom Mathias	100	2005	4.919	Luta Camponesa

Fonte: Elaborado por Irani Soares, com base em INCRA, 2013.

Em acordo com o quadro 5, o primeiro assentamento criado no município foi o PA Sítio Novo, em 1990. Dentre os assentamentos no município apenas o PA 1º de abril é vinculado ao MST. Os PAs Dom Mathias e o PA Aldeia, que iniciaram suas atividades com o movimento CETA, integram hoje o movimento Luta Camponesa. O município conta, ainda, com projetos implantados pelo PNCF.

5.2.1 O processo de criação do PA Dom Mathias

O PA Dom Mathias difere, em alguns aspectos, dos outros PAs estudados. Primeiro, por sua organização espacial, motivo pelo qual a pesquisadora o escolheu como campo de pesquisa. Outro ponto é que este não é um PA organizado pelo MST, mas pelo movimento CETA, ao menos inicialmente, pois, hoje é vinculado ao movimento Luta Camponesa. No entanto, apesar de serem movimentos diferentes podemos identificar, no processo de ocupação e organização, diversos elementos comuns entre organização desse assentamento e a ação implementada pelo MST. Salienta-se que o fato de não ter vínculo com o MST, pode ser considerado como um fator que tornou possível articular a luta pela localização das casas nos lotes de produção, tendo em vista que este modelo é combatido pelo MST.

Quadro 6 – Fases do PA Dom Mathias, segundo a visão dos movimentos sociais.

Fases	Descrição	Ano
1. Escolha da propriedade	Realizada pelo STR. Indicada para avaliação em 1998.	1998
2. Trabalho de base	Esse trabalho foi realizado em conjunto com o STR de Ipirá, com o apoio da Caritas. Foi iniciado após o decreto de interesse para reforma agrária em 2003.	2003
3. Ocupação	A ocupação ocorreu, primeiro na área da fazenda e, logo após, houve uma retirada para propriedade vizinha.	2004

4. Acampamento	Após a retirada da propriedade ocupada, o acampamento foi montado na propriedade próxima onde permaneceu por um ano e cinco meses.	2004
5. Desapropriação	Decreto de 13/11/2003 por descumprimento da função social.	2003
6. Imissão de Posse	A imissão de posse saiu em 29/08/2005, em seguida os acampados retornaram para a área da propriedade e montaram novo acampamento.	2005
7. Criação do PA	O decreto de criação do PA Agropastoril Santa Isabel ocorreu em 01/09/2005	2005
8. e 9. Implantação e Desenvolvimento	O PA possui parcelamento (2008), estradas, recebeu parte dos créditos a que têm direito, recebe assistência técnica via ATES e não possui PDSA.	2005 até atualmente.

Fonte: Elaborado por Irani Soares com base em trabalho de campo, 2013 e 2014.

Como apresentado no Quadro 6, a escolha da propriedade foi realizada pelo STR de Ipirá. Um assentado nos indica como se deu essa escolha:

A escolha da propriedade foi assim, o sindicato já vinha há mais de cinco anos observando, porque a família tinha morrido em um acidente e esta fazenda estava abandonada. O sindicato observou e entrou em contato com o INCRA através da documentação. O INCRA veio aqui e fez a vistoria e aí começou o processo (Entrevistado 42, 19/11/2013).

A indicação da propriedade para vistoria, com vista à desapropriação para reforma agrária foi feita pela primeira vez em 1998. Porém, somente em 2003 começou a articulação para ocupação; exatamente, o período de cinco anos indicado no relato do entrevistado 42. A abertura do processo de desapropriação no INCRA é de 2002. O relatório agrônomo, com base em vistoria realizada em agosto de 2002, classificou a área como grande propriedade improdutivo, portanto, passível de desapropriação. Essa retomada da ação para desapropriação da propriedade pode ser em decorrência da eleição de Lula à Presidência da República, visto que, como posto pelas lideranças do MST, nesse momento era mais fácil organizar as ocupações, devido à esperança que as pessoas depositaram na realização de uma ampla reforma agrária, bem como a expectativa dos próprios movimentos sociais.

O trabalho de base foi realizado entre o período decorrente entre a última solicitação de vistoria, realizada pelo CETA, e ação de ocupação. Nessa ação a

atuação do sindicato, junto com o movimento CETA foi essencial para a mobilização dos trabalhadores e às ações de ocupação, organização e acampamento. Segundo relatos dos assentados o trabalho de base foi realizado pelo STR com o apoio da Igreja Católica. O sindicato foi convidando as pessoas e fazendo reuniões para expor a ação, as reuniões ocorriam no auditório do STR. O assentado relata que:

Eu estava viajando, estava no Sul, aí soube que ia ter um acampamento com o pessoal do sindicato. Uma pessoa do sindicato me procurando lá em casa, aí eu vim. Aí disseram: 'vai sair de quarta pra quinta, pode vim dormir aqui no sindicato', aí eu fui e viemos pr'aqui ficamos lá em cima no Bento, fizemos os barracos e ficamos lá. Demos um tempo e depois voltamos pra fazenda de Dr. Carlinhos, ficamos um bocado de dias dentro da fazenda. Porque a ex-dona ficou caçando problema, [...]. Depois voltamos, ficamos debaixo da lona preta e passamos um ano e tanto e, depois dividiu as terras e cada um pegou seu pedacinho de terra (Entrevistado 34, 19/11/2013).

Assim como esse relato, todos os outros indicam ter sido convidado pelo STR de Ipirá. A ação foi coordenada pelo CETA, porém, a atuação do STR foi de grande importância, pois este sindicato, conforme indicações do ex-coordenador estadual do CETA, sempre foi bastante atuante e goza de prestígio entre os agricultores. Para a ocupação, a estratégia das lideranças à frente da ação foi ocupar a fazenda. Essa ação foi realizada de madrugada, como meio de não chamar a atenção de outras pessoas que pudesse impedir ou dificultar a ação. Outro assentado revela que:

Eu fiquei sabendo do acampamento porque sou filiado do sindicato e o pessoal me convidou. Surgiu o assentamento e mandaram me chamar no João Velho [povoado vizinho], infelizmente não pude vim de noite quando a turma pegou o caminhão e veio pro Bento, aí no outro dia de manhã peguei o cavalo e aqui estou até hoje (Entrevistado 47, 20/11/2013).

A primeira estratégia foi a de ocupar a área conhecida como Bento (área onde está localizada a área coletiva I, Figura 18), que está distante da sede da fazenda aproximadamente três quilômetros. Os acampados permaneceram no Bento durante uma semana apenas. Durante esse período a representante dos herdeiros da fazenda apareceu na área acompanhada por policiais militares, em seguida registrou Boletim de Ocorrência contra a ação de ocupação. Houve tentativa de enquadrar a ação como formação de quadrilhas. Após esse incidente os acampados se dirigiram

à propriedade de Carlos Oliveira (Dr. Carlinhos)¹⁸, onde montaram novo acampamento e permaneceram por um ano e cinco meses. Essa retirada da área foi embasada, principalmente, na interpretação dada ao artigo 2º, § 6º da Lei 8.629/93, que limita a ação de avaliação da propriedade que for ocupada¹⁹. A propriedade onde estruturaram o acampamento fica, aproximadamente, há dez quilômetros da fazenda em questão.

O período entre a ocupação e a desapropriação ocorreu com diversos embates, devido ao fato de a representante dos herdeiros não aceitar a desapropriação. Nesse sentido, ela recorreu a algumas decisões do INCRA, o que levou, em contrapartida, a contra resposta do CETA e resultou no retardamento da ação de criação do PA. O primeiro parecer de 2002 já indicava o não cumprimento da função social da propriedade.

Com relação à ação do INCRA, verificou-se durante levantamento de dados nesse órgão, que foram realizadas mais de uma vistoria no imóvel, sendo a primeira realizada em 2002. No relatório gerado a partir dessa primeira vistoria, consta que os proprietários não cumpriam a legislação ambiental, ocorrendo degradação de APP, erosão em decorrência de práticas de manejo do solo incorretas, havia quatro famílias de trabalhadores na área, totalizando quinze pessoas, sem que houvesse contrato de trabalho. Dessa forma, o relatório indicou que a propriedade não favorecia o bem estar do proprietário e trabalhadores. Portanto, não cumpria sua função social. O imóvel foi classificado como Grande Propriedade Improdutiva, pois, além de não cumprir a legislação ambiental e trabalhista, não atendia aos graus de utilização das terras e eficiência de exploração, em acordo com a 8.629/93 e alterações.

Em junho de 2003, foi entregue ao INCRA, por parte da representante dos herdeiros, pedido de revisão do laudo de vistoria, alegando ser a área produtiva. No mês seguinte foi feita nova solicitação para que fosse desapropriada parte da propriedade, uma área de 2.994,26 ha (60% do total). A área indicada excluía boa

¹⁸ Carlos Oliveira é advogado em Itaberaba, cidade vizinha, é filiado ao PT e tem ligações com os movimentos sociais da região. Inclusive, ajudou algumas lideranças acusadas de formação de quadrilha durante a ocupação. Segundo depoimentos foi o senhor Carlos Oliveira que aconselhou a retirada da área com base no artigo da Lei 8.629.

¹⁹ Lei 8.629/93, artigo 2º, § 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações (incluído pela Medida Provisória 2.183-56 de 2001).

parte das benfeitorias da fazenda, incluídas as que estão localizadas próximas à sede. Em julho do mesmo ano, o movimento CETA, em resposta ao pedido de desapropriação parcial, justifica ao INCRA a necessidade de ser realizada a desapropriação total da propriedade. Para tanto, justifica a partir do número de sem terras que ocupam a área, além de expor que o manejo que os proprietários estavam realizando na área era inadequado, ao tempo em que os mesmos planejavam um manejo adequado do ponto de vista econômico e ambiental.

Em agosto o INCRA emite parecer favorável ao movimento CETA, tendo em vista as condições da área indicada. Na parte oferecida para desapropriação, há pouca água, uma grande área destinada a pastagem e mata nativa (caatinga), e não havia nessa parte da propriedade benfeitorias, com isso o órgão teria um aumento do custo benefício.

Em novembro de 2003, é publicado o decreto de desapropriação da Fazenda Agropastoril Santa Isabel. Contudo, em mais um laudo, este de dezembro de 2003, o Relatório de Estudo Técnico e Viabilidade do Assentamento, conclui que a Fazenda Santa Isabel não possui condições necessárias para o assentamento das famílias, pois, não permite desenvolvimento social e econômico, devido à limitações edáficas, estágio avançado de degradação ambiental, deficiência hídrica, apresentando relação custo/benefício alto para o assentamento das famílias.

À pedido do INCRA, o CETA responde (com base em novo laudo técnico solicitado pelo CETA) que a propriedade apresenta condições para assentamento das famílias, visto que, existe uma adutora que passa na propriedade (solução para a deficiência hídrica), apresenta plano de recuperação da mata ciliar. Ressalta ainda, a localização da propriedade que fica próxima a BA-233 e a BR-242, no sentido à Itaberaba e, BR-324, no sentido Feira de Santana, facilitando o acesso para Feira de Santana, Ipirá e Salvador. Ressalta, também, a existência da indústria de exploração do couro em Ipirá, como possível mercado para venda do couro, uma das atividades que pretendem explorar, segundo demonstram no documento. Do ponto de vista econômico, indicam que pretendem criar ovinos e caprinos e explorar carne, leite e o couro. O grupo expõe que há um projeto de construção de cooperativa que pretende trabalhar com piscicultura, apicultura (construção da casa do mel), avicultura caipira, culturas de subsistência (feijão e milho), plantação de mandioca com beneficiamento através da casa de farinha, dentre outras.

Durante todo esse período de disputa acerca da desapropriação da propriedade, as famílias continuaram acampadas. Nesse período a vida no acampamento acontecia sob a organização do CETA. Era estabelecido um tempo mínimo para permanência no acampamento, já que as pessoas precisavam sair para trabalhar. O assentado explica que:

Ficava mais no final de semana. Na lona você tem o período de 48h pra você ficar, não é preciso você ficar o dia a dia não. Aí podia ficar 48h na semana, cumprir sua guarda, que tinha guarda, ajudar na cozinha. [...] Era bom, divertido, muita gente e, se dava bem com todo mundo. Era mais ruim por causa do sofrimento na lona, quando chovia e, também pela quentura que era. Mas quem estava afim da terra não desistia não. Tinha bastante trabalho coletivo. O trabalho era colocar água, colocar lenha pra cozinha, ajudar as pessoas que chegavam pra fazer barraca, essas coisas. E a gente saía pra garantir o pão, porque ali não era tudo 100%. Tinha horta coletiva pra consumo do pessoal (Entrevistado 53, 21/11/2013).

A partir desse relato é possível identificar alguns elementos da organização instituída nesse período. Porém, não se pode atribuir esses elementos ao CETA, ainda que alguns possam ter relação. Haja vista, que muitas das ações executadas eram frutos das articulações dos dirigentes do PA (que posteriormente fundaram o movimento Luta Camponesa). Um desses elementos relaciona-se tempo de permanência no acampamento, a guarda, como identifica o assentado. Considerando a condição de vida das pessoas houve um relaxamento da condição de permanecer no acampamento, distribuindo o período em que cada um deveria permanecer no caso, dois dias por semana. Entretanto, muitas famílias ficavam em período integral nos acampamentos, ou mesmo, dividiam os membros da família, ficando a mulher e saindo o marido para trabalhar, retornando no final de semana para cumprir seu período, dentre outras situações.

Assim como na organização do MST foi estabelecido trabalho coletivo, um desses trabalhos foi a construção de cozinha coletiva, onde era estabelecida escala de trabalho e, para a execução era definida uma coordenadora por grupo, cada grupo ficava responsável por um dia. Essa ação foi desempenhada pelas mulheres. Essas atividades têm como objetivos a divisão de tarefas, bem como, promover o convívio social. O que possibilita uma aproximação entre as pessoas, que muitas vezes se conhecem no processo de ocupação. Dessa forma, o acampamento assume um papel importante na formação do grupo, com intencionalidades diferentes do MST, que está estruturado num projeto de organicidade bem definido.

Dentro da ação de trabalhos coletivos havia uma horta coletiva, que ficava sobre os cuidados dos homens. Esse plantio de hortaliças era realizado para o autoconsumo dos acampados, não havendo áreas de plantio como meio de arrecadação de recursos para o movimento (ponto em que difere do MST). Havia o pagamento de um valor simbólico (R\$ 0,50 mensais) para o CETA, como meio de ajudar no pagamento de aluguel de casas.

Após um ano e cinco meses acampados em barracos de lona na propriedade cedida por Carlos Oliveira, a Câmara Técnica de Agronomia (CTA), em junho de 2005, pede o arquivamento do processo, dando parecer em acordo com o laudo de dezembro de 2003, que define a propriedade como inviável para a reforma agrária. No mesmo mês é solicitado o desarquivamento. Por fim, é considerado laudo de maio de 2004, neste indica-se a desapropriação pra fins de reforma agrária.

A imissão de posse ocorreu em agosto de 2005, nesse momento os acampados foram instruídos a saírem da propriedade de Carlos Oliveira e reocuparam a propriedade conquistada. Os barracos foram localizados próximos à sede da fazenda (área coletiva II). Nesse momento foram construídos barracos de bloco, diminuindo o incomodo advindo dos barracos de lona. É possível observar nas fotos 17 e 18 os escombros da área onde havia sido construídos os barracos.

Foto 17, 18 – Restos dos barracos construídos após a imissão de posse do PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia.



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2013.

Ao saírem dos barracos as famílias aproveitaram parte do material de construção para utilizarem nos lotes. Os escombros foram, assim, sendo incorporados à paisagem.

A criação do PA ocorreu um mês após a imissão de posse, em setembro de 2005. As pessoas permaneceram acampadas mesmo após o período de criação do PA, saindo dos “barracos” após o parcelamento da área e recebimento do crédito instalação, na modalidade Aquisição/materiais de construção (que só ocorreu em 2009). Três meses após a criação do PA foi fundada a Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, (COOADMI), um dos objetivos era o de representação legal do PA Dom Mathias. Mesmo após a criação do assentamento a organização estabelecida para o período de acampamento continuou funcionando, até o momento em que as famílias foram para os lotes de produção. O período de acampamento funcionou para os assentados como primeira experiência com moradia em espaço comum, servindo de parâmetro no processo de planejamento espacial.

Com a criação do PA, setembro de 2005, o nome registrado pelo INCRA foi PA Agropastoril Santa Isabel, nome da propriedade. Contudo, o movimento CETA, solicitou a mudança do nome para PA Dom Mathias, o nome é retificado em novembro do mesmo ano, atendendo a solicitação do grupo. No documento em que solicita a mudança do nome, as lideranças justificam que o nome foi escolhido desde o período de acampamento. O nome é uma homenagem a Dom Mathias, bispo da Diocese de Rui Barbosa (1976-1992), município próximo à Ipirá, onde o CETA também atua. (Salienta-se a ligação do CETA com a Igreja Católica, principalmente através da Caritas e CPT). O bispo homenageado, segundo o documento, acompanhava a luta do povo pelo acesso à terra na região da Chapada Diamantina. O ex-coordenador estadual do CETA²⁰ explica que a mudança do nome:

Quem solicitou [troca do nome] foi a própria militância, foi uma discussão na área junto com os acampados, com os pretendentes a serem assentados e tudo mais, sobre a questão da mudança do nome até pra tentar descaracterizar o histórico do nome da fazenda, que não era um dos melhores. Uma área de exploração de trabalhadores. Então pra descaracterizar a questão da história da fazenda e também pra homenagear um dos baluartes da luta pela reforma agrária na região indicamos o nome Dom Mathias (ex-coordenador estadual do movimento CETA, 09/09/2014).

A mudança de nome é mais um elemento identificado com o MST, contudo, há diferença com o MST. Essa ação de mudança de nome não é regra, ela está

²⁰Antônio Matos de Souza, conhecido como Toinho, foi coordenador estadual do movimento CETA até 2008, ano em que foi fundado o movimento Luta Camponesa, do qual é coordenador estadual.

relacionada ao nome e história da propriedade conquistada. Em entrevista, o ex-coordenador do CETA complementa que:

[...] a gente deixa bem claro, nós podemos esta indicando [nome]. Mas, tem coisas por exemplos, você tem um assentamento em Marcionílio que chama Pai Simão, que é uma fazenda histórica, praticamente um quilombo, você vai questionar o nome de um assentamento desse? De forma nenhuma. É uma homenagem a uma pessoa que praticamente foi um dos líderes da resistência do quilombo, historicamente na região (Entrevista com ex-coordenador estadual do movimento CETA, 09/09/2014).

Conforme a entrevista, o nome do PA é significativo para o grupo, porém, não necessariamente é dado novo nome ao espaço conquistado, dependendo da própria história da propriedade e do nome a ela atribuído.

No mesmo documento que é solicitado a mudança do nome, solicita-se, também, a redução da capacidade de assentamento para 100 famílias. Importante mencionar que apesar do relatório de vistoria de 2003 indicar que não havia condições necessárias para o assentamento das famílias, devido às condições edáficas e deficiência hídrica, o INCRA ao rever o parecer indica a capacidade de 150 famílias. O que levaria a uma divisão de parcelas minimamente pequenas, algo em torno de 20 ha, não favorecendo a reprodução familiar, tendo em vista estarem em uma área de semiárido. Se a propriedade já apresentava problemas hídricos, dentre outros, o número de famílias deveria ser considerado pelo INCRA a partir dessas condições. Porém, foi o movimento que apelou para a redução da capacidade, considerando os elementos pontuados pelos laudos de vistoria. Pontua-se que no parcelamento do PA foi dividida a área de produção individual em 100 lotes. O parcelamento foi realizado por uma empresa de topografia contratada pelas lideranças do PA em conjunto com os assentados. Foram indicadas 100 famílias para a Relação de Beneficiários (RB). Nos documentos do INCRA consta capacidade para 150 famílias, inclusive na RB.

Apesar do processo de ocupação e acampamento ter sido organizado pelo CETA, após a criação do PA, foi criado o Movimento Luta Camponesa, uma dissensão do CETA. O ex-coordenador estadual deste movimento diz que:

O movimento Luta Camponesa ele surgiu realmente de uma dissidência de alguns integrantes do movimento CETA, ali no ano de 2008, mais ou menos. [...] Algumas pessoas, principalmente ligadas ao assentamento Dom Mathias, ligados ao município de Ipirá, Ruy Barbosa, Iaçu e Marcionílio Souza, não concordavam com algumas posições do movimento de uma forma geral, então resolveram se

desligar do movimento e fundar um novo movimento com características de pensamento que essas pessoas já vinham trabalhando há algum tempo. E que não deu, no decorrer do período, pra se encaixar dentro da política do movimento CETA (Entrevista com ex-coordenador estadual do movimento CETA, 09/09/2014).

O ano de 2008 foi emblemático para o PA Dom Mathias. Houve um acirramento de ideias entre os coordenadores de área do CETA e parte da coordenação estadual. Neste ano foi realizado no PA o parcelamento da área, iniciou a aplicação do crédito Aquisição/material de construção, as lideranças desligaram do CETA e, em articulação com STR, criou o movimento Luta Camponesa. Dentro do PA Dom Mathias havia quatro pessoas ligadas à coordenação do CETA, inclusive o coordenador estadual do movimento. Um dos problemas das lideranças atuantes nesse PA com outras lideranças CETA, segundo relatos, foi com a definição do planejamento espacial que previa as casas construídas nos lotes. Essa ideia não foi aceita por todos os membros desse movimento, defendida apenas pelas lideranças que atuavam dentro do PA. Outro problema pode ter decorrido do fato de que diversos projetos conseguidos através do CETA terem sido indicados para serem implantados neste PA, como resultado o distingue dos demais e confere maior poder político às lideranças que atuam neste espaço.

Foto 19 – Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (COOADM), PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia.



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2013.

Contudo, o acirramento aumentou com a expulsão do então coordenador estadual do movimento CETA. A expulsão ocorreu em uma reunião sem a

participação dos coordenadores que faziam parte do Dom Mathias. Essa expulsão foi considerada como uma retaliação ao próprio assentamento e aos dirigentes que ali atuavam (Entrevistado 76, 14/09/2014). A partir desse episódio é que ocorre o rompimento com o CETA e, conseqüentemente, a criação do Luta Camponesa. Com a criação do movimento Luta Camponesa, os projetos conseguidos no PA são passados para a administração desse movimento, conforme pode ser percebido na foto 19, que aparece a COOADMÍ com o emblema desse movimento.

A dissidência com o movimento CETA provocou mudanças dentro da organização do próprio assentamento. Decorrente dessa dissensão, dentre outros motivos que já vinham existindo com relação ao uso de áreas coletivas e aplicação de créditos do INCRA, foi acirrada uma divisão das lideranças dentro do assentamento. Essa separação culminou com a formação de uma associação, criada pelos que estavam descontentes com a cooperativa. Criou-se, assim, duas entidades representativas no assentamento; a cooperativa representa 71 assentados e a associação, 29.

Contudo, a associação veio a ser fundada somente em 2011, com a interferência do técnico do INCRA designado para pagamento do crédito instalação, que indicou a formalização da separação com a criação de nova associação. Com isso seria possível o pagamento de créditos desvinculado dos cooperados. Contudo, o grupo não conseguiu, até o momento da pesquisa de campo (agosto, 2014), atender às exigências para receberem os recursos em conta própria. Assim, estavam recebendo o valor complementar do crédito Aquisição/material de construção através da conta bancária da cooperativa. Em contrapartida, a cooperativa os colocou para receber os créditos só após a finalização da aplicação dos valores referentes aos cooperados. A interferência do técnico do INCRA, neste caso, não permitiu chegar a uma solução que pudesse beneficiar os assentados, apenas ajudou a acirrar mais as relações que já vinham abaladas.

5.2.2 A organização do espaço no PA Dom Mathias: a resistência ao modelo imposto

O planejamento espacial do assentamento Dom Mathias foi estruturado com vista a atender a diversos objetivos traçados no período de pré-acampamento e acampamento. Esse planejamento foi idealizado pelas lideranças que estavam à

frente da ação de ocupação e acampamento da fazenda Agropastoril Santa Isabel. Inicialmente a proposta era bem diferente de um planejamento de cunho familiar, como representado pelas casas nos lotes,

A princípio nós sonhávamos com assentamento que não tivesse lotes, tipo modelo de fundo de pasto. Só que aí percebemos que não dava certo a formação, talvez até a própria coordenação não tivesse preparada pra isso. Aí beleza, vamos ter lotes, 'mas, serão agrovilas ou casas nos lotes?', fomos pra discussão e chegamos ao consenso que seria casa nos lotes (Entrevistado 76, 14/09/2014).

Com a definição de casas nos lotes o objetivo principal era o de estruturar a produção, contudo outros objetivos estavam incorporados às estratégias espaciais. Na figura 19, pode-se observar as estratégias criadas pelas lideranças para viabilizar o planejamento espacial que tinha como ponto central a construção das casas nos lotes de produção.

Figura 19 – Estratégias para viabilizar projetos econômicos e sociais



Fonte: Elaborado por Irani Soares, com base em trabalho de campo.

Segundo as lideranças do PA, era preciso evitar o fracionamento das famílias, onde parte permanecia no lote e, outra na agrovila. Esse fracionamento tem como resultado a sobrecarga de um dos membros da família, geralmente o pai, com o trabalho no lote. Assim, o foco principal do grupo era avançar a discussão acerca

da produção nos assentamentos. Para atingir o objetivo principal, foram atribuídos outros objetivos. Um desses foi o de criar uma cooperativa. Inicialmente focada na comercialização de produtos em âmbito municipal, a criação da cooperativa tinha como intuito, com o passar do tempo, abranger outras atividades, como assessoria, assistência técnica e realização de convênios com Estado, dentre outras. Assim, outro objetivo constituiu-se em incluir ao processo produtivo (através da cooperativa) outros trabalhadores rurais, não necessariamente ligados à reforma agrária (Entrevista com ex-coordenador do Movimento CETA, 09/09/2014).

Nesse sentido, de modo articulado à organização do espaço, foram traçadas diversas estratégias, conforme expresso na figura 19: 1. A construção das casas nos lotes individuais; 2. O custeamento do parcelamento e estradas internas; 3. Articulação para levar energia às casas nos lotes, com alguns pontos de energia trifásica e bifásica; 4. Viabilizar o transporte escolar e criar espaço para as reuniões dos assentados; 5. Criação da cooperativa; 6. Uso dos recursos individuais, pagos através do crédito instalação, para alocar maquinários de uso coletivo sob guarda da cooperativa; 7. Expansão da ação da cooperativa a todo município e depois outras localidades; 8. Criação de um novo movimento que atendesse aos objetivos traçados pelo grupo. A análise nos indica que as estratégias tinham como intuito ações em longo prazo, o que acabou provocando a criação desse novo movimento. A apresentação das estratégias não segue uma ordem, no sentido do que foi pensado ou concretizado primeiro, essas estratégias estão imbricadas nos objetivos traçados desde o início da ação de trabalho de base, em 2003.

Segundo uma liderança do PA, durante o período em que estavam acampados foram realizados seminários com os assentados para debater a organização espacial do PA. Esses seminários foram realizados com o apoio da CPT de Itaberaba e do STR de Ipirá. E visava planejar a produção, educação, projeto das casas e interligado a esse, a segurança no PA.

Contudo, ainda que atenda às expectativas dos assentados, segundo o entrevistado 29, pode-se inferir que a ideia já vinha sendo articulada pelas lideranças. O que não deixou de representar um avanço e um atendimento ao anseio dos assentados, o plano não diferia, assim, dos ideais dos acampados.

Foi uma decisão do movimento. Uma decisão e uma briga muito forte pra gente conseguir. Porque na Chapada toda não existe um movimento com casa nos lotes. Só a gente [...] na fase de acampamento a gente viveu como em agrovila, então a gente já tem

experiência. Aí a gente achou que não era legal morar em agrovila. Por exemplo, a gente mora em agrovila lá em cima, e meu lote aqui, onde estou morando, pra mim sai de lá e vim pro lote e retornar à tarde do lote pra ir pra casa. A ideia foi do movimento, o pessoal acatou a ideia, foi pra votação [...]. Eu não me sinto isolada aqui. Eu tenho vizinho de um lado, do outro lado, na frente, atrás (Entrevistado 29, 18/11/2013).

Como pontuado no relato, não existe na região assentamento com as casas construídas nos lotes. Destarte, ligado a esta situação, um dos problemas enfrentados para a construção das casas nos lotes foi com parte das lideranças do CETA de fora do Dom Mathias:

Quando nós decidimos que íamos fazer as casas nos lotes e não íamos fazer agrovilas gerou um problema com o CETA. Nenhum assentamento do CETA tinha esse modelo, então eles achavam que não deveria fazer isso, nós deveríamos respeitar os princípios do movimento. Só que nós optamos por respeitar os princípios do assentamento e não do movimento, porque quem ia viver ali era a comunidade [...] só duas famílias apenas não queria que fosse casas nos lotes. Mas depois do processo de trabalho que a gente fez se convenceram que queria (Entrevista 76, 14/09/2014).

Observa-se que com o planejamento espacial começa ocorrer uma disputa de ideias entre as lideranças do movimento CETA. As lideranças do PA Dom Mathias articularam o planejamento do espaço em acordo com os objetivos produtivos e de organização que definiram a partir da realidade local. Essa ação gerou conflito com as outras lideranças do movimento. Outra resistência enfrentada pelo grupo foi com os técnicos do INCRA e os empecilhos burocráticos de dentro do órgão.

Teve resistência dos técnicos do INCRA. Eles diziam que não fazia. Aí o movimento foi pra cima e disse que não queria, que queria no lote, mas teve resistência. Acho que é um dos primeiros, pelo menos aqui na Chapada é o único. Com quatro anos chegou luz, foi difícil não (Entrevistado 42, 19/11/2013).

O discurso proferido pelos técnicos do INCRA, como apresentado no capítulo quatro, não foi alterado no momento de aplicação do crédito instalação na modalidade Aquisição/material de construção no PA Dom Mathias. A indicação do INCRA era para que se construíssem as casas em sistema de agrovila. Para tanto, apelou-se para o discurso da facilidade das benfeitorias sociais, listando os problemas que poderiam ter com as casas construídas nos lotes.

[...] durante muito tempo o INCRA realmente incentivou a agrovila, mas tem outro porém também, nós temos um grande déficit de parcelamento, muitos assentamentos não tem parcelamento, e a

maioria dos assentamentos que recebem o crédito habitação não estão parcelados. Muito difícil você definir construção de casas se você não tem ainda definição do parcelamento. Então garante que se pagava o crédito habitação em agrovila para depois se ter o lote (Coordenador Geral de Infraestrutura e Desenvolvimento do INCRA/sede, 04/07/2013).

O INCRA reconhece que, além do incentivo à organização das habitações em sistema de agrovilas, a não realização do parcelamento é outro ponto que contribui para a perpetuação dessa forma, ao menos nos PAs baianos. O PA Dom Mathias (e o PA Fazenda Esperança) provou que este é um ponto que tem se vencido quando no planejamento dos movimentos sociais se visualiza outra forma de organização das habitações. No enfrentamento do INCRA foi preciso que, estrategicamente, os assentados assumissem os custos para a realização do parcelamento, porém antes outras formas de enfrentamento foram articuladas.

Dessa forma, tendo em vista o debate realizado no PA e os objetivos atrelados à organização do espaço do PA Dom Mathias, as lideranças do PA e os assentados não aceitaram os argumentos dos técnicos do INCRA e ocuparam por quinze dias a Superintendência do INCRA, em Salvador. No processo de negociação as lideranças apresentaram um plano que viabilizaria o transporte, a questão das reuniões e da energia.

Uma das estratégias era buscar o apoio da prefeitura para atendimento de algumas demandas, como escola, atendimento à saúde, construção de estradas, dentre outros, porém, dentro da conformação espacial pretendida. Contudo, como não conseguiram audiência com o prefeito, em dezembro de 2005, logo após o desligamento com o CETA e a fundação da cooperativa, os assentados ocuparam a prefeitura de Ipirá como meio de viabilizar seu planejamento espacial. As pautas entregues solicitava da prefeitura a construção de uma escola dentro do PA, que atendesse os estudantes da 1ª até a 8ª série (a construção da escola só veio a ser realizada em 2010 e somente atendendo o público de 1ª à 4ª série); estradas de acesso ao PA e as estradas vicinais (a estrada de acesso veio a ser construída com convênio com o INCRA e as vicinais foram custeadas pelos próprios assentados); Construção de passagem molhada²¹ (convênio com INCRA); Solicitou-se atendimento médico tanto no povoado vizinho, como no PA (conseguiu centralizar apenas no povoado vizinho); abastecimento de água tratada (a prefeitura

²¹ Obra de travessia em curso d'água onde é possível a passagem de carros, difere das pontes, pois não possuem estruturas de elevação de passagem, mas a água passa por cima da estrutura de concreto.

disponibiliza água com uso de carro pipa, que em períodos mais secos abastecem as cisternas); atendimento à educação infantil e assumir o programa Ciranda Infantil²² (em 2007 a prefeitura assumiu a Ciranda Infantil e em 2010 começou a funcionar uma turma de educação infantil, que funciona na sede da fazenda, esta foi a primeira turma de educação infantil na área rural de Ipirá).

Foto 20, 21 – Infraestrutura Social, Escola e Creche, PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2013.

Observa-se a partir da foto 21, que a antiga sede da fazenda ganhou nova função dentro da organização espacial do PA, sendo aproveitada para funcionar a Ciranda Infantil e a Educação Infantil. A foto 20, já apresenta a transformação do espaço com a construção de novas formas com vista atender as necessidades locais. A escola atende aos alunos do PA e do povoado vizinho, que não necessitam mais se deslocarem para a sede do município.

Na execução do planejamento espacial o parcelamento surgiu como um problema. Como já apontado, o parcelamento é um dos empecilhos para a construção de casas nos lotes. Por conseguinte, no intuito de concretizar o projeto de casas nos lotes, os assentados tiveram que custear o parcelamento da área,

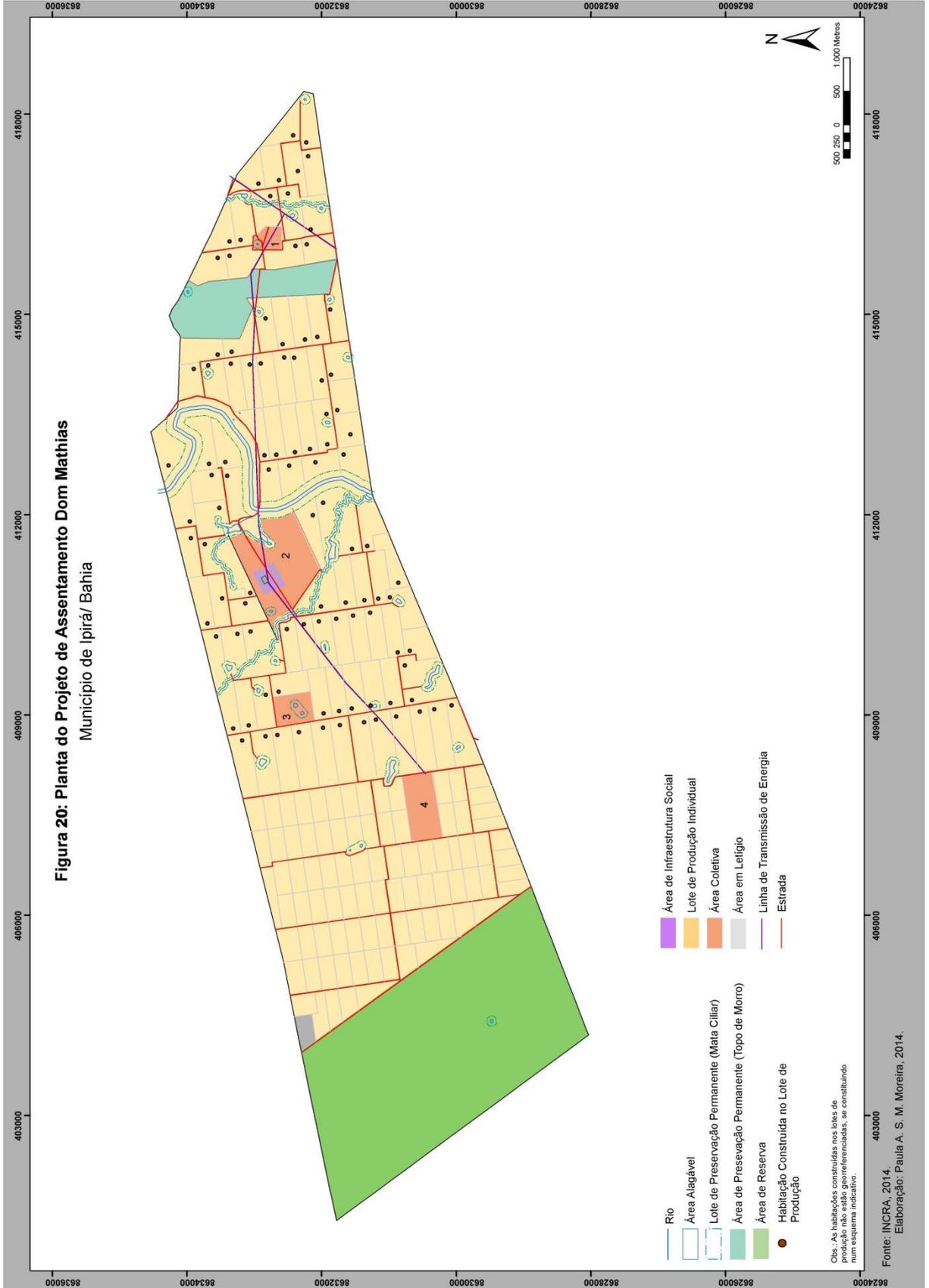
A gente pagou 300 reais pela topografia, cada família. Porque se fosse pra gente esperar pelo INCRA, era pra está dividindo agora, era pra está até agora lá no barraquinho de lona. Em 2007 teve uma mobilização e ficou aprovado que o INCRA ia ter o recurso liberado pra gente em 2012, pra fazer a topografia. Mas, nós nos reunimos as famílias e fizemos a discussão. Aí chamamos uma empresa, que foi aprovada pelo INCRA também, o rapaz veio e fez o valor de R\$

²² Implantados pelo MST como espaço de educação informal, as Cirandas Infantis são reproduzidas por outros movimentos sociais como meio de integrar as crianças no processo de construção do ser sem terra. Nesse espaço se trabalha a ludicidade, criatividade, direitos das crianças, dentre outros, vinculados com a questão da conquista da terra. Esses espaços podem ser itinerantes, como nos casos dos encontros dos sem-terra, como funcionar dentro dos acampamentos e assentamentos.

30.000,00, ficou R\$ 300,00 pra cada famílias. As estradas internas também foi todo mundo que pagou com parte dos recursos (Entrevistado 31, 18/11/2013).

A decisão de custear o parcelamento foi em decorrência de uma reunião com o INCRA, em que foi explicitado que o parcelamento só poderia ser efetuado em 2012. As lideranças do PA já estavam sendo pressionados pelos assentados, que continuava em situação de acampamento mesmo após a criação do PA, ocorrido há três anos. Esse fato colocava em risco o planejamento espacial, pois algumas pessoas já começavam a visualizar a construção das casas em agrovila e se iniciava um momento de conflito, desfavorável para as lideranças (Entrevistado 76, 14/09/2014). Segundo o ex-coordenador estadual do CETA, o parcelamento não foi custeado somente pelos assentados, uma parte foi liberada pela COOADMI. Esse valor foi resultado do dinheiro recebido por aluguel de pasto, na época a área coletiva estava alugada como meio de obter recursos para as ações coletivas.

Imbricado ao parcelamento veio a questão de solucionar o problema da energia elétrica (empecilho colocado pelo INCRA). Em entrevista com o ex-Coordenador Estadual do movimento CETA, este nos revela que as casas foram pensadas para estarem próximas por blocos de cinco, seis casas. Essa estratégia havia sido pensada como meio de aumentar a segurança dos assentados. E a partir dessa proximidade entre as casas, o valor que iria aumentar com a implantação da rede elétrica era insignificante (ver Figura 20).



Além da energia nos lotes de produção era preciso enfrentar outro problema, que era o tipo de energia ofertado no programa Luz pra Todos. Como o tipo de energia monofásica não suporta a utilização de maquinários que consomem uma carga maior de eletricidade era preciso ofertar a energia trifásica que atendia aos objetivos do grupo. Nesse sentido,

Foi uma posição imposta pelo movimento, já que a gente prioriza a questão da produtividade, então a gente exigiu do programa Luz para Todos, que tudo bem poderia ter nas casas energia monofásica, que a gente ainda questiona muito. Porque casa de trabalhador rural não é só pra assistir televisão e usar um liquidificador, que a energia monofásica dá pra fazer. Mas que a gente precisaria, nem que fosse de quatro, cinco pontos de energia trifásica dentro do assentamento (Entrevista com ex-Coordenador Estadual do movimento CETA, 09/09/2014).

Nesse processo de luta os assentados conseguiram que instalassem três pontos de energia trifásica no PA e um de energia bifásica. Esses pontos foram localizados estrategicamente, atendendo aos objetivos traçados pelo grupo (a localização desses pontos pode ser observada na Figura 20). Um ponto está localizado na área coletiva II, onde está o Centro de Formação e o poço artesiano; o segundo ponto está localizado na área coletiva III (conhecida com Mucambo), onde está um curral e onde pretende-se montar a infraestrutura de laticínio, juntamente com condomínio de terminação de caprinos e ovinos; o terceiro ponto fica na área coletiva IV (conhecida como Bento), essa área tem viabilidade para plantio de mandioca e é onde pretendem instalar a agroindústria de fécula de mandioca. Nesse mesmo local está instalado o projeto Casa do Mel; existe ainda um quarto ponto com energia bifásica que está na área coletiva I (conhecida como Mandacaru) esta área é viável à irrigação, pois está próxima de uma adutora.

Como um dos empecilhos apresentados ao planejamento espacial era a oferta de transporte aos estudantes, a solução foi adquirir um ônibus pela COOADMÍ. O ônibus comprado pela cooperativa presta serviço à prefeitura de Ipirá e esta é responsável pelo transporte das crianças do PA e dos povoados vizinhos. As crianças da educação infantil e de 1ª a 4ª séries ficam na escola que fica situada dentro do PA (área coletiva II); os estudantes de 5ª a 8ª, ficam na escola do povoado da Conceição, cortado pela BA-233 e; os demais, que cursam o ensino médio, seguem até a sede do município. O micro-ônibus comprado pela COADIMI não oferece segurança necessária para o transporte dos estudantes, conforme foto 22.

Foto 22 – Micro-ônibus adquirido pela cooperativa para transporte escolar



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2013.

Com relação ao parcelamento do PA foi delimitado quatro áreas de uso coletivo, distribuídas no PA em acordo com os projetos produtivos e sociais, bem como as demais divisões. Na tabela 9, é possível verificar a extensão de cada área do PA Dom Mathias.

Tabela 9 – Delimitação da área do PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia

Divisões	Área (ha)
Área Coletiva I	11,5
Área Coletiva II	126,08
Área Coletiva III	21,01
Área Coletiva IV	46,52
APP (Mata Ciliar)	171,8
APP (Topo de morro)	143,4
Reserva Legal	1.029,2
Área dos Lotes (média de 28 a 34 cada)	3.136,8

Fonte: Organizado por Irani Soares com base em INCRA, 2013.

Dentro da organização do PA, o uso da área coletiva é bastante diversificado. Além da infraestrutura social e produtiva, que estão nessas áreas, tem áreas de pastagem que estão alugadas para os próprios assentados, a um valor abaixo do praticado na região. Havia, nessas áreas coletivas a criação de ovelhas (Programa Sertão Produtivo), porém, com o período de estiagem a cooperativa decidiu fazer a distribuição de animais entre os sócios que tivessem interesse. Em dois anos estes deveriam devolver um filhote para a cooperativa, essa distribuição foi feita em 2012. Depois dessa distribuição ficou decidido alugar as áreas de pasto.

Há, ainda, na área coletiva um campo experimental de plantio de palmas sem espinho, realizada em parceria com a EBDA de Ipirá. Os cooperados que participam dessa ação irão utilizar essas palmas como mudas em seus lotes. Para o manejo do plantio há uma divisão de tarefas entre os participantes.

Com relação ao projeto das casas, foi possível identificar algumas das intencionalidades presentes. Apesar de as lideranças e os assentados optarem pelas casas nos lotes de produção, buscou-se construí-las de modo que permitisse a proximidade das mesmas. No intuito de facilitar a compreensão criou-se uma figura para apresentação das intencionalidades (Figura 21), as quais são explicadas ao longo do texto.

Figura 21 – As intencionalidades na organização das habitações no PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia



Fonte: Elaborado por Irani Soares com base no trabalho de campo, 2013, 2014.

Com o intuito de criar uma aproximação entre as casas foi idealizada a construção em blocos de cinco ou seis, uma das questões era garantir mais segurança e evitar o isolamento.

A ideia era de fazer com que casas ficassem mais próximas umas das outras, a princípio Cesar [que era um dos coordenadores do CETA] pensou em blocos. Mas ela surge nos seminários que a gente fazia de planejamento do assentamento. Inclusive era pensado como

meio de ter mais segurança dentro do assentamento e a forma de você ter vizinhos próximos era uma das estratégias. Não foi possível pela própria geografia dos lotes, tem lugar que não dá pra fazer casa perto da outra, porque os lotes ficaram longes, aí a gente aproximava o máximo possível de outra casa, sempre com a ideia de ficar à 50m das estradas principais (Entrevistado 76, 14/09/2014).

Um dos pontos, como citado na entrevista, era propiciar uma maior segurança para os assentados. A ideia de divisão em blocos apresentada no PA Dom Mathias aproxima-se da ideia de nucleação implantada pelo MST, no sentido de propiciar uma aproximação entre as casas promovendo, ao mesmo tempo, a aproximação com o espaço de produção, evitando o isolamento e contribuindo para um convívio social entre os assentados. Contudo, as intenções diferem. No caso do MST, em linhas gerais, esta intenção está baseada na continuidade da organicidade interna e das linhas políticas do MST; já no Dom Mathias, a intenção está articulada a um projeto produtivo.

Um dos fatores relacionados à localização das casas eram as reuniões entre assentados. No caso do PA Dom Mathias, estas acontecem com dia programado. Utiliza-se como espaço para essas assembleias o Centro de Formação, localizada na área coletiva II, isso no caso dos cooperados; os associados seguem o mesmo modelo, se reúnem uma vez por mês em casa de sócios, pois não detêm espaço próprio para reuniões. Nas duas organizações (cooperativa e associação) o modelo é a assembleia, baseada na votação simples. Diferente do MST, que combate o “assembleísmo”, buscando promover um debate que gire em torno de um consenso evitando, assim, votações.

O resultado desse planejamento espacial é visto como positivo do ponto de vista produtivo e da percepção dos assentados. Entre os entrevistados 100% preferem as casas nos lotes de produção. Ou seja, o modelo atende às expectativas dos assentados. Não foram apresentados relatos que houvesse problemas com a criação de animais de pequeno porte, a exemplo das galinhas, que inclusive é uma das fontes de renda dos assentados. Alguns assentados comercializam ovos de galinha caipira com a cooperativa, esta repassa para a prefeitura de Ipirá através do PNAE. Comercializam, também, a galinha viva e ovos na feira livre do município.

Destaca-se que a criação de animais de pequeno e médio porte, bem como os tipos de cultivos introduzidos, era debatido entre os acampados e lideranças de modo articulado com a organização do espaço e de produção, tendo em vista que a

cooperativa havia sido criada com objetivos comerciais bem definidos. Assim para o assentado:

Aqui nós quebramos um tabu. Porque em reforma agrária não tem casa nos lotes, é agrovila. E nós aqui quebramos esse tabu, só queríamos casa no lote, até porque a fazenda aqui é muito grande, você morar na agrovila e seu lote à dez quilômetros? Já pensou, como é que cria uma galinha, cuida dos animais, você planta. [...] (Entrevistado 46,20/11/2013).

Segundo o entrevistado indica, alguns lotes poderiam chegar a uma distância de 10 km, dificultando o trabalho nos lotes. Isso devido a área total do PA, que é bastante grande e tem uma extensão cumprida, o que dificultaria o trajeto entre casa-lote (conforme figura 20). Essas especificidades foram consideradas no planejamento espacial e produtivo, assim como os tipos de solos e vegetação predominantes na propriedade.

Nesse sentido, para a divisão de lotes foram consideradas duas grandes áreas, uma conhecida entre os assentados como tabuleiro e a outra como carrasco. Segundo observações em campo e entrevistas, no planejamento espacial a área de carrasco foi destinada ao plantio de culturas de subsistência, plantio de pastagem e criação de animais de pequeno e médio porte (alguns criam gado bovino). Nesta parte da propriedade estão os reservatórios de água para a produção animal, já que na parte do tabuleiro a água infiltra, devido o solo ser mais arenoso. Devido às condições edáficas a área do tabuleiro foi reservada para plantio de abacaxi, maracujá, caju, que são culturas que podem ser produzidas de sequeiro, ou seja, não necessitam de muita água podendo utilizar apenas a água da chuva. Nesta área pretendem explorar economicamente os licurizeiros, abundantes no tabuleiro. Os assentados ainda não exploraram esta parte da propriedade, apenas alguns assentados conseguiram cercá-la. Relatou-se que pretendem começar a investir com o recurso do PRONAF.

Dessa forma, para a divisão dos lotes foi considerada essa diferença dos tipos de solos que predominam em cada parte. Conforme pode ser observado na Figura 20, foram parcelados doze lotes inteiros, que fica na área de transição entre o tabuleiro e o carrasco. E oitenta e oito lotes foram divididos, de modo que cada família ficou com uma área em cada parte. As casas estão localizadas na parte do carrasco e nos doze lotes na área de transição, portanto, essa localização foi planejada em consonância ao projeto produtivo, pois as culturas e criações aí

inseridas necessitam da presença do homem com mais constância que da área do tabuleiro. Os lotes ficaram com área em torno de 28 a 34 ha, menor que o módulo fiscal da região que é de 60 ha.

As casas foram planejadas de modo que, além de facilitar a para a implantação de rede elétrica e possibilitar maior segurança para os assentados devido à proximidade das casas, que essas ficassem há uma distância de pelo menos 50m das estradas vicinais, facilitando o deslocamento das pessoas. A partir da análise da Foto 23 pode ver detalhe da proximidade das casas com as estradas vicinais. A Figura 20 é possível visualizar no PA como um todo, a estratégia de aproximação entre casas e essas estradas.

Foto 23 – Localização da casa em relação à estrada vicinal, PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2013.

Além das questões técnicas e produtivas, esse modelo atende às expectativas dos assentados:

Tenho meu maior orgulho de ter minha casa dentro do lote. Pelo menos aqui eu crio meus bichinhos, né? Se fosse em agrovila, meus bichos ficavam à toa, não podia criar uma galinha, um porco, que eu pretendia criar, não podia criar. Não me sinto isolado não (Entrevistado 41, 19/11/2013).

A aproximação da casa com o espaço de produção, mas também o desejo de habitar em espaço com características rurais é bem marcante nas entrevistas. Para esse assentado:

[...] não adianta nada você ter uma casa em agrovila, é a mesma coisa de morar na cidade, é bom pro governo porque vai fazer só aquele focozinho ali, o custo fica menos né, pra água, luz, essas coisas, aqui não, aqui espalhou (Entrevistado 48, 20/11/2013).

O PA Dom Mathias consegue provar que é possível articular o planejamento espacial, o desejo dos assentados e um projeto produtivo, sem, contudo, desvincular de uma organização social e política. Ao contrário, ao serem indagados, os assentados foram unânimes em responder positivamente acerca da participação junto com o movimento em suas ações, o mesmo com participação em assembleias (ainda que, como nos outros PAs a participação nas assembleias é relativamente baixa, as pessoas apesar de frequentar não opinam); no caso dos associados que não se vincularam ao Luta Camponesa, reconhecem a importância da luta, porém, esperam se rearticular com o movimento CETA para dar continuidade ao processo de luta, que afinal, demonstraram compreender que este é sempre contínuo. Os assentados demonstraram reconhecer que os projetos implantados no PA, bem como a própria organização espacial, foram resultado da luta dos assentados em conjunto com as lideranças e que o fim das mobilizações não é positivo para os mesmos. Foram unânimes em pontuar a disponibilidade para as atividades de massas, sinalizando que quando não é possível o titular ir, um dos membros da família vai.

Apesar do planejamento espacial as lideranças conseguiram implantar alguns projetos no PA, demonstrando que é no processo de luta que se conquista direitos sociais. Dentre os projetos está a instalação de um dessalinizador conseguido através da CAR; um Centro de Formação, conseguido através da SEAGRI; um trator, projeto da CAR; três resfriadores de leite, adquiridos junto a SEAGRI; Casa do Mel, através da CAR, dentre outros equipamentos para viabilizar a produção. Soma-se a estes os comprados com o uso do crédito instalação.

O PA Dom Mathias desmistifica a ideia de que as casas nos lotes isola as pessoas e contribui para a diminuição da luta. O próprio parcelamento acaba diminuindo o ímpeto da luta devido a dedicação aos trabalhos no lote, porém é preciso considerar que a área de reforma agrária deve ser espaço de produção sim e, isso deve ser atrelado à própria luta. O Luta Camponesa tem conseguido, dentro dos seus projetos, manter uma coesão entre o grupo vinculado ao movimento e a cooperativa. Contudo, reafirma-se que a organização do espaço neste PA foi idealizada tendo em vista a realidade local e do próprio movimento, o que difere do

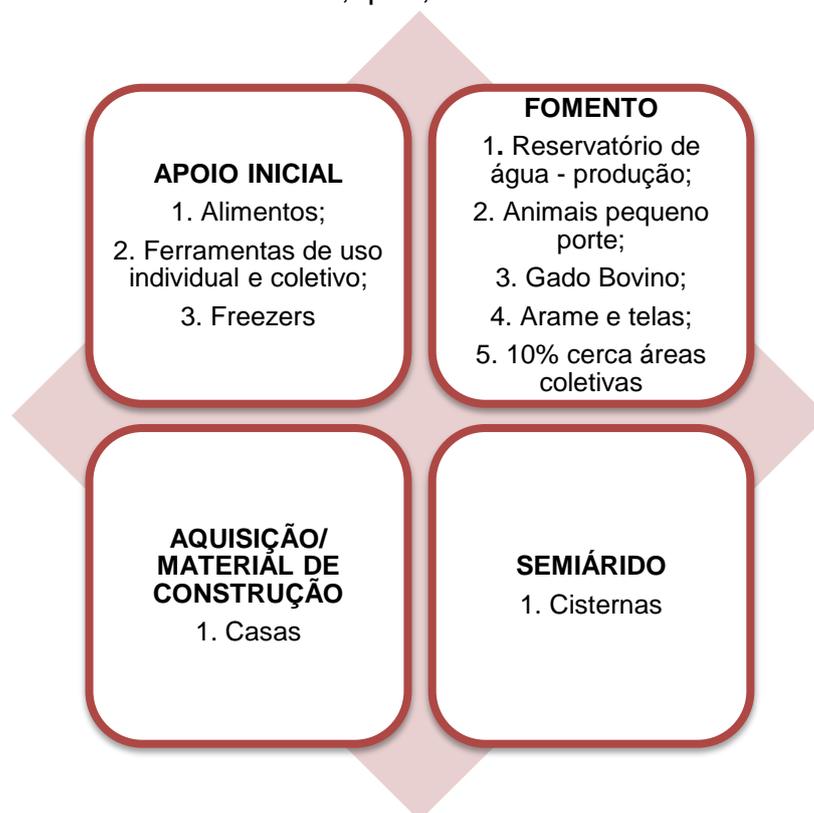
MST que é um movimento de atuação em escala nacional e que, diferente do Luta Camponesa e CETA, possui um projeto de transformação social, com foco na superação do sistema capitalista. O planejamento no Dom Mathias deve ser considerado, também a partir desse viés, do olhar de um movimento que é localizado, circunscrito em uma pequena parte do território.

Dessa forma, pretendeu-se apresentar esse modelo de organização espacial com casas nos lotes por ser uma forma diferenciada dos assentamentos baianos. A intenção era a de colocar em questão as afirmações que desqualificava tal modelo, sem que com isso, desqualifique, por sua vez, outros modos de organização do espaço, já que acredita-se que cada forma espacial deve estar articulada com as intenções que lhe dão sentido. Porém, este deve ser um processo democrático e deve responder aos interesses e expectativas daqueles que irão compor o projeto de assentamento, não podendo servir a manipulações, nem formas de controle social.

5.2.3 A aplicação do Crédito Instalação

O PA Dom Mathias foi criado em 2005. De acordo com a norma do INCRA, em vigor até junho de 2014, os assentados neste PA tinham direito ao crédito instalação nas modalidades: Apoio Inicial, Fomento, Apoio Mulher, Semiárido e Aquisição/Material de Construção. A modalidade Apoio Mulher não foi acessada.

Figura 22 – Crédito Instalação: modalidades acessadas pelo PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia



Fonte: Elaborado por Irani Soares com base no trabalho de campo, 2013, 2014.

O crédito Apoio Inicial foi solicitado em agosto de 2006, porém o recurso só foi depositado em outubro de 2007, ou seja, mais de um ano depois da solicitação e dois após a criação do PA. Com esse recurso, conforme consta no processo de crédito, os assentados adquiriram alimentos (produtos da cesta básica), ferramentas e três *freezers* para uso na mercearia (que funciona na cooperativa) e uso coletivo.

Dentre as ferramentas constam arames, telas, grampos, carrinhos de mão. Cavadeira, machado, galeota, pá, martelo, foice, machado, dentre outras do tipo. Com esse recurso foi adquirido, ainda uma parte de utensílios e maquinários para uso coletivo: balança para caprino; balança digital; enfardadeira; forrageira; pulverizador para uso de agroquímicos; misturador de ração; arado reversível para animal; freezer, dentre outros.

O investimento do recurso em bens de uso coletivo está em consonância com os objetivos traçados pelo grupo. Porém, alguns desses bens adquiridos estão sem uso, pois não atende aos objetivos da pequena produção, o caso do misturador de ração, que seria necessário para uma grande produção. O caso do pulverizador de agroquímicos é outro sem uso e que apresenta uma contradição com o plano de

produção apresentado pelo grupo ao INCRA, no processo de disputa para conseguir a desapropriação da área. Segundo os mesmos, eles visavam trabalhar com produção agroecológica.

Foto 24 – Batedeira de sementes, uso coletivo, PA Dom Mathias, Ipirá , Bahia.



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2013.

A bateadeira de sementes, foto 24, é um dos equipamentos adquiridos para uso coletivo que, todavia, não está em uso. Ele não foi instalado adequadamente. Contribui para a não utilização o período de estiagem, já que não há produção de feijão ou milho no PA.

O crédito na modalidade Fomento foi solicitado em outubro de 2006 e depositado em conta em junho de 2008, um período de um ano e oito meses. Com esse recurso foi comprado arame; pagas horas de trator com a finalidade de construir reservatórios de água para produção animal; animais de pequeno porte e algumas vacas e tela para galinheiro. Em ata de novembro de 2010, constante no processo de pagamento de crédito, os assentados registraram que 10% desse valor deveriam ser aplicados para cercar as áreas coletivas do PA. Essa ação foi realizada com o trabalho coletivo.

A modalidade Aquisição/material de construção foi solicitada em agosto de 2006, o valor depositado em dezembro do mesmo ano. O valor depositado era referente à R\$ 7.000,00 por família. Apesar de ser depositado em dezembro de 2006, o valor só começou a ser aplicado em 2008, isso devido ao problema

enfrentado com o parcelamento da área. Como no planejamento espacial se definiu a construção das casas nos lotes, o valor ficou em conta até a conclusão do parcelamento. Dessa forma a primeira fase da construção das casas e inicia em dezembro de 2008 e vai até outubro de 2009.

Em março de 2010, em fase da IN 58/2010 que altera os valores do crédito instalação, solicita-se complemento de R\$ 8.000,00 (valor da modalidade R\$ 15.000,00). Até o momento da pesquisa de campo, ainda, estava sendo aplicado o recurso do complemento.

Com o valor do semiárido (R\$ 2.000,00) optou-se por construir cisternas, já que o assentamento tem dificuldades para armazenamento de água. O recurso foi solicitado em dezembro de 2008 e um mês depois foi depositado. O recurso foi aplicado antes da construção das casas, o que possibilitou o armazenamento de água feita por carro pipa para servir à construção das casas.

Foto 25 – Casa com cisterna, PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2013.

A foto 25 mostra uma das casas do PA em que o crédito semiárido foi usado na construção de cisterna para uso humano. A casa não está finalizada, foi utilizado o recurso do primeiro crédito, esperando para aplicar o complemento do crédito Aquisição/material de construção.

A aplicação do crédito instalação, nas diversas modalidades, permite uma mudança na organização do espaço, estabelecendo uma nova dinâmica no local,

tanto com a construção das casas que viabiliza a habitação da população no campo, quanto com a compra de equipamentos de trabalho. Quanto aos equipamentos de trabalho a influência no espaço vai depender do nível tecnológico dos instrumentos comprados. Alguns equipamentos permitem pouca alteração, a exemplo do uso de enxadas, picaretas.

O trabalho de campo e entrevistas revelam que os assentados não conhecem as regras dos créditos instalação. Dentro da população entrevistada 85,7% acham que os créditos recebidos não são reembolsáveis, caracterizando-os como “fundo perdido”. Um percentual de 10,8% acha que paga, afirmam que o técnico do INCRA informou que paga, mas que não sabiam como. E 3,5% não responderam. Mesmo as lideranças demonstraram não ter informações claras acerca desse pagamento. Deduz-se que as lideranças, de modo geral, não acreditam que vá ocorrer qualquer tipo de reembolso desses valores, indica ainda que os mesmos não têm acompanhado as discussões que estão ocorrendo referentes aos créditos e as mudanças ocorridas nos últimos meses, tanto referentes ao pagamento, quanto às modificações ocorridas na formatação do crédito.

A falta de informação não é somente referente ao crédito instalação, mas com relação ao processo de titulação da área também, 78,5% dos assentados acreditam que não se paga pelo lote em nenhum momento, a não ser através de pagamento de impostos, isso após a titulação. E o restante ou não sabiam ou não respondeu. Não foi feito questionamento com as lideranças acerca desse tema.

5.3 PA FAZENDA ESPERANÇA – MUCURI/BA

O Terceiro PA analisado está situado no município de Mucuri, localizado no extremo sul baiano, na divisa com o estado do Espírito Santo. A população do município é de 36.026 habitantes, sendo que deste total, 8.534 residem na área rural, ou seja, 23,7% (IBGE, 2010).

Tabela 10 – População do município de Mucuri, Bahia, 2010

	População Rural		População Urbana	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
Mulher	3.927	46	13.913	50,6
Homem	4.607	54	13.579	49,4
Subtotal	8.534	23,7	27.492	76,3

Fonte: Organizado por Irani Soares com base em IBGE, Censo demográfico, 2010.

Comparando os dados da Tabela 10, aos percentuais dos municípios onde estão instalados os outros PAs estudados, conclui-se que reside na área rural de Mucuri um percentual baixo da população. Segundo Almeida *et al* (2008), o perfil populacional foi alterado a partir da década de 1980. Os autores apresentam dados da inversão populacional ocorrida em toda região do extremo sul da Bahia, tendo como principal causa a chegada da indústria de papel e celulose. Com a implantação da silvicultura uma nova dinâmica foi provocada em toda a região. Tanto com relação ao espaço de moradia da população, aumentando percentual urbano e, conseqüentemente, diminuindo o rural; quanto, à modificação da ocupação e uso do solo. Mucuri segue assim a tendência ocorrida na região a qual está inserida.

O cultivo de eucalipto desponta como atividade econômica de maior destaque no município, seguida da bovinocultura. Segundo Almeida *et al*, (2008) toda a área do extremo sul baiano passou por profundas modificações a partir da introdução do eucalipto. Esse cultivo propiciou o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, porém não representou grandes avanços para a população do município e região do extremo sul (ALMEIDA, et al, 2008). Esse aumento do PIB, segundo Almeida *et al* (2008), além das mudanças provocadas na ocupação e uso do solo, gerou problemas para a fauna, flora, recursos hídricos e impactos relevantes para a sobrevivência da agricultura familiar local.

Tabela 11 – Número de estabelecimentos e área (ha) rurais, Mucuri, Bahia, 1960, 1970, 1980, 1985, 1996 e 2006

Grupos de área	Menos 50	50-100	100-500	500-1000	1000-5000	5000-10000	10000 – mais	Total
1960 Nº Estab.	667	501	387	22	18	1	-	1.596
Área	18.227	30.208	65.141	13.664	31.446	5.000	-	163.686
1970 Nº estab.	497	193	132	21	14	1	-	858
Área	12.881	14.555	28.400	15.032	21.458	6.000	-	98.326
1975 Nº Estab	509	219	238	15	21	2	-	1.004
Área	12.186	13.794	46.361	9.838	34.241	12.602	-	129.022
1980 Nº Estab.	262	96	160	25	31	2	-	576
Área	6.167	6.908	36.376	17.342	56.412	11.000	-	134.205
1985 Nº Estab.	347	92	131	31	26	1	-	628
Área	6.183	6.173	28.730	21.061	51.745	6.711	-	120.603
1996 Nº Estab.	100	23	76	21	16	-	3	236
Área	1.782	1.691	17.444	13.919	28.589	-	44.084	107.509
2006 Nº Estab	774	57	88	15	11*	*	*	945
Área	8.863	3.955	19.810	9.646	39.932	*	*	82.206

*O ano de 2006 foi apresentado as propriedades até o limite de 2.500 acima.

Fonte: Organizado por Irani Soares, com base em Projeto GeografAR, 2004.

Conforme Tabela 11, o total da área das propriedades menores que 50 ha e entre 50 – 100 ha, presumivelmente, as destinadas à agricultura, foram diminuindo com o passar do tempo. No entanto, estabelecimentos com áreas maiores que 500 ha foram aumentando, demonstrando o processo de concentração de terras que foi ocorrendo no município.

Essa transformação tem como causa principal o fato da silvicultura ocupar grandes áreas agricultáveis, antes destinadas à agropecuária e às pequenas propriedades com cultivos alimentares (ALMEIDA, *et al*, 2008). O resultado dessa nova dinâmica é o aumento da concentração de terras.

Tabela 12 – Evolução do Índice de Gini, Mucuri, Bahia, 2011

Ano	Índice de Gini
1920	0,849
1940	0,613
1950	0,666
1960	0,573
1970	0,668
1975	0,679
1980	0,73
1985	0,773
1996	0,805
2006	0,855

Fonte: IBGE, 2006, Elaborado pelo Projeto GeografAR, 2011.

A partir da análise do índice de Gini²³ (Tabela 12) é possível observar que a concentração da terra teve um aumento a partir da década de 1980, momento em que se inicia a produção de eucalipto.

Tabela 13 – Estrutura Fundiária, Mucuri, Bahia, 2006.

Grupo de área	Estabelecimentos (qt)	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	1	X	0,10	X
De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-	0,00	0,00
De 0,2 a menos de 0,5 ha	7	3	0,71	0,00
De 0,5 a menos de 1 ha	11	8	1,12	0,01
De 1 a menos de 2 ha	21	30	2,13	0,04
De 2 a menos de 3 ha	23	52	2,33	0,06
De 3 a menos de 4 ha	8	29	0,81	0,04
De 4 a menos de 5 ha	35	165	3,55	0,20
De 5 a menos de 10 ha	483	3.972	48,99	4,83
De 10 a menos de 20 ha	71	999	7,20	1,22

²³ Índice de Gini é utilizado para medir a concentração de uma distribuição, nesse caso propriedade da terra, seu valor varia de zero (perfeita distribuição) à um (máxima desigualdade).

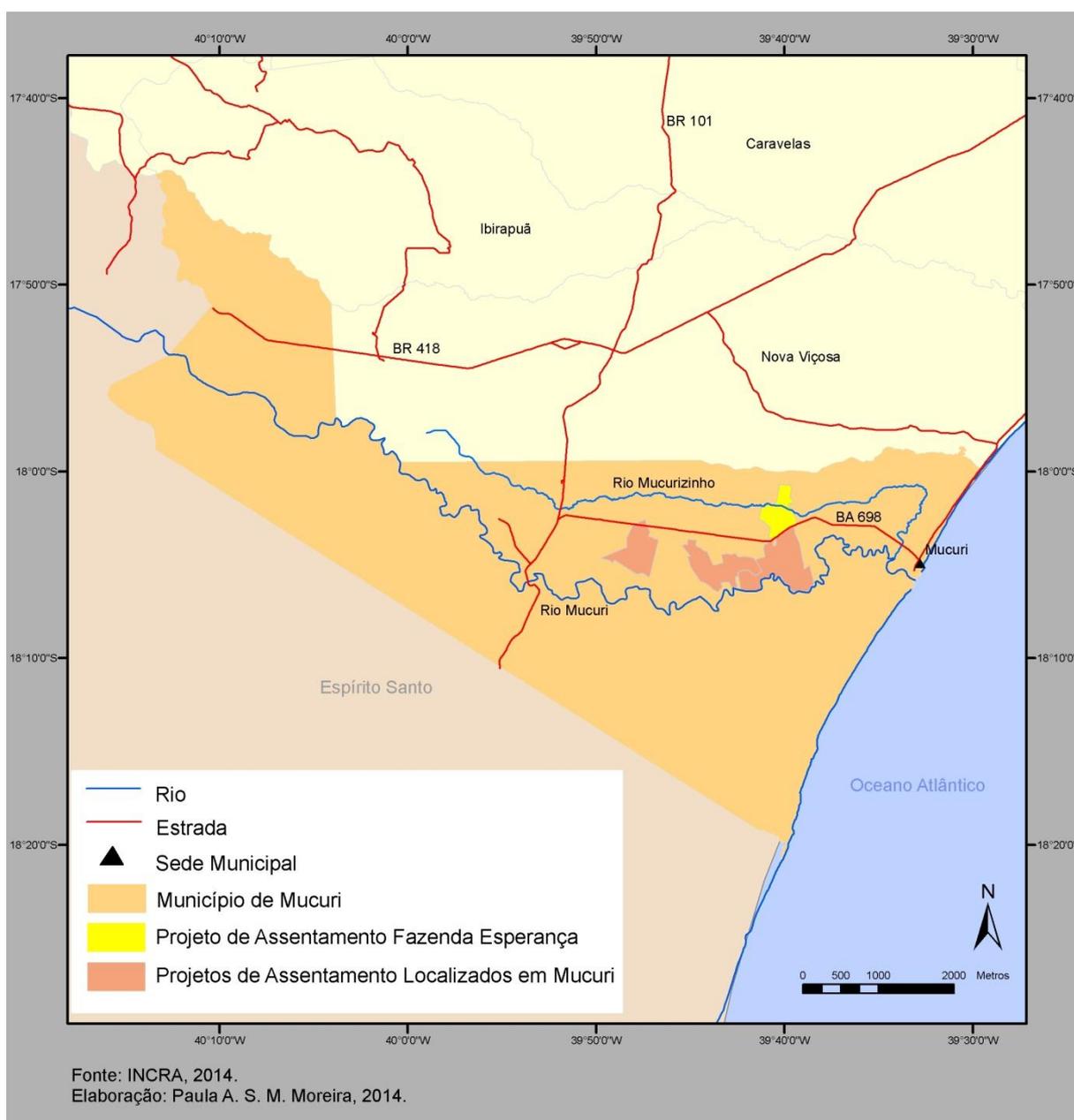
De 20 a menos de 50 ha	114	3.605	11,56	4,38
De 50 a menos de 100 ha	57	3.955	5,78	4,81
De 100 a menos de 200 ha	40	5.433	4,06	6,61
De 200 a menos de 500 ha	48	14.377	4,87	17,49
De 500 a menos de 1000 ha	15	9.646	1,52	11,73
De 1000 a menos de 2500 ha	8	12.125	0,81	14,75
De 2500 ha e mais	3	27.807	0,30	33,83
Produtor sem área	41	0	4,16	0,00
Total	986	82.206	100,00	100,00

Fonte: IBGE, 2006, Elaborado pelo Projeto GeografAR, 2011.

A estrutura fundiária do município de Mucuri, conforme Tabela 13, confirma a alta concentração de terras. As propriedades com área maior que 500 ha ocupam 60,3% da área total do município, com apenas 26 estabelecimentos (2,6%). Entre esses, apenas 3 (0,3%), com área de 2500 ha ou mais, ocupam 33,8% da área total. Na outra ponta, observa-se que 40 estabelecimentos (4,5% da área) possuem área (0,05%) menor que a FMP (Mucuri 2 ha), ou seja, verdadeiros minifúndios, o que não possibilita a reprodução familiar. O maior número de estabelecimentos tem área entre 5 a menos de 10 ha, somando 483 estabelecimentos (48,9%), distribuídos numa área de 4,8% do total. A soma das propriedades com área entre 2 a 100 ha somam 768 estabelecimentos (77,8%), com somente 15,4% da área total.

O MST é o único movimento social de luta pelo acesso à terra que atua no município e conquistou quatro áreas de assentamentos, conforme Figura 23.

Figura 23 – Localização dos PAs no município de Mucuri, Bahia.



A importância da inserção do MST na região vai desde a organização dos trabalhadores rurais sem terra, ou com pouca terra, até o resultado concreto dessa luta, ou seja, a conquista da terra. Sua ação assume papel preponderante frente ao avanço da silvicultura sob as áreas agricultáveis

A criação desses PAs possibilitou que novas áreas voltassem a produzir alimentos e servir à criação de animais, principalmente, de pequeno porte. No Quadro 6, pode-se observar detalhes desses PAs.

Quadro 7 – PAs no município de Mucuri, Bahia.

PA	Nº de famílias	Ano de criação	Área do PA (ha)	Movimento Social
Paulo Freire	100	1998	2.312	MST
Jequitibá	137	2004	1.645	MST
Lagoa Bonita	117	2004	1.420	MST
Fazenda Esperança	83	2004	1.014	MST

Fonte: Elaborado por Irani Soares, com base em INCRA, 2014.

Além dos quatro assentamentos criados, o MST estava, no período de trabalho de campo (novembro de 2013), com dois acampamentos no município de Mucuri. Um, em fazenda de pessoa física; outro, em propriedade da Suzano Papel e Celulose. A área da Suzano ocupada pelo MST tinha como estratégia negociar com a empresa para que essa comprasse outra propriedade para assentar as famílias. O acordo com a Suzano era para assentar 700 famílias, contudo, segundo entrevista com articuladora política do MST/Chapada, pouco mais de duzentas famílias foram assentadas. A propriedade negociada com a Suzano fica no município de Ibirapuã, divisa com Mucuri. O outro acampamento não obteve sucesso e as famílias, ou foram para o PA criado em negociação com a Suzano, ou ocuparam lotes desocupados dos outros PAs, ou desistiram. Ressalta-se, que esse PA negociado com a Suzano Papel e Celulose fortalece o MST na região e contribui para a correlação de forças.

5.3.1 O processo de Criação do PA Fazenda Esperança (ou PA Zumbi dos Palmares)

A criação do PA Fazenda Esperança foi efetivada em conjunto com outros dois PAs. Sendo que, os assentados dos três assentamentos fizeram parte de um único acampamento, resultando na desapropriação de três áreas em 2004, conforme Quadro 8. O acampamento foi realizado na Fazenda Esperança, que resultou no projeto pesquisado. Assim, as histórias dos três PAs se confundem por ser o mesmo processo de luta, contudo, aqui é destacado o PA Fazenda Esperança por ser o campo de estudo.

Quadro 8 – Fases do PA Fazenda Esperança segundo visão dos movimentos sociais

Fases	Descrição	Ano
1. Escolha da Propriedade	A escolha da área ocupada foi feita pelas lideranças do MST, a propriedade avistada era propriedade da Chesf e Eletrobrás.	2002
2. Trabalho de Base	Foi realizado pela militância da frente de massas, o trabalho de base em Mucuri; as pessoas foram repassando, chegando a Teixeira de Freitas, Espírito Santo e outras localidades a informação sobre a ocupação.	2002
3. Ocupação	A área foi ocupada por 800 famílias. Houve uma retirada e pouco tempo depois a área foi reocupada.	2002
4. Acampamento	O acampamento seguiu o modo de organicidade do MST. Durante o período muitas famílias desistiram.	2002-2004
5. Desapropriação	Laudo de vistoria definiu a área como Grande Propriedade Improdutiva. Parecer pela desapropriação por interesse social para reforma agrária.	2003
6. Imissão de Posse	Imissão de posse em 05/10/2004.	2004
7. Criação do PA	Ato de criação em 07/10/2004 com capacidade para 102 famílias, publicado em 21/10/2004. Retificado em 07/10/2004 a capacidade para 83 famílias e publicado em 29/07/2005.	2004
8. e 9. Implantação e Desenvolvimento	O PA recebeu crédito Apoio e Habitação, está parcelado e com estradas; se encontra em fase de desenvolvimento. Recebeu parte dos créditos a que tem direito. Não possui PDA e tem assistência técnica através do programa de ATES, desde 2009.	2004 até atualmente.

Fonte: Elaborado por Irani Soares com base em MST, 2013; trabalho de campo 2013.

Para a ação de ocupação, a ideia inicial era ocupar dez propriedades da Suzano Papel e Celulose na região do extremo sul. Contudo, as lideranças à frente analisaram melhor a conjuntura, as derrotas que haviam tido em outros acampamentos no município e em áreas da Suzano, o apoio que a Suzano teria perante à sociedade e com isso no dia da ocupação mudaram a estratégia. Um dos pontos repensado foi com relação a localização da propriedade, próximo a BA-698, o que daria visibilidade à ação. A propriedade ocupada havia sido comprada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás), o que foi avaliado como positivo pelo grupo. A área, antes de ser comercializada, era destinada à criação de gado bovino, com a compra pelas empresas o objetivo, segundo a coordenadora da Brigada à época, era implantar projeto de silvicultura (durante um tempo que compreende a intenção de

venda até a venda em si, a área estava sem nenhum tipo de produção o que viabilizou a desapropriação).

Como ali era uma área do governo a gente resolveu montar o acampamento do Zumbi. Aquela época era muito fácil, era a época do primeiro mandato de Lula. A gente tinha uma facilidade enorme de montar acampamento, porque as pessoas tinham a esperança de que Lula vindo pro governo as áreas seriam desapropriadas (Entrevista com ex-coordenadora da Brigada de Mucuri, 30/08/2014).

A então coordenadora, conta que na região era muito difícil conseguir implantar projetos, pois, com a produção de eucalipto os preços das terras aumentaram bastante e as áreas eram consideradas produtivas. Portanto, era preciso aproveitar a oportunidade e como relata a ex-coordenadora, era um momento em que organizar as ocupações era mais fácil, devido à esperança depositada no governo do PT, especialmente, com a eleição de Lula.

Quando é avistada propriedade passível de desapropriação, em local de interesse do movimento, se inicia o trabalho de comunicação e convite a possíveis interessados. Esse trabalho é realizado antes da ocupação. O trabalho de base é realizado pelos militantes da frente de massas, que buscam informar ao maior número possível de pessoas da ação a ser empreendida.

O pessoal quando faz acampamento pega as pessoas e manda pras ruas, pros lugares, chamando as pessoas pra vim pra terra. Aí passou lá em casa quando eu morava em Cruz da Mata e, eu botei meu nome na lista lá, que eu estava precisando de um pedacinho de terra. E aí veio com a família, a mulher ficou e eu ia trabalhar e vinha todo final de semana (Entrevistado 15, 08/11/2013).

Os militantes fizeram o trabalho de base, segundo os relatos dos assentados, nos municípios de Mucuri, Teixeira de Freitas, tendo mesmo uma pessoa que estava em Belo Horizonte sido convidada a participar da ação. Houve pessoas do estado do Espírito Santo, dentre outras localidades. Além do papel dos militantes da frente de massas, ocorre ainda, a comunicação entre os interessados, que vão repassando a informação. Alguns dos participantes, hoje assentados, relatam que saíram dos seus empregos na expectativa de conseguir um “pedaço de terra”. Entre esses estavam trabalhadores de empresas agrícolas da região, como a Suzano Papel e Celulose. Um dos locais para realização do trabalho de base tem sido a sede da cidade, isso considerando o argumento de que muitas pessoas que lá se encontram foram expropriadas da terra ou são filhos de expropriados sendo,

portanto, visto pelo movimento como um público legítimo. A ocupação, nesse sentido, pode ser considerada como processo de recriação do campesinato (FERNANDES, 1999).

A ocupação foi realizada em 2002, com uma média de 800 famílias, houve uma retirada do local, pois, foi-lhes comunicado que havia uma reintegração de posse a ser cumprida, isso pouco tempo após a ocupação. O que motivou as lideranças à frente da ocupação, estrategicamente, solicitarem a retirada dos ocupantes da área. As pessoas ocuparam então uma área do assentamento Paulo Freire, um assentado cedeu parte de seu lote onde ficaram acampados. Com a saída das famílias não houve reintegração a ser cumprida, a coordenadora da brigada à época, conta que a polícia não chegou a ir à área. Dois dias após, o grupo reocupou a propriedade e permaneceram acampados até a desapropriação (Entrevista com ex-coordenadora da Brigada de Mucuri, 30/08/2014).

Nesse processo de ocupação, geralmente, se avoluma um número de famílias maior do que a capacidade da área a ser desapropriada. Além das desistências daquelas famílias que não suportam o período de privações e, algumas vezes, despejo e violência, seja por parte dos proprietários ou do Estado, principalmente da ação militar, a ação acarreta em duas consequências pelo menos. Uma dessas consequências é que as famílias que não forem selecionadas para comporem o projeto de assentamento deverão, preferencialmente, ser remanejadas para outras áreas passíveis de desapropriação. Outra é que, se deve assentar o maior número possível na área conquistada. Caso assim não seja, a ação do movimento pode perder credibilidade, pois não é capaz de cumprir com aquilo a que se propõe. Porém, isso traz como problema a dimensão dos lotes, que são bem abaixo da medida do módulo fiscal.

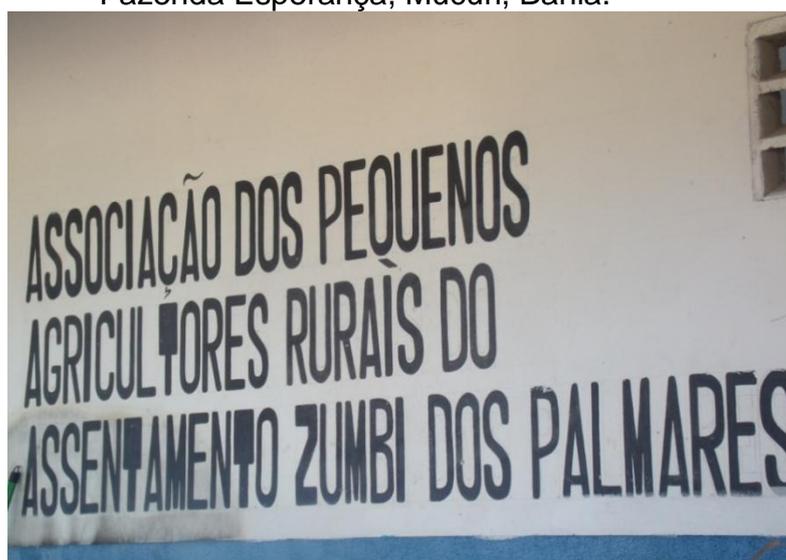
Nesse sentido, parece não haver preocupação com a dimensão da área. Geralmente, ao se realizar o parcelamento da área opta-se por dividi-la de modo que consideram o módulo rural, não considerando o módulo fiscal, criando quase minifúndios. Não foram identificadas reivindicações por parte desse movimento acerca do tamanho das parcelas. Contudo, essa é uma responsabilidade do Estado ao realizar a criação do PA.

A partir da análise do processo de criação do PA Fazenda Esperança, pode observar como alguns elementos da organicidade do MST (principalmente no período de acampamento) foram sendo introduzidos no intuito de estruturar a

organização do grupo, segundo os princípios do MST. O acampamento é uma fase de grande importância para o movimento, como já posto, pela formação da identidade de sem-terra e da organicidade interna do MST. O assentamento segue dentro dessa organicidade, como pode ser constatado.

O primeiro elemento destacado é em relação ao nome do PA. Conhecido no município e entre os assentados como PA Zumbi dos Palmares, o PA Fazenda Esperança (nome da propriedade desapropriada e assim registrado pelo INCRA no ato da criação), não teve seu nome modificado legalmente. O nome utilizado, mesmo para acesso às políticas públicas, é PA Zumbi dos Palmares (a referência legal para acesso às políticas públicas é feita através da associação). Na foto 26, aparece o nome, dado pelo MST e assentados ao PA, à frente da agroindústria de fécula de mandioca, construída no PA pela CAR.

Foto 26 – Detalhe da frente da agroindústria da fécula de mandioca, PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia.



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2013.

Ao criar a associação escolheu-se fazer alusão ao nome dado pelo grupo ao PA, ficando registrada como Associação dos Pequenos Produtores Rurais do **Assentamento Zumbi dos Palmares**. Apesar de não terem solicitado a mudança do nome junto ao INCRA, importa aqui analisar o significado que recebe pelos assentados e MST. Relacionado à resistência e à luta do povo negro pela liberdade e pelo fim do regime escravagista, o nome Zumbi dos Palmares responde ao ideal do MST ao atribuir novo significado ao espaço conquistado. O grupo leva esse nome desde a fase do acampamento. Importante frisar que a discussão acerca do nome do PA, nesse caso, foi realizada entre os assentados e lideranças que resultou na

criação dos três PAs. Na discussão o nome ficou decidido que seriam nomeados como: Assentamento Zumbi dos Palmares (PA Fazenda Esperança); Quilombo I (PA Jequitibá) e Quilombo II (PA Lagoa Bonita). A discussão do nome, como pode-se observar, interliga a história dos três assentamentos a partir da ideia central da resistência, proposto na recuperação da história do povo negro.

Outro elemento identificado foi a plantação de roças coletivas, realizadas para auxílio financeiro das ações do movimento, conforme afirmam alguns assentados. Ao ser indagado acerca da realização de trabalhos coletivos, o assentado explica:

Como era o trabalho coletivo? Fazia roça, tinha que capinar de enxada pra fazer roça. A gente fazia o coletivo, só que a gente não via esse dinheiro de coletivo quando vendia não. A gente só tinha o trabalho de fazer as roças, arrancar mandioca, carregar caminhão e ninguém via um centavo na mão. Vendia os caminhões [mandioca] pras farinheiras (Entrevistado 22, 10/11/2013).

Não obstante, a realização das roças coletivas trouxe alguns problemas, tendo em vista que os acampados esperavam por participação nos valores recebidos pelas lideranças com a venda dessas roças. Conforme o relato do entrevistado, o cultivo de mandioca era destinado à arrecadação de dinheiro para o movimento e, após a colheita, era vendida para produtores de farinha da região. Esse depoimento demonstra o descontentamento de diversos assentados, pois foi combinado com o coordenador de área da época, que os valores seriam divididos. Contudo, esse não cumpriu o acordo. Segundo outro assentado:

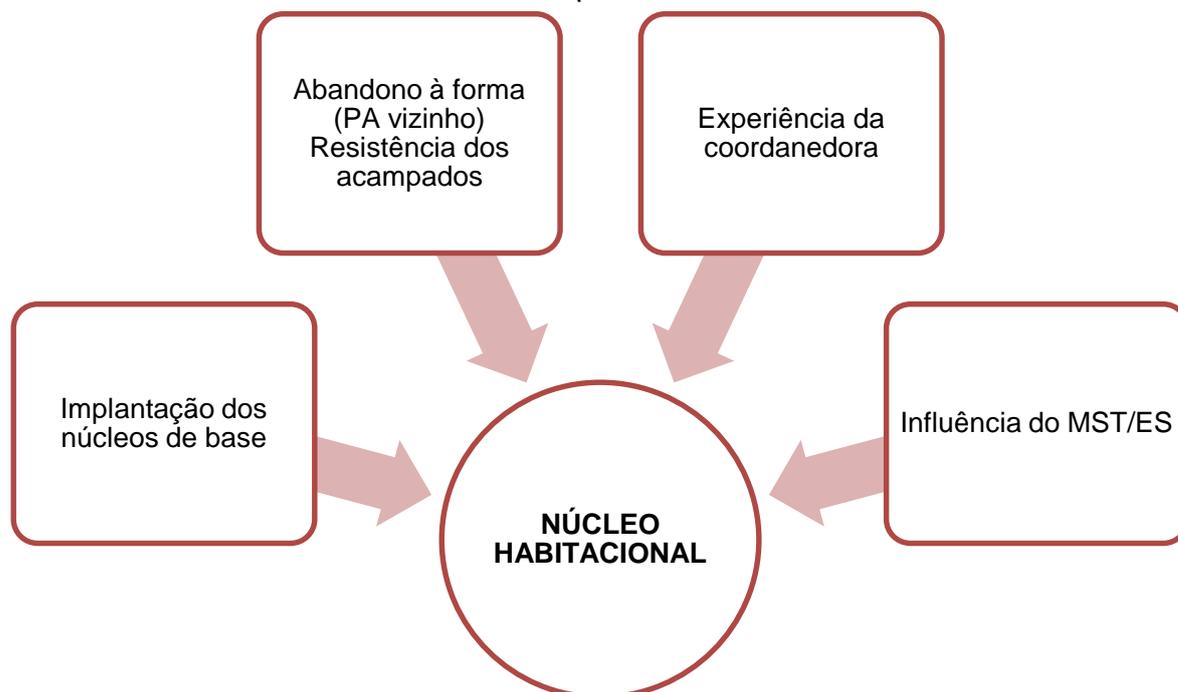
Quando a gente está acampado sempre que o movimento tem que fazer muita mobilização, sabe que gasta muito, então é uma coisa. Quando a gente está acampado é uma coisa que a gente não se preocupa muito. Mas, depois de assentado é problema. Por isso depois de assentado não compensa ter coletivo [...] De coletivo não participo não (Entrevistado 23, 10/11/2013).

Essa fala corrobora com a percepção do movimento de que depois de assentados o processo de luta torna-se mais complicado, pois as pessoas já não se dispõem como antes. Após assentadas as pessoas buscam dedicar-se mais ao trabalho no lote de produção, o que é visto como perfil individualista, que se busca combater. Nesse sentido, o MST implementa diversas estratégias a fim de organizar novas formas de produção, as atividades coletivas e as cooperativas são exemplos disso, entretanto, muitas fracassam pela resistência dos assentados. Porém, a atitude de algumas lideranças pode intervir negativamente para a manutenção, ou

mesmo, implantação de iniciativas coletivas, como o que ocorreu com as roças coletivas, bastante criticadas.

O período de acampamento foi imprescindível para promover o debate acerca da organização do espaço e da produção no PA. Esses são, também, elementos vinculados à organicidade do MST. Identificou-se alguns elementos que facilitaram a implantação do projeto espacial do PA Fazenda Esperança, conforme figura 24.

Figura 24 – Elementos que possibilitaram a conformação espacial do PA Dom Mathias, Ipirá, Bahia



Fonte: Elaborado por Irani Soares com base no trabalho de campo, 2013, 2014.

Havia certa resistência por parte dos acampados com relação a agrovila devido à experiência com o PA vizinho, experiência esta compartilhada com a coordenadora da Brigada à época. Uma das estratégias para essa ação foi contratar uma empresa de topografia, vinculada ao MST do Espírito Santo. De modo articulado com a organicidade interna, foi feito o debate com os acampados no intuito de implantar o “novo” modelo nos assentamentos baianos. Ressalta-se que esse debate foi promovido em conjunto com os acampados que vieram a ser assentados nos três PAs criados em 2004.

Então, na época nós contratamos uma empresa, que inclusive é do movimento, que é lá do Espírito Santo. Uma empresa de topografia. E eles têm toda uma equipe que faz esse debate de organicidade, que é uma empresa mais direcionada. Não de ir só lá e medir o lote, mas como é que produz, né? Aí na época já tinha essa experiência,

aí nós trouxemos o pessoal de lá pra nos apresentar como seria esse negócio da moradia em grupo. Foi a partir daí que começamos a fazer esse debate de como seria a questão da moradia nos assentamentos. E também levando em consideração que lá são áreas que são muito planas, né? Então era favorável fazer essa questão da moradia em núcleos. Porque as pessoas não iam ser prejudicadas no processo da divisão de lotes (Entrevista com ex-coordenadora da Brigada de Mucuri, 30/08/2014).

O relato da ex-coordenadora da Brigada transparece a intenção do MST/local em implantar a forma de organização espacial a partir dos núcleos de habitação, como havia resistência por parte dos acampados com relação à agrovila esse momento era propício para o movimento iniciar na Bahia a experiência da nucleação. Essa organização, considerando a realidade local, parte geralmente das lideranças à frente do acampamento. Quando as lideranças convocam para o debate já têm o perfil do planejamento espacial, esse debate é direcionado, realizado mais para explanação e argumentação da forma já definida. O assentado relata que,

Agrovila se fosse fazer hoje aqui ninguém aceitava. Cada qual em seu terreno é melhor que agrovila [...] Desde o acampamento, ai já foi 'como é que vocês querem'. Aí fazia reunião com a gente, **mostrou as inteligências** pra gente lá em reunião, a gente achou que estava certo. As inteligências assim 'se vocês tiverem em seus lotes é melhor ou vocês vão pra agrovila, pensa bem assim cada qual fazer núcleos e participar dos núcleos' (Entrevistado 22, 10/11/2013, grifos da autora).

O modo como se estrutura essas reuniões permite aos assentados a sensação de que de fato participam do processo decisório, contudo, em seus relatos apontam as intenções presentes em cada ação. Em entrevista, outro assentado expõe sobre sua percepção:

Não sei se isso fez parte, mas desde o acampamento, sempre nas assembleias e reuniões que tinham, eles sempre falavam se a gente preferia a casa na agrovila ou, cada um no seu lote. E sempre nós lá no acampamento nós discutia só isso, nossa casa no lote. E Deus ajudou que deu certo, agora não sei se isso aí fez parte ou, se eles já estavam pra fazer mesmo (Entrevistado 15, 08/11/2013).

Percebe-se que há um direcionamento da discussão a fim de atingir o que já está planejado, ao mesmo tempo em que dá aos acampados a sensação de participação. Todavia, o fato de ser o MST que define a organização do espaço não anula os avanços, ou retrocessos, em termos espaciais e econômicos que possam advir de cada forma espacial. O debate foi marcadamente realizado pelo MST, não foi demonstrado nas entrevistas participação do INCRA nesse momento.

Do total das 800 famílias foram assentadas 332, distribuídas nas três propriedades que estão em áreas próximas. Segundo a coordenadora da Brigada à época, muitos acampados desistiram no processo de luta. O que acabou contribuindo para a seleção das famílias.

[...] Assim, foram 800 [famílias] no processo de acampamento, aí no processo, acho que passamos ali uns oito meses, um ano, as pessoas iam muito desistindo né, na hora da seleção mesmo, nós conseguimos assentar na época esse grupo [332 famílias] (Entrevista com ex-coordenadora da Brigada de Mucuri, 18/09/2013).

No entanto, somam-se aos desistentes, os que são excluídos pelo movimento por má conduta, não aceitação da organicidade do MST, entre outros motivos; e ainda, os que são impossibilitados legalmente por serem, ou por já terem sido, beneficiários de programa de reforma agrária, ter o nome na dívida ativa da União, problemas com documentação, dentre outros.

Foi identificado que durante o período de acampamento implantou-se os núcleos de base. Eram formado grupo de dez famílias onde dois membros, um homem e uma mulher, assumiam a coordenação do grupo. Após a criação do assentamento, acrescentou-se à organicidade já instituída, a implantação da coordenação de área, a coordenação das Brigadas, articuladas à coordenação regional, que por fim está ligada à coordenação estadual (escala estadual). Os PAs localizados em Mucuri foram uns dos primeiros PAs na Bahia a implantar essa organicidade. Esses são importantes elementos da organicidade do MST, com vista a formação de militantes e lideranças e a efetivação das linhas políticas do movimento.

Dessa forma, o núcleo habitacional serve melhor ao modo organizativo do MST, no sentido de atrelar o núcleo de base ao núcleo habitacional. O primeiro sendo instituído no período de acampamento serve para dar coesão na formatação espacial com a construção dos núcleos habitacionais, formando cada núcleo habitacional a partir dos núcleos de base já existentes. Por sua vez, após a implementação do planejamento espacial, a conformação dos núcleos habitacionais poderão servir a manutenção dos núcleos de base criados. Dessa forma, integra os núcleos a partir das relações criadas no período de acampamento e, também, da proximidade criada na organização do espaço de habitação.

A comunicação é um elemento importante na organicidade do MST. Assim, a proximidade entre os PAs é um facilitador da organicidade. Em Mucuri, conforme

Figura 23, o MST conseguiu que o INCRA implantasse os quatro PAs em áreas próximas. O que contribui para a comunicação entre assentados e lideranças do movimento e possibilita uma organização em escala maior, não centralizada no assentamento. Contribui, ainda, para que as lideranças do MST tenham maior controle sob os assentamentos. Ressalta-se que há intencionalidade na escolha das áreas que vão sendo ocupadas, no sentido de concentrar em um município ou região assentamentos que permitam proximidade e, com isso contribuir para correlação de forças. Nesse sentido, a escolha da propriedade está interligada a organicidade do movimento. O isolamento de PAs não contribui na organicidade, assim como no caso das habitações, o intuito é o de agrupar sempre.

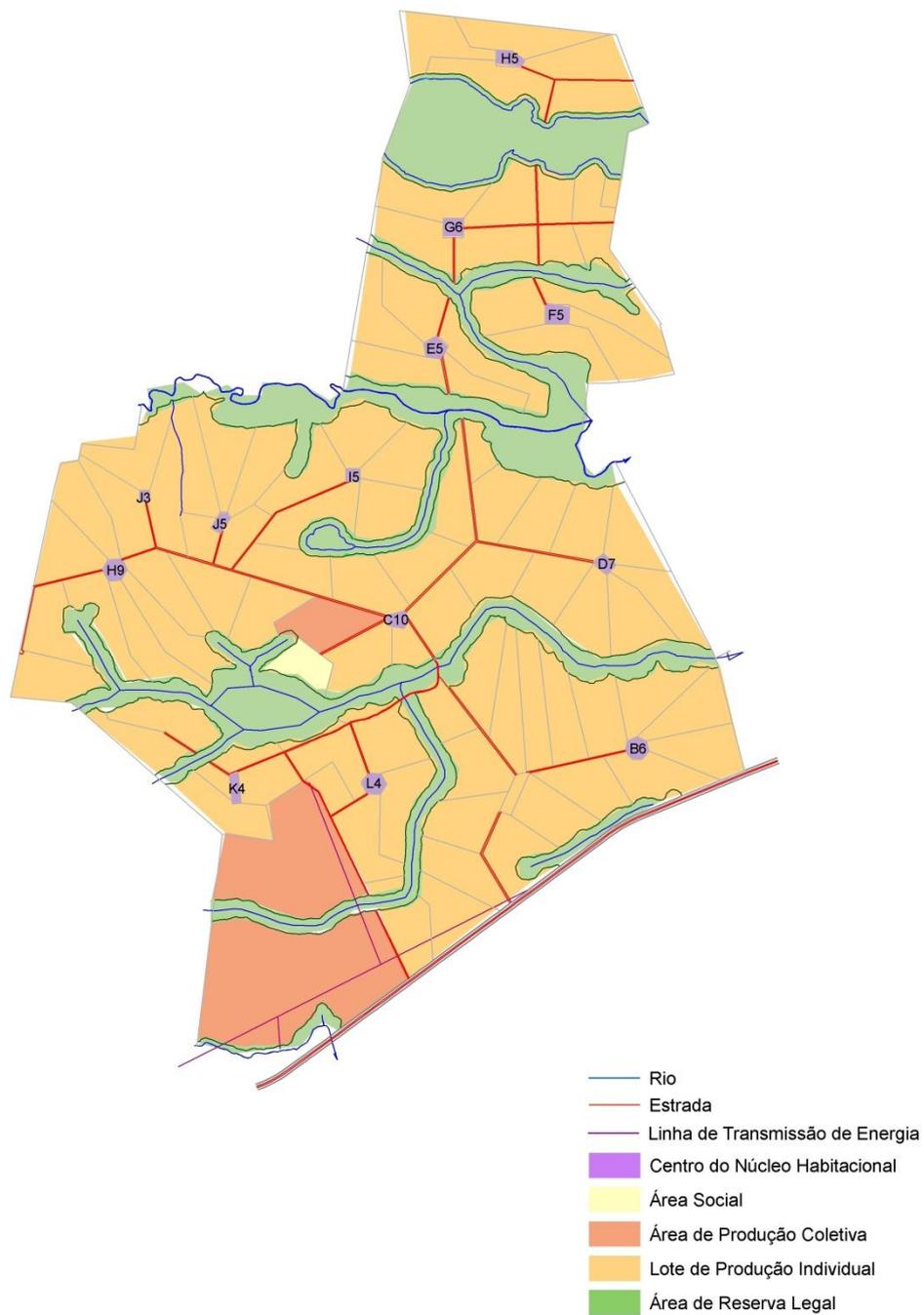
5.3.2 A organização do Espaço no PA Fazenda Esperança: Um novo modelo?

O PA Fazenda Esperança localiza-se ao longo da BA-698, que interliga Mucuri à BR-101. Essa localização beneficia os assentados, tanto para o deslocamento das pessoas, quanto para o escoamento da produção, com saída para vários municípios. O imóvel é banhado pelo rio Mucurizinho, que faz parte da Bacia Hidrográfica do Extremo Sul. Passam na propriedade diversos córregos que são perenes, cujas nascentes, com pequena vazão, se encontram em área do imóvel.

A área total do PA Esperança é de 1.014,9 hectares, o que representa vinte e oito módulos fiscais (Mucuri 35 ha), logo, caracterizada, antes do projeto, como grande propriedade rural. A área era utilizada para a criação de gado bovino e, segundo a ex-coordenadora da Brigada, a intenção era usá-la para o cultivo de eucalipto, servindo assim à expansão da silvicultura no município. Porém, o INCRA constatou na vistoria agrônômica, setembro de 2003, que não havia atividade sendo desenvolvida na propriedade, isso, talvez, em decorrência da mudança de posse, tampouco foi apresentado projeto de exploração para a área.

O parcelamento foi realizado em 2005 assim como os demais no município, se diferencia dos outros no estado baiano pela sua organização espacial, conforme Figura 25.

Figura 25: Planta do Projeto de Assentamento Fazenda Esperança
Município de Mucuri/ Bahia



Obs.: Mapa sem escala gráfica porque a base topográfica disponibilizada não está georreferenciada.

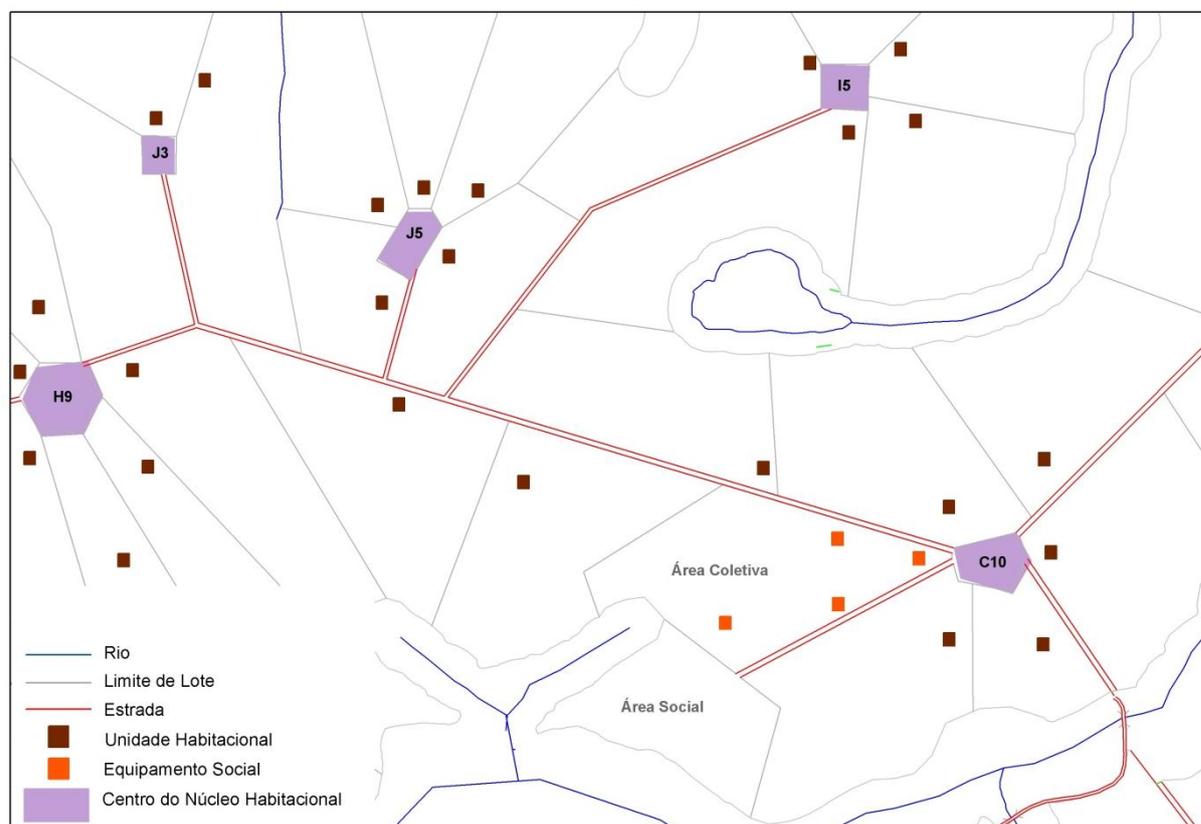
Fonte: INCRA, 2014.

Elaboração: Paula A. S. M. Moreira, 2014.

Para o pagamento do serviço de parcelamento foi utilizado parte do recurso do Apoio Inicial. A estratégia de pagar o valor do parcelamento com o crédito Apoio possibilitou a realização do planejamento espacial, visto que, o INCRA tem um grande déficit com essa ação e, ainda, não sobrecarregar os assentados com divisão do valor.

Na ação de parcelamento visualizou um planejamento espacial que combina a localização do espaço de moradia e produção buscando a aproximação entre essas áreas possibilitando a configuração de um modelo híbrido de organização do espaço. Ver detalhes na Figura 26:

Figura 26 – Detalhe da organização do espaço PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia



Fonte: INCRA, 2013, elaborado por Paula A. S. M. Moreira, 2014.

Conforme pode ser identificado na Figura 26, nem todas as casas conseguiram ser incluídas na nucleação, sendo algumas construídas ao longo das estradas. Todavia, como já posto, as famílias estão ligadas ao núcleo de base que é formado a partir de cada núcleo habitacional. Para tanto, foram vinculada ao núcleo habitacional mais próximo, variando, portanto, o número de famílias por núcleo.

Geralmente, o núcleo de base é formado em grupos em torno de 10 a 15 famílias. No caso específico do PA Fazenda Esperança, o número de famílias que compõe o núcleo de base está interligado ao número de família que compõe o núcleo habitacional. Contudo, neste PA, devido a questões de relevo os núcleos habitacionais não puderam ter todas as habitações construídas dentro do sistema radial (conforme Figura 25 e 26). A geografia da área provocou, assim, uma variação na quantidade de casas de cada núcleo habitacional, assim os núcleos de base variam a quantidade de famílias em acordo com a quantidade dos que compuseram o núcleo habitacional.

Os núcleos são formados mais por proximidade, no assentamento tem núcleo que tem dez, tem outro que tem onze, outro que tem sete. Mas essa é a lógica da organicidade do Movimento. Que infelizmente nós só conseguimos montar isso lá em Mucuri. Até pela lógica que o espaço está organizado. Como era a lógica? Era montar aqueles assentamentos como uma experiência, que eu acho que pra mim é o melhor que existe, e gente também montar isso nos outros assentamentos. Nos outros assentamentos nós conseguimos fazer, mas conseguimos fazer nas pessoas, mas não no espaço. [...] Qual é a lógica? A gente chegava no assentamento e não tinha uma organicidade, uma coordenação, você não tinha uma organicidade fora, só tinha dentro (Entrevista com ex-coordenadora da Brigada de Mucuri, 29/08/2014).

No relato da ex-coordenadora fica evidente a intenção de atrelar o modo de organização do movimento ao planejamento espacial. A forma é assim, apresentada enquanto forma-conteúdo, revelada as intencionalidades subjacentes ao planejamento do espaço.

Na área social, conforme Figura 26, estão localizadas algumas infraestruturas de uso coletivo. Nesse local estão a Agroindústria de fécula de mandioca, a escola (que atende de 1ª a 4ª série), uma igreja e um reservatório de água usado para abastecimento da escola. A área no centro dos núcleos habitacionais é de uso coletivo daqueles que compõem cada núcleo.

Pode-se identificar alguns elementos que possibilitaram a conformação espacial diferenciada nesse PA. Um desses elementos foi o fato de o MST presenciar a resistência dos assentados com relação a localização das moradias no sistema agrovila. Essa resistência se qualifica, principalmente, com o abandono da forma, ou seja, os assentados deixam as casas na agrovila para habitar nos lotes de produção. Isso ocorreu com o primeiro PA no município, PA Paulo Freire, criado em 1998. Nesse PA as casas foram construídas em sistema de agrovila e teve como

resultado, o abandono das casas por uma parte significativa das famílias que construíram, com recursos próprios, suas casas nos lotes de produção. Essa resistência pode ter sido influenciada pelas vivências dos assentados, já que um percentual significativo de pessoas é de outros estados, Espírito Santo e Minas Gerais. Nesses estados não são comuns a organização das habitações em agrovila. Outro ponto que pode ter influenciado é a regularidade na produção, devido a solos mais férteis e melhor regime de chuva, o que exige maior proximidade com o lote.

A ex-coordenadora da Brigada de Mucuri é assentada no PA Paulo Freire, o que pode ser enumerado como mais um fator para a discussão da nucleação. A vivência dentro do PA pode ter despertado para a questão do abandono à forma que, dentro da concepção do MST, prejudica a organicidade. Promove o isolamento e com isso, intensifica o perfil individualista. Em entrevista, o assentado revela sua percepção com relação a agrovila, para ele:

A pior coisa que existe. Porque agrovila você está longe da área de trabalho. No farol [PA Paulo Freire] quem mora na agrovila, que é longe da área de serviço prático, o que produz aí rouba, aparece gente de todo lugar pra roubar [...] Os acampados nenhum preferem agrovila, mas os líderes todos preferem agrovila pra ficar pertinho. Pra poder ficar mais próximo o contato com os assentados (Entrevistado 19, 08/11/2013).

O assentado percebe que a agrovila é intencional, pois, ela atende a interesses organizativos do MST, porém, apresenta algumas dificuldades para os assentados.

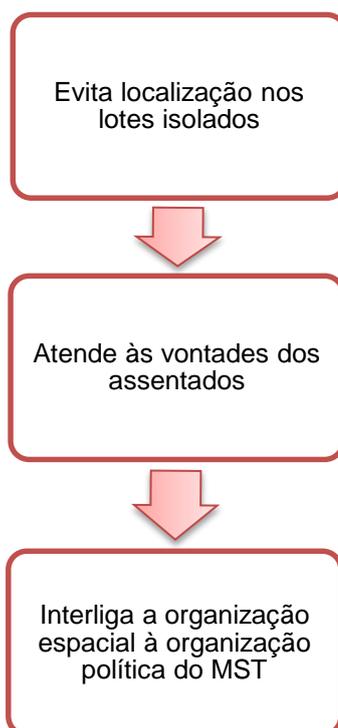
Outro elemento que contribuiu para a conformação espacial nos PAs de Mucuri foi a influência do estado vizinho, o Espírito Santo. Neste Estado, conforme entrevistas, a forma espacial é, predominantemente organizada a partir da nucleação. Partindo dessa realidade e da experiência já iniciada no estado vizinho, Espírito Santo, é que o MST/local contratou a equipe da empresa de topografia, vinculado ao MST/ES, para realizar o debate com os acampados e, após a criação do PA a mesma empresa é chamada para fazer o parcelamento. Esse debate teve a participação de Ademar Bogo²⁴, que contribuiu para o debate visando à articulação entre a organização do espaço e a organicidade do MST. A ex-coordenadora da Brigada revela que:

²⁴ Ademar Bogo, ex-coordenador do MST. À época do planejamento espacial Bogo fazia parte do Setor de Formação Nacional do MST.

Na verdade aquilo ali, aquele debate da organicidade, da nucleação, foi um debate que nós fizemos junto com Bogo, que na época era um formador do movimento. Só que quem já tinha prática disso aí era o pessoal do Espírito Santo, porque eles já tinham feito esse processo de núcleo [habitacional]. Só que Bogo ele já tinha mais esse conhecimento de trabalhar essa formação, do que era mais importante. Aí fizeram o debate junto com Bogo e o pessoal da empresa, que é do MST (Ex-coordenadora da Brigada de Mucuri, 29/08/2014).

O núcleo habitacional como forma organizacional do assentamento, serve melhor aos objetivos do MST que as outras formas, agrovila ou casa no lote de forma isolada. Primeiro, porque evita a localização das habitações nos lotes de produção de modo isolado; segundo, atende a vontade dos assentados, que geralmente é não viver em agrovila, e; terceiro, interliga a organização espacial à organização política do movimento, ver figura 27.

Figura 27 – Os núcleos Habitacionais para o MST



Fonte: Elaborado por Irani Soares com base no trabalho de campo, 2013, 2014.

No caso da forma espacial por nucleação, o atendimento à organicidade do movimento é promovido de modo articulado com a implantação dos Núcleos de Base. Essa articulação facilita as reuniões dentro dos núcleos, que são compostos por grupos de famílias. Essas reuniões em núcleos evita o assembleísmo, combatido pelo movimento e tende a auxiliar o debate em torno das linhas políticas

do movimento e, ainda, dar abertura ao debate entre as famílias de modo a se evitar desvios, buscando consensos nas discussões e evitando votações. A implantação dos Núcleos de Base tem, além dos objetivos já relatados, o intuito de formar novas lideranças (GOMES, 2009). Essa forma espacial atrelada à formação dos Núcleos de Base contribui, também, para que os líderes mantenha uma hierarquia dentro da organicidade e, com isso, maior controle sob os assentamentos.

Ainda que a forma espacial escolhida pelos MST se aproxime mais do modelo almejado pelos assentados, ela traz consequências diretas para a vida produtiva e social desses. Como a nucleação no PA Fazenda Esperança não permitiu que as habitações ficassem na forma ideal, ou seja, o formato de raio de sol, algumas famílias tiveram suas casas construídas fora do núcleo. Essas famílias têm ligação com o núcleo de base, que é formado a partir de cada núcleo habitacional e participam das reuniões dos respectivos núcleos.

No entanto, esse desvio da forma gerou algumas características que, talvez, não se encontre nos PAs que conseguiu ter fidelidade à forma espacial nucleada. Segundo entrevistas (30% da população), nesse PA, assim como o Reunidas Cambuí, a criação de galinhas é apresentada como um problema em decorrência da proximidade das casas (26,9% dos entrevistados). Isso para quem teve sua casa construída dentro do perímetro do núcleo. Os entrevistados que tiveram as casas construídas fora dos núcleos avaliam que, em decorrência desse desvio da forma, não têm problemas com criação (30,7% dos entrevistados). Alguns assentados criam presos (3,8% dos entrevistados); outros assentados responderam não ter problemas com criação, independente de a localização estar dentro do núcleo (11,5%) e não responderam (26,9%).

Na foto 27, pode-se ver o modo de criação de aves pelos assentados, que costumam criá-las sem confinamento, pastando livremente, o que muitas vezes, provoca problemas entre vizinhos em decorrência da proximidade das casas.

Foto 27 – Aves se alimentando próximas à casa, PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2013.

No caso da criação de galinhas, os assentados que ficaram mais afastados dos núcleos obtiveram mais vantagens. O entrevistado analisa do seguinte modo o fato de ter a casa afastada do núcleo:

Olha que nem a minha está aqui, acho que se todo mundo tivesse pegado a casa mais afastada um pouquinho estava melhor. Porque você pode criar mais à vontade, quem está na roça precisa criar uma criaçãozinha, eu vou falar galinha que é o que perturba mais é a galinha. Quem pegou as casas no núcleo mais perto aí não deixou de dar aquela conversinha de vizinho. 'Ah sua galinha está comendo minha planta, sua galinha está fazendo isso aqui', aí aqui como eu peguei mais afastado graças a Deus não tem reclamo de nada (Entrevistado 15, 08/11/2013).

O fato de ter sido contemplado com uma casa fora do núcleo habitacional, ou seja, que apresenta desvio da forma é analisado pelo assentado de modo positivo. Pois possibilita ter mais liberdade e tranquilidade para criar animais de pequeno porte, com destaque para a galinha, diferente de quem está dentro da forma. Esse depoimento é significativo já que a criação desses animais, geralmente criados sem confinamento, tem uma importância não só econômica como, também,

cultural dentro do modo de vida do pequeno agricultor. Na mesma linha de pensamento, outro assentado nos revela que:

Se tivesse agrovila aqui eu moraria em meu lote, a casa ficava lá abandonada. Porque eu vim pra roça pra ter liberdade. Não poder criar uma galinha, criar um porco, criar alguma coisa, entendeu? Você vem pra rua, pra agrovila você não pode criar nada disso ou então é todo dia uma discussão com vizinho. Você morando fora da agrovila já tem muitas pessoas que tem problemas. Aqui não tem, somos recanteados, não mora em núcleo, temos problemas não, graças a Deus moramos longe. Assim eu estou ótima, maravilha. Agradeço a Deus todos os dias por ter pegado minha casa fora do núcleo. No núcleo lá você não pode criar uma galinha solta, um porco solto, às vezes você tem uma horta minha galinha sai daqui pra comer sua horta, lá no núcleo pode criar nada não. Você pode cria preso, mas nada preso rende não (Entrevistado 21, 09/11/2013).

Os dados apontam que, quando a casa é construída mais afastada de vizinhos, atende melhor aos interesses dos assentados. Isso devido não só ao fato de que a criação de animais de pequeno porte é realizada sem confinamento, mas soma-se a isso o desejo dos que compõem o projeto em habitar espaço diferenciado do urbano. Muitas pessoas quando resolvem entrar na luta pelo acesso à terra estão buscando não somente a terra enquanto espaço de produção, mas também, um retorno ao modo de vida rural, que não é atendido com a agrovila. Essas questões devem ser levadas em consideração. Sobre a agrovila o assentado tem a seguinte concepção:

Eu da agrovila acho o seguinte, você mora na rua, você mora na cidade, né, na zona urbana, você sai da zona urbana, pra vim pra rural, pra você ter mais liberdade, você ter mais espaço, pra fazer suas coisas, você chega na zona rural e vai viver em coletivo do mesmo jeito como se você vivesse na rua. Porque agrovila você vive na rua, você mora na cidade, você fica na zona urbana, agrovila é o que? Você mora na agrovila porque é uma casa perto da outra, né, automaticamente é uma vila né [...] eu acho que não vale a pena não, você sair da zona urbana e vim pra zona rural pra morar em agrovila. [...] se tivesse agrovila aqui eu morava em meu lote, porque eu vim pra roça pra ter liberdade (Entrevistado 21, dia 09/11/2013)

Mesmo que a nucleação foi pensada para atender ao MST no que concerne sua organicidade e, ainda que não consiga atender a todos as expectativas dos assentados, essa forma espacial consegue atender melhor aos interesses dos assentados do que a agrovila.

Morava em agrovila. Não vou dizer que gostava ou não gostava. Mas, o sistema nosso aqui hoje, é um sistema mais bem implantado. É um sistema melhor pra sobreviver. Porque a gente

está morando em núcleo de família, a gente mora aqui em núcleo de dez famílias e a gente tem a casa da gente dentro do próprio lote. **Eu acho que é uma maneira melhor da gente se locomover para o trabalho e, também, de se comunicar com as pessoas.** A distância da casa pro lote no outro assentamento era um quilometro e meio, tinha que ir todo dia pro lote, porque o trabalho era no lote. Aí por isso digo pra você que no sistema de nucleação como foi feito aqui nessas áreas de Mucuri, em algumas, eu acho que é a maneira mais correta, porque facilita mais pra nosso povo (Entrevistado 14, dia 08/11/2013, grifos da autora).

Esse depoimento é de um assentado que foi transferido de outro PA, o que torna interessante o seu relato, pois, ele viveu primeiro em um PA em que as casas estão organizadas em sistema de agrovila e, agora, em nucleação. O que lhe dá condições de fazer uma avaliação a partir de uma experiência concreta. A questão da distância casa-lote é um ponto relevante indicado em sua entrevista. Essa distância é bastante criticada pelos assentados quando a organização das habitações é em agrovilas. Com a nucleação esse problema é superado. Outro ponto importante no relato do assentado é que, além, da diminuição do trajeto casa-lote esse modelo contribui para a comunicação entre as pessoas e acrescenta-se, entre as lideranças e os assentados.

Todavia, ao serem indagados acerca da preferência da localização das casas 53,8% preferem casas nos lotes afastadas do núcleo; 42,3% preferem no núcleo e 3,8% não responderam. Esse percentual demonstra que a forma nucleação atende melhor às expectativas dos assentados do que a agrovila, porém o desejo dos assentados em sua maioria continua sendo manterem-se mais afastados. Isso pode ser avaliado como uma negação ao próprio modo de vida urbano, o que não significa que essas pessoas não desejem ter acesso a bens e infraestruturas, porém, condizentes com o modo de vida que escolheram. Pode ser visto, também como um meio de ter maior controle pelos assentados sobre seu lote e projetos produtivos, diminuindo o controle das lideranças.

Pensado como um modelo híbrido de parcelamento, a área dos lotes onde conseqüentemente estão localizadas as casas, medem em média 8,5 ha. Uma área pequena tendo em vista o tipo de atividade que desenvolvem que vão desde produção de hortaliças à criação de gado bovino, ainda que nem todas as famílias desenvolvam essa atividade. Uma dirigente explica que os lotes medem:

[...] 8 hectares, 8,5 nos lotes individuais, além dos lotes individuais tem os coletivos. Cada núcleo tem uma área coletiva do núcleo. Seja

ela em raio de bicicleta ou seja ela em outro pedaço dentro do núcleo mas ele tem uma área coletiva. E o assentamento tem áreas coletivas também (Entrevista com ex-coordenadora da Brigada de Mucuri, 18/09/2013).

Entretanto, as áreas coletivas do PA são administradas pelo movimento. Os recursos são destinados uma parte para manutenção da associação do PA e outra repassada para o MST. Segundo os relatos dos assentados essas são áreas utilizadas basicamente com pastagem, onde é mantido gado bovino em sistema de arrendamento de pasto.

Com relação à infraestrutura social foi identificado que o PA possui uma escola primária. Os outros estudantes dispõem de ônibus escolar que os levam até a sede do município. No que se refere à produção há no assentamento uma agroindustrial de fécula de mandioca (fotos 28, 29, 30, 31).

Foto 28, 29, 30, 31 – Agroindústria de fécula de mandioca, PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia.



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2013.

Essa agroindústria foi adquirida junto a CAR, através das lideranças do movimento. Contudo, muitos assentados possuem em seus lotes casas de farinhas mais simples, o que não compensa, segundo eles, se deslocarem para utilizar a agroindústria, pois sua utilização é voltada à grande produção. Dessa forma, o uso desse espaço deve estar condicionado ao retorno de atividades coletivas, no entanto é preciso recuperar a confiança dos assentados e convencê-los da importância desse tipo de atividade, tanto do ponto de vista econômico, quanto organizativo, tendo em vista os preceitos do movimento.

A localização das casas que segue um modelo híbrido, mas que não deixam de estar dispersas no espaço, já que não estão localizadas em um único local, possuem energia elétrica e água encanada. O que demonstra que o discurso sustentado pelo Estado, através do INCRA, não é determinante para a implantação de serviços como água, luz, escola, dentre outros (e reforçado pelo próprio MST).

Apesar da organização espacial atrelada ao modo de organização do MST e dos objetivos de uma organização coletiva/cooperada os assentados resistem às ações coletivas. Com relação a aplicação do PRONAF os assentados conseguem se impor de forma mais incisiva, devido ao fato da consciência deste ser um crédito. Diferente da aplicação dos créditos do INCRA. O relato do assentado corrobora com a ideia de que a conscientização da dívida permite aos mesmos um maior controle sobre a aplicação dos recursos.

O PRONAF diz que é um dinheiro que vai vim aí pra gente [...] estou louco que ele chegue aí, que é pra gente comprar um gadinho, fazer uma cerca. É o seguinte esse PRONAF que vai vim aí nós vai querer esse PRONAF, mas se for o documento lá pro banco, pra nós pegar o dinheiro, esse aí nós vai pagar, né. Esse dinheiro que a gente vai pagar, não é pra ir pra mão de ninguém porque todo mundo vai lá pegar ele pra aplicar numa coisa, pra quando chegar o tempo a gente está vendo ali pra pagar o que deve (Entrevistado 6, 07/11/2013).

Há uma percepção entre esse público de que os investimentos coletivos tendem a não ter sucesso financeiro (isso foi percebido nos três PAs analisados), além do receio da administração que requer técnicas apropriadas, às quais os mesmos não dominam. Preferindo o modo tradicional da agricultura de base familiar.

A criação do assentamento (juntamente com os demais PAs no município) possibilitou a retomada das atividades agrícolas por um número significativo de famílias. A produção além dos produtos vegetais e animais *in natura* inclui o beneficiamento dos subprodutos da mandioca (foto 32).

Foto 32 – Assentada produzindo biscoitos para levar às feiras, PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2013

Os assentados conseguem atender pelo menos dois municípios, Mucuri e Teixeira de Freitas, além da sede é atendido diversos distritos, para onde os assentados levam seus produtos que são comercializados nas feiras livres e supermercados. Uma das famílias que comercializa nas feiras da região relata que:

Você vai a Mucuri, Itabatã, Pedro Canário, lá na feira, que é isso? É tudo do movimento, tudo do movimento, tudo, verdura, as coisa tudo é nós que dá, nós que trabalha pra levar. Tem um feijão e leva, leva uma galinha. A feira fica cheia, você entra numa feira sábado em Mucuri você diz: benza Deus o pessoal do movimento (Entrevistado 6, 07/11/2013).

Algumas famílias comercializam com a prefeitura de Mucuri, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Importante destacar o assentamento é cercado por plantação de eucalipto, sendo que o mesmo faz divisa com a empresa Suzano Papel e Celulose.

Foto 33 – Assentada plantando maniva, ao fundo plantação de eucalipto, PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia.



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2013.

O lote apresentado na foto 33 faz divisa com propriedade da Suzano Papel e Celulose. O PA Fazenda Esperança é cercado pelas fazendas de produção de eucalipto, sendo uma das poucas áreas na região destinada à produção de alimentos, o que dá destaque especial na ação do movimento e no fornecimento de alimentos no município e região.

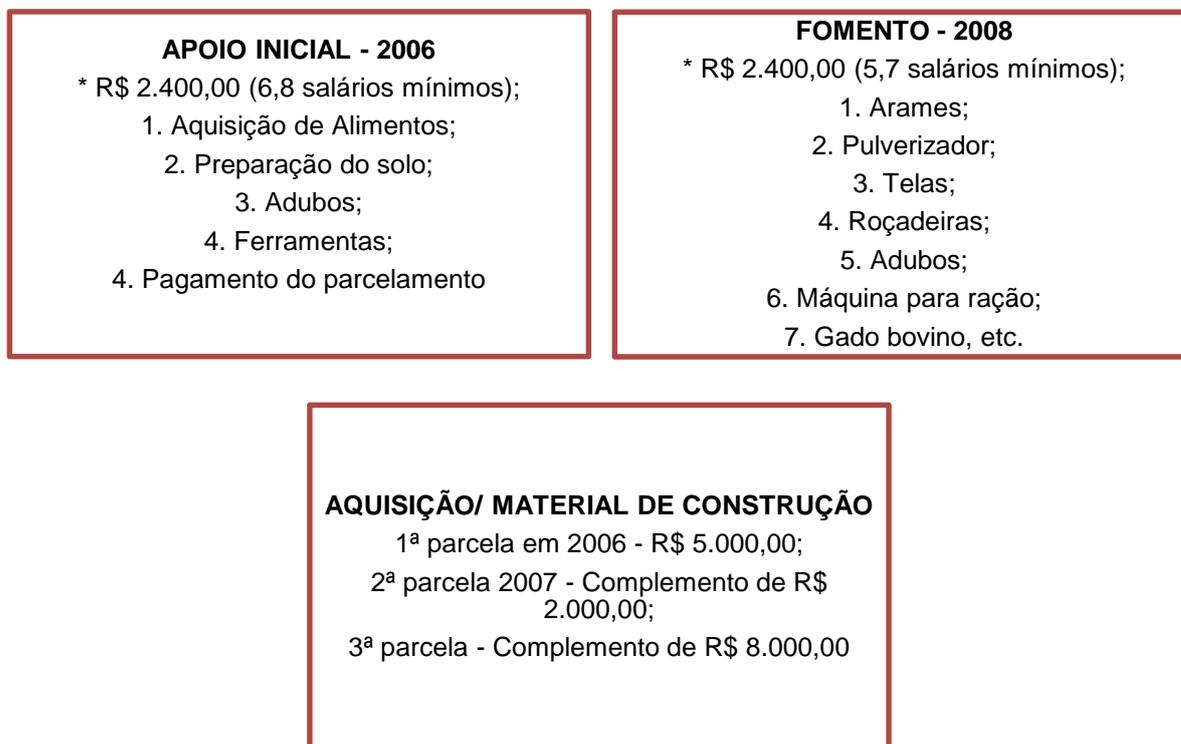
5.3.3 Aplicação do Crédito Instalação

Considerando a NE 79/2008 (substituída pela Nota Técnica nº 03/2014), o PA Fazenda Esperança, tendo sido criado em 2004 e estando fora da região semiárida, teve direito ao crédito instalação nas modalidades: Apoio Inicial, Aquisição Material de Construção (extinto), Fomento e Apoio Mulher.

Das modalidades às quais os assentados tinham direito foram acessadas o Apoio Inicial em 2006 (R\$ 2.400,00/ 6,8 salários mínimos); Fomento em 2008 (R\$

2.400,00/ 5,7 salários mínimos) e; Aquisição/material de construção em 2008 (R\$ 15.000,00/ 36,1 salários mínimos), ver figura 28.

Figura 28 – Aplicação do Crédito Instalação PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia



Fonte: Elaborado por Irani Soares, com base no trabalho de campo, 2014.

A conta para recebimento do valor referente à modalidade Apoio Inicial foi aberta em 2005, porém, o processo para pagamento é de abril de 2006. O valor do recurso foi liberado em outubro de 2006 para uma parte das famílias (77 famílias), que estavam aptas a receberem o crédito. E a outra parte (03 famílias), em setembro de 2007.

Foi reservada uma parte do valor individual de cada família para a compra de um trator, todavia, até o momento da pesquisa não havia sido comprado (há um trator adquirido através da CAR e atende a três PAs). Esse valor foi resultado de acordo entre assentados e lideranças à frente do PA à época do pagamento, contudo não consta no processo. Esse período inicial do recebimento do crédito Apoio passou por diversas denúncias de desvio de recursos, o que acirrou as relações que já vinham abaladas desde o período do acampamento, por conta das roças coletivas. Essas denúncias resultaram na mudança das lideranças envolvidas nas acusações.

O recurso do crédito instalação na modalidade Apoio Inicial, de acordo com o processo do referido crédito, foi utilizado para compra de alimentos (itens da cesta básica); preparo do solo (aração e gradagem); compra de ferramentas e adubos. Os assentados contam que escolheram o que gostariam de comprar com relação às ferramentas. Entre as ferramentas escolhidas estão material para cercar os lotes produtivos, como arames e grampos.

Parte do recurso do Apoio Inicial foi utilizada para pagamento do parcelamento do PA, já que o recurso do INCRA para essa ação, não estava disponível. Optou-se por utilizá-lo, ao invés de sobrecarregar os assentados com os custos para essa ação, contudo este valor dispendido para o parcelamento não é indicado no processo de pagamento.

Com base no processo de pagamento o Crédito Instalação na modalidade Fomento foi solicitado em outubro de 2007 e o valor foi aplicado entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009, período que foi liberado o recurso. Com o valor de R\$ 2.400,00 por família (R\$ 199.200,00 no total), foi comprado arame farpado e arame liso, grampo, carrinho de mão, pulverizador, tela para criatório de galinha, roçadeira, adubo, máquina de ração (uso coletivo), plantadeira com adubadora (manual). Com esse recurso foi adquirido, ainda, um rebanho de 94 cabeças de gado bovino.

O crédito na modalidade Aquisição/material de construção foi solicitado em agosto de 2006, no valor de R\$ 5.000,00 por família. Em setembro de 2007 solicitou o complemento de R\$ 2.000,00 por família, completando o valor total de R\$ 7.000,00 por casa. Segundo os processos de pagamento de crédito, a conclusão das casas foi feita em outubro de 2008. Para início da construção das casas foi definido que se seria feita uma casa primeiro que serviria de modelo para as demais. Foi definido que em cada núcleo uma pessoa seria designada para o recebimento do material de construção, facilitando o processo de entrega e distribuição. Em novembro de 2011 é solicitado novo complemento com o aumento do valor da construção das casas para R\$ 15.000,00, mesmo mês o valor é depositado em conta. Até novembro de 2013 (período do trabalho de campo) nem todas as casas não haviam sido concluídas. A foto 30 mostra o padrão das casas construídas no PA.

Foto 34 – Casa construída com crédito do INCRA, PA Fazenda Esperança, Mucuri, Bahia.



Fonte: Irani Soares, trabalho de campo, 2013.

Considerando o momento de criação, de solicitação do recurso e a liberação orçamentária das modalidades do Crédito Instalação, conclui-se que decorreu um tempo considerável entre a criação do PA e a liberação dos recursos desse crédito. A falta de celeridade na execução do pagamento desses créditos vai de encontro com o objetivo traçado, que é da estruturação inicial dessas famílias. O crédito Apoio, responsável junto com o Aquisição material de construção (extinto) pela fase de Implantação do PA, iniciou o pagamento dois anos após a criação do PA. A casa é um ponto importante nessa estruturação, pois dá condições das famílias se manterem no assentamento, contudo, a construção iniciou dois anos após a criação, ou seja, houve um prolongamento do período de permanência em situação de acampados. Além da demora com relação a liberação do dinheiro, o trabalho de aplicação desses recursos pode perdurar um tempo considerável. No caso da construção das casas, foi iniciada em 2007 e sem conclusão até 2013, isso considerando que os técnicos do INCRA e lideranças do movimento foram suprindo o PA com os novos valores, acompanhando as normas vigentes.

A análise das entrevistas e observação em campo revelou algumas contradições na relação INCRA – Assentados – movimento na aplicação dos

recursos através do crédito instalação. Segundo as normas internas do INCRA, vigentes à época do pagamento, os valores pagos dos créditos instalação deviam ser resgatáveis com correção de juros e mora.

Contudo, apresenta-se contradição no gerenciamento da informação. Não há participação efetiva dos assentados no processo de discussão e aplicação desses recursos. Nem os militantes, nem os técnicos do INCRA, informaram de modo claro acerca das regras para acesso aos créditos.

Porque a gente sempre usou um método que não era certo, que ninguém paga crédito e hoje os assentados estão tudo com nome emperrado por causa disso [...] Dizer que o crédito é um fundo perdido, né, que as pessoas ali recebiam apoio, fomento, entendeu. Alguns militantes botavam na cabeça que esses créditos não pagam, como é que não pagam se é dinheiro do governo? Que a gente sabe que tudo que vem, quando você recebe uma área de assentamento você paga por tudo que tem nela. Tanto o que você recebeu e o que você vai receber é dinheiro da união, que vai ter que pagar um dia. Agora eu não falo que foi o movimento como um todo que fez isso, mas algumas lideranças fez esse debate que a gente recebe, mas não paga, não paga nunca (Ex-coordenadora da Brigada de Mucuri, 18/09/2013).

Infere-se que esse escamoteamento de informação tem como objetivo o maior número de acesso ao crédito pelos assentados, já que muitos se recusariam a acessar caso soubessem das regras; bem como o controle sobre a aplicação desses recursos, que são apresentados aos assentados como “fundo perdido”, ou “tempo de lona”, como se fosse uma benesse do Estado e uma conquista do movimento (o que não deixa de ser). Com isso a adesão ao crédito é maior do que se soubessem das condições.

Em decorrência da falta de informações os assentados não têm controle na aplicação dos recursos. Os principais atores, ou seja, os assentados, não participam de forma efetiva no planejamento da aplicação dos recursos advindo do crédito instalação.

Para o MST (e outros movimentos) o controle sob esses recursos permite que as lideranças do movimento invistam em projetos coletivos. Os assentados resistem a esse tipo de projeto, pois não acreditam no retorno financeiro desse tipo de empreendimento. Essa afirmação decorre das repostas dadas pelos assentados, ao serem indagados sobre o PRONAF eles fazem menção a forma de pagamento dos créditos do INCRA.

Eu tenho medo da gente pegar o dinheiro, aí depois, a gente não ter como pagar o dinheiro [...]. Se for pra nós mesmo administrar ele,

dizer se vai investir em gado, investir em porco, aí dá pra pegar. Se for pra mexer com roça, eu não mexo, se for pra mexer com granja, eu não mexo. Porque eu sei que eu não vou pagar esse dinheiro. Se for pra pegar um gado pra ficar aqui na nossa manga eu pego, se for pra ir pro coletivo eu não pego. (Entrevista nº 20, dia 09 de novembro de 2013).

A partir desse relato é possível identificar os receios dos assentados que, estão diretamente ligados à aplicação do Crédito Instalação. Esse receio está, principalmente, no fato de não ter controle na aplicação. Tanto no sentido do que fazer com o recurso, de modo que possibilite o retorno financeiro para o pagamento à agência financeira. Como no sentido de que, a administração da atividade a ser empregada seja no âmbito familiar e não coletivo. Registra-se, a mesma preocupação de outra assentada:

Eu vou pegar o PRONAF se vim, mas, é o seguinte se eu mesma puder ir ao banco pegar meu dinheiro e comprar o que tem que comprar na minha responsabilidade de ter que pagar. Se for o contrário, de outra pessoa pegar para eu receber o que eles me derem eu não pego. Se for como foi pago os dinheiros do INCRA quero não (Entrevista nº 21, 09/11/13).

No caso do PRONAF, que sabem que tem que pagar, a relação é diferente. O controle na aplicação pode ser mais difícil de ser efetivado pelos movimentos, inclusive com aplicação em projetos coletivos.

Contudo, a falta de informação pode ser, também, de interesse do Estado, já que permite maior número de adesão aos créditos. Esse acesso é uma das condições para iniciar o processo de emancipação dos PAs. De modo que a longo prazo, somando-se as mudanças para o pagamento desses créditos, poderá facilitar a um processo de titulação e, conseqüentemente emancipação dos assentamentos.

A preocupação da ação do movimento, considerada em escala nacional, está centrada no enfrentamento ao capital. O que prevê ações à longo prazo, essa talvez seja uma das dimensões que provoca o distanciamento do movimento com sua base. Os assentados ao enfrentarem a “lona preta”, como dizem em relação ao período de acampamento, buscam obter um pedaço de terra e ter liberdade em seu uso.

Apesar das contradições vividas no dia a dia do assentamento, os assentados conseguem perceber a importância do movimento para a implantação dos assentamentos e na execução de políticas públicas para esse público,

Aqui tem que ser unido, se gente vai fazer um trabalho que é pro bem do movimento. No caso dessas estradas mesmo, teve que fazer mobilização pra poder fazer. Pra poder reformar e ainda não ficou boa. Esse colégio aí teve que fazer mobilização, então é um bem pro assentamento, a gente tem que ir, na hora de cobrar que todo mundo tem que ir, tá certo (Entrevistado 23, 10/11/2013).

O relato do assentado demonstra o reconhecimento e importância da vinculação com o MST para que consigam garantir direitos básicos deles enquanto cidadãos e, enquanto assentados. Esse processo de conscientização é resultado da inserção no movimento que trabalha a conquista da terra como dimensão política, para além da condição de mero meio de produção. Ao avaliar a relação movimento/assentamento, o assentado diz que:

Um lado muito bom que eles [MST] fizeram, que eu acho que não existe mais outro pra ajudar o pobre, que ele fez deslocar essa terra do governo pra nós. Isso é muito difícil, **nem eles faz sem nós, nem nós também adquiria a terra sem eles**. Então é um ajudando o outro. Isso aí é uma coisa que a gente não tem como sair fora (Entrevistado 25, 10/11/2013, grifos da autora).

Esse depoimento demonstra a conscientização do papel do movimento e de que esse papel só é possível a partir da relação com o público ao qual representa. A partir dessa relação que o MST adquire força política para reivindicar e implementar suas ações; e em contrapartida, é a da força que se constitui a partir desse todo, que os trabalhadores rurais conseguem se impor enquanto movimento organizado.

Apesar de as pessoas se disponibilizarem para participar da luta coletiva elas resistem ao trabalho coletivo no âmbito local. Dessa forma, é apresentada uma controvérsia com relação ao trabalho coletivo. Todos concordam que é importante, mas não gostariam de dar continuidade às atividades coletivas. Foi difundida a crença na eficácia do trabalho coletivo sem, portanto, levar em consideração a tradição do trabalho com base familiar e as dificuldades de um processo que se quer coletivo, como gestão e divisão de tarefas. É preciso considerar o trabalho coletivo como uma técnica e como tal, deve ser dominada. Enquanto estão no acampamento as pessoas encaram o trabalho coletivo como uma etapa necessária e, mesmo como pagamento ao movimento pelas ações empreendidas, reconhecendo a necessidade de recolher recursos para mobilizações e viagens. Porém, ao alcançarem o objetivo real: seu pedaço de terra, as pessoas preferem dedicar seu tempo ao trabalho baseado na força de trabalho familiar, individual ou pagando, quando pode, trabalhador eventual como diarista.

Nesse sentido, o parcelamento apresenta uma dificuldade para organicidade do movimento. Essa seja, talvez, um dos pontos que o parcelamento não é apresentado como prioridade para o MST. Gomes (2009) já havia notado essa dificuldade. Para a autora os desafios para o MST são apresentados pelos assentamentos mais antigos, onde se criou laços com os lotes e as atividades são desenvolvidas de forma cada vez mais individual. Para a autora duas grandes dificuldades para o MST na criação de um PA é o parcelamento e a individualização da terra, quando estes se tornam propriedade privada, este modelo não rompe com o modelo existente.

Porém, a não realização do parcelamento traz outros problemas para o movimento. Essa não realização do parcelamento não tem facilitado a introdução de uma produção coletiva, tendo em vista que nos assentamentos o uso das áreas sem parcelamento ou mesmo as áreas coletivas, são utilizadas de forma individualizada. Há ainda um desgaste muito grande com os assentados, que anseiam pela divisão de lotes, muitas vezes assumindo o parcelamento feito com cordas, que gera diversos problemas, pois não se consideram questões edáficas, climáticas para a divisão, outras vezes resultando no abandono das áreas de assentamento.

A análise aponta que mesmo sem divisão da cerca, em sentido concreto, há uma divisão real, no sentido da prática. Cada um planta em um espaço em que o outro não pode ultrapassar e assim a produção é organizada em espaço em que as “cercas” existem sem, portanto, existir.

É preciso repensar os modelos defendidos de modo a articular com os anseios daqueles que irão compor o projeto de assentamento, buscando meios de articular o trabalho de base familiar aos objetivos do movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar assentamentos de reforma agrária a partir do viés proposto por Milton Santos, que considera o espaço como conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistema de objetos e sistema de ações, que faz parte do que o autor denomina de meio técnico-científico-informacional, exige o reconhecimento das contradições presentes na organização do espaço como um todo. Deve-se considerar que parte da produção agrícola brasileira é dominada pelo meio técnico-científico-informacional e isso reflete na ação dos movimentos sociais. Outra parte, ligadas aos assentamentos de reforma agrária e pequena produção, pode-se dizer que fazem parte da etapa do meio técnico, ainda, que as duas etapas estejam interconectadas.

Percebeu-se através do levantamento de dados, que houve um alargamento da compreensão da questão agrária por parte do MST. Isso a partir do reconhecimento de que o uso da técnica, da ciência e da informação (usados à favor do capital) possibilita nova configuração dos usos da terra, das águas, dos ventos e dos minérios e que isso reflete na organização do espaço rural como todo, interferindo no processo de produção de alimentos e na expulsão do homem do campo. A questão agrária passa a ser entendida para além da questão da concentração de terras, incluindo os diversos usos das águas, dos ventos, mineração, discussão do limite da propriedade da terra, o combate à transgenia, o combate aos agroquímicos, retomada das áreas utilizadas pelo agronegócio em benefício do capital (com o domínio do capital estrangeiro), dentre outros.

O MST é um movimento social que difere de outros movimentos por elaborar uma proposta de reforma agrária popular, o qual faz parte de um projeto de sociedade que se fundamenta nos preceitos do socialismo. Nesse sentido, o MST no enfrentamento ao capital adota algumas estratégias como meio de viabilizar um tipo de produção coletiva e/ou cooperada nos assentamentos de reforma agrária, vinculados ao movimento. Contudo, o central neste projeto é transformação social e não o imediatismo da produção, que é visualizada dentro dessa perspectiva de transformação social.

Assim, a organização do espaço dos assentamentos é pensada como um dos meios de viabilizar essas estratégias. A análise do MST (discurso e ação) permitiu compreender que a organização do espaço está articulada à organicidade

do movimento. A intenção é facilitar a organização social e política com base nos princípios organizacionais do MST, contribuindo para a formação política, continuidade da luta e formação de novos militantes. É, ainda, intenção do MST possibilitar a adequação das ações nos assentamentos às linhas políticas lançadas nos Congressos Nacionais como fio condutor das atividades desenvolvidas em cada assentamento.

Uma das estratégias do MST no processo de planejamento espacial é a centralidade na localização das habitações. As habitações devem ser organizadas em agrovilas (comum na Bahia) ou em núcleos habitacionais (implantados na Bahia em 2005), de modo que permita a proximidade das pessoas a partir da localização das casas. Apesar de não terem sido desenvolvidos pelo MST, esses tipos de organização do espaço de habitação foram adaptados às suas intencionalidades. Dentro da concepção do MST deve-se evitar a construção das habitações nos lotes individuais a fim de evitar o isolamento das famílias, o que prejudicaria a organização política e social do próprio movimento.

Nesse sentido, no intuito de implantar os sistemas coletivos de habitação o MST cria argumentos facilitadores do processo de implantação. Foi possível elencar alguns elementos percebidos no discurso do MST para justificar a construção das casas em sistemas coletivos. 1. A cooperação, com vista a otimizar a produção e contribuir para a organização política e social; 2. Facilidade da Implantação de Infraestrutura Social, esse é o discurso mais utilizado em campo no processo de argumentação a favor das agrovilas. Nesse sentido, o discurso do MST conflui com o do Estado, pois, devido ao barateamento para a implantação de infraestrutura utiliza-se desse argumento. 3. Convívio Social, acredita-se que a aproximação das casas possibilitará um maior convívio entre as pessoas, o que refletirá na cooperação, que por sua vez está ligada à produção; 4. Organicidade interna, a construção das habitações em espaço comum facilita o processo de implantação da organicidade interna do MST. Contribuindo para manter a unidade através dos princípios do movimento, de modo articulado às linhas políticas, evitando assim desvios. No caso da organicidade interna os núcleos habitacionais são mais adequados que as agrovilas. Embora o discurso do MST preveja uma articulação entre a organização espacial e a produção coletiva/cooperada, o MST enfrenta diversas dificuldades em implantar iniciativas desse tipo.

A organização do espaço nos assentamentos rurais segue lógicas diversas, que dependem dos atores sociais envolvidos no processo e de como esses atores negociam os diferentes interesses envolvidos. Dessa forma, a análise da organização do espaço de assentamentos rurais demonstrou que o modo como as habitações são organizadas nos PAs (agrovilas; dispersas nos lotes de produção ou modelos híbridos como os núcleos habitacionais) tem consequências na vida social, econômica e política dos assentados.

Na Bahia prevalece a localização das habitações em espaço comum, em sistema de agrovila. Essa forma espacial é implantada desde os projetos de colonização, cujo planejamento urbano-rural era fundamentado numa perspectiva progressista. As áreas eram planejadas pelo Estado com vistas a manter um controle sob a população da colônia. Esse projeto visava a integração do espaço de habitação e de produção, de modo a integrar os camponeses aos benefícios promovidos pelo espaço urbano e permitir a permanência dos mais aptos no campo. Previa-se a transformação do camponês em um sujeito hábil, capaz e progressista. Buscava-se organizar o campo de modo que pudesse contribuir com o crescimento econômico e para a mudança de mentalidade do homem do campo, ou seja, a transformação do camponês, que era visto como um sujeito incapaz devido ao isolamento em que vivia.

O Estado, no caso da Bahia, continua a implantar projetos de agrovilas, porém, apesar de permanecer a forma, outras intencionalidades são incorporadas. O principal argumento usado pelo Estado na continuidade da implantação das agrovilas está relacionado à oferta de infraestrutura social básica. Ao agrupar diversas habitações no mesmo local há uma redução dos custos para a implantação dessa infraestrutura, a exemplo de energia elétrica, água encanada, escolas, e de serviços, como transporte público, atendimento à saúde, dentre outras. Devido a esse barateamento dos custos o Estado conseguiria uma maior celeridade na implantação desses serviços, contudo, não é o que ocorre. O trabalho de pesquisa demonstrou que outros elementos têm contribuído para a execução desses serviços nos assentamentos. A pressão popular exercida pelos assentados através da ação de ocupação em órgãos públicos foi um fator importante para a implantação de infraestruturas sociais nos assentamentos. É o caso do PA Dom Mathias que mesmo as casas tendo sido construídas dispersas no espaço conseguiu acessar diversos serviços sociais, dentre as infraestruturas implantadas estão a energia elétrica,

inclusive com pontos de energia trifásica e bifásica, escola e serviços como transporte escolar, atendimento médico, dentre outros. Essa pressão só é possível graças à ação de organização dos trabalhadores rurais que é promovida pelos movimentos sociais.

A agrovila tem sido a forma espacial mais difundida nos PAs baianos. As causas principais são: ação do Estado, através do discurso dos técnicos do INCRA, negligência com o parcelamento e como consequência, o pagamento do crédito Aquisição/material de construção que acabava sendo pago antes do recurso do parcelamento, o que acarreta na construção das casas em agrovilas. A negligência com o parcelamento, independente das demais causas, impede a construção das habitações nos lotes de produção, salvo se os assentados assumam o custo com o parcelamento. Contudo, sempre a divisão dos custos para o parcelamento foi uma iniciativa dos movimentos sociais. Nesse sentido, os movimentos sociais buscaram uma estratégia para a construção das casas em outras formas, caso das casas nos lotes e dos núcleos habitacionais. Os PAs Dom Mathias e Fazenda Esperança foram uns dos primeiros a custear o parcelamento na Bahia (não se conseguiu precisar quando os movimentos iniciaram essa ação).

Percebeu-se que as agrovilas muitas vezes não são bem planejadas, um dos problemas refere-se à dimensão dos lotes nas agrovilas. A dimensão desses lotes se aproxima das de um lote urbano, não dando possibilidade de a família cultivar uma pequena produção ou manter a criação de animais de pequeno porte, devido ao tamanho da área e proximidade entre vizinhos. Assim, a pesquisa revela que a agrovila é altamente rejeitada pelos assentados, pois ela não atende seus desejos e anseios de viver em ambiente rural, muitos fazem comparação com uma cidade ou povoado. Essa rejeição é devida aos diversos conflitos que os assentados vivenciam nas agrovilas, alguns devido às criações de animais de pequeno porte nos lotes da agrovila. Nesse sentido, a construção de casas nos lotes pode ser considerada uma resistência do modo de vida camponês. Mas também, pode ser vista como um meio de evitar ou diminuir o controle mantido pelo movimento e o Estado nas ações e projetos dos assentados.

A pesquisa identificou algumas consequências advindas da implantação das agrovilas: 1. Distanciamento casa-lote, que dificulta o trabalho no lote de produção; 2. Abandono da forma (agrovila), quando as famílias constroem casas mais simples nos lotes de produção e abandonam a casa na agrovila; 3. Divisão do núcleo

familiar, quando parte da família permanece no lote e outra na casa da agrovila; 4. A não divisão do trabalho, que acarreta na sobrecarga de um dos membros da família; 5. Influência no planejamento produtivo da família, através da impossibilidade ou dificuldade de criar animais de pequeno e médio porte, o que pode comprometer a segurança alimentar da família e impactar o rendimento familiar; 6. Problemas com vizinhos devido a criação de animais, a exemplo de galinhas; 7 Abandono do lote de produção.

A ação do Estado contribui para com a construção das agrovilas, já que a morosidade do INCRA no atendimento ao programa leva à construção das casas em espaço comum. A não realização do parcelamento além de contribuir para a aplicação do crédito Aquisição/material de construção em sistema de agrovila, pode implicar na aplicação dos outros créditos. Sem o parcelamento os valores referentes às outras modalidades, principalmente Apoio Inicial e Fomento que são os primeiros, ficam condicionadas a serem investidos no lote da agrovila ou em investimentos coletivos. O Estado é o principal executor da organização do espaço, porém como demonstrado, em alguns PAs os movimentos sociais tem assumido, junto com os assentados, o papel de executores do planejamento (no caso dos parcelamentos).

Por fim, a organização do espaço em sistema individual, caso do Dom Mathias, não tem impedido que ocorram reuniões. Porém, a forma de organização social deste PA difere da do MST. A associação e a cooperativa funcionam dentro dos padrões do próprio Estado que exige uma existência formal para implementar os créditos e infraestruturas sociais no espaço do assentamento. Ou seja, a criação de uma associação, realidade da maioria dos PAs, ou de uma cooperativa, é um pré-requisito do Estado como forma de organização social a partir da realização de assembleias. A construção das casas nos lotes individuais não impediu que os assentados acessassem infraestruturas sociais, ao contrário, em acordo com o projeto produtivo do PA foi possível implantar diversos projetos produtivos.

Nos assentamentos do MST a criação da associação tem como objetivo a captação dos recursos e projetos, como exige o Estado. Mas sua funcionalidade, enquanto modo de organização social se dá apenas em assentamentos onde o movimento não conseguiu, por qualquer motivo, desenvolver a organicidade proposta pelo MST. A organicidade desse movimento pressupõe evitar o “assembleísmo” criando espaços de debate com vista a consensos, fundamentados nas linhas políticas do MST.

A análise dos PAs permite concluir que o Estado ao deixar de planejar os espaços de assentamentos, abre para que os movimentos sociais assumam o papel central no planejamento espacial. Para tanto, esses movimentos buscam diversas estratégias a fim de concretizar seus projetos, a exemplo da proposta de custeio pelos assentados para o parcelamento. Portanto, é burlando os empecilhos do Estado que os movimentos vêm se destacando como sujeitos hegemônicos no planejamento espacial dos assentamentos. Esses movimentos se destacam, também, por ter um domínio na aplicação dos Créditos Instalação, boa parte investida em projetos coletivos. Esse domínio é possível devido à falta de informações acerca das condições para acesso e pagamento desses créditos, demonstrada até mesmo pelas lideranças dos movimentos. Os movimentos sociais ao organizarem os assentados para assumir a realização do parcelamento têm demonstrado maior coerência com o planejamento espacial do que o Estado. Observou-se que nos casos em que os movimentos assumiram o planejamento espacial o fez de modo articulado aos interesses do ponto de vista da organização social, política e produtiva, utilizando os Créditos Instalação em seus projetos.

Contudo, o Estado vem implementando algumas mudanças que indicam uma tentativa de diminuição da ação desses movimentos. A própria diminuição das desapropriações, fato que tem levado os movimentos sociais, inclusive o MST, a acessarem o PNCF, pode ser analisado como ação que pode enfraquecer os movimentos sociais e diminuir a criação de assentamentos. A reestruturação do Crédito Instalação poderá representar um empecilho para os movimentos sociais, diminuindo o controle na execução dos investimentos e, conseqüentemente na efetivação de projetos coletivos. Uma das primeiras mudanças foi a extinção das modalidades de crédito relacionadas às habitações, incluídas a partir de 2013 no Programa Minha Casa, Minha Vida com a criação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). As modalidades semiárido e Ambiental também foram excluídas, em 2014.

As novas condições para acesso e pagamento dos Créditos Instalação podem ser indícios de uma retomada da discussão acerca da titulação definitiva das áreas de assentamentos de reforma agrária e subsequente consolidação, vistas pelo MST como negativa. Até o momento as modalidades do Crédito Instalação possibilitaram um início de estruturação dos assentamentos, contudo há uma demora no pagamento e aplicação desses recursos, soma-se a isso o fato de não

haver correção dos valores em períodos definidos, o que leva os assentados a perderem poder de compra. Pois, passa-se mesmo anos entre solicitação do recurso até sua aplicação, caso seja corrigido o valor é complementado. A aplicação desses recursos tem sido feita em equipamentos que não possibilitam uma otimização do trabalho, com uso de técnicas defasadas que não tem contribuído para diminuir a sobrecarga do trabalho agrícola.

Por fim, esta dissertação aponta para a necessidade de novas pesquisas, como analisar a inserção de movimentos sociais (MST e Luta Camponesa) no Programa de Crédito Fundiário, suas motivações, intenções e possíveis consequências. É possível, ainda, aprofundar na análise da organização do espaço na estruturação da organicidade do MST e o papel da concentração de PAs dentro dessa organicidade, com vista à correlação de forças. Outro possível desdobramento é relacionado à produção de alimentos dentro de uma conjuntura de expansão e domínio da silvicultura na região do Extremo Sul, aonde o MST vem atuando desde a década de 1990.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Thiara Messias de, et al. Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura de eucalipto. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, MG, n 20, (2). pp. 5 -18, dez, 2008.
- ANDRADE, Paulo L. Coqueiro. **Planejamento Estatal e o Processo de Produção do Espaço em Assentamentos de Reforma Agrária**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências – Salvador: UFBA, 2006.
- BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios**. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/grupos/gedra/textos/Texto1_politicas_publicas_no_br_TaniaBacelar.pdf>. Acesso em: 20/05/2010.
- BERGAMASCO, Sonia Maria. NORDER, Luiz A. Cabello. **O que são os assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERTOLINI, Valéria Andrade, CARNEIRO, Fernando Ferreira. Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentados de reforma agrária no DF e entorno. In. **Libertas**. Edição especial- Juiz de Fora, fev. 2007.
- BESSA, Kelly Cristine. A diferenciação espacial e as interpretações da geografia teórico-quantitativa e da geografia crítica. In. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, 16, dez. 2004.
- BRASIL. LEI N. 4.504 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. **Estatuto da Terra**, TÍTULO II, Da Reforma Agrária, CAPÍTULO II, Da Distribuição de Terras, Art. 24, 1964.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 10/09/2013.
- _____. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em 02//03/2014.
- CAMARGO, José Geraldo da Cunha. **Urbanismo Rural**. Brasília: DF: Gráfica Gutenberg, 1973.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar de Costa; CÔRREA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. IV. **Lutar, Construir Reforma Agrária Popular**. Brasília: DF, Fev. 2014.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 2002.
- CPT. **Os descaminhos da reforma agrária**. Disponível em <www.mst.org.br/node/15589>. Acesso em: 06/01/2014.

BRITO, Cristovão. Do espaço do Território: a grande fábrica de calçados e o sindicato dos trabalhadores calçadistas de Ipirá (BA). In FONSECA, A. A.; BRITO, C.; LÉDA, R. L. M. (Org.) **Dinâmicas da reestruturação do espaço local e regional no estado da Bahia**. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2010.

DAGNINO, Evelina. Democracia, teoria e prática: a participação da sociedade civil. In. PERISSINOTTO, Renato e FUKS, Mário (Org.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba: Fundação Araucária, 2002. P. 141-166.

ENCONTRO ESTADUAL DOS TRABALHADORES SEM-TERRA NA BAHIA. **26º**. Salvador, dez. 2013.

FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valeria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em geografia. 2010. (Geografia em Movimento)

FERNANDES, Bernado Mançano. **Contribuição do estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 – 1999)** Tese apresentada ao curso de Pós-graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernado Mançano; PONTE, Karina Furini. As vilas rurais do estado do Paraná e as novas ruralidades. São Paulo: **revista Terra Livre**. Ano 18, nº 19, jul/dez, 2202 (pp. 113-126)

FROEHLICH, José Marcos. As novas ruralidades precisam ou merecem (novas) políticas públicas? In. **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. FROEHLICH, José Marcos, DIESEL, Vivien. – 2.ed. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

GERMANI, Guiomar. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário. **GeoTextos: revista da Pós-graduação em geografia**, vol. 2, n. 2, 2006 (pp. 115-148).

_____. Assentamentos de Reforma Agrária: produção de novos espaços de vida e de conflitos. In: **Cultura Vozes** nº 6, vol. 95, 2001.

_____. **Cuestión agraria y asentamento de población en nueva cara de la lucha por la tierra**. BAHIA, Brasil (1964 – 1990) Tese de Doutorado. Barcelona: Universidade de Barcelona, maio de 1993.

GOHN, Maria da Glória. Sociedade civil no Brasil: **Movimentos Sociais e ONGs**. Disponível em: <<http://www.ucentral.edu.co/NOMADAS/nunme-ante/16-20/PdfsNomadas%2020/12-sociedad.PDF>>. Acesso em 20/05/2010.

GOMES, Maria Suely Ferreira. **A construção da organicidade no MST: a experiência do Assentamento 26 de março/Pará**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campinas Grande. Campinas Grande, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)
Instrução Normativa nº 68, 2011.

_____. **Instrução Normativa nº 29**, 1999.

_____. **Instrução Normativa nº 34**, 1999.

_____. **Instrução Normativa nº 41**, 2000.

_____. **Instrução Normativa nº 02**, 2001.

_____. **Instrução Normativa nº 15**, 2004.

_____. **Instrução Normativa nº 58**, 2010.

_____. **Norma de Execução nº 84**, 2009.

_____. **Norma de Execução nº 79**, 2008.

_____. **Plano Nacional de Reforma Agrária**, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados preliminares do censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20/07/2010.

ISTO É. **O Fim do MST**. Editora Abril, Nº 2.184. Ano 35, set/2011.

LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde [et al] **Impactos dos Assentamentos**: estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural: São Paulo: UNESP, 2004.

LERRER, Débora. **A militância como devoção**: a primeira geração de militantes do MST. CERU. Série 2, v. 20, nº2, dez/2009.

MARTINS, José de Souza. **A política no Brasil**: lúpem e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MELLO, Paulo Freire. **Clientelismo e Brokerage na Reforma Agrária**: a ascensão das novas elites. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2010.

MONTEIRO, Rosa Cristina. Novas ruralidades e políticas públicas: proposições para um debate. In. **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. FROHLICH, José Marcos, DIESEL, Vivien. – 2.ed. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

MOREIRA, Paula A. M. S.; GERMANI, Guiomar I. **Espaços de moradia nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária na Bahia**: da singularidade à multiplicidade. No prelo, 2014.

_____. Depoimento sobre organização do espaço dos assentamentos de reforma agrária, concedido em 29/11/2012.

MOREIRA, Rui. **Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão**. Petropolis: Rio de Janeiro, Vozes, 1982.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **A reforma Agrária que precisamos: vamos discutir nos núcleos de base**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, junho, 2003.

_____. **Para debater os desafios internos do MST**. Caderno de Debate nº 2. s/a.

_____. **Caderno da Militância**. MST – BA, Ano 1, nº1, Janeiro a março, 2007.

_____. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira**. São Paulo: Maxprint editora, out. 2006.

_____. **Sobre os nossos desafios e as linhas políticas de atuação do MST: debate para o VI Congresso Nacional do MST**. São Paulo: MST, 2013a.

_____. **Programa agrário do MST: texto em construção para o IV Congresso Nacional**. São Paulo: MST, 2013b.

_____. Subsídios para debate de temas estruturais da sociedade brasileira e os deságios para uma reforma agrária popular. **Caderno de debates nº1**, São Paulo: MST, Janeiro/2012.

MURITIBA, M. J. S.; ALENCAR, C. M. M.; GERMANI, G. I. Luta pela terra, territorialização e a nova geografia dos municípios baianos. **31º Encontro Anual da ANPOCS**, out/2007: Caxambu, MG.

OLIVERIA, Francisco de. **A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil**. En publicación: neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y esperiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006.

PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958 – 1990) – 1ª ed**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

REZENDE, Sergio. **Coordenador Geral de Infraestrutura e Desenvolvimento, INCRA/sede [Salvador]**. Julho, 2013. Entrevista cedida à Irani Soares.

RICHARDSON, Roberto Jarry (*et al*). **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. – 3ª ed. São Paulo: ATLAS, 2011.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos. **O processo de territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no Estado da Bahia**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **A natureza do Espaço:** técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Paula A. M. **A Produção do Espaço no Projeto de Assentamento Pancada Grande,** Itacaré – Ba. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2004.

SAUER, Sérgio. Democracia, direitos humanos e criminalização dos movimentos sociais. In. **Terra e modernidade:** a reinvenção do campo brasileiro. 1ª Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010 (pp. 115-138).

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 1991.

STÉDILE, João Pedro. Cadê a Reforma Agrária? Disponível em: <http://www.mst.org.br/Cade_a_Reforma_Agraria>. Acessado em 29/07/2012.

_____. **A Questão Agrária no Brasil:** programas de reforma agrária 1946-2003. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente:** a trajetória no MST e a luta pela terra no Brasil. 2º ed. – Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

TERRA, Ademir. **Reforma Agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porá – MS: “o pivô da questão”. Tese de Doutorado: Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2009.

UBISCO, Nídia Maria Lienet; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico:** trabalhos de conclusão de cursos, dissertação e teses. 5º ed. – Salvador: Edufba, 2013.

VASCONCELOS, Francisca Maria; SILVA, Cícero Nilton Moreira de. **“Reforma Agrária de Mercado” e territorialização:** um estudo a partir do programa cédula da terra em Canindé – CE. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA). São Paulo, 2009.

Apêndice A

Roteiro de entrevista para ser aplicado com responsável pelo setor de desenvolvimento do INCRA

Crédito Instalação

1. Como é feito o pagamento do crédito instalação?
2. Há um prazo para o pagamento das modalidades desse crédito?
3. Há prioridade com relação as modalidades a se pagar?
4. Há recursos financeiros suficientes para o pagamento em todos os assentamentos?
5. Caso não, como é feita a distribuição desses recursos?
6. Qual o papel do INCRA, da assistência técnica e dos movimentos sociais no pagamento do crédito?
7. Qual a importância desse crédito para o desenvolvimento do assentamento?
8. O INCRA tem meios para avaliar a melhoria de vida dos assentados antes e depois do acesso a esse credito? Se sim como tem sido avaliado?
9. Há relação entre a aplicação do crédito e a consolidação do assentamento?
10. Como o INCRA/BA avalia o fato do crédito Aquisição de material de construção/ habitação e recuperação ir para o programa Minha Casa Minha Vida?
11. Qual o objetivo dessa transferência?

Organização do espaço de habitação

1. Qual a orientação do INCRA com relação a organização do espaço de moradia?
2. Há um padrão para a construção das casas?
3. Há um padrão para a construção das agrovilas (tamanho da área total, da área da casa, arruamento, etc)?
4. Observa-se que o número de PAs com agrovilas é bastante expressivo na Bahia. A que se atribui esse grande número de agrovilas na Bahia?

5. Para o INCRA quais as vantagens e desvantagens da construção de agrovilas?
6. E das casas construídas nos lotes de produção?
7. O INCRA/BA tem estudos sobre a relação espaço de habitação e espaço de produção? Se sim o que se aponta?
8. O tipo de organização do espaço de moradia Núcleo Habitacional (Conhecido também como Raio de Sol) é pouco difundido na Bahia, por quê?
9. Qual o papel do INCRA, da assistência técnica e dos movimentos sociais na definição do modelo de organização do espaço dos PAs?
10. Quais são as maiores reivindicações nos movimentos sociais junto ao setor de desenvolvimento?
11. Como o INCRA/BA avalia a relação:
 - INCRA X Assentados;
 - INCRA X Assistência Técnica
 - INCRA X Movimentos Sociais
12. Qual a prioridade hoje nas políticas desenvolvidas nos assentamentos de reforma agrária?

Apêndice B

Roteiro de entrevista por família

PA _____

Nome dos titulares _____

Idade _____

Quantas pessoas residem na casa/lote _____

- Indicadores a partir do INCRA

1. Quais créditos do INCRA foram acessados pela família (ferramentas, alimentos, casa, etc)?
2. Em que foi aplicado (lote/ área ou uso comunitária/o)?
3. Esse crédito é pago? Se sim, sabe como?
4. Sr./Sra. acessou o Pronaf?
5. Em que foi aplicado?
6. Como foi/esta sendo pago?
7. Teve orientação técnica para aplicação do crédito, de quem?
8. Houve mudança na vida das pessoas da família?
9. O Sr./sra. sabe se o PA tem o PDSA? Participaram da construção? Como é usado hoje? Influenciou na aplicação dos créditos?
10. O lote é pago? Se sim, como e quando? De onde o Sr./sra. obteve essa informação?

- Indicadores a partir do MST

11. Qual participação da família junto às atividades do movimento?
12. Há participação da família em atividades propostas pela associação?
13. Há trabalho coletivo? Sr./sra. participa? Comente.
14. Quantas pessoas de sua casa são filiadas à associação/movimento?
15. Como Sr./sra. vê o trabalho da associação/movimento? Comente.
16. Como o Sr./sra. avalia as atividades coletivas?

17. Como Sr./sra. conseguiu um lote neste PA? Há quanto tempo mora no PA? Alguém da família reside fora? Por quê? (ou não mora ou não em tempo integral)?

18. Como Sr./sra. descreve a vida na agrovila/lote?

19. Se pudesse escolher hoje, onde Sr./sra. moraria, agrovila ou lote? Comente?

20. Como Sr./sra. vê a relação entre o trabalho agrícola e a localização da moradia (lote/agrovila/nucleação)? Comente.

- Indicadores a partir do PNRA

21. Há produção agrícola no lote, ou outra área?

22. Sr./sra. comercializa algum produto? Onde comercializa? Há dificuldades?

23. Quais os custos com a comercialização?

24. Sr./sra. acha que a renda que obtém do lote é suficiente para seu sustento de sua família?

25. O que Sr./sra. acha da assistência técnica? É suficiente? Atende às suas necessidades e expectativas?

26. E quanto a metodologia utilizada pela assistência é adequada?

27. Há água suficiente para uso doméstico? E produção? Qual o tipo de abastecimento em cada caso?

28. Como foram aplicados os créditos Apoio e Fomento? Houve participação de todos?

29. Houve participação das mulheres?

- Outros indicadores

30. Há água suficiente para consumo da família?

31. E para produção?

32. Como é feito abastecimento/distribuição da água?

33. Há plantação no quintal? O que? Quem cuida?

34. Onde a família faz compras?

35. O que compram com relação à alimentação?

Apêndice C

Roteiro de entrevista com setor de produção e/ou coordenação estadual do MST

Organização do espaço:

1. Qual a importância da organização do espaço de um PA para o MST?
2. Quais são as etapas para a organização do espaço nos assentamentos do MST?
3. Como é realizada a escolha da organização do espaço de moradia no PA?
4. Como é a participação do INCRA, MST e assentados no processo de escolha da localização da habitação?
5. Qual a orientação para o planejamento das moradias? Por quê?
6. O movimento acredita que há um modelo ideal?
7. O que o movimento acha do modelo coletivo? Qual a orientação dada nos PAs?
8. Qual análise com relação à agrovila?
9. E com relação à construção das casas nos lotes?
10. Há uma relação entre modo de organização das habitações e produção?
11. Há uma relação entre modo de organização das habitações e organização social e política dos assentados?
12. E com relação aos núcleos habitacionais, qual a orientação?
13. Por quê o número de núcleos habitacionais é baixo na Bahia?
14. Esse é um reflexo do restante do país?
15. Como o MST analisa o repasse dos créditos Habitação e Recuperação para o PNHR?
16. O que isso muda para o assentado?
17. O que muda na participação dos movimentos? E dos assentados?
18. Como deve ser a organização social dos assentados? Quais as maiores dificuldades enxergadas pelo movimento?

Crédito Instalação

19. Qual deve ser a orientação acerca da aplicação dos créditos instalação?
20. Há acompanhamento do movimento na aplicação das modalidades desse crédito?
21. Como é a relação dos assentados junto ao movimento?

22. Há uma contribuição financeira dos assentados para o movimento. Como é feita essa contribuição?
23. Qual a importância desse crédito para o PA?
24. Qual a maior reivindicação hoje do MST junto ao INCRA?